



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

GIOVANA PAIVA DE OLIVEIRA

## **A CIDADE E A GUERRA:**



**A VISÃO DAS ELITES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO  
ESPAÇO DA CIDADE DO NATAL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**



NATAL, 1939

RECIFE – PE  
2008

**GIOVANA PAIVA DE OLIVEIRA**

**A CIDADE E A GUERRA:**

**A VISÃO DAS ELITES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO  
DA CIDADE DO NATAL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como requisito para obtenção do Título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional

**Orientadora: Dra. VIRGÍNIA PONTUAL**

**RECIFE – PE  
2008**

FOTO DA CAPA:  
Recorte da Fotografia aérea da cidade de Natal..  
Acervo: HCURB

Divisão de Serviços Técnicos

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Oliveira, Giovana Paiva de.

A cidade e a guerra: a visão das elites sobre as transformações do espaço da cidade do Natal na Segunda Guerra Mundial / Giovana Paiva de Oliveira. – Recife, PE, 2008.

242 f.

Orientadora: Virgínia Pontual.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano.

1. Desenvolvimento urbano – Natal (RN) – Tese. 2. Guerra Mundial, 1939-1945 – Natal (RN) – Tese. 3. Natal (RN) – Presença militar – Tese. I. Pontual, Virgínia. III. Universidade Federal de Pernambuco. III. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 711.4(043.2)



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano  
Universidade Federal de Pernambuco

Ata de Defesa de Dissertação de Tese em Desenvolvimento Urbano da doutoranda **GIOVANA PAIVA DE OLIVEIRA**.

Às 9.00 horas do dia 25 de março de 2008 reuniu-se na Sala do Mini-Auditório 02 do Centro de Artes e Comunicação da UFPE, a Comissão Examinadora de tese, aprovada pelo colegiado do programa, composta pelos seguintes professores: Virgínia Pontual (Orientadora), Antônio Torres Montenegro (Examinador Externo), Ângela Lúcia de Araújo Ferreira (Examinadora Externa), Marlice Nazareth Soares de Azevedo (Examinadora Externa), Tomás de Albuquerque Lapa (Examinador Interno) para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: "A Cidade e a Guerra: As Transformações Urbanas e a Militarização da Cidade do Natal na Segunda Guerra Mundial (1939-1945)", requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Prof.ª Virgínia Pontual, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra a candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA. O resultado final foi comunicado publicamente a candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu Rebeca Júlia Melo Tavares lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros participantes da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 25 de março de 2008.

Prof.ª Virgínia Pontual  
Orientadora

Prof. Antônio Torres Montenegro  
(Examinador Externo – Programa de  
Pós Graduação em História da UFPE)

Prof.ª Ângela Lúcia de Araújo Ferreira  
(Examinadora Externa – Programa de Pós  
Graduação em Arquitetura/UFRN)

Prof.ª Marlice Nazareth Soares de Azevedo  
(Examinadora Externa – Universidade Federal  
Fluminense)

Prof. Tomás de Albuquerque Lapa  
(Examinador Interno – MDU)

Rebeca Júlia Melo Tavares  
Secretária do Programa

Giovana Paiva de Oliveira  
Candidata

Caixa Postal 7119 Cidade Universitária – CEP: 50780-970 Recife/PE/Brasil  
Tel: + (81) 2126.8311 Fax: + (81) 2126 8772E-mail: [mdu@ufpe.br](mailto:mdu@ufpe.br) - Home Page : [www.ufpe.br/mdu](http://www.ufpe.br/mdu)

APOÓS REALIZADAS AS CORREÇÕES SUBMETER A PUBLICAÇÃO DEVIDO ÀS CONTRIBUIÇÕES  
DO TRABALHO.

Obs.: O título da Tese foi mudado por sugestão da Banca Examinadora.

**Ao meu anjo Rafael, que me protege e  
ensina a viver.**

## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para a realização do presente trabalho e, nesse momento, gostaria de externar os agradecimentos.

À professora Dra. Virgínia Pontual pela orientação durante o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores Dr. Antonio Torres Montenegro, Dra. Angela Lúcia de Araújo Ferreira e Dr. Tomaz de Albuquerque Lapa, cujas contribuições durante a realização da Banca de Qualificação redimensionaram e direcionaram o trabalho final.

À PPPg/UFRN e CAPES/MEC pelo apoio financeiro e ao Departamento de Arquitetura por ter me liberado para fazer o curso de Doutorado.

Ao MDU/UFPE, professores e funcionários, pelos ensinamentos e pela eficiência.

Ao professor Dr. Horácio Sanz Capel, da Universidad de Barcelona pelo apoio, acolhimento e orientação durante o Estágio de Doutorado (Bolsa Sanduíche).

Ao professor Dr. Miquel Izard, um presente de alegria, leveza, sabedoria e lição de vida que recebi durante a estadia em Barcelona.

À professora Ângela Lúcia de Araújo Ferreira pela amizade e presença ao longo de minha vida pessoal e acadêmica, a quem agradeço sinceramente a confiança e o exemplo ético.

Aos colegas de programa de pós-graduação, especialmente ao grande companheiro e amigo Ivan Queiroz, pela presença, divisão de angústias e ensinamentos que me proporcionou com sua convivência.

Sou grata também a Helenita Holanda pela restauração das fotos; a Yuri Simonini (Bolsista AT/CNPq – HCURB) pelas inúmeras ajudas; a Enilson Medeiros e Ilza Andrade pela afetuosa disponibilidade e pelas contribuições a este trabalho.

Meus agradecimentos especiais também aos meus queridos amigos, a quem dedico minha admiração e carinho; especialmente a Ruth, a Margô, a João Emanuel e Cláudia, e a Nita e Josa.

Aos meus familiares pela presença e amor - Vandinho e Leda; meus irmãos Neto, Mima e Egleice (cunhada); minha Vó Libia, e especialmente à minha tia Marlúcia pelo apoio e paciência.

A todas estas pessoas e outras, que por acaso possa ter esquecido, serei sempre grata pela colaboração. Tenho certeza de que não fossem todos, não teria conseguido vencer essa caminhada e este trabalho não teria sido realizado.

O meu melhor agradecimento, naturalmente, vai para meu filho Rafael, maravilhoso companheiro de tantas aventuras, pelos ensinamentos e pela compreensão, pela sabedoria de seus oito anos de vida, pelas suas contribuições e pela presença em minha vida e que tanto ajudou a vencer esta etapa, a quem dedico este trabalho.

E, por fim, agradeço especialmente a Deus e à vida, pela oportunidade de viver, aprender e sobreviver.

[...] E você aprende que realmente você pode suportar, que realmente é forte, e que pode ir muito mais longe depois de pensar que não se pode mais.

E que realmente a vida tem valor e que você tem valor diante da vida, mas as dádivas são traidoras, e nos fazem perder o bem que poderíamos conquistar se não fosse o medo de tentar.

**O MENESTREL**  
de William Shakespeare.

## RESUMO

A leitura atual da configuração urbana da Cidade do Natal carrega muitas representações do período entre 1939 e 1945, quando esta serviu de base militar estadunidense e brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. O acontecimento produziu marcas fundas com reflexos que são testemunhados pelo presente, seja na cultura, no espaço urbano e na configuração espacial. O momento provocou um rearranjo na organização das relações sociais, políticas e econômicas e a cidade mudou com a implantação de uma estrutura urbana militarizada e a manifestação de inúmeras novidades que, ao contrário de momentos anteriores, não dependeram da iniciativa dos grupos dirigentes locais. Trata-se de uma experiência específica e única, se comparada com as demais cidades brasileiras que abrigaram bases e outras atividades militares diante da ameaça beligerante. A capital que era uma cidade de serviços, centro político-administrativo do Estado do Rio Grande do Norte, repentinamente aguçou suas características de centro militar e estratégico, potencializando sua perspectiva comercial e de entretenimentos. Este trabalho estudou a relação entre as transformações urbanas na Cidade do Natal e os discursos publicados no Jornal A República pelos grupos dirigentes durante a Segunda Guerra Mundial, inserindo-se como mais uma contribuição aos estudos historiográficos que intentam reconstituir a história da cidade do Natal. Utilizou como instrumento preferencial de análise as crônicas, discursos oficiais, editoriais e matérias, publicadas no Jornal A República durante o período de 1939 a 1945, que informaram a experiência vivida, as transformações urbanas ocorridas, as novidades e a convivência com o novo, assim como as articulações existentes entre as mudanças e seus desdobramentos para a modernidade da cidade.

**Palavras-Chave:** História Urbana. Cidade. Modernização. Segunda Guerra Mundial. Natal/RN.

## ABSTRACT

The current overview of the City of Natal's urban configuration displays many representations derived from the 1939-1945 period, when it served as a North-American and Brazilian military base during World War Two. This event had a large impact with repercussions that can be appreciated in the present time, whether it is in culture, in the urban space and spatial configuration. This moment brought about a rearrangement of the organization of social, economical and political relations, and the city changed with the installation of a militarized urban structure and the coming of countless innovations that, contrary to prior occasions, did not depend on the initiative of local ruling groups. It is a unique and specific experience, if compared to the other Brazilian cities that housed bases and other military activities in face of the belligerent threat. The capital, which used to be a service city, political and administrative center of the Rio Grande do Norte State, underwent a sudden heightening of its characteristics as a military and strategic center, increasing its commercial and entertainment perspectives. This study is centered on the relationship between the urban changes in the City of Natal and the discourses published in the "A República" newspaper by the ruling groups during World War Two, presenting itself as another contribution to the historiography works that intend to reconstruct the history of the City of Natal. The speeches chronicles, official speeches, editorials and articles, published in the "A República" newspaper during the 1939-1945 period were the main instrument for the analysis, as they related the population's experience, the urban changes, the innovations and the coexistence with the new, as well as the articulations between the changes and their consequences for the city's modernity.

**Keyword:** Urban History. City. Modernization. World War Two. Natal/RN.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Figura 1 - Mapa do Rio Grande do Norte.Fonte: <a href="http://www.dholmes.com/master-list/brasil/rio-grande-norte.gif">http://www.dholmes.com/master-list/brasil/rio-grande-norte.gif</a> .....	43
Figura 2 -	Mapa das áreas e bairros da Cidade do Natal (1939-1945). Fonte: SEMURB/PMN .....	54
Figura 3 -	Vista aérea da Cidade do Natal (1939). Fonte: Escritório Saturnino de Brito. Acervo: HCURB/UFRN .....	55
Figura 4 -	Foto da Praça André de Albuquerque (Foto de 1920/1922). Fonte: POMBO, 1922, p. 33 .....	59
Figura 5 -	Mapa do Bairro da Cidade Alta – Pontos de referências do ano 1939. Fonte: SEMURB/PMN .....	60
Figura 6 -	Foto da Avenida Rio Branco (Obra de arborização promovida no Governo de Alberto Maranhão entre 1900 e 1904). Fonte: POMBO, 1922, p. 369 .....	61
Figura 7 -	Mapa do Bairro da Ribeira – Pontos de referências do ano 1939. Fonte: SEMURB/PMN .....	66
Figura 8 -	Foto da Avenida Tavares de Lira (Foto de 1920/1922). Fonte: POMBO, 1922, p. 241 .....	67
Figura 9 -	Foto do Edifício Campelo, Avenida Duque de Caxias, meados do século XX. Acervo: Memorial Câmara Cascudo. Fonte: <a href="http://www.flickr.com/photos/memoriaviva/171339217/in/set-72157594171973894/">http://www.flickr.com/photos/memoriaviva/171339217/in/set-72157594171973894/</a> .....	70
Figura 10 -	Foto do Banco do Rio Grande do Norte. Fonte: Jornal A República, 14 jan. 1938, p.12 .....	71
Figura 11 -	Foto do Edifício Sede da Repartição de Saneamento. Fonte: FERREIRA et.al., 2003 .....	73
Figura 12 -	Foto da Perspectiva do Grande Hotel. Fonte: HIDROESB – Acervo: HCURB/UFRN .....	74
Figura 13 -	Foto do Hospital Miguel Couto. Acervo Jaeci Emerenciano. Fonte: <a href="http://www.flickr.com/photos/memoriaviva/171350308/">http://www.flickr.com/photos/memoriaviva/171350308/</a>	

	in/ set-72157594171973894/ .....	75
Figura 15 -	Foto do anteprojeto do Aeroporto e estação de passageiros. Fonte: FERREIRA et.al., 2003 .....	76
Figura 16 -	Mapa dos Bairros de Tirol e Petrópolis – Pontos de referências do ano 1939. Fonte: SEMURB/PMN .....	79
Figura 17 -	Vista aérea do bairro de Petrópolis. Acervo: Diário de Natal ..	81
Figura 18 -	Foto do Aero Clube do Rio Grande do Norte. Acervo: Jaeci Emerenciano. Fonte: DVD Álbum Fotos Natal de Ontem .....	82
Figura 19 -	Mapa do Bairro do Alecrim – Pontos de referências do ano 1939. Fonte: SEMURB/PMN .....	84
Figura 20 -	Mapa dos Povoados e localidades Periféricas em 1939 .....	88
Figura 21 -	Foto da Praça Pedro Velho (Década de 1950). Acervo: Jaeci Emerenciano. Fonte: DVD Álbum Fotos Natal de Ontem .....	92
Figura 22 -	Foto do Parque da Lagoa Manoel Felipe. Fonte: HIDROESB – Acervo: HCURB/UFRN .....	93
Figura 23 -	Foto da Avenida Duque de Caxias (Década de 1950). Acervo: Jaeci Emerenciano. Fonte: DVD Álbum Fotos Natal de Ontem .....	95
Figura 24 -	Foto do Café Grande Ponto/Avenida João Pessoa (Década de 1950). Acervo: Diário de Natal .....	97
Figura 25 -	Mapa Natal – Nordeste – Brasil. Fonte: CLEMENTINO, M.L.M. Op. Cit., p.200 .....	111
Figura 26 -	Mapa do Saliente do Nordeste - Bases militares brasileiras e estadunidenses .....	112
Figura 27 -	Mapa dos Campos de Pouso para hidroaviões no entorno da Cidade do Natal existente em 1939 .....	119
Figura 28 -	Rádio Educadora de Natal. Fonte: Jornal A República. 23 mar. 1939, p.3 .....	122
Figura 29 -	Levantamentos das Forças Armadas Estadunidenses na Cidade do Natal. Fonte: SMITH JUNIOR, 1992, p.43 e 47 ....	147
Figura 30 -	Soldados Norte-Americanos atuando no patrulhamento da Cidade do Natal. Fonte: SMITH JUNIOR, 1992, p.139 .....	149
Figura 31 -	Parnamirim Field (Base Aérea de Parnamirim). Fonte:	

	SMITH JUNIOR, 1992, p.127 .....	171
Figura 32 -	Quartel-General Estadunidense do Atlântico Sul, localizado em Parnamirim. Fonte: SMITH JUNIOR, 1992, p.215 .....	173
Figura 33 -	Presidentes dos Estados Unidos e do Brasil. Fonte: SMITH JUNIOR, 1992, p.95 .....	175
Figura 34 -	Mapa da estrutura militar e equipamentos de lazer na cidade	182
Figura 35 -	Ator Tyrone Power em Natal. Acervo J. Alves de Melo. Fonte: Diário de Natal .....	185

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1 A PROBLEMÁTICA E OS INSTRUMENTOS INVESTIGATIVOS DA PESQUISA .....	15
1.2 AS REFERÊNCIAS TEÓRICAS .....	22
<b>1.2.1 A modernização das cidades .....</b>	<b>22</b>
<b>1.2.2 Espaços e transformações urbanas .....</b>	<b>25</b>
<b>1.2.3 As representações e os discursos .....</b>	<b>27</b>
<b>1.2.4 As classes sociais e as elites políticas .....</b>	<b>30</b>
1.3 A SELEÇÃO DAS FONTES .....	32
<b>1.3.1 As crônicas .....</b>	<b>33</b>
1.4 A ESTRUTURA DA TESE .....	35
<b>2 O CONTEXTO POLÍTICO NACIONAL, A CONJUNTURA DA GUERRA E A AFIRMAÇÃO DA CIDADE ESTRATÉGICA .....</b>	<b>40</b>
2.1 O QUADRO POLÍTICO NACIONAL E AS RELAÇÕES DE PODER EM NATAL .....	40
<b>2.1.1 O Estado Novo e a imprensa local.....</b>	<b>44</b>
<b>3 AS ELITES POLÍTICAS E A CIDADE DIANTE DA AMEAÇA DA GUERRA.....</b>	<b>53</b>
3.1 A CIDADE CENTRAL: um canteiro de obras para as elites políticas .58	
<b>3.1.1 Cidade Alta: área residencial e espelho da modernidade .....</b>	<b>58</b>
<b>3.1.2 O bairro da Ribeira: lugar das articulações políticas e da economia .....</b>	<b>65</b>
<b>3.1.3 Tirol e Petrópolis: área de expansão da área residencial e do novos espaços de lazer das elites políticas.....</b>	<b>78</b>
3.2 OS SUBÚRBIOS, OS POVOADOS DISPERSOS E ISOLADOS: o lugar dos pobres e dos migrantes .....	83
<b>3.2.1 O Alecrim: bairro operário que nasceu sem ser semeado .....</b>	<b>84</b>
<b>3.2.2 O bairro das Rocas e as outras localidades .....</b>	<b>87</b>
3.3 OS INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES NA CIDADE .....	90
<b>3.3.1 Os principais investimentos nos bairros das elites políticas....</b>	<b>93</b>
<b>3.3.2 Divertimentos, encontros, festas e temores na Cidade do Natal .....</b>	<b>96</b>
<b>4 CIDADE CIVIL E A PREPARAÇÃO PARA SUA MILITARIZAÇÃO (1939-1942).....</b>	<b>104</b>
4.1 A CIDADE CIVIL: a preparação para um novo tempo.....	104
<b>4.1.1 A Cidade do Natal e as negociações do Governo Brasileiro..</b>	<b>107</b>
4.2 NATAL E A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA .....	113
<b>4.2.1 A cidade e a aviação .....</b>	<b>117</b>
4.3 O ANÚNCIO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL .....	121
<b>4.3.1 a expectativa entre os moradores da cidade .....</b>	<b>124</b>

4.4 A MOVIMENTAÇÃO MILITAR NA CIDADE E OUTRAS OCORRÊNCIAS.....	126
<b>4.4.1 A economia natalense</b> .....	<b>128</b>
<b>4.4.2 As obras civis:</b> o aeródromo e as estradas estaduais .....	134
<b>4.4.3 As confusões militares:</b> o Quartel do Exército, Base Naval e a Base Aérea de Natal .....	138
<b>5 A PRESENÇA MILITAR NA CIDADE DO NATAL: OS ESTADUNIDENSES E AS ELITES LOCAIS (1942-1945)</b> .....	143
5.1 OS EVENTOS E AS OMISSÕES DA IMPRENSA .....	143
5.2 A CHEGADA DOS MILITARES NORTE-AMERICANOS A NATAL	146
5.3 A PREPARAÇÃO DA POPULAÇÃO DA CIDADE PARA A GUERRA .....	151
<b>5.3.1 A experiência do “Black-Out”</b> .....	<b>158</b>
<b>5.3.2 A Liga de Defesa Passiva de Natal</b> .....	<b>162</b>
5.4 A CIDADE TRANSFORMADA NUMA PRAÇA DE GUERRA.....	167
5.5 OS AMERICANOS, A BASE DE PARNAMIRIM FIELD, A BASE DE HIDROAVIÕES DE NATAL E A CIDADE.....	169
5.6 A ESTRATÉGIA MILITAR PARA O ENTRETENIMENTO.....	176
<b>5.6.1 A proximidade das elites com os militares estadunidenses ..</b>	<b>178</b>
<b>6 A CIDADE SOB OS EFEITOS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL</b>	<b>188</b>
6.1 O CRESCIMENTO POPULACIONAL DA CIDADE .....	189
<b>6.1.1 Crise habitacional e especulação imobiliária</b> .....	<b>189</b>
<b>6.1.2 A chegada dos indigentes (flagelados da seca)</b> .....	<b>194</b>
6.2 AS CRISES ESTRUTURAIS E DE ABASTECIMENTO .....	197
<b>6.2.1 Racionamento de gêneros alimentícios</b> .....	<b>197</b>
<b>6.2.2 Os transportes urbanos e o racionamento de combustível</b> ...	<b>202</b>
<b>6.2.3 A falta de água</b> .....	<b>205</b>
6.3 O BALANÇO DAS PERDAS E DOS SONHOS: A CIDADE MARCADA POR EPÔNIMOS .....	209
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>215</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>222</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho estuda a relação entre as transformações urbanas na Cidade do Natal e os discursos das elites políticas locais no período de 1939 a 1945. Trata-se de uma tese de doutorado eminentemente empírica que pretendeu agregar diversas categorias analíticas, na tentativa de utilizar-se de novas abordagens teórica e da pluralidade epistemológica.

Especificamente, a pesquisa pretendeu desvelar uma realidade histórica vislumbrando as relações entre as elites políticas e a construção da cidade e da sua história, por meio de discursos que transmitiram experiências e significados sobre o espaço. Para isso, interpretou textos que manifestaram representações de um grupo privilegiado de pessoas que se encontrava no centro do poder, cuja compreensão percebia na transformação urbana uma perspectiva de modernidade, de mudanças, de concessões e adaptações e que envolvia naturalmente interesses políticos e econômicos<sup>1</sup>.

### 1.1 A PROBLEMÁTICA E OS INSTRUMENTOS INVESTIGATIVOS DA PESQUISA

A leitura atual da configuração urbana da Cidade do Natal carrega muitas representações construídas no período entre 1939 e 1945, quando serviu de base militar, durante a Segunda Guerra Mundial, para estadunidenses e brasileiros. Essas representações se manifestam tanto nas marcas que se fincaram no seu espaço urbano, como nos epônimos que foram incorporados à imagem da cidade oferecida ao turismo contemporâneo, maqueando-a. A cidade, após a Guerra Mundial, teve seu eixo de crescimento mudado, deslocando-se para o sul, na direção do vizinho

---

<sup>1</sup> Trata-se de grupos ligados às oligarquias agrárias, cujas especificidades serão referidas posteriormente ao longo do trabalho. A particularidade que mais interessou ao desenvolvimento da tese é que este grupo se utilizou do Jornal Oficial do Estado, A República, como instrumento de divulgação, expressão política e dominação ideológica. Em entrevista realizada em agosto de 2007, o professor do Departamento em Ciências Sociais da UFRN, José Antônio Spinelli, autor do livro **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930/35** (Natal: EDUFRN, 1996), afirmou que até o momento atual, as pesquisas desenvolvidas sobre o período do Estado Novo no Rio Grande do Norte ainda não tiveram seus resultados sistematizados ou publicados.

município de Parnamirim, onde estavam situadas as Bases Aéreas<sup>2</sup>. Teve ainda consolidada sua divisão sócio-espacial<sup>3</sup>, intensificado seu processo de produção e ocupação do espaço através do capital comercial e imobiliário<sup>4</sup>, assim como preservada grandes áreas militares no seu espaço intra-urbano – Quartéis, Base Naval e vilas militares.

A população, que viveu aquele período como expectadora e sofreu suas conseqüências, manteve-o contemporaneamente em palavras que perderam seus significados originais ao longo do tempo, mas que continuam nomeando lugares – “Rampa”, “Black-Out” e “Trampolim” – e em elementos da sua paisagem – muros que delimitam áreas militares, ônibus intermunicipais denominados “Parnamirim Field” e “Trampolim da Vitória”<sup>5</sup>, entre outros. Apesar de tudo, pode-se considerar que há um desconhecimento quase generalizado da dimensão e do significado das repercussões do momento histórico mundial no tracejar das linhas que delinearão o seu presente.

A Cidade do Natal, até o ano de 1939, quando se iniciou o período estudado, possuía duas áreas mais densamente ocupadas<sup>6</sup>, seis bairros e localidades periféricas, uma dinâmica urbana lenta e previsível e uma economia sustentada por salários de funcionários públicos e por um pequeno comércio varejista.

---

<sup>2</sup> Anteriormente o eixo de crescimento da Cidade do Natal tinha a direção leste, no sentido do bairro do Alecrim e da Estrada de Macaíba.

<sup>3</sup> Até os dias atuais, as elites dirigentes ocupam as regiões leste e sul da cidade, que compreende os bairros de Petrópolis, Tirol e os demais que se surgiram na sua direção.

<sup>4</sup> FERREIRA, Angela L. **De la producción del espacio urbano a la creación de territorios en la ciudad**: un estudio sobre la constitución de lo urbano en Natal, Brasil. 1996. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidad de Barcelona, Barcelona, Espanha, 1996.

<sup>5</sup> SILVA, Josimey Costa da. **A palavra sobreposta**: imagens contemporâneas da Segunda Guerra Mundial. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1998.

<sup>6</sup> Nestas identificam duas áreas centrais: a Praça André de Albuquerque, no bairro da Cidade Alta, onde se desenvolviam as atividades religiosas e de lazer, e em torno da Avenida Tavares de Lira no bairro da Ribeira, onde estavam concentradas as atividades comerciais e políticas da cidade. Esta divisão será tratada posteriormente.

Nos últimos anos, pesquisas acadêmicas<sup>7</sup> têm demonstrado que o crescimento da cidade esteve balizado pelos ideais de cidade moderna e de progresso que se espalhavam pelo Brasil, e que foram incorporados pelos representantes de grupos oligárquicos que a dirigiram desde o final do século XIX. A ação dessas elites priorizava o espaço, assim como a apropriação e apego ao “novo” e à novidade; que, muitas vezes, negava e destruía o passado. Essa característica, encontrada em outras cidades e sociedades capitalistas, pode ser observada em Natal em vários momentos, particularmente em ações dirigidas ao espaço que pretendiam antecipar sua modernização e criar situações para acelerar sua transformação. Porém, a intensa repetição dessas ações com intensões modernizadoras pode ser responsabilizada pela fragilidade como se constituiu a identidade local, o que se traduziu, segundo Silva (1998, p.4)<sup>8</sup>, “numa sociedade constituída por uma sociabilidade seduzida pelo estrangeiro e pelo moderno”.

Paralelamente, os grupos que geriram a capital do Rio Grande do Norte sempre estiveram atentos ao que acontecia nas principais cidades européias, particularmente no acompanhamento que faziam da evolução das diversas propostas urbanísticas e inovações tecnológicas que se desdobraram nas suas ações sobre o espaço. A sintonia desses grupos revelou-se em 1901 quando propuseram uma expansão urbana da cidade através da Resolução N<sup>o</sup>. 55, editada pela Intendência Municipal, a qual criou o bairro da Cidade Nova com ruas de 30 metros de largura (atuais Petrópolis e Tirol), com quadras e lotes.

Posteriormente, na década de 20, incorporaram as propostas de zoneamento estadunidense (“zoning”) e elaboraram um plano urbanístico, chamado Plano de Sistematização de Natal. Nesse período, também descobriram o potencial estratégico da cidade para as atividades ligadas à aviação, ao qual aderiram imediatamente investindo na construção de um campo de pouso nas suas

---

<sup>7</sup> As Obras do Escritório Saturnino de Brito em Natal: o ideário das elites locais e as repercussões no cotidiano da população, Giovana Paiva de Oliveira – Coord. (2001–2003); Do Asseio ao Saneamento: as transformações no espaço urbano da cidade de Natal (1889–1945), Angela Lúcia de A. Ferreira – Coord. (2000–2002); As Elites Políticas e Intelectuais: traduzindo e transferindo as idéias do urbanismo moderno para Natal; Giovana Paiva de Oliveira – Coord. (2000–2001); Modernização, elites e a cidade: as idéias urbanísticas dos anos 20 transformando Natal, Giovana Paiva de Oliveira – Coord. (1998–2000); Estado e movimentos sociais urbanos - o caso de Natal, Ilza Andrade – Coord. (1989–1991); entre outras.

<sup>8</sup> SILVA, Josimey Costa da. Op. Cit.

proximidades, voltado para atender a vôos de aventura e a vôos comerciais mundiais.

Posteriormente, em 1935, promoveram a consolidação das propostas sanitárias que haviam sido perseguidas em quase todas as intervenções ocorridas na cidade ao longo das três primeiras décadas do século XX. Nessa ocasião, contrataram o Escritório Saturnino de Brito<sup>9</sup> para elaborar e executar o Plano Geral de Obras, que, entre outras intervenções, construiu o sistema de saneamento, concretizando seu abastecimento de água, a coleta e o tratamento do esgoto.

Logo a seguir, surgiu a conjuntura da Segunda Guerra Mundial que determinou a ruptura no processo de transformação da capital do Rio Grande do Norte e, no plano institucional e político, provocou a necessidade de um rearranjo na organização social, política e econômica estadual. Apesar de ter sido um período curto, de 1939 a 1945, a cidade teve o espaço intra-urbano transformado com implantação de uma estrutura urbana militarizada e a manifestação de inúmeras novidades que, ao contrário de momentos anteriores, não dependeram da iniciativa das elites políticas locais.

Segundo estimativa de Câmara Cascudo<sup>10</sup> (1999, p.401)<sup>11</sup>, “entre 1942 e 1944, a população da Cidade do Natal conviveu com cerca de 10 a 15 mil militares estadunidenses (sem contar os soldados brasileiros), quando seu crescimento anterior só lhe permitiu ter cerca de 50 mil habitantes”. Ou seja, em torno de 20% da população residente na cidade, nesse período, foi constituída por estrangeiros, o que provavelmente pode ter tornado essa experiência uma especificidade se comparada com as demais cidades brasileiras que abrigaram bases e outras atividades militares na Segunda Guerra Mundial. Até então, a cidade tinha suas atividades voltadas principalmente para os serviços urbanos, era o centro político-

---

<sup>9</sup> Quando foi fundado em 1920, o Escritório tinha a direção do Engenheiro Francisco Saturnino de Brito e se chamava Escritório de Engenharia Civil e Sanitária. No período em que foi contratado para elaborar o Plano Geral de Obras, em Natal, estava sob a direção de Francisco Saturnino de Brito Filho, que mudou sua denominação para Escritório Saturnino de Brito.

<sup>10</sup> Câmara Cascudo nasceu em Natal em 30/12/1898. Foi professor, jornalista, consultor jurídico do Estado, escritor, historiador, folclorista, etnógrafo, memorialista e orador de recursos inesgotáveis. Exerceu a profissão de jornalismo principalmente na imprensa local. Sua bibliografia contabiliza mais de uma centena de obras distribuídas em diversos campos do conhecimento, principalmente do folclore. Morreu em Natal, em julho de 1986, porém continua influenciando a produção literária do país, assim como a construção de documentos governamentais e acadêmicos sobre Natal e sobre o Rio Grande do Norte. In: CARDOSO, Rejane (Coord.). Op. Cit.

<sup>11</sup> CASCUDO, Luís da C. **História da Cidade do Natal**: Prefeitura do Município de Natal, 1947. 3. ed. Natal: RN Econômico, 1999.

administrativo do Estado do Rio Grande do Norte e repentinamente aguçou suas características de centro militar e estratégico e potencializou sua perspectiva comercial e de entretenimentos.

O impacto de viver sob a iminência de abrigar as batalhas da Segunda Guerra Mundial e a rapidez com que as mudanças ocorreram no espaço da cidade certamente influenciaram na maneira como as elites políticas registraram o vivido, assim como responderam às exigências colocadas pela conjuntura do período. Além disso, as transformações trouxeram uma nova realidade que pode ter provocado mudanças na constituição da identidade da cidade, assim como as transformações podem ser responsabilizadas pelas intervenções ocorridas, pela cristalização de sua configuração espacial e pelo seu desenvolvimento econômico e social.

Esse quadro indicou algumas questões que nortearam a investigação e que estão contidas nas seguintes perguntas:

- Que condições históricas possibilitaram a militarização da cidade e quais as repercussões que estas tiveram na construção dos discursos das elites políticas?

- Como as elites políticas participaram do processo de mudanças que ocorreram na cidade?

- Quais foram as repercussões da Segunda Guerra Mundial na vida da população da Cidade do Natal, levando em consideração a presença militar no espaço urbano em contraponto à experiência da virtualidade do estado de guerra e à expectativa de viver as batalhas da guerra?

- Que mudanças ocorreram que podem ter influenciado para a disposição sócio-espacial resultante do processo de militarização do espaço urbano?

E, por fim, como essas mudanças influenciaram para a construção dos discursos das elites políticas e como repercutiram na produção dos seus registros e nas representações do “novo” inesperado?

Essas questões definiram, portanto, o objeto de estudo como sendo a relação entre as transformações urbanas na Cidade do Natal e os discursos e as representações das elites políticas durante a Segunda Guerra Mundial. Daí descortinaram-se diversos elementos que compoem o contexto que foi analisado por este trabalho.

Inicialmente, expressamos a compreensão de que, no estado do Rio Grande do Norte, a historiografia local pode ser dividida na que foi escrita por Luís da Câmara Cascudo, na produção historiográfica o Instituto Histórico e Geográfico

que, eventualmente, trata da Cidade do Natal e tem como referência a própria obra de Cascudo; e na recente produção acadêmica sobre a História da cidade. Em 1946, Cascudo, ao escrever um livro que foi encomendado pela administração municipal, organizou mais de 500 páginas com textos escritos anteriormente e complementos atualizados até aquele momento e concluiu sua escrita ressaltando que havia registrado o essencial, o característico “[...]. Tentei evitar omissões maiores [...]. Mesmo assim muitos dias estão brancos e possivelmente muita curiosidade ocorreu neles. Não vi. Não li. Não encontrei” (CASCUDO, 1999, p.37)<sup>12</sup>.

Nesse livro, Cascudo quase deixou de fora o período da Segunda Guerra Mundial, assim como se referiu poucas vezes às intensas transformações que a cidade viveu no cotidiano e na sua configuração espacial. É possível supor que a ausência das referências aos acontecimentos que giraram em torno da Segunda Guerra Mundial deveu-se à sua proximidade, o que não lhe permitiu maiores análises ou sistematizações. Apesar disso, a partir de 1947, o livro História da Cidade do Natal tornou-se a principal referência historiográfica sobre a cidade e essa importância perdura até os dias atuais.

Os escritos historiográficos têm trazido informações sobre o desenvolvimento da cidade e da população, sobre sua cultura e sua vida cotidiana. Porém, entende-se que muitas especificidades ficaram por ser elucidadas, particularmente as que se referem aos elementos que provocaram a transformação do espaço urbano, ao impacto vivido pelos moradores e às consequências provocadas pelas mudanças vividas na cidade, principalmente quando se constata que, entre os anos de 1940 e 1950<sup>13</sup> a população passou de, aproximadamente, 50 mil para 100 mil habitantes.

Dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte diversos grupos de pesquisa se organizaram e têm desenvolvidos trabalhos sobre esse tema, especialmente no Departamento de Arquitetura, o qual, nos últimos anos, por meio do Grupo de Estudo de História da Cidade e do Urbanismo (HCurb)<sup>14</sup>, tem

---

<sup>12</sup> CASCUDO, Luís da C. **História da Cidade do Natal**: Prefeitura do Município de Natal, 1947. 3.ed. Natal: RN Econômico, 1999.

<sup>13</sup> Anos em que foi divulgado o Censo da População Brasileira.

<sup>14</sup> O Grupo de Estudo História da Cidade e do Urbanismo é coordenado pela professora Dra. Angela Ferreira e vinculado à Base de Pesquisa Estudos do *Habitat*, Departamento de Arquitetura/UFRN.

dispensado esforços para, conforme sinalizam Ferreira e Dantas (2006) na introdução do livro *Surge et ambula*, produzir:

[...] uma historiografia urbana e urbanística de Natal, de trabalhar com novos acervos (como os registros de imóveis e os artigos dos periódicos, em especial de *A República*), de atualizar as fontes secundárias e de superar uma narrativa descontextualizada que não interpelava, por exemplo, o lugar dos planos urbanísticos (ou, de uma maneira geral, das intervenções urbanísticas) no contexto social, cultural e técnico da cidade mas também da região e mesmo do Brasil (FERREIRA; DANTAS, 2006, p.30)<sup>15</sup>.

O HCUrb identificou e tem aprofundado estudos sobre diversos momentos importantes e que foram identificados no processo de construção do espaço da Cidade do Natal ao longo do século XX. Seus resultados têm contribuído para a compreensão da história urbana da cidade e estão colocados à disposição da sociedade local. Algumas das descobertas não são evidentes, porém estavam materializadas no seu espaço. São como rastros das transformações e adequações, motivações e interesses envolvidos em cada período, e que contribuíram para aprimorar o conhecimento e alicerçar práticas sobre o espaço urbano da Cidade do Natal, assim como orientar ações que podem interferir na construção de mais uma história da cidade.

Nesse contexto, o presente trabalho pretende se agregar a esse esforço, particularmente tratando do período da Segunda Guerra Mundial, além de inserir-se como mais uma contribuição aos estudos historiográficos que intentam recontar a história desta cidade. Para isso, utilizou como instrumento preferencial de análise, as palavras escritas e publicadas pelas elites locais por meio de crônicas, discursos oficiais, editoriais e matérias jornalísticas publicados no *Jornal A República* durante o período de 1939 a 1945. A fonte foi escolhida porque se tratava do jornal oficial e principal meio de comunicação utilizado pelas elites locais, e suas informações

---

<sup>15</sup> FERREIRA, Angela L.; DANTAS, George (Org.). **Surge et ambula**: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940). Natal: EDUFRRN, 2006.

revelavam, entre outros aspectos, a experiência vivida, as transformações urbanas ocorridas, as novidades e a convivência com o novo. Os escritos publicados foram considerados como discursos da classe dirigente do Estado e estes possibilitaram a identificação de elementos que contribuíram para as mudanças e desdobramentos da modernização da cidade.

Considerou-se ainda que, apesar de não terem sido registradas materialmente pela população em geral, as mudanças ocorridas foram assimiladas pelos moradores e deixaram suas marcas nos documentos das elites políticas da cidade. Estes documentos permitiram que se percebesse a contingência da Segunda Guerra Mundial e suas manifestações sobre o espaço, sabendo que a transformação deste se deu de uma forma não planejada. A imprevisibilidade do acontecido provavelmente deixou a todos surpreendidos diante do que, provavelmente, não podiam compreender e que os fazia oscilar ora com referências explícitas como partícipes da construção do espaço e controladores de sua transformação; ora omitindo e tratando superficialmente as repercussões do momento, preferindo privilegiar a garantia e a manutenção dos seus interesses. Nos momentos de omissão, percebeu-se que os documentos priorizavam os assuntos referentes às questões militares e/ou festivas que envolviam as Forças Armadas Estadunidenses e Brasileiras aquarteladas na Cidade do Natal.

No entanto, apesar da percepção dessas intenções, quase todos os registros que foram selecionados deixaram entrever o que sucedia na cidade.

A pesquisa ancorou-se em referências teóricas e conceituais que deram condições de analisar a realidade estudada e permitiram compreendê-la, considerados, evidentemente, os objetivos propostos.

## 1.2 AS REFERÊNCIAS TEÓRICAS

### 1.2.1 A modernização das cidades

Compreende-se que o século XX foi um período em que as transformações se multiplicaram e se revelaram por meio de destruições que

modificaram a percepção do tempo e da velocidade. Foram mudanças profundas que deixaram seqüelas e impactaram os sujeitos os quais, por sua vez, estiveram inseguros e, muitas vezes, quase imobilizados diante da realidade que a modernidade impôs ao mundo.

Com Virílio (1996)<sup>16</sup>, verificou-se que o efeito da velocidade das transformações daí advindas e, particularmente, sobre as cidades pode ser percebido na vivência social e política e esta se manifesta principalmente na incorporação de tecnologias à vida humana, o que possibilita a virtualidade dos fatos como experiência real e sentida pelos indivíduos.

Dentro dessas possibilidades, Giddens (1991)<sup>17</sup> agrega a compreensão de que a velocidade é transformadora e opera o deslocamento “tempo-espaço”, a partir do qual o tempo e o espaço tornaram-se flexíveis e virtualizáveis. Esse deslocamento dinamiza a sociedade, fazendo-a capaz de ressignificar concepções e provocar rupturas nos antigos referenciais. Além disso, essa flexibilização ultrapassa as concepções tradicionais e constrói uma outra percepção e maneira de se relacionar social e culturalmente com e a partir do tempo e do espaço existentes.

O espaço, portanto, traduz a maneira como é ocupado por objetos, atividades, indivíduos e grupos e seu controle, naturalmente, reflete como a sociedade se apropria da sua produção simbólica e física, a fim de poderem exercer um maior grau de controle sobre os indivíduos. A apropriação é vista como uma estratégia para conter, restringir e até excluir indivíduos dos espaços físicos e simbólicos e, mesmo, como integrante da construção de identidades culturais. Nesse viés, Hall (1998, p. 38)<sup>18</sup> esclarece que “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento“. Não se trata, portanto, de uma coisa acabada, mas em permanente construção.

Os sujeitos, no seu processo de construção da identidade cultural e coletiva, assim como de suas representações, fazem-no ancorados no conhecimento do passado e da história, o que lhes garante dar significado ao que pretendem apreender. Aos homens cabe, como conseqüências do processo de mudanças, o afastamento da natureza e sua fixação à idéia de progresso e de futuro

---

<sup>16</sup> VIRILIO, P. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

<sup>17</sup> GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

<sup>18</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pósmodernidade**. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

promissor. Apesar disso, as mudanças foram oferecidas como garantia de manutenção das esperanças de que a ruptura e o novo construiriam a autonomia e, conseqüentemente, suas próprias leis e sua história. Porém, como afirma Hobsbawn (1995), sua resultante foi a incerteza e a imprecisão do futuro.

Percebe-se a ruptura do vínculo dos sujeitos com o passado e com o mundo tradicional. O projeto histórico da modernidade faliu, particularmente ao instituir o efêmero e a negação da tradição. O mundo transformado assimilou prioritariamente a necessidade de sempre construir o novo, mas calcado na concepção de que aquilo que se constrói também pode ser destruído. Segundo Arendt (2001)<sup>19</sup>, a busca desmedida do novo tende a apagar a história e, com isso, pode-se compreender a angústia do presente, a saudade do passado e o futuro sem utopias a serem perseguidas. A crise de viver o presente, sem tradição ou perspectiva histórica, tornou-se um espetáculo que requer espectadores, que não produzem e não atuam e, conseqüentemente, sentem-se com o direito de não se responsabilizarem pelo que é construído ao seu redor.

Por último, é necessário esclarecer que a questão da modernidade permeou o desenvolvimento deste trabalho, particularmente quando tratou dos indivíduos, das reações às circunstâncias de uma época, assim como da busca do “novo” que promoveu a projeção em si envolto pela ilusão de si e em meio às inquietações e incertezas de um tempo datado.

O novo também pode ser compreendido como uma consciência que passou a existir a partir da modernidade que emergiu no século XIX com a industrialização e com o mercantilismo exacerbado da vida humana, inclusive da cultura e das transformações urbanas. O original (ou novo) como necessidade, que atende às exigências de uma sociedade sempre ávida por coisas novas e diferentes, determinou a construção de uma consciência neurótica, na qual “o sujeito é mergulhado num verdadeiro inferno do qual nunca consegue escapar” (ROUDINESCO, 1998, p.540)<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

<sup>20</sup> ROUDINESCO, Elisabeth. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

### 1.2.2 Espaços e transformações urbanas

Dando seguimento a essa abordagem, outro aspecto foi considerado e diz respeito, especificamente, ao espaço das cidades e suas transformações. A idéia de aceleração do processo modernizador do espaço passou principalmente pelo investimento nas cidades. De uma maneira geral, as ações sobre o espaço aconteceram estimuladas e, em grande parte, financiadas pelo próprio poder público.

Particularmente, o processo de industrialização urbana repercutiu sobre o desenvolvimento dos centros urbanos. Estes se transformaram com o tempo, acumularam elementos que possibilitaram sua compreensão e permitiram construir um novo direcionamento e fazer uma outra análise urbana. Para Lepetit<sup>21</sup>,

A cidade não dissocia: ao contrário, faz convergirem, num mesmo tempo, os fragmentos do espaço e os hábitos vindos de diversos momentos do passado. Ela cruza a mudança mais difusa e mais contínua dos comportamentos citadinos com os ritmos mais sincopados da evolução de certas formas produzidas. (LEPETIT, 2001, p.141).

A cidade provém do passado e é portadora de diversos tempos misturados e sobrepostos. Para o autor, cada elemento que a compõe resulta de ritmos e idades diferentes, sofrem mudanças através do processo de renovação e possuem os tempos passados demarcados. Além disso, todas as marcas temporais revelam os elementos culturais que lhes são próprios, pois:

[...] o tecido urbano, o comportamento dos citadinos, as políticas de planificação urbanística, econômica ou social desenvolvem-se segundo cronologias diferentes. Mas, ao mesmo tempo, a cidade

---

<sup>21</sup> LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.

está inteira no presente. Ou melhor, ela é inteiramente presentificada por atores sociais nos quais se apóia toda a carga temporal (LEPETIT, 2001, p.145)

O espaço da cidade absorve e, de certa maneira, organiza as diversas manifestações que o tempo produz: as formas antigas, as novas construções e as redes de infra-estrutura, ou seja, o espaço contém as materializações do passado, as marcas e os rastros materiais e imateriais das transformações, das adequações, das motivações e dos interesses dos sujeitos que o constroem.

Segundo Halbwachs (1990)<sup>22</sup>, as relações estabelecidas entre os sujeitos e os elementos físicos ou naturais podem estruturar e construir impressões sobre o espaço urbano, assim como os elementos de uma cidade (quarteirões, casas, edifícios, árvores e ruas) têm um lugar fixo, um aspecto aparentemente permanente e imóvel. As relações que os sujeitos estabelecem com a cidade, através do tempo, são verificadas pelas relações sociais, hábitos e condutas, desenvolvidos e enraizados, e que estão registrados pelas suas formas.

[...] o espaço é uma realidade que dura; nossas impressões se sucedem, uma à outra, nunca permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – [...] – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembrança (HALBWACHS, 1990, p.150).

O espaço e a memória, portanto, estão sujeitos a julgamentos e ambos podem comportar a mesma análise, pois um interfere na produção do outro. O espaço ocupado pelos homens é essencialmente uma memória, está constituído de

---

<sup>22</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

formas passadas e contribui para conformar costumes e a tradição de uma sociedade. Por isso, a cidade não é igual em todos os tempos.

Por fim, compreende-se que a cada tempo podem existir várias abordagens que interpretam as formas que as cidades adquirem, assim como sua relação com a história. E nesta não existe uma coisa dada, mas uma construção.

Para Le Goff (1996)<sup>23</sup>, apreender o tempo é essencial para compreender a oposição passado/presente, pois que todos os tempos estão contidos no tempo presente. Daí que seja este o ponto de partida para pensar a história, o momento em que vivemos, pois o passado é feito pelo presente.

### 1.2.3 As representações e os discursos

A análise também atentou para os discursos de poder e as particularidades das práticas narrativas. Para Burke (2005, p.158)<sup>24</sup>, estas práticas oferecem “pistas importantes para o mundo em que foram contadas” e estas foram encontradas nos registros dos discursos e na historiografia produzida.

Em princípio, consideraram-se as propriedades dos discursos propostas por Chartier (1994, p.101)<sup>25</sup>, para quem sua interpretação são “procedimentos de acreditação específicos”, assim como à história é creditada a prerrogativa de ser detentora do conhecimento verdadeiro. A história não como algo que pretende existir por si, mas transformar, recontar e (re) significar momentos vividos pela cidade moderna.

As historiografias são interpretações, assim como os registros dos discursos. Sua consideração implica no entendimento de que documentos contêm e relacionam imagens ou palavras e, nesse sentido, faz-se necessário encontrar e relacionar suas significações. O processo de entendimento dessa questão culminou com a constatação de que a imaginação e as combinações criativas de elementos surgidos a partir das práticas culturais (sejam elas literárias, visuais ou mentais)

---

<sup>23</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

<sup>24</sup> BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

<sup>25</sup> CHARTIER, Roger. **A história hoje: dúvidas, desafios, propostas**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.

podem ser compreendidas por meio do conceito de representação, o qual reforça a idéia de que imagens e textos simplesmente refletem ou imitam a realidade social.

Para Chartier (1990), o mundo é uma representação produzida por indivíduos de uma determinada época e de tudo o que estes tomam como verdade. Em geral, os envolvidos fazem seleções das experiências vividas e a partir dos significados que conseguem extrair, criam novas combinações e contextualiza-os em situações que lhes são oferecidas ou lhes parecem apropriadas. Para este autor, as representações são maneiras como os indivíduos apreendem o mundo, como se relacionam com ele e, conseqüentemente, como compreendem o funcionamento da sua sociedade. E ainda, a representação

[...] permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade” (CHARTIER, 1990, p.22)<sup>26</sup>.

Com isso, entende-se que a Historiografia carrega as interpretações de indivíduos e, conseqüentemente, suas representações. Trata-se de uma produção que é concebida por homens e que envolve os próprios homens; que é construída a partir de vestígios ou documentos, interpretada, analisada e nelas encontram-se a narrativa de uma verdade. Muitas vezes, mesmo inconscientemente, a narrativa historiográfica pode suprimir parte da verdade para preservar os interesses dos que

---

<sup>26</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

estão envolvidos. Para Chartier (1990)<sup>27</sup>, as historiografias são discursos direcionados a produzir, na prática, comportamentos e condutas; que pretendem incorporar gestos necessários ou convenientes e regras de civilidade.

A investigação histórica por vezes considera esse "caráter todo-poderoso do texto e o seu poder de condicionamento sobre o leitor — o que significa fazer desaparecer a leitura enquanto prática autônoma"; e privilegiar "a liberdade do leitor, produtor inventivo de sentidos não pretendidos e singulares – ou seja, encarar os atos de leitura como uma coleção indefinida de experiências irreduzíveis umas às outras" (Chartier, 1990, p.122)<sup>28</sup>. Como resposta ao dilema, sugere a análise por meio dos sentidos e significados que são historicamente construídos, observados os textos que são lidos, como são lidos, captados e significado pelos leitores.

Por sua vez, Certeau (2003, p.40)<sup>29</sup> afirma que “a presença e a circulação de uma representação [...] não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários”. A compreensão depende da maneira como os usuários as manipulam, como se apropriam e, posteriormente, como as registram material e imaterialmente. Ou mesmo, como influem na construção dos discursos hegemônicos e, conseqüentemente, como interferem na concepção do projeto de construção de uma cidade.

Enfim, a partir de Chartier, compreende-se que as tendências recentes da historiografia buscam reconhecer a maneira como os sujeitos dão sentido às suas práticas e aos seus discursos e compreendem a “tensão entre as capacidades inventivas dos indivíduos ou da comunidade e os constrangimentos, as normas, as convenções que limitam o que lhes é possível pensar, enunciar e fazer” (CHARTIER, 1994, p.106)<sup>30</sup>. Esse procedimento implica na elevação do detalhe a um plano central de análise, o que pode constituir uma densidade à relação entre os fatores que determinaram uma experiência histórica, que pode adquirir valor e significado na rede de relações ampliada da sociedade estudada.

---

<sup>27</sup> CHARTIER, Roger. Op. Cit., 1990.

<sup>28</sup> CHARTIER, Roger. Op. Cit., 1990.

<sup>29</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

<sup>30</sup> CHARTIER, Roger. Op. Cit., 1994.

### 1.2.4 As classes sociais e as elites políticas

Por fim, diante do fato de que a narrativa a ser construída considera os discursos das elites políticas como o eixo principal da interpretação, fez-se imprescindível esclarecer onde está situada a compreensão dessa questão. Inicialmente, partiu-se da compreensão de que o poder – quer seja econômico, político ou ideológico – é exercido por um grupo que extrapola a esfera local, regional ou mesmo nacional. Além disso, dentro da complexidade em que os estudos sobre o poder estão inseridos, as elites políticas representam o grupo que exerce as relações de poder na cidade.

Ao utilizar a Teoria das Elites clássica, o referencial partiu da compreensão de que existe uma “minoridade de homens que assume, em qualquer espécie de sociedade humana, o controle do processo de tomada das grandes decisões políticas” (SAES, 1994, p.8)<sup>31</sup> e que esse modelo é repetido e determina a dominação de uma maioria por uma minoria.

Para Mills (apud GRYNSZPAN, 1996, p.49)<sup>32</sup>, as elites, como um conceito que representa um grupo local, detêm o poder local e tendem a ser um grupo “unificado psicologicamente”. Estes indivíduos se encontram não apenas na política e “nos negócios, mas também em ocasiões sociais”, reconhecem-se e levam-se “em conta ao tomar decisões”. Por último, possuem, em geral, “origens sociais e trajetórias semelhantes” e fazem parte de “uma mesma rede de relações”.

Por outro lado, ao considerar que se trata de um contexto histórico de uma sociedade capitalista, entende-se que as elites políticas estão necessariamente conectadas aos interesses da classe dominante e inseridas nos conflitos de classes que permeiam esse sistema. Com isso, estas não são compreendidas como opostas ou antagônicas às classes sociais. Ou seja, “classes sociais” e “elites”, a exemplo do Bottomore (1968, p.94), podem ser consideradas complementares e representam aspectos particulares de seus interesses. Nas palavras desse mesmo autor “[...] será muito difícil afirmar que o progresso de nivelamento social já avançou tanto nas

---

<sup>31</sup> SAES, Décio. Uma contribuição à crítica da teoria das elites. **Revista de sociologia e política**. n. 3, 1994.

<sup>32</sup> GRYNSZPAN, Mário. **A teoria das elites e sua genealogia consagrada**. BIB. No. 41. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

sociedades capitalistas do Ocidente que as elites [...] já não possuem qualquer conexão com as classes sociais” (BOTTOMORE, 1968, p.94)<sup>33</sup>.

A consideração da Teoria das Elites pode ser esclarecida a partir da afirmação de Saes (1994 apud BARNABÉ, 1999)<sup>34</sup>, quando credita a esta “o mérito de suscitar a análise morfológica do processo político, identificando grupos politicamente dominantes na sociedade capitalista”, pois, por meio dela, é possível compreender as especificidades locais das classes dominantes, em vez de pensar a existência de uma “classe dominante local”. Nem todos os grupos políticos das classes dominantes podem ocupar um lugar de comando na esfera capitalista de poder superior e, no entanto, exercem o poder nas suas cidades.

Como se trata de compreensões conceituais de outras disciplinas e que fogem à natureza deste trabalho optou-se por equacionar as possibilidades reconhecidas e esclarecer que se considera que as elites políticas são formadas de acordo com Barnabé:

[...] por um conjunto de indivíduos com poder econômico, político e ideológico que, influenciando de forma direta ou indireta o exercício do poder e unidos por interesses comuns, apesar de eventuais contradições entre si, formam um grupo coeso, trabalhando basicamente pelo mesmo interesse, qual seja: o controle do poder local (BARNABÉ, 1999, p.14)<sup>35</sup>.

Portanto, o conceito proporciona um redimensionamento da relação entre os grupos locais e as classes dominantes nacionais. Entre seus integrantes podem existir divergências, contradições e conflitos, embora a convivência seja marcada por uma hierarquia que controla as relações, ressaltando que cada uma ocupa posições equivalentes de poder e controle em cada esfera (estadual e local). Para Mills (1962, p.343)<sup>36</sup>, esse posicionamento possibilita a coordenação explícita dos

---

<sup>33</sup> BOTTOMORE, T.B. **As classes na sociedade moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

<sup>34</sup> SAES, Décio. Op. Cit.

<sup>35</sup> BARNABÉ, Israel Roberto. Elite, classe social e poder local. **Revista Eletrônica de Estudos de Sociologia**. n. 4, n. 7, jul./dez. 1999.

<sup>36</sup> MILLS, Charles W. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1962.

indivíduos e a sua unidade em torno do poder, pois “aqueles que o exerciam, e até para que pudessem exercê-lo a contento, acumulavam determinados direitos e prerrogativas” que, por sua vez, eram distintos entre as esferas, assim como em relação aos homens comuns.

### 1.3 A SELEÇÃO DAS FONTES

A principal fonte do trabalho foi o Jornal A República, imprensa oficial do Governo do Estado e órgão divulgador das idéias republicanas locais desde o final do século XIX. Neste, foram destacados os editoriais, matérias jornalísticas, artigos e crônicas que trataram sobre a Cidade do Natal contextualizada na conjuntura da Segunda Guerra Mundial e que, naturalmente, registraram os pensamentos das elites políticas.

A pesquisa abrangeu os anos de 1939 a 1945 e identificou em torno de 3.900 registros com estas características, os quais foram fotografados de originais que estão guardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte e no Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio Grande do Norte<sup>37</sup>. Também foram consultadas fontes historiográficas que trataram sobre a história da cidade e publicações literárias sobre a guerra, a política e a vida na cidade, além dos trabalhos acadêmicos produzidos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

O Jornal A República foi fundado em 1889 por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão<sup>38</sup> e foi o único jornal que conseguiu manter-se em

---

<sup>37</sup> A estrutura física dos arquivos na Cidade do Natal tem contribuído para deteriorar os acervos, particularmente dos exemplares pesquisados, o que dificultou a sua utilização. Não possuem acondicionamento, proteção ou segurança contra intempéries e o acervo é guardado, em geral, em estantes de aço dentro de embalagens permeáveis. Entre os exemplares do Jornal A República, alguns foram encontrados com danos provocados por traças, rasgados pelo manuseio e com folhas soltas.

<sup>38</sup> Pedro Velho de Albuquerque Maranhão nasceu em Natal a 27 de novembro de 1856. Foi o chefe da propaganda republicana, coordenou a organização das instituições pró República e primeiro governador eleito do Rio Grande do Norte. Durante 18 anos exerceu uma liderança política do Estado, iniciada nos fins do século XIX até o ano de sua morte, em 1907. In: CARDOSO, Rejane (Coord.). **Quatrocentos nomes de Natal**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2000.

circulação<sup>39</sup> até 1945. No período em estudo, este era editado diariamente e guardava características de um jornal noticioso. Tinha em média 12 páginas com conteúdos que abrangendo notícias diversas, particularmente sobre aquele contexto: acontecimentos mundiais; a política nacional e local; os atos e decretos governamentais; o cotidiano urbano; a vida social; a cultura; o esporte e o lazer; entre outros assuntos.

Nele, os representantes das oligarquias agrárias estaduais, que formavam as elites políticas, escreveram, discutiram e disseminaram suas idéias. Tratava-se de indivíduos que gravitavam em torno da administração do Estado do Rio Grande do Norte e da Cidade do Natal, cujos textos eram publicados e cuja nomeação da autoria será oportunamente esclarecida em nota de rodapé.

O destaque dado ao cronista Danilo, pseudônimo do jornalista e intelectual Aderbal de França, justifica-se porque este era o único cronista do periódico. Suas crônicas, que eram publicadas em uma coluna diária durante todo o período pesquisado se sobressaíram pela riqueza das informações e referências que fazia à cidade e às transformações que seu autor percebia. Além disso, trata-se de um material inédito e que contribuiu para esclarecer o pretendido inicialmente.

Além do cronista, outros intelectuais e políticos escreveram no periódico na forma de matérias assinadas, editoriais e notas oficiais que registraram os acontecimentos da guerra e o desenrolar dos fatos modificadores do cotidiano existente até então na cidade.

### 1.3.1 As crônicas

É importante destacar que a escolha primordial do gênero Crônica deveu-se ao fato de que, além de ter sido encontrado em abundância, este é um registro circunstancial de um determinado momento, feito por um narrador-repórter, que relata um fato a muitos leitores e formam um público determinado. Segundo Sá (2005)<sup>40</sup>, a crônica é:

---

<sup>39</sup> MELO, Manoel Rodrigues de. **Dicionário da imprensa no Rio Grande do Norte: 1907-1987**. São Paulo: Cortez, 1987.

<sup>40</sup> SÁ, Jorge de. **A crônica**. 6.ed. São Paulo: Ática, 2005.

[...] uma soma de jornalismo e literatura (daí a imagem do narrador-repórter), dirige-se a uma classe que tem preferência pelo jornal em que ela é publicada (...), o que significa uma espécie de censura ou, pelo menos, de limitação: a ideologia do veículo corresponde ao interesse dos seus consumidores, direcionados pelos proprietários do periódico e/ou pelos editores-chefes de redação. Ocorre ainda o limite de espaço, uma vez que a página comporta várias matérias, o que impõe a cada redator explorar da maneira mais econômica possível o pequeno espaço de que dispõe. É dessa economia que nasce sua riqueza estrutural. (SÁ, 2005, p.7-8).

Para o autor, a crônica é o único gênero literário produzido essencialmente para ser veiculado na imprensa, seja nas páginas de uma revista, seja nas de um jornal. Desde a sua origem tem finalidade utilitária e é pré-determinada a agradar leitores identificados com a linha editorial do veículo, o qual dentro de um espaço sempre igual e com a mesma localização, cria, no transcurso dos dias ou das semanas, uma familiaridade entre o escritor e aqueles que a lêem. Em geral, a crônica é um comentário breve sobre algum fato da vida diária e o seu motivo, na maioria dos casos, é o fato ocorrido na cidade, o acontecimento insignificante, a cena corriqueira.

Embora considerada pelos literatos como gênero literário menor ou de pouca importância, a crônica se tornou o principal instrumento de expressão para determinada parcela de intelectuais e escritores brasileiros. O próprio fato de conviver com o efêmero diário propicia uma comunicação que é reveladora, sensível, insinuante e despretensiosa como só a literatura pode ser. A mistura entre jornalismo e literatura leva a crônica a se constituir também como um texto artístico, um comentário que apresenta uma linguagem que transcende a da mera informação, mais pessoal, não muito sofisticada, cujo estilo dá a impressão de naturalidade, aproximando-se da fala e, conforme se lê abaixo:

Na crônica, embora não haja a densidade do conto, existe a liberdade do cronista. Ele pode transmitir a aparência de superficialidade para desenvolver o seu tema, o que também acontece como se fosse 'por acaso'. No entanto o escritor sabe que esse 'acaso' não funciona na construção de um texto literário (e a crônica também é literatura), pois o artista que deseje cumprir sua função primordial de antena do seu povo, captando tudo aquilo que nós outros não estamos aparelhados para depreender, terá que explorar as potencialidades da língua, buscando uma construção frasal que provoque significações várias (mas não gratuitas e ocasionais), descortinando para o público uma paisagem até então obscurecida ou ignorada por completo (SÁ, 2005, p. 9-10)<sup>41</sup>

Em geral, a crônica tem uma carga emotiva que, de alguma maneira, atinge mais facilmente aos seus leitores, aguçando sentimentos, fazendo-os perceber histórias, detalhes, caminhos e propiciando interpretações diversas. Segundo Sá, quando se trata de uma crônica publicada em jornal, é necessário também levar em conta os elementos que a rodeiam na página, pois é quase inevitável a interpenetração de outros textos, fazendo com que um sirva de suporte ao outro, esclarecendo o que diz ou tenta dizer.

Os textos de uma página de jornal, sejam crônicas ou não, oferecem uma possibilidade de compreensão do que pode estar contida e não está explícito, pois todo documento fala da dimensão social da sociedade que o produziu.

#### 1.4 A ESTRUTURA DA TESE

Para apresentar os resultados alcançados, o trabalho foi assim estruturado:

---

<sup>41</sup> SÁ, Jorge de. Op. Cit., 2005.

No capítulo 1, INTRODUÇÃO, encontra-se a explicitação sucinta das principais REFERÊNCIAS TEÓRICAS, particularmente as que marcaram a análise dos dados e o desenvolvimento do trabalho.

Em seguida, no capítulo 2, O CONTEXTO POLÍTICO NACIONAL, A CONJUNTURA DA GUERRA E A CONFIRMAÇÃO DA CONDIÇÃO DE NATAL COMO CIDADE ESTRATÉGICA, apresenta-se a situação política que envolveu a conjuntura da Guerra. As classes dominantes nacionais, as elites políticas estaduais e a dupla participação, envolvendo a negociação que culminou com a liberação do espaço da Cidade do Natal para uso militar pelo Governo dos Estados Unidos e pelas suas Forças Armadas. As articulações e as barganhas empreendidas para tirar proveitos econômicos e atender a diversos outros interesses militares e políticos brasileiros e locais, e paralelamente, enquanto se desenrolavam as negociações, a população da cidade antecipava seu envolvimento com a Guerra. A narrativa considera a importância e o papel do principal meio de comunicação oficial, o Jornal A República, o que justifica a escolha desse periódico como a principal fonte de pesquisa; os intelectuais, os políticos e os arranjos de poder que envolveram a sobrevivência das elites políticas locais frente à ditadura do Estado Novo.

O capítulo 3, AS ELITES POLÍTICAS E A CIDADE DIANTE DA AMEAÇA DA GUERRA trata da conjuntura histórica e da construção da cidade moderna. A descrição e análise da atuação das elites políticas como promotoras do desenvolvimento e da modernização da cidade. A interrupção do Plano Geral de Obras e as etapas que foram implantadas a partir do projeto inicial, cujo resultado parcial estava sendo festejado pelos grupos dirigentes quando a Guerra foi iniciada na Europa. Esse Plano representou a consolidação de um momento de sua modernização da cidade, e o seu resultado, em parte, contribuiu para o estágio de desenvolvimento em que esta se encontrava a cidade em 1939. O capítulo analisa as especificidades das obras, os locais beneficiados e, conseqüentemente, o que estas representavam para a transformação que ocorreu sobre o espaço. Além disso, explicita os sentidos, os desdobramentos e as condições que existiam no momento inicial ao qual o estudo se reporta, quando o cotidiano começou a ser ameaçado e, posteriormente, deixou de existir. Explicita também como as elites dirigentes assimilaram os modelos de cidade moderna e como estes se manifestaram na sua visão, na espacialização de suas obras e na distribuição dos bairros. Aborda, ainda, a manifestação do privilégio de determinadas áreas da cidade associada às ações,

em detrimento de outras e, neste caso, a divisão entre bairros localizados nas áreas urbanas, suburbanas e na periferia. Por fim, as transformações urbanas, o estágio de modernização da cidade, os bairros, os investimentos públicos e a vida na cidade, particularmente os aspectos referentes à organização social e às expectativas criadas pela Guerra.

O capítulo 4, CIDADE CIVIL E A PREPARAÇÃO PARA A MILITARIZAÇÃO (1939-1942), remonta historicamente à confirmação da importância da situação geográfica da cidade e sua relação com a aviação mundial, assim como as repercussões sobre o processo de urbanização, apresentando o início da movimentação militar e a preparação do processo de militarização da cidade. Trata-se das repercussões da Segunda Guerra Mundial e seu significado inicial para os natalenses, assim como das expectativas que se estabeleceram entre as elites políticas que, conjuntamente com os moradores da cidade, acompanhavam os noticiários através do rádio. Da surpresa, do medo e das tensões que se manifestaram enquanto se esperava uma ação bélica efetiva na cidade. Da discussão ocorrida nas páginas do Jornal A República que discorre sobre as iniciativas do Governo Brasileiro, as decisões e elaborações de planos e projetos de expansão da estrutura militar e as repercussões que as elites percebiam. Do impacto dessa expectativa e as primeiras iniciativas para preparar a economia da cidade e do Estado para a crise econômica que se esperava. E, ainda, das obras de construção de quartéis e bases militares brasileiros e suas repercussões sobre a configuração espacial da cidade, assim como as conseqüências sobre o comércio local.

O capítulo 5, A PRESENÇA MILITAR EM NATAL: OS ESTADUNIDENSES E A OMISSÃO DAS ELITES POLÍTICAS (1942-1945), trata da operacionalização da estrutura de guerra e da efetivação do funcionamento das bases. Revela a presença dos militares estadunidenses, que já se encontravam diante das elites dirigentes e dos moradores e se movimentavam em quantidade significativa e com desenvoltura pelas ruas da cidade. A presença, no entanto, foi omitida pela imprensa oficial do Estado, que só começou a explicitá-la quando a cidade já havia se tornado uma “praça de guerra”, com os treinamentos dos moradores e com a preparação de sua defesa. As notícias revelaram a proximidade da relação entre as elites locais e os militares estadunidenses, as estratégias de relacionamentos bem-sucedidas e o entretenimento considerado como uma

exigência da guerra, acionador da economia local e facilitador das relações sociais e interpessoais. A emergência de notícias de bases estadunidenses, que já estavam concluídas e em funcionamento na cidade, e o ápice da ameaça de ataque. Foi o momento em que se viveu a guerra na Cidade do Natal, os acordos de cooperação foram assinados entre os governos brasileiro e estadunidense e iniciaram-se as conseqüências para as elites políticas, para a participação dos moradores na mobilização que, por um pequeno período, deixaram de ser expectadores e passaram a coadjuvantes, como mão-de-obra das construções militares ou partícipes da defesa da cidade. Por fim, o momento foi seguido pela constatação da perda da importância da Cidade do Natal como ponto estratégico e de apoio às frentes de batalha na Europa.

No capítulo 6, A CIDADE SOB OS EFEITOS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, são apresentadas as conseqüências imediatas que a Cidade do Natal viveu nesse período da Guerra. O crescimento populacional descontrolado, crises estruturais e econômicas – racionamento, especulações e inflação, colapso da infraestrutura urbana e dificuldades inesperadas na vida diária dos moradores da cidade. Esse capítulo pretende anunciar as condições que a Cidade do Natal viveu após a saída das Forças Armadas estadunidenses e sua intenção foi demarcar a proporção do impacto vivido pela cidade, comparado com a sua dimensão e com o seu despreparo infra-estrutural. É evidente que foram repercussões que se revelaram em outras cidades, porém pretende-se mostrar e consubstanciar a idéia de que a experiência de Natal não pode ser comparada à de outras cidades brasileiras. Posteriormente, em 1945, ainda com as atividades bélicas se findando nos países europeus e asiáticos, as elites políticas da Cidade do Natal viram-se colocadas diante de uma nova expectativa: as conseqüências que a estrutura da Cidade viveria após a retirada das tropas militares que a essa altura animavam suas vidas e garantiam o crescimento da economia. Diante da situação que se avizinhava, as elites começaram a preparar, nos seus discursos, uma nova ilusão e numa nova perspectiva para o futuro da cidade, ancoradas na imagem de uma relevância reconhecida e, no entanto, pouco concretizada.

No capítulo 7, as CONSIDERAÇÕES FINAIS, são analisados os desdobramentos que consideram as especificidades que estiveram envolvidas na experiência vivida por uma pequena cidade provinciana e cosmopolita à sua maneira, cuja expansão do espaço urbano ocorreu num contexto adverso e cujas

repercussões deram-se, principalmente, por meio do seu crescimento econômico e populacional. Enfim, uma totalidade detentora de identidades em permanente construção, em que o projeto de modernidade pertenceu às elites, que a implantou também para construir a sua própria cidade.

Sem dúvida, o trabalho não pretende dar conta de todo o tema das transformações urbanas ocorridas no período, mas extrair e revelar os discursos legitimadores das mudanças, a visão das elites locais, suas interpretações e justificações para as intervenções ocorridas.

Por fim, trata-se de uma narrativa que compreende que algo deixa de existir à medida que é observado e, por isso, deixa de ser o mesmo e passa a ser uma interpretação de quem o observa. Para Mills (1986)<sup>42</sup>, não somos nós que escolhemos nossos objetos de estudos, mas este é construído a partir da elaboração de nossas experiências anteriores em um processo que apenas revela sintomas. Este autor reconhece que o que pode ser enxergado pelo sujeito de certa forma já estava, inconscientemente, pretendido que fosse visto.

---

<sup>42</sup> MILLS, Charles W., **A imaginação sociológica**. 6.ed. São Paulo: Jorge Zahar, 1986.

## 2 O CONTEXTO POLÍTICO NACIONAL, A CONJUNTURA DA GUERRA E A CONFIRMAÇÃO DA CONDIÇÃO DE NATAL COMO CIDADE ESTRATÉGICA

Em 1939, quando se iniciou a Segunda Guerra Mundial, o país vivia o Estado Novo, período ditatorial da Era Vargas. Nesse cenário, as elites políticas natalenses estavam envolvidas e dedicadas em consolidar seu retorno à direção das instâncias de poder no Estado do Rio Grande do Norte e da sua Capital<sup>43</sup>. O país passava por redefinições econômicas e políticas, o que, segundo Spinelli (1996), garante a retomada do poder local pela oligarquia tradicional, que pagou o preço com a “submissão a um poder central intervencionista e antiliberal, que promove[u] ‘de cima’, apoiado nas Forças Armadas e nos grupos tecnocráticos, o processo de ‘modernização’ do Estado e da economia do país” (SPINELLI, 1996, p.13-14)<sup>44</sup>.

### 2.1 O QUADRO POLÍTICO NACIONAL E AS RELAÇÕES DE PODER EM NATAL

No período em que se deu a Era Vargas, de 1930 a 1945, as circunstâncias políticas do país podem ser consideradas como diferenciadas, pois, pela primeira vez, o Estado Republicano havia sido transformado em sua essência original. Segundo Diniz (1981)<sup>45</sup>, o sistema federalista implantado no Brasil, desde a Constituição 1891, confere autonomia aos estados e, nesse momento, as novas relações passaram a requerer acomodações especiais em todos os níveis da federação, particularmente de interesses e rearranjos políticos.

---

<sup>43</sup> Essa retomada havia se iniciado com as eleições de 1934, quando as elites tradicionais se elegeram. A Revolução de 1930 havia afastado os principais representantes da oligarquia algodoeira-pecuária do poder no Estado do Rio Grande do Norte.

<sup>44</sup> SPINELLI, José Antônio. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930/35**. Natal: EDUFRRN, 1996.

<sup>45</sup> DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classes. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1981. (Tomo III – O Brasil Republicano, 3º volume – Sociedade e Política 1930-1964).

Desmontar as bases do poder de decisão dos grandes Estados significaria paralelamente remanejar os recursos de poder à disposição dos diferentes setores dominantes, reequilibrando o peso político das diferentes facções oligárquicas regionais, reduzindo a influência dos setores hegemônicos tradicionais. [...]. Em segundo lugar, o período se caracterizaria pela reestruturação das relações de classes e redefinição das alianças políticas. Finalmente, o novo pacto de poder, [... implantou] um novo estilo de política econômica caracterizado pelo aperfeiçoamento dos instrumentos e mecanismo de intervenção do Estado na economia, aspecto básico da transição para o capitalismo industrial (DINIZ, 1981, p.93).

Em 1939, o momento político mais difícil para as elites políticas do Rio Grande do Norte já havia passado. Para Monteiro (2007, p.149)<sup>46</sup>, desde o início o Governo do Presidente Getúlio Vargas faz do “combate ao sistema de poder oligárquico sua bandeira de luta”, de tal modo evidente que uma das primeiras medidas tomadas foi a criação do cargo de Interventor. Os estados tiveram que passar a ser geridos por lideranças oriundas de estados diferentes dos quais eram nomeadas para administrar.

Os grupos oligárquicos que dominavam o Estado do Rio Grande do Norte eram formados basicamente por representantes de grupos econômicos ligados à produção de algodão e à pecuária. Estes se sucediam no poder desde a Proclamação da República em 1889 e, a partir de 1924, o poder estadual ficou sob a direção do grupo seridoense, filiado ao Partido Popular (PP) e, posteriormente, à União Democrática Nacional (UDN). Com a instauração da Era Vargas, o grupo foi afastado circunstancialmente, porém em 1933, segundo Machado (2003?, p.113)<sup>47</sup>, devido a inexistência de aliados no Rio Grande do Norte, Getúlio Vargas nomeou o interventor Mário Leopoldo Pereira da Câmara com o propósito de “prestigiar o grupo político” seridoense e promover essa aproximação. Porém, independente dos acertos e acordos, a oligarquia local voltou ao Governo em 1934, com as eleições

---

<sup>46</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2007.

<sup>47</sup> MACHADO, João Batista. *Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003)*. [s.l: s.n], [2003?].

indiretas, na Assembléia Legislativa Estadual, do Governador Rafael Fernandes de Gurjão, o qual, por ocasião do Golpe de Estado de 1937, foi mantido no cargo e permaneceu até julho de 1943, quando pediu exoneração do cargo.

Em 1943, segundo Machado (2003?, p.113) foi nomeado interventor Antônio Fernandes Dantas, que manteve quase a mesma equipe de auxiliares do governo anterior. Entre as mudanças, procedeu à substituição o prefeito da Cidade do Natal, nomeando no lugar do Engenheiro Gentil Ferreira de Souza, o médico José Augusto Varela. Ocorreu uma continuidade administrativa, tanto em 1937 como em 1943, sem sobressaltos ou querelas políticas, e assim permaneceu até a redemocratização do Estado Brasileiro em 1947 quando o então Prefeito da Capital, o Dr. José Varela, foi eleito para o Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Enfim, a partir de 1937, as oligarquias políticas locais reconciliaram-se com o Governo Federal e o Presidente da República. Em troca de apoio, permitiu que consolidassem seu controle político sobre o poder local, mas em contrapartida submeteu-as à nova hierarquia administrativa implantada pelo novo Estado Brasileiro. Esta permitia, por exemplo, que a figura do interventor se relacionasse diretamente com o Presidente da República, uma vez que as Assembléias Legislativas e o Congresso Nacional haviam sido fechados e, com isso, os interventores assumiram o poder com autonomia, prescindindo, inclusive, do apoio de suas bases, se assim o quisessem, porém mantendo-se sob o controle do Governo Federal.

Ainda segundo Diniz (1981, p.93)<sup>48</sup>, depois da Revolução de 30, o regionalismo que, até então, direcionava a política nacional, perde espaço para os novos grupos, e as oligarquias quase foram totalmente desarticuladas. Os novos grupos inserem-se, principalmente, dentro do setor burocrático do Estado, o que resultou, para Holanda (1936 apud REIS, 2003, p.135-6)<sup>49</sup>, numa revolução. O país transitou “de uma sociedade rural, regida por privilégios, [...], para uma sociedade urbana, mais abstrata e regrada, artificial. [...]. Ela significará a ruptura com as oligarquias rurais e o advento de novos sujeitos urbanos”.

Nessa conjuntura nacional adversa, ao contrário do que ocorreu em alguns Estados brasileiros, para as elites políticas do Rio Grande do Norte a ditadura

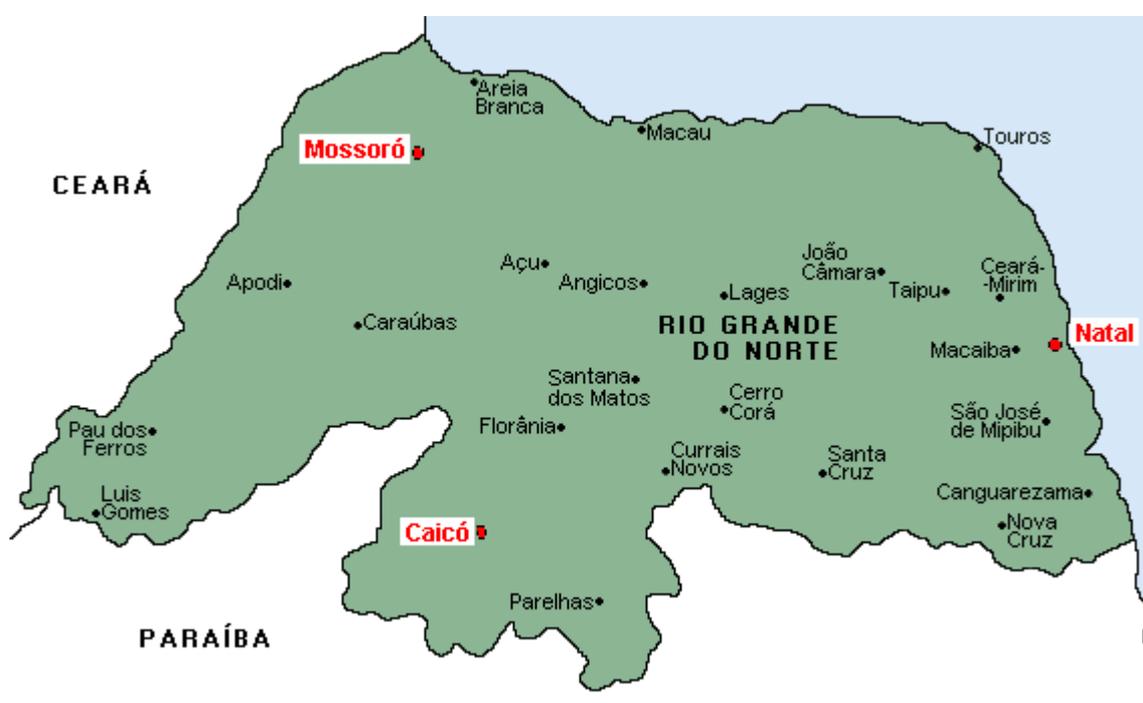
---

<sup>48</sup> DINIZ, Eli. Op. Cit.

<sup>49</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Vargas permitiu que mantivessem sua influência política sobre o estado e da base econômica, que continuou fundada predominantemente na produção do algodão e na pecuária, embora a economia estadual permanecesse pouco representativa diante do quadro nacional.

Regionalmente, as principais lideranças econômicas estaduais eram do interior do Estado, particularmente das cidades de Caicó, na região do Seridó, e de Mossoró, Região Oeste do Estado.



**Figura 2** - Mapa do Rio Grande do Norte.

Fonte: <<http://www.dholmes.com/master-list/brasil/rio-grande-norte.gif>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

Em Natal, o principal vínculo comercial dos produtores do interior era com as Casas de Exportação, em geral, localizadas na Ribeira. Embora mantivesse também um fluxo comercial com os estados vizinhos, particularmente com a cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, e com Aracati, no Estado do Ceará. Portanto, também a importância econômica da capital era relativa para a oligarquia econômica estadual. Apesar do Rio Grande do Norte ser inexpressivo do ponto de vista industrial, as atividades deste setor também estavam localizadas no interior, ligadas à extração de sal e à mineração.

O poder político e ideológico, no entanto, era estabelecido na Cidade do Natal. Este último era representado por uma intelectualidade com pouca expressividade nacional, mas que tinha uma forte penetração nos veículos formadores de opinião estaduais. Além destes, a capital também sediava o poder religioso da Igreja Católica que, no final da década de 30 do século XX, vivia um intenso processo de transformações internas, e o militar, que historicamente teve muita importância na vida da cidade.

O espectro social que predominava na estruturação da capital do Rio Grande do Norte estava fundado na classe média. Esta era formada pelo funcionalismo público e por profissionais liberais que, em geral vindo das principais famílias oligárquicas tradicionais, costumavam enviar seus filhos para cursar direito ou medicina nas cidades do Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Além de produtora intelectual, a classe média participava do debate ideológico e, provavelmente, influenciava as ações do Governo do Estado e da Capital a fim de promover as mudanças no espaço urbano.

### **2.1.1 O Estado Novo e a imprensa local**

A ditadura do Estado Novo deu prioridade às políticas culturais e criou uma estrutura administrativa voltada para a produção e para a difusão de suas idéias. Os intelectuais ligados à classe dominante nacional organizaram-se e passaram a interferir nas instituições de classes e, da mesma forma, as camadas médias e as novas classes operárias e urbanas começaram a se agregar em associações e sindicatos classistas, e estas já atuavam sob a égide da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Para Oliveira (1982), este momento foi marcado pela pluralidade, uma vez que:

Intelectuais vindos das mais diferentes origens foram desembocar numa corrente comum que se inseria no projeto de construção do Estado nacional. Modernistas, integralistas, positivistas, católicos e

socialistas são encontrados trabalhando lado a lado (OLIVEIRA, 1982, p.11)<sup>50</sup>.

Pela primeira vez na história republicana brasileira, segundo Oliveira (1982), o intelectual passa a fazer parte do Estado e a ter amparo moral e material para produzir saber. Suas principais lideranças são integradas à vida nacional e passam a ter voz, a falar “do seu tempo, do seu país”, o que torna difusa “a linha demarcativa entre o ‘homem das letras’ e o ‘homem político’, desfaz-se o divórcio entre a inteligência e o Estado” (VELLOSO, 1982, p.94)<sup>51</sup>. A ditadura Vargas relaciona-se com a intelectualidade sem esquemas sofisticados e utiliza-se do próprio discurso que esta defendia para reativar as “representações destinadas a legitimar a nova distribuição de poderes” (VELLOSO, 1982, p.72)<sup>52</sup>.

No momento em que estourou a guerra na Europa, a conjunção de novos fatores passou a interferir diretamente no Estado do Rio Grande do Norte e, particularmente, no meio político da Capital<sup>53</sup>. Os arranjos políticos e as acomodações de interesses aproximaram mais ainda as elites políticas do Governo Vargas, o que, segundo Monteiro (2007)<sup>54</sup>, ainda não havia ocorrido desde a Revolução de 1930. A conjuntura imposta pela guerra, ao contrário, posicionou-os frente a frente o poder do Estado Ditatorial e o poder das elites políticas e das oligarquias estaduais fora colocados à frente da administração.

Inicialmente, a estratégia adotada pelo Estado Novo de atrair os intelectuais para a construção de um projeto nacional foi bem sucedida. A conjunção entre tradição e modernização que se estabeleceu no país conseguiu juntar intelectuais da classe dominante, de diferentes origens e matizes ideológicos, que se sentiram atraídos pelo objetivo de pensar a construção de um Estado Nacional.

---

<sup>50</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lipp. et al (Orgs.). **Estado novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

<sup>51</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi *et al.* Op. Cit.

<sup>52</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lipp et al (Orgs.). Op. Cit.

<sup>53</sup> Em entrevista realizada em agosto de 2007. José Antônio Spinelli, autor do livro *Getúlio Vargas e a Oligarquia Potiguar: 1930/35* (Natal: EDUFRRN, 1996), afirmou que até o momento atual, ainda não existem trabalhos sistematizados na área da ciência política, por exemplo, que tenham aprofundado o período do Estado Novo no Rio Grande do Norte.

<sup>54</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. Op. Cit..

Segundo Oliveira (1982)<sup>55</sup>, o Governo Federal criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em dezembro de 1939, para facilitar a relação com os intelectuais, manter o controle sobre a informação e atender à necessidade de centralização do poder. A divulgação e discussão dos temas davam-se principalmente por meio de revistas e jornais, que direta ou indiretamente, estavam ligados ideologicamente ao governo federal.

A idéia que perpassava essa ação era suscitar a discussão sobre a possibilidade de o “[...] homem brasileiro recuperar o seu ‘tempo perdido’ e a nação adquirir sua verdadeira fisionomia” (OLIVEIRA, 1982, p.84)<sup>56</sup>. Os temas tratados passavam por diversas vertentes e, entre eles, destacaram-se as discussões sobre o fato de que:

A importação dos princípios liberais teria ocasionado esta perda de identidade da “alma nacional”, dando surgimento à dicotomia “Brasil legal” e “Brasil real”. Em nome do “realismo”, da “objetividade” e do “bom senso”, o discurso estado-novista defende a instauração de um “novo” nacionalismo, que se contrapõe ao nacionalismo do ideário liberal (OLIVEIRA, 1982, p.84).

É fato que a mobilização promovida pelo Estado Novo em nível nacional junto aos intelectuais, particularmente na Região Sudeste do Brasil, não chegou ao Estado do Rio Grande do Norte. Porém, é importante anotar que as atividades dos intelectuais continuaram muito vinculadas às atividades políticas do grupo local, embora suas construções ideológicas tenham sido influenciadas pelo movimento nacional. Uma das repercussões mais importantes observadas foi a criação, ainda em 1937, da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras que, segundo Cardoso (2000), teve como lideranças articuladoras o intelectual Luís da Câmara Cascudo e o jornalista Aderbal de França. A Academia estadual agregou políticos, magistrados, religiosos, poetas, músicos, médicos e outros jornalistas e professores.

---

<sup>55</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lipp. et al (Orgs.). Op. Cit.

<sup>56</sup> Idem.

A criação dessa instituição, todavia, não mudou o comportamento desse grupo, pois, tradicionalmente, os intelectuais norte-rio-grandenses estiveram mais absorvidos pelas atividades políticas.

Durante as primeiras décadas a política engolia as atividades mentais e absorvia as imaginações e vontades. Vivia-se no plano político partidário, eleitoral, com os chefes, reuniões, conversas, sonhos, ódios, alianças, desaforos e beijos, numa promiscuidade de fórmulas e modelos inidentificáveis (CASCUDO, 1999, p.391)<sup>57</sup>.

A participação social e política das elites intelectuais dava-se por meio da imprensa escrita e da Rádio Educadora de Natal. Para Cascudo (1999, p.319)<sup>58</sup>, até 1946, “dos possíveis duzentos e cinquenta jornais e revistas publicados na Cidade do Natal, 85% pertence[ia]m à classe dos políticos”.

As elites políticas, naturalmente, tinham acesso a jornais e revistas nacionais – que chegavam com certo atraso – porém, nesse período, as informações eram transmitidas quase instantaneamente pelas emissoras de rádios que começavam a se disseminar no país. Em 1939, na capital do Rio Grande do Norte, circulavam os seguintes periódicos locais: o Jornal A República (fundado em 1889); Jornal A Ordem (fundado em julho de 1935 e ligado à Igreja Católica); Jornal O Diário (fundado em setembro de 1939 e posteriormente adquirido pelos Diários Associados) e o Jornal Folha da Semana (fundado em 1935 e tido como literário e noticioso); além de uma revista mensal ilustrada, denominada Juriti, e alguns jornais específicos de produção artesanal produzidos pelos grêmios estudantis, entidades carnavalescas e entidades comerciais (MELO, 1987)<sup>59</sup>.

O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), criado nacionalmente em 1939, exercia as funções de órgão central de divulgação e controle das publicações de imprensa e publicidade, porém, no Rio Grande do Norte

---

<sup>57</sup> CASCUDO, Luís da C. **História da Cidade do Natal**. Prefeitura do Município de Natal, 1947. 3. ed. Natal: RN Econômico, 1999.

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> MELO, Manoel Rodrigues de. **Dicionário da imprensa no Rio Grande do Norte: 1907-1987**. São Paulo: Cortez, 1987.

passou a ter uma ação efetiva apenas em 1942. A partir de março desse ano, o DEIP foi instalado numa sede própria e passou a administrar o Jornal A República (SERÃO..., 1942, p.1)<sup>60</sup>.

Em 1939, o Jornal A República era um jornal oficioso das elites políticas estaduais, mas, depois da entrada em cena do DEIP, no Rio Grande do Norte, passou a desempenhar oficialmente a função de “órgão do Governo, explicador e defensor das administrações” (CASCUDO, 1999, p.333)<sup>61</sup> e do Estado Novo. Em julho de 1942, a estrutura estadual do DEIP recebeu investimentos em equipamentos que facilitaram suas operações (SERÃO..., 1942)<sup>62</sup>, principalmente a de controle e censura. O Departamento Estadual abarcou uma série de atividades, tradicionalmente desenvolvidas por órgãos e instituições locais, inclusive de preparação da população da cidade nos Exercícios de Defesa para a Segunda Guerra Mundial e de organização do carnaval da capital. Todas as notícias veiculadas pela imprensa do Estado passaram a ser controladas pelo DEIP (NOTA..., 1942)<sup>63</sup>, assim como desenvolveu atividades de policiamento, o que ressaltou a compreensão de que as suas atribuições estavam associadas também às funções de garantir a segurança pública (O D.E.I.P ..., 1943)<sup>64</sup>.

Em 1942, o jornalista Aderbal de França (Danilo) foi nomeado seu presidente, assim como diretor do jornal A República. A administração detinha o controle do Departamento e, com a sua nomeação, passou a ser considerada também como inovadora e moderna, principalmente porque este abriu o Jornal para a expressão de vários intelectuais da capital, inclusive os que divergiam politicamente do poder estadual. Segundo avaliação dos próprios representantes das elites políticas, a sua administração frente ao DEIP destacou-se pela valorização das competências individuais e específicas, o que promoveu uma renovação na linha editorial do Jornal local. Naquele período, os avaliadores se expressavam:

---

<sup>60</sup> SERÃO inaugurados melhoramentos DEIP. **A República**, Natal, p. 1, 29 jul. 1942.

<sup>61</sup> CASCUDO, Luís da C. Op. Cit., 1999.

<sup>62</sup> SERÃO inaugurados melhoramentos DEIP. **A República**, Natal, p. 1, 29 jul. 1942.

<sup>63</sup> NOTA oficial comunica o comando da 2ª Brigada por intermédio do DEIP. **A República**, Natal, p. 1, 6 jun. 1942.

<sup>64</sup> O D.E.I.P e o carnaval. **A República**, Natal, p. 8, 10 fev. 1943.

A República hoje é um jornal moderno, com noticiários regulares do país e do estrangeiro, colaboração variada sobre problemas de interesse público, secções de rádio, cinemas, teatro, literatura, esportes e outros aspectos da nossa vida cultural e social. Dentro das nossas possibilidades financeiras, é evidente que esse trabalho representa uma conquista de boa vontade e espírito público (SERÃO..., 1942, p.1)<sup>65</sup>.

O Jornal A República alçou a um lugar de importância primordial para as elites políticas, especialmente por transmitir as informações nacionais, avaliar a conjuntura política e circunstancial que envolvia a Segunda Guerra Mundial e, principalmente, por contribuir para adequar as práticas políticas locais ao Regime do Governo do País.

Além deste, o segundo jornal mais antigo que circulava na cidade era o jornal A Ordem. Este possuía uma tipografia própria, cuja sede ficava situada à Rua Dr. Barata, no Bairro da Ribeira, onde funcionavam sua redação e oficina. O conteúdo de suas páginas era voltado para as discussões internas, teológicas e política, da Igreja Católica. Segundo a Arquidiocese de Natal<sup>66</sup>, A Ordem tornou-se uma trincheira de onde, naquele momento, os ideais católicos precisavam ser defendidos. O conteúdo dava a impressão de que a Igreja Católica estava diante de uma série de inimigos ideológicos, sociais e morais e seu posicionamento aguerrido refletia as circunstâncias transformadoras que a Igreja local vivia naquele momento, em que sua renovação parecia necessitar posicionar-se para se afirmar frente

[...] ao protestantismo, ao espiritismo, à maçonaria, ao comunismo etc. Tom moralizante também é percebido com investidas contra o carnaval, bailes, neopaganismo, má imprensa, jogatina, enfim, contra todos os inimigos da ordem moral (FERRARI, s.d., p.47)<sup>67</sup>.

---

<sup>65</sup> SERÃO inaugurados melhoramentos DEIP. **A República**, Natal, 29 jul. 1942.

<sup>66</sup> ARQUIDIOCESE DE NATAL. **A Ordem**. Disponível em: <http://www.arquidiocesedenatal.org.br/AOrdem%20historia.htm>> Acesso em: 24 jun. 2003.

<sup>67</sup> FERRARI, Alceu. **Igreja e desenvolvimento**: o movimento de Natal. Mimeo, s/d.

Para Ferrari<sup>68</sup>, o grupo responsável pelo jornal estava impregnado pelas idéias integralistas que, anteriormente, haviam exercido grande influência sobre o Estado do Rio Grande do Norte. Historicamente, os intelectuais da Igreja Católica tiveram uma participação ativa na vida política, propondo projetos, apoiando iniciativas e atividades desenvolvidas pelo Governo Estadual. Porém, especificamente no final dos anos de 1930 e ao longo de todo o período pesquisado, sua ação estava dirigida, e mesmo tolhida, pelo posicionamento adotado pelo Bispo Dom Marcolino Dantas, que passou a exigir uma ação distanciada das questões políticas da cidade e do Estado, embora continuasse associada a todas as atividades que envolviam as elites políticas locais.

A particularidade era que, no Estado do Rio Grande do Norte, a Igreja Católica vivia um momento de discussões e disputas internas, o que era considerado pelos estudiosos da Igreja Católica no Brasil, como uma situação particular e específica. Tratou de um momento de reverberação da ação de um grupo de padres novos, com pensamentos e ideais inovadores, os quais iniciaram a construção de uma proposta de mudança de foco da ação católica junto à sociedade, que desembocaria posteriormente numa atuação política e social da Igreja junto à população pobre da cidade e do interior do Estado. Esta organização, a partir de 1946, fundou o Movimento da Ação Católica, que ficou conhecido nacional e mundialmente como Movimento de Natal (FERRARI, [s.d.]; PAIVA, 1992)<sup>69</sup>. O jornal *A Ordem*, neste sentido, refletia as disputas e os conflitos internos vividos pela Igreja Católica do Rio Grande do Norte.

O terceiro jornal em circulação, em Natal, era a *Folha da Semana*, que tinha características literárias, circulava apenas aos domingos e sobre este não foram encontradas referências para avaliar a sua repercussão na cidade<sup>70</sup>. Era de propriedade particular, do Sr. Alúzio Macedônio Lemos, porém nenhuma informação foi encontrada sobre este editor que, além do jornal, também possuía uma revista literária mensal chamada *Juriti*, a qual em 1941, passou a se chamar de *Centelhas*.

---

<sup>68</sup> FERRARI, Alceu. **Igreja e desenvolvimento**: o movimento de Natal. Mimeo, s/d.

<sup>69</sup> PAIVA, Marlúcia Menezes de. **Igreja e renovação**: Educação e Sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964). Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

<sup>70</sup> Na pesquisa não foi possível precisar o período de sua circulação, mas através das informações registradas por Manoel Rodrigues de Melo. (Op. Cit.) – Descobriu-se que circulou por, no mínimo, seis anos. O pesquisador teve acesso a um único exemplar deste jornal, o qual havia sido publicado em 24 de março de 1940, No. 65, ano VI e sua sede ficava no bairro do Alecrim, a Avenida Um.

Segundo Melo (1987)<sup>71</sup>, as duas publicações do Sr. Aluísio Macedônio Lemos tratavam de literatura, filosofia, aspectos regionais, cultura local e formação da sociedade natalense e brasileira e se referia, entre outros assuntos, à guerra, às transformações urbanas ocorridas e ao desenvolvimento da cidade.

Por último, ainda circulava na cidade o jornal Diário. Este foi fundado logo no início da Segunda Guerra Mundial, por um grupo de jornalistas da classe média natalense que, para Melo (1987, p.119)<sup>72</sup>, estavam motivados por seus próprios interesses de participar ativamente dos acontecimentos “ao lado das nações democráticas, contra o Eixo Roma-Berlim-Tóquio. [...]. Eram civis e trabalhavam no órgão oficial do Estado – A República”.

Os seus fundadores foram Valdemar Araújo, Djalma Maranhão e Rivaldo Pinheiro, jovens jornalistas e com posições ideológicas diversas que, no entanto, pareciam não ameaçar às elites políticas locais. Entre estes, Djalma Maranhão<sup>73</sup> e Rivaldo Pinheiro<sup>74</sup> defendiam posições políticas divergentes das elites locais, porém conviviam socialmente entre estas, eram jornalistas contratados do jornal A República e produziam o próprio jornal dentro de suas dependências<sup>75</sup>. O jornal Diário circulou pela primeira vez em 18 de setembro de 1939 e difundia diariamente suas intenções de “combater o nazi-fascismo de Hitler e Mussolini e ser, ao mesmo tempo, um porta-voz dos problemas e das angústias do povo norte-rio-grandense”<sup>76</sup>.

---

<sup>71</sup> MELO, Manoel Rodrigues de. Op. Cit.

<sup>72</sup> Idem.

<sup>73</sup> Djalma Maranhão militou no Partido Comunista até o início dos anos quarenta e esteve à frente da organização do Partido Trabalhista Nacional (PTN). Posteriormente, com a fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), tornou-se sua liderança, foi eleito Deputado Estadual (1954) e assumiu a Câmara Federal (1959-1960) como primeiro suplente. Exerceu o cargo de Prefeito de Natal na segunda metade dos anos 50 e em 1960, na primeira eleição direta, elegeu-se prefeito e integrou uma frente política de centro-esquerda chamada Cruzada da Esperança, cujo candidato a governador foi Aluísio Alves. Foi deposto da prefeitura em abril de 1964, depois cassado e preso. Libertado em dezembro de 1964, asilou-se na Embaixada do Uruguai, país em que morreu em 30 de julho de 1971, aos 56 anos. In: GÓES, Moacyr de. **Djalma Maranhão**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/memoria/djalma/textos/apresent.htm>> Acesso em 16 abr. 2008.

<sup>74</sup> Rivaldo Pinheiro era socialista e justificava a necessidade de fundar o jornal porque o jornal A República seguia a linha editorial ditada pelo governo Vargas, que apoiava as forças do Eixo. Apesar do Diário defender as Forças Aliadas, sua circulação foi permitida porque seu conteúdo desviava-se de tratar das circunstâncias políticas local e nacional – (Informação verbal) Entrevista concedida por Rivaldo Pinheiro à Prof. Dra. Brasília Carlos Ferreira, em dezembro de 1997, coordenadora do Projeto Sociedade e Política no Rio Grande do Norte: fontes para a história.

<sup>75</sup> Segundo Melo (1987, p.119-122), os proprietários do Jornal Diário, para viabilizar sua circulação acordaram a utilização da estrutura física e gráfica oficial em troca do ressarcimento posterior ao DEIP de todos os custos com pessoal e material.

<sup>76</sup> JORNAL DIÁRIO DE NATAL. **Histórico**. Disponível: <<http://diariodenatal.dnonline.com.br/site/historico.php>> Acesso em 24 jun. 2003.

O jornal Diário foi aprovado pelo DEIP e possuía um registro oficial. Porém, começou a agradar a população e a ameaçar a vendagem do Jornal A República. Em 1942, quando o DEIP começou a, efetivamente, funcionar na capital do Rio Grande do Norte, segundo Pinheiro (Informação verbal)<sup>77</sup>, foi sugerido o seu fechamento e que seus proprietários encerrassem sua publicação<sup>78</sup>.

Em março de 1942, foram acertados os acordos entre os governos brasileiro e estadunidense e, no Brasil, configuraram-se algumas mudanças. Segundo Fausto (1981)<sup>79</sup>, a relação que se estabeleceu entre estes governos determinou a mudança da política cultural brasileira. Novos direcionamentos foram incorporados e repercutiram no relacionamento anteriormente estabelecido entre o Governo do Estado Novo e os intelectuais brasileiros.

Entre outros aspectos, o Presidente Getúlio Vargas informou a adesão do seu governo à proposta do Pan-americanismo que foi coordenado pelo empresário Nelson Rockefeller. Segundo Tota (2000)<sup>80</sup>, entre os itens acordados constava a exigência de que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) passasse a agir com mais rigor, reprimisse e controlasse o funcionamento da imprensa brasileira. Para este, o conteúdo da propaganda nacional foi dirigido para questões de interesse da causa pan-americana e os Estados Unidos passaram a influir diretamente sobre a produção ideológica do Estado brasileiro.

No Rio Grande do Norte, o jornal A República foi assumido efetivamente pelo DEIP, o Jornal Diário fechou e a cidade passou a viver sob a égide das tensões e ameaças de um ataque das forças armadas em guerra no continente europeu.

---

<sup>77</sup> Entrevista concedida por Rivaldo Pinheiro à Prof. Dra. Brasília Carlos Ferreira, em dezembro de 1997, coordenadora do Projeto Sociedade e Política no Rio Grande do Norte: fontes para a história.

<sup>78</sup> Posteriormente, em 1947, foi adquirido pelos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, que o denominou de O Diário de Natal.

<sup>79</sup> FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira. Paulo: Difel, 1981.

<sup>80</sup> TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

### 3 AS ELITES POLÍTICAS E A CIDADE DIANTE DA AMEAÇA DA GUERRA

#### A CIDADE<sup>81</sup>

Você bem vê que a cidade  
É pequena, tão pequena  
Que mal cabe o nosso amor.  
Vamos deixar que a saudade  
Vá construindo, com pena,  
Uma cidade maior...

O final da década de 30 do século XX pode ser caracterizado como um momento de aprofundamento e de consolidação de transformações urbanas significativas na Cidade do Natal. Por meio das fontes pesquisadas, particularmente as crônicas de Danilo, inferiu-se que as elites administrativas dividiam a cidade em área urbana, suburbana e periferia. Para estas, a área urbana compreendia os bairros de Cidade Alta e Ribeira; a área suburbana, os bairros de Tirol e Petrópolis; e a periferia, o bairro do Alecrim e Rocas, os povoados e as pequenas aglomerações que eram chamadas Passo da Pátria, Quintas, Guarapes e as praias da Redinha e Areia Preta. Nesse período ocorreu segundo Dantas :

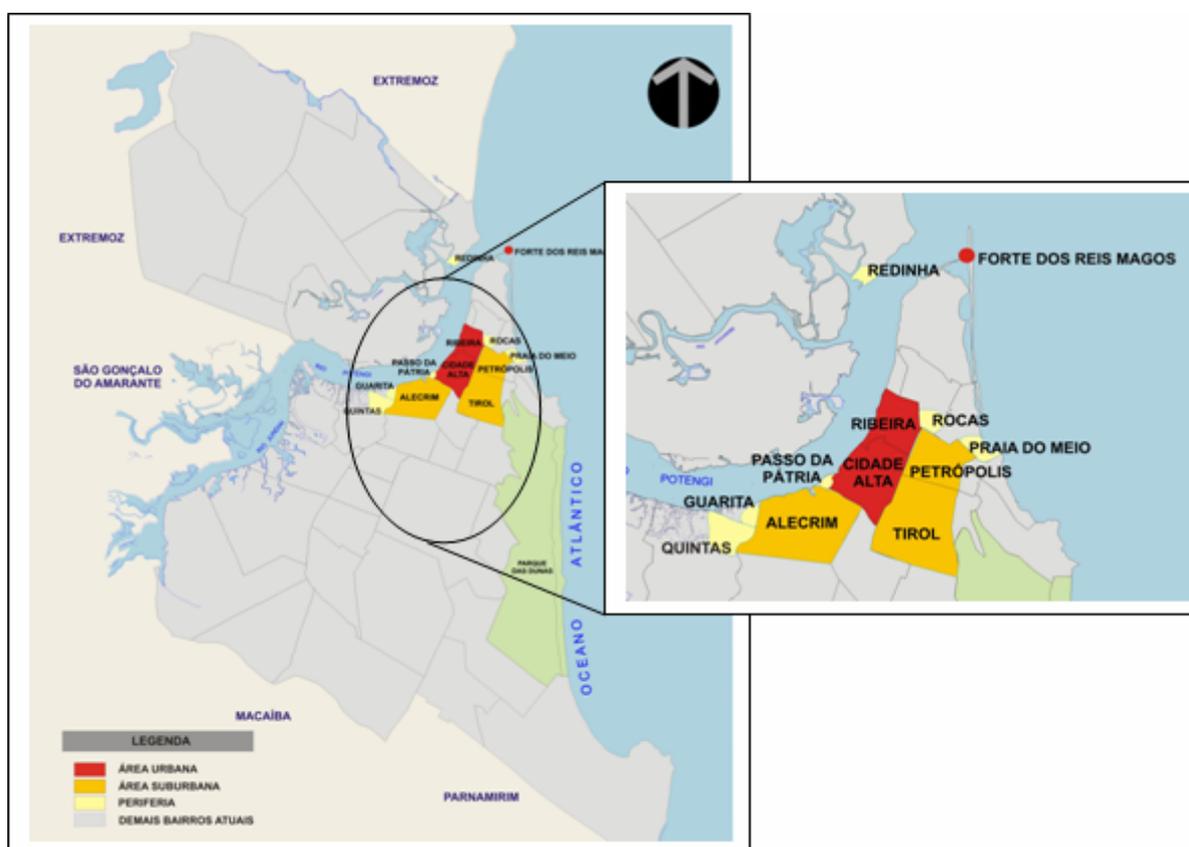
[...] o arremate das ações higienizadoras sobre a cidade que se desenrolaram desde meados do século XIX até a década de 1930, e que foram retomadas e incorporadas na concepção do Plano Geral de Obras, elaborado e implementado pelo Escritório Saturnino de Brito, entre 1935 e 1939 (DANTAS, 2003, p.74)<sup>82</sup>.

---

<sup>81</sup> Poesia de autor identificado como "Y", publicada no **A República**, Natal, 23 ago. 1936.

<sup>82</sup> DANTAS, Ana Caroline de C. L. **Sanitarismo e planejamento urbano: a trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1935 e 1969**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

As elites políticas, à frente do Governo Estadual, deram continuidade às obras de melhoramento que haviam sido interrompidas desde a Revolução de 1930 e contrataram o Escritório Saturnino de Brito, em 1935, para elaborar projetos e construção das obras de abastecimento de água, das redes de esgotos e dos demais serviços complementares ao saneamento da cidade (DANTAS, 2003)<sup>1</sup> e para administrar a Comissão de Saneamento de Natal<sup>2</sup>. De acordo com Duarte (1939, p.3)<sup>3</sup>, de 1936 a 1939 “Natal se transformou. A maravilhosa topografia foi esplendidamente aproveitada. Tem higiene. O saneamento abandonou a fase eterna dos projetos. Tem água saudável”.



**Figura 2** – Mapa das áreas e bairros da Cidade do Natal (1939-1945).

Fonte: SEMURB/PMN.

Nota: Elaboração do autor sobre base atual da cidade

<sup>1</sup> DANTAS, Ana Caroline de C. L. Op. Cit. 2003.

<sup>2</sup> Foi criada em 1924 e novamente instituída pelo Decreto n. 823, de 26 de abril de 1935.

<sup>3</sup> DUARTE, Dioclécio. A transformação de Natal. **A República**, Natal, 3 jan. 1939.

O grupo, que mantinha o controle sobre o poder local por meio da ação sobre o espaço, conseguiu concretizar materialmente o intento de modernizar a cidade, modificando seus elementos estruturantes e dando a impressão de que mudavam e melhoravam o seu aspecto. As características do passado, consideradas antigas, começavam a ser removidas e, conseqüentemente, criavam as condições para que se estabelecessem novas relações sociais a partir de uma nova aparência. Segundo Halbwachs (1990, p.140)<sup>86</sup>, em situações dessa natureza, ocorre sempre “uma mudança nas relações do grupo com o lugar”. Para este, depois de ocorridas as mudanças, “não será mais exatamente o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva; mas, ao mesmo tempo, o ambiente material não mais será o mesmo”.



**Figura 3 - Vista Aérea da Cidade do Natal (1939).**

Fonte: Escritório Saturnino de Brito.

Acervo: HCURB/UFRN.

---

<sup>86</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

Para Dantas (2000)<sup>87</sup>, o Escritório Saturnino de Brito tratou a Cidade do Natal de maneira ampla, trabalhando as propostas e apresentando projetos que respeitavam a configuração urbana e a articulação do espaço, considerando as especificidades ambientais da cidade e a expansão territorial como fundamentos para a execução dos melhoramentos e do planejamento urbanos. Esse resultado também foi conseguido porque o Plano Geral de Obras deu seguimento aos estudos elaborados anteriormente, e “retomou, incorporou e modificou as propostas e intervenções urbanísticas anteriores”, entre elas Cidade Nova, de 1901; Plano Geral de Obras de Saneamento, de 1924 e Plano Geral de Sistematização, de 1929-1930 (DANTAS, 2000, p.89). O Plano Geral de Obras, em 1935, apropriou-se das idéias e intervenções não executadas anteriormente, ou executadas parcialmente, e adaptou as propostas ao crescimento e às transformações ocorridas na cidade ao longo dos anos.

Por outro lado, a classe dominante nacional, que implantara a ditadura do Estado Novo, em 1937, deixou permanecer o então governador Rafael Fernandes Gurjão<sup>88</sup> e o nomeou como Interventor do Estado do Rio Grande do Norte. Essa atitude garantiu a continuidade da administração e das obras que vinham sendo executadas na capital e no interior do Estado. Ao ser confirmado no cargo, Gurjão nomeou o Engenheiro Gentil Ferreira de Souza<sup>89</sup> como prefeito da capital e ambos geriram em parceria.

Nesse período, os administradores demonstravam que o Plano Geral de Obras representava a conquista do progresso, a concretização das expectativas e do desenvolvimento da cidade e do Estado. Era perceptível que a Cidade do Natal estava vivendo um intenso processo de crescimento, que ampliava sua área urbana e evidenciava muitas mudanças espaciais. Apesar disso, seu crescimento continuava marcado pelo tempo passado, além de não ser capaz de torná-la uma

---

<sup>87</sup> DANTAS, Ana Caroline de C. L. Op. Cit. 2003.

<sup>88</sup> Rafael Fernandes Gurjão era médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rafael Fernandes, como era conhecido, nasceu em 21/10/1891, projetou-se na vida pública no Estado a partir de sua cidade Mossoró, localizada na região oeste, onde desempenhou as atividades como clínico, industrial e comerciante. Foi prefeito daquela cidade, depois deputado estadual e federal por várias legislaturas e, em 1934, foi eleito Governador do Estado. In: CARDOSO, Rejane (Coord.). **Quatrocentos nomes de Natal**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2000.

<sup>89</sup> Gentil Ferreira de Souza pertencia a uma tradicional família do Estado, com presença na vida pública. Notabilizou-se como político, administrador e prefeito nomeado, por três vezes, da Cidade do Natal. Engenheiro, professor, presidente do Aero Clube e empresário, dono de uma indústria de cerâmica, entre outros empreendimentos, foi uma das lideranças políticas que lutou pela constitucionalização do país no período pós-Revolução de 30 In: CARDOSO, Op. Cit.

cidade grande, como queriam seus administradores. Pode-se verificar, com base em Lepetit (2001)<sup>90</sup>, a permanência de diversos elementos de tempo diferentes e simultâneos dos tempos no espaço da cidade. A tentativa de modernizar a Capital com a proposta do Plano Geral de Obras, ao invés de apagar o passado, ajustou-o ao presente, quando foi implantado.

A área suburbana e a periferia, apesar de expandidas, estavam pouco adensadas e com construções residenciais espaçadas. Os bairros continuaram apresentando muitas marcas do provincianismo que se queria esquecer, com seus sítios e chácaras, poucos equipamentos de uso coletivo e uma população residente insignificante em relação à população total da cidade. A intenção dos administradores da cidade com as obras do Plano Geral havia sido promover a construção de “novos cenários, novos usos e novas sociabilidades” (DANTAS, 2003, p.101)<sup>91</sup>, além de transformar suas áreas públicas em espaços saudáveis, salubres e arborizados, e também dotar a população de melhor qualidade de vida, particularmente para sua camada social.

Essa prática urbanística era comum entre as elites brasileiras, as quais dispunham de propostas baseadas nos seus próprios interesses, que legitimavam sua posição política e econômica. Segundo Villaça (1999)<sup>92</sup>, em geral, as elites brasileiras debatiam suas intervenções abertamente e estas priorizavam determinadas áreas da cidade – como o centro – respaldadas no poder de lideranças locais para executar o que julgassem necessário.

Em Natal, as áreas atendidas foram principalmente a Cidade Alta e a Ribeira, onde foram instalados a infra-estrutura proposta e os principais serviços urbanos. Esse empreendimento permitiu que os grupos vislumbrassem novas perspectivas e expectativas de um futuro promissor e moderno.

---

<sup>90</sup> LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.

<sup>91</sup> DANTAS, Ana Caroline de C. L. **Sanitarismo e planejamento urbano: a trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1935 e 1969**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

<sup>92</sup> VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sílvia R. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999. p.169-243

### 3.1 A CIDADE CENTRAL: um canteiro de obras para as elites políticas

Historicamente, as elites políticas se relacionaram profundamente com a Cidade do Natal e a intensidade como ocorreram as inúmeras tentativas de modernizar seu espaço refletiu-se na condução administrativa e na maneira como queriam suas necessidades materializadas no espaço da cidade, quais os bairros que deveriam ser atendidos, onde estavam localizadas as prioridades e quais eram os interesses a serem atendidos. Em Natal, assim como nas demais, as elites políticas habitavam, trabalhavam e freqüentavam a área urbana, enquanto a periferia ficava muito distante de seu cotidiano.

A apropriação do centro da cidade, evidentemente, desdobrou-se na maneira como a história da cidade foi construída. Para Cascudo, por exemplo, “a história da cidade se passa na Ribeira e na Cidade Alta” e “não existe história nos bairros novos” (CASCUDO, 1999, p.39)<sup>93</sup>. Os bairros mais antigos eram os bairros centrais e, além destes, apenas os bairros de Tirol e Petrópolis foram incorporados ao que era considerado como área urbana, bairros em que pretendiam ampliar sua área residencial. Desde a primeira década do século XX que o deslocamento na direção destes bairros acontecia de maneira muito lenta. Nesse período, além do centro e dos bairros citados, os grupos dirigentes também freqüentavam algumas praias nas férias escolares, particularmente Redinha e Areia Preta.

No final da década de 30 do século XX, a área urbana da cidade do Natal girava em torno de dois eixos viários: a Avenida Rio Branco, no bairro da Cidade Alta, e a Avenida Tavares de Lira, na Ribeira.

#### 3.1.1 Cidade Alta: área residencial e espelho da modernidade

A primeira ocupação urbana de Natal ocorreu no bairro da Cidade Alta, onde foram traçadas as primeiras ruas, estreitas e distribuídas segundo o modelo

---

<sup>93</sup> CASCUDO, Luís da C. **História da Cidade do Natal**. Prefeitura do Município de Natal, 1947. 3.ed. Natal: RN Econômico, 1999.

adotado em quase todas as cidades coloniais portuguesas construídas no Brasil. Elas foram construídas em torno da atual Praça André de Albuquerque que, durante mais de três séculos, permaneceu como centro. Somente no final da década de 30 do século XX, podemos afirmar que este foi substituído pela Avenida Rio Branco.

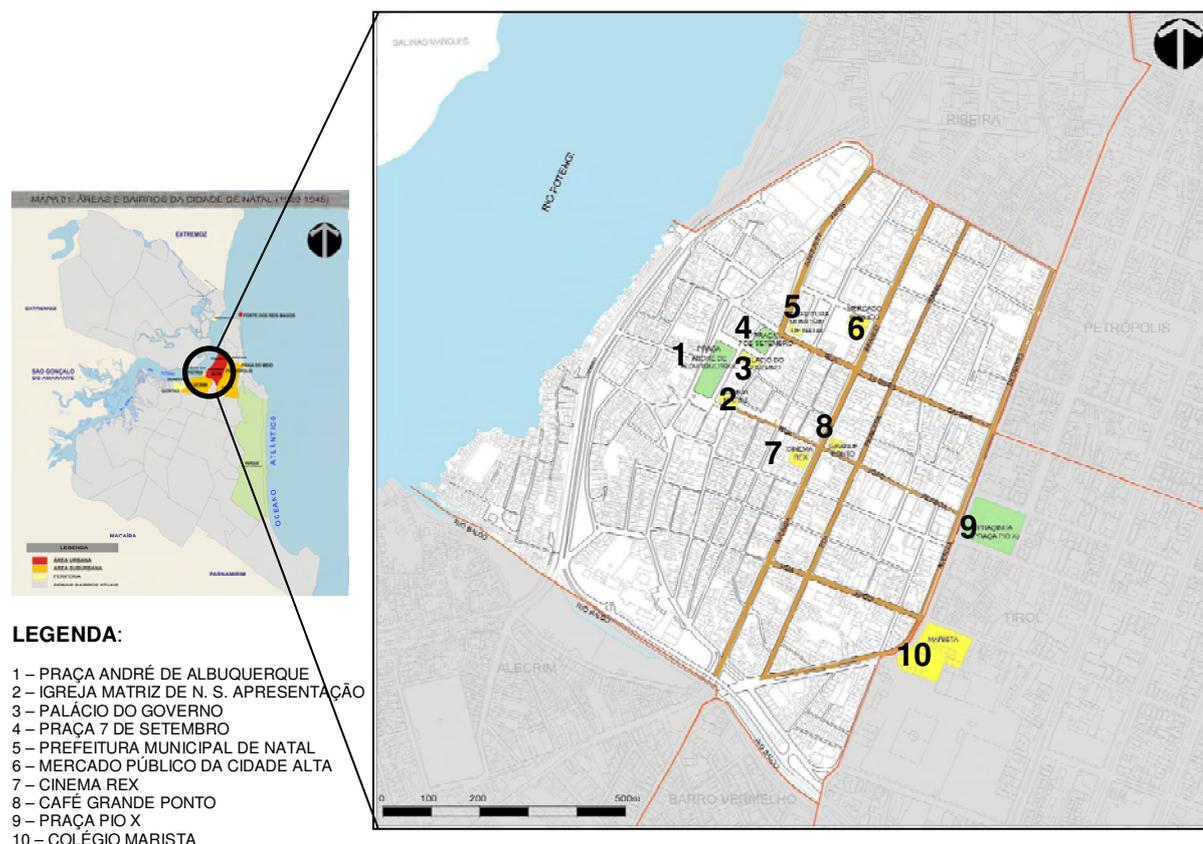


**Figura 4** – Foto da Praça André de Albuquerque (Foto de 1920/1922).  
Fonte: Pombo (1922, p. 33).

A Avenida Rio Branco já havia se tornado uma rua consolidada e ampla, resultado de várias intervenções públicas ocorridas ao longo das primeiras décadas do século XX e que a tornaram aprazível e bela aos olhos da população. Destacava-se pelas suas árvores frondosas, calçadas largas e iluminadas e sua importância para os moradores do centro garantia-lhe o título de “coração da cidade” (PINTO, 1971, p.38)<sup>94</sup>.

---

<sup>94</sup> PINTO, Lauro. **Natal que eu vi**. Natal: Imprensa Universitária, 1971.



**Figura 5** – Mapa do Bairro da Cidade Alta – Pontos de referências do ano 1939.  
Fonte: SEMURB/PMN.

Nota: Elaboração do autor sobre base atual da cidade

O Plano Geral de Obras contribuiu para a mudança de uso do bairro e, especialmente da Avenida Rio Branco. A proposta modernizadora incluía a instalação da rede do saneamento e o abastecimento de água, o que estimulou a ocupação dos lotes vazios, a remodelação de antigas edificações e a transferência, desde a Ribeira, de alguns estabelecimentos comerciais e serviços públicos diversos. As transformações dinamizavam o bairro porque as obras carregavam em si, a novidade e aquilo que as elites políticas compreendiam como sendo mais moderno para a cidade. No entanto, as escavações que foram feitas nas ruas e passeios públicos, necessárias à implantação do saneamento, também eram associadas, em alguns discursos, à idéia de destruição do existente.

A desordem promovida era aceita com parcimônia pelos discursos publicados no Jornal A República, uma vez que o saneamento era aguardado há mais de uma década e trazia o ideal de modernização, como queria construir a cidade. No entanto, grande parte dos moradores não tinha informação do quão

desestruturador podia ser esse tipo de intervenção, porque a cidade não havia vivido nada parecido anteriormente. Ou seja, não existia referência anterior ou experiência comparável ao impacto que o cotidiano da cidade viveria e, provavelmente, seus moradores ficaram momentaneamente surpreendidos. Quando as obras começaram, a aceitação paciente da maioria dos moradores da Cidade Alta era evidente e esta pode ser compreendida pelo fato de que acreditavam que as obras resultariam na sua melhoria estética e higiênica.



**Figura 6** – Foto da Avenida Rio Branco (Obra de arborização promovida no Governo de Alberto Maranhão entre 1900 e 1904).  
Fonte: Pombo (1922, p. 369).

O momento era conflituoso e verificaram-se, também, algumas manifestações de resistência ao que se executava. As obras exigiram a derrubada de quase todas as árvores existentes nas ruas do bairro da Cidade Alta, particularmente as que estavam plantadas nos largos passeios da Avenida Rio Branco. A sombra das árvores, que era usada cotidianamente para encontros despreziosos, sob o clima confortável que se formava nas imediações,

desapareceu, e a paisagem foi definitivamente descaracterizada. De acordo com as notícias da época:

A sombra esperada e desejada minguou: e o esgalhamento, pela sua irregularidade, deformou-as, tornando-as impróprias para aformosearem as alamedas. Sem embargo de tais inconvenientes, sua grande maioria não foi eliminada por propósitos agressivos e destruidores [...]. Essa eliminação impôs-se com a remodelação dos passeios e, em alguns casos, pela necessidade de ser alargado o calçamento de algumas ruas. Tendo provado mal a arborização pela mungubeira, já pelas razões alegadas, já porque as suas flores e frutos, quando desprendidos dos galhos, tornavam os passeios ou o calçamento desasseiados e mal cheirosos, não era e não é acertado mantê-la simplesmente por se tratar de um exemplar da nossa flora, útil apenas como sombra (A ARBORIZAÇÃO..., 1939, p.3)<sup>95</sup>.

Os interlocutores das elites locais que tentavam justificar a drástica intervenção defendiam a necessidade de adequar os elementos urbanos ao projeto de modernização e explicavam aquela derrubada pela sua irregularidade natural, pela sujeira e pelo mau cheiro que suas folhas e frutos provocavam ao cair ao chão. A intervenção visava ao asseio urbano e à saúde pública, por isso tentavam convencer que a cidade transformava-se correta e positivamente, embora não tenham conseguido ser tão convincentes como pretendiam, conforme a descrição minuciosa da poeta:

Relembro com tristeza a poesia dolente dos eucaliptos da Rua Treze de Maio, de cristas verdes, arrepiadas, franjando o espaço e embandeirando as casas, a espalhar um perfume balsâmico de incenso e rosa. Adiante, lamento em vivo pesar a ausência insubstituível da famosa e decantada arborização da Avenida Rio

---

<sup>95</sup> A ARBORIZAÇÃO de Natal. **A República**, Natal, p. 3, 31 mar. 1939.

Branco, suntuosa e tradicional, que merecem a administrativa contemplação de estetas e urbanistas estrangeiros. Impressionante e grandioso cenário panteísta que seria digno de uma moldura custosa e trabalhada (WANDERLEY<sup>96</sup>, 1939, p.3)<sup>97</sup>.

A elite local não era tão coesa como poderia aparentar aos seus avaliadores. Alguns dos seus integrantes, particularmente a intelectualidade, utilizavam-se de seus textos publicados no Jornal A República para manifestar seu descontentamento com a ação, suas indignações, lamentos e, principalmente, as comparações que as lembranças ainda lhes permitiam fazer. Posteriormente, observa-se também que alguns usuários do bairro reagiram ao novo plantio, que fora procedido nos espaços públicos, passeios e praças do centro da cidade. Sucederam-se notas oficiais, matérias e artigos nos quais os representantes das elites políticas locais demonstravam surpresa diante do vandalismo. Para o Governo, a destruição do novo plantio, ou qualquer reação contrária, era compreendida como um posicionamento contrário ao embelezamento e ao engrandecimento do progresso da cidade, demonstrando assim sua “obtusa fé no progresso” (Benjamin, 1987, p.227)<sup>98</sup>.

Por algum tempo, observa-se que os insatisfeitos ainda manifestaram suas discordâncias em relação às mudanças, porém as manifestações não eram duradouras. Naturalmente, percebe-se que a adesão ao projeto dominante era uma necessidade, particularmente para os intelectuais que queriam pertencer ao grupo dirigente, e suas insatisfações eram rapidamente adequadas a este.

Para este, era “de se esperar que os natalenses ajud[asse]m, nessa obra, fiscalizando e defendendo [...]. [pois] sem esse auxílio, espontâneo e vigilante, a tarefa ter[ia] de ser muito mais difícil e os resultados bem mais demorados” (A

---

<sup>96</sup> Palmira Wanderley foi pioneira no jornalismo feminino norte-rio-grandense. Foi poeta e cronista, escreveu nos jornais A Ordem, A República, Diário de Natal e Tribuna do Norte, assim como em periódicos e revistas literárias de outros estados brasileiros. Oriunda de uma família de forte tradição intelectual escreveu peças para o teatro e vários livros de poesia, com os quais recebeu uma menção honrosa em premiação da Academia Brasileira de Letras In: Op. Cit.

<sup>97</sup> WANDERLEY, Palmira. Árvores do passado. **A República**, Natal, 9 maio. 1939.

<sup>98</sup> BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas).

ARBORIZAÇÃO..., 1939, p.3)<sup>99</sup>, o que revela a maneira como o grupo se relacionava, ou seja, os que controlavam o poder local impunham aos demais membros suas condições em relação a esta ação, enquanto que aos descontentes restava a aceitação ou a omissão de suas divergências para manterem-se naquela rede de relações (MILLS apud GRYNSZPAN, 1996)<sup>100</sup>.

Nesse sentido, observou-se que a relação entre os membros das elites locais primava pela unidade, o que lhes garantia permanecer nas mesmas posições sociais e políticas. Para estas, a condição de delimitar o espaço da cidade em torno do grupo era uma garantia de fazê-los permanecer como lócus privilegiado para o exercício do poder e reconhecer que o que chamavam como área urbana lhes pertencia e, por isso, detinham a propriedade sobre toda a cidade. O que acontecia nos bairros centrais devia representar o que acontecia em toda a cidade, pois nos bairros centrais estava sendo implementado o “desenvolvimento genuíno”, cujos efeitos deveriam ser assimilados por todos os moradores, independente dos bairros em que residissem.

A desordem provocada pelas obras era necessária e tinha que ser vista por seu significado positivo. As ruas do centro da cidade, cheias de areia, barro, pedras e buracos estavam apenas refletindo a transformação por que passava. A população, que no final da década de 1930<sup>101</sup> já ultrapassara os 50 mil habitantes, apresentava uma perspectiva de crescimento progressivo, daí a necessidade de investir para tornar a cidade mais atrativa, mais embelezada, com mais oportunidades e com melhores condições de vida.

A perspectiva de futuro exigia novas maneiras de utilizar o espaço da cidade. Para uma pequena parcela das elites locais, as novas referências estimulavam o surgimento de novas exigências, a adoção de novos produtos e materiais e, provavelmente, estimulavam o surgimento de novos desejos individuais. De uma maneira geral, essas novidades atingiam uma minoria, enquanto a maioria ficava excluída, entre elas as camadas médias – intelectuais, funcionários públicos e profissionais liberais – para quem os ganhos simbólicos, até aquele momento, não

---

<sup>99</sup> A ARBORIZAÇÃO de Natal. **A República**, Natal, 31 mar. 1939.

<sup>100</sup> GRYNSZPAN, Mário. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. **BIB 3W**: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, n. 41. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1996.

<sup>101</sup> Segundo o Censo divulgado em 1940.

estavam se revertendo em ganhos materiais<sup>102</sup>. As mudanças que se operavam no espaço, necessariamente não repercutiram no aumento do padrão de vida da maioria da população.

Porém, generalizadamente, foram mudanças que repercutiram no cotidiano da cidade, nas transformações dos espaços públicos dos bairros centrais, no uso das edificações e na nova dinâmica econômica que se instalou no comércio, especialmente no bairro da Cidade Alta, que “era quase exclusivamente familiar e de população mais numerosa” (PINTO, 1971, p.33)<sup>103</sup>, lugar de moradia de muitas pessoas que trabalhavam na Ribeira.

### 3.1.2 O bairro da Ribeira: lugar das articulações políticas e da economia

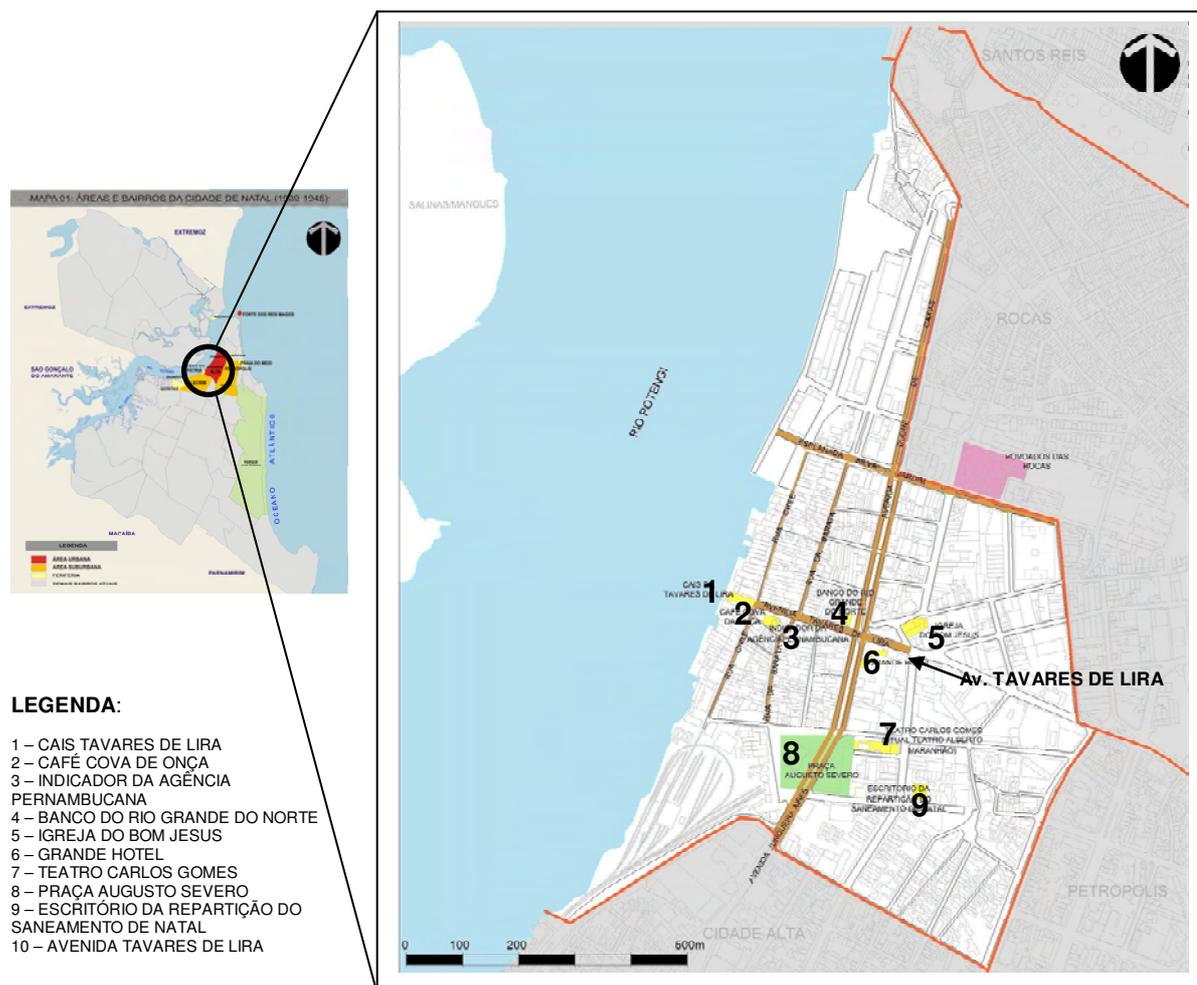
A Ribeira, por sua vez, foi a segunda ocupação urbana e, desde o século XIX este bairro era visto como o mais dinâmico da cidade. Ao longo de sua existência esteve sempre identificado como centro comercial e cultural, bairro portuário que tinha na ligação com o Cais a principal razão de seu movimento. Seu primeiro núcleo urbano, segundo Cascudo (1999, p.153), construiu-se em torno das Ruas Dr. Barata e General Glicério, depois chegou até a Rua do Comércio (atual Rua Chile), onde se encontrava, nas suas proximidades, o Cais da Tavares de Lira. Este, depois de algumas mudanças, instalou-se no lugar atual e diante dele, no final do século XIX, foi construída a Avenida de mesmo nome, que se tornou a principal rua do bairro<sup>104</sup>. O Cais da Tavares de Lira ficou instalado diante de uma larga avenida e, em torno desta, diversas ruas estreitas foram se consolidando ao longo dos anos, com armazéns e a parte principal do comércio atacadista e varejista da Cidade do Natal.

---

<sup>102</sup> A perda salarial do funcionalismo público foi explicitada por duas ocasiões pela crônica de Danilo, em que ressaltou a sua predominância entre a população da Cidade do Natal. In: DANILLO (Aderbal de França). Imposto de sacrifício. **A República**, Natal, P. 8, 29 abr. 1936b; \_\_\_\_\_. Sociedade. **A República**, Natal, P. 8, 02 dez. 1936h.

<sup>103</sup> PINTO, Lauro. **Natal que eu vi**. Natal: Imprensa Universitária, 1971.

<sup>104</sup> Até o final do século XIX, a cidade não possuía ligação com as cidades vizinhas, e o Rio Potengi era a via de acesso da população à capital do Estado do Rio Grande do Norte. O Cais era a porta de entrada da cidade.



**Figura 7** – Mapa do Bairro da Ribeira – Pontos de referências do ano 1939.  
Fonte: SEMURB/PMN.

Nota: Elaboração do autor sobre base atual da cidade

No final da década de 30, a Avenida Tavares de Lira era o lugar do comércio e o principal centro cultural da cidade, onde estavam os serviços públicos e bancários, os melhores e mais sortidos estabelecimentos comerciais e de lazer, as sorveterias, confeitarias, cafés e livrarias. Nesse pequeno pedaço da cidade, os moradores costumavam encontrar as últimas novidades do mundo moderno, desde

a primeira “frigidaire” até a balança “Berkel”, ou experimentar o patê de “foie gras” e um sanduíche de presunto (FRANÇA, 1936f, p.12; 1938e, p.8; 1938g, p.8)<sup>105</sup>.



**Figura 8** – Foto da Avenida Tavares de Lira (Foto de 1920/1922).  
Fonte: Pombo (1922, p. 241).

A Avenida Tavares de Lira era o lugar preferido dos políticos, comerciantes e intelectuais, para onde convergiam ao final de todas as tardes e aos sábados a partir do meio-dia, para encontros e reuniões no Café Cova da Onça:

O “Cova da Onça” era um café ali na Avenida Tavares de Lira, que só tinha duas portas. Era só o café. Tomava-se uma cerveja, mas o grosso era café. Era um “café” político, principalmente dominado pelo governo, [...]. Ali se organizavam planos, ali se ganhavam eleições, ali se faziam eleições, era um movimento enorme, [...]. Os políticos

<sup>105</sup>FRANÇA, Aderbal.Uma sorveteria apenas. **A República**, Natal, 29 ago. 1936f; \_\_\_\_\_ O peso dos homens e a idade das mulheres, **A República**, Natal, 24 set 1938e; \_\_\_\_\_ Dia que passou... **A República**, Natal, 11 dez. 1938g.

ali se reuniam, qualquer coisa, “Cova da Onça” (PINTO, 1980 apud LIRA, 2003, p. 24-25)<sup>106</sup>.

Naquele momento, a compreensão que se tinha era de que os destinos políticos e econômicos da capital e do Estado eram definidos no bairro da Ribeira, onde os políticos exerciam suas habilidades individuais, descobriam suas vocações e elegiam, entre si, suas lideranças. A Avenida Tavares de Lira era o lugar do poder e, ao mesmo tempo, uma vitrine. Em torno das suas lojas, os consumidores podiam se deleitar e acreditar que estavam tendo contato com o que havia de mais novo no mercado mundial. A partir deste centro comercial, as novidades rapidamente se espalhavam para todos os rincões e bairros da cidade.

Nesse período, as atividades que eram desenvolvidas na Avenida Tavares de Lira começaram a encontrar dificuldades em relação ao espaço. A rua não mais as comportava e começaram a adentrar pelas ruas estreitas ao redor. O crescimento econômico da Ribeira exigia novos espaços e a Rua Dr. Barata destacou-se, nesse cenário de expansão econômica, como a segunda rua mais importante da cidade.

Mesmo que considerada sua a importância histórica, a rua Dr. Barata foi mantida como uma memória própria, que fora fixada no espaço e que merecia comentários por parte das elites políticas. Ela, desde o início do século XX, era avaliada na sua forma colonial, tratada como uma antiguidade, que merecia ser modernizada:

Se ali não existisse o aspecto retrógrado de um sistema de vida já incompatível com o grau de civilização em que andamos, certamente seria outro o conceito da velha rua que nos faz pensar na aristocrática Rua do Ouvidor (FRANÇA, 1936a, p.16)<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> LIRA, Carlos. **Memória viva**: Lauro Pinto. Natal: Sebo vermelho, 2003.

<sup>107</sup> FRANÇA, Aderbal .A nossa Rua do Ouvidor. **A República**, Natal, 5 fev. 1936a.

Apesar do apelo para que suas marcas passadas fossem apagadas e esquecidas, essa ação não era possível, pois seu traçado e suas edificações continuavam entranhados de antigas relações sociais, hábitos e condutas que se revelavam naquele momento histórico de modernização. Mesmo sem perder suas características dos tempos passados, os edifícios da Rua Dr. Barata abrigavam o melhor do comércio que não encontrou lugar na Avenida Tavares de Lira e, posteriormente, no período mais movimentado da Segunda Guerra Mundial, a rua tornou-se “um verdadeiro bazar marroquino”, por onde desfilavam “homens de todas as raças: heróis, bandidos e prostitutas” (MELO, 1993, p.94)<sup>108</sup>.

Enfim, o bairro da Ribeira também vivia as repercussões do Plano Geral de Obras. Por suas ruas estavam passando as obras do saneamento, mas para a elite dirigente chamava mais a atenção de seus escritos o fato de que era na Ribeira que proliferavam as construções de edifícios verticalizados com três pavimentos e que eram uma novidade para o padrão da cidade. Estes estavam surgindo para atender à demanda do comércio, dos serviços bancários e dos escritórios de profissionais liberais. Esses serviços cresciam com o desenvolvimento da cidade e demandavam por salas para instalar escritórios e consultórios. Em geral, as edificações eram construídas ou reformadas e apresentavam “linhas de arquitetura moderna”, condizentes com a modernização em curso, cuja proposta era valorizar o bairro e adaptá-lo ao “plano de sistematização e de urbanismo” (DANILO, 1938h, p.12)<sup>109</sup>.

---

<sup>108</sup> MELO, Protásio Pinheiro. **Contribuição norte-americana à vida natalense**. Brasília: Senado da República, 1993.

<sup>109</sup> FRANÇA, Aderbal .O Edifício Campelo. **A República**, Natal, p. 12, 17 dez. 1938h.



**Figura 9** – Foto do Edifício Campelo, Avenida Duque de Caxias, meados do século XX.

Acervo: Memorial Câmara Cascudo.

Fonte: <<http://www.flickr.com/photos/memoriaviva/171339217/in/set-72157594171973894/>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

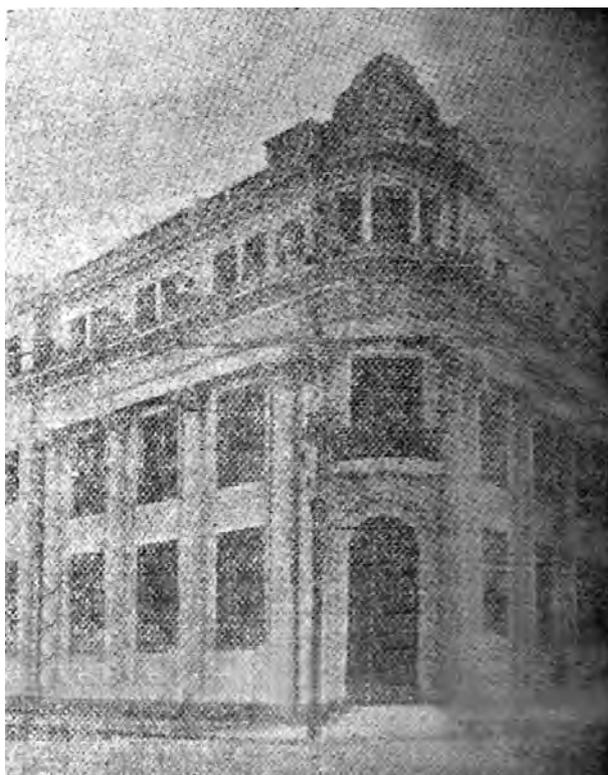
As construções de novos edifícios e as reformas dos que existiam partiam tanto da iniciativa privada como pública. Os investimentos visavam a, principalmente, modificar a aparência das edificações adotando um “novo” padrão que, internamente, tinham ambientes amplos, claros, flexíveis e adaptáveis a diversos usos. Dentre as construções privadas, destacaram-se o “Edifício Campelo” – construído para escritórios – e o “Edifício Varela” – reformado para instalar a agência do Banco do Brasil no térreo e escritórios nos pavimentos superiores<sup>110</sup>. E entre os edifícios construídos pelo poder público, o Banco do Rio Grande do Norte era o mais importante. Este tinha três pavimentos e estava localizado na esquina da Avenida Tavares de Lira com a Sachet e ao ser concluído, em janeiro de 1939,

---

<sup>110</sup> Ambos de propriedade do Sr. Francisco Varela.

tornou-se “um dos prédios mais bonitos da cidade” (FRANÇA, 1939a, p.12)<sup>111</sup>, só sendo superado pelo edifício do Grande Hotel, o qual será referido posteriormente.

É interessante ressaltar que as fontes informaram que, nesse período, quase todas as grandes obras de construção civil, de médio e grande porte, públicas ou privadas, ficavam sob a responsabilidade do Prefeito em exercício, o Engenheiro Gentil Ferreira de Souza. Este era o engenheiro responsável, proprietário de uma construtora, que executava as construções públicas e privadas, independente da existência de concorrências públicas (INAUGURA-SE..., 1939, p.12)<sup>112</sup>. Na maioria das obras que receberam a cobertura do Jornal A República, os jornalistas ressaltavam sua autoria sobre a execução do projeto, assim como sua responsabilidade técnica pela construção dos edifícios.



**Figura 10** – Foto do Banco do Rio Grande do Norte.  
Fonte: Jornal A República, 14 jan. 1938, p.12.

---

<sup>111</sup>FRANÇA, Aderbal. Novo aspecto. **A República**, Natal, p. 12, 17 jan. 1939a.

<sup>112</sup> INAUGURA-SE hoje o novo edifício do Banco do Rio Grande do Norte. **A República**, Natal, p. 12, 14 jan. 1939.

Aparentemente as contradições não se evidenciavam. Em nenhum momento fez-se referência à existência de outros construtores na cidade. Porém, nesse período, por exemplo, o prefeito estava associado a Joaquim Victor de Holanda<sup>113</sup>, pernambucano radicado em Natal, formado no Liceu de Artes e Ofício de Pernambuco e que era considerado especialista em “fachadas ornamentais, ambientação e esculturas” (CARDOSO, 2000, p.399)<sup>114</sup>. Apesar de ter dividido a responsabilidade em quase todas as construções realizadas nesse período, não foi encontrado qualquer registro no jornal A República que informasse sua participação em construções executadas na cidade.

Pode-se inferir, do que foi analisado a partir dos registros encontrados no jornal A República, que a Ribeira foi bairro onde foram construídos os edifícios mais importantes desse período. Além dos que já foram citados, destacaram-se os edifícios construídos pelo Escritório Saturnino de Brito, particularmente o Grande Hotel e a Repartição do Saneamento de Natal<sup>115</sup>.

---

<sup>113</sup> O primeiro trabalho de Joaquim Victor de Holanda em Natal foi a execução do frontispício da Maternidade de Natal no início da década de 1930, a convite do médico Dr. Januário Cicco. “O edifício do Banco do Rio Grande do Norte marcou o período em que Holanda esteve associado ao engenheiro Gentil Ferreira” e, a partir dele, diversas edificações passaram a apresentar fachadas ornamentadas e elaboradas esteticamente In: CARDOSO, Rejane (Coord.). Op. Cit. Segundo Cardoso, este técnico foi o responsável pelo desenho da fachada do Edifício do Banco do Rio Grande do Norte, assim como de outros que foram construídos na cidade. Até a execução do Banco do Rio Grande do Norte, Holanda trabalhava em parceria com o Prefeito, e a partir dele, tornaram-se sócios da maioria das construções que se fazia na cidade, inclusive das militares. Esta sociedade baseava-se na divisão das responsabilidades exigidas por cada empreendimento, porém, em se tratando de execuções estruturais de maior porte, a experiência de Holanda era notadamente superior. O especialista pernambucano trazia de sua vida profissional anterior, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, a participação na construção de vários edifícios, especialmente da Praça da Justiça. O fato pode ser considerado como um indício de que as elites políticas naturalmente mantinham o poder sobre os registros que eram publicados no Jornal A República. O periódico divulgava suas ações de maneira parcial, valorizando a competência política de seus representantes em detrimento do reconhecimento do trabalho intelectual ou técnico de seus intelectuais e profissionais especializados, assim como de pessoas que não faziam parte do grupo.

<sup>114</sup> CARDOSO, Rejane (Coord.). **Quatrocentos nomes de Natal**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2000.

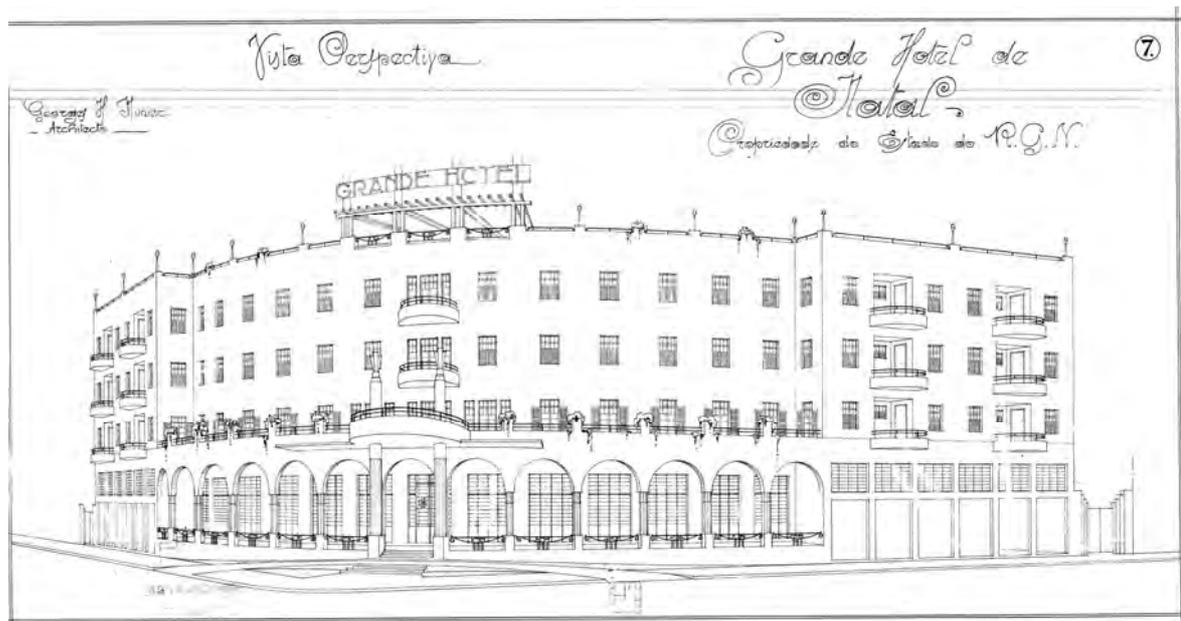
<sup>115</sup> Este edifício foi construído para abrigar a equipe administrativa do Escritório, cujos técnicos deslocavam-se do Rio de Janeiro para acompanhar as obras.



**Figura 11** – Foto do Edifício Sede da Repartição de Saneamento.  
Fonte: Ferreira et. al. (2003).

O edifício da Repartição do Saneamento de Natal foi um projeto que observou os princípios da arquitetura modernista e sua proposta arquitetônica se diferenciou dos demais edifícios executados pelo Escritório Saturnino de Brito em Natal (DANTAS, 2003)<sup>116</sup>. A inauguração do edifício, porém, não encontrou grande repercussão entre os jornalistas do Jornal A República. Para estes, o edifício mais festejado foi o Grande Hotel, que era uma antiga reivindicação local, cuja realização foi tratada como uma prioridade e entendida como a obra que permitiria e garantiria o desenvolvimento econômico local.

<sup>116</sup> DANTAS, Ana Caroline de C. L. **Sanitarismo e planejamento urbano: a trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1935 e 1969**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)– Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.



**Figura 12** – Foto da Perspectiva do Grande Hotel.

Fonte: HIDROESB

Acervo: HCURB/UFRN.

Provavelmente, devido à importância do Hotel para as elites locais, o Escritório Saturnino de Brito, que não possuía corpo técnico para elaborar os projetos arquitetônicos, encomendou o seu projeto ao arquiteto francês George Munier que, segundo Dantas (2003)<sup>117</sup>, apresentou uma proposta com características protomodernistas. O terreno escolhido também foi privilegiado, na esquina da Avenida Tavares de Lira com a Avenida Sachet (atual Duque de Caxias), ou seja, em frente ao centro comercial mais movimentado da cidade, a Avenida Tavares de Lira. A execução da obra ficou sob a responsabilidade do prefeito Gentil Ferreira e, mais uma vez, a cobertura jornalística da inauguração do edifício Grande Hotel, com desfaçatez, justificou efusivamente a participação do Prefeito (GRANDE..., 1939)<sup>118</sup>, informando que este sentira-se inseguro e intimidado diante do projeto quando este lhe foi apresentado. E mesmo que, no primeiro contato em que teve com a proposta, pensou em contratar um responsável técnico e uma

<sup>117</sup> DANTAS. Ana Caroline de C. L. **Sanitarismo e planejamento urbano**: a trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1935 e 1969. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)– Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.  
Idem.

<sup>118</sup> GRANDE Hotel de Natal: a impressão colhida por nossa reportagem na visita ontem feita ao monumental edifício. **A República**, Natal, 1 jan. 1939.

equipe mais experimentada em São Paulo, ao final resolveu aceitar o desafio de construir sem recorrer a outros especialistas. Segundo o mesmo jornal, sua “competência e eficiência” superaram as dificuldades e o Hotel foi construído com mão-de-obra local e, mais uma vez, deixou de explicitar a participação de Holanda, que neste empreendimento, já era sócio da construtora do Prefeito.



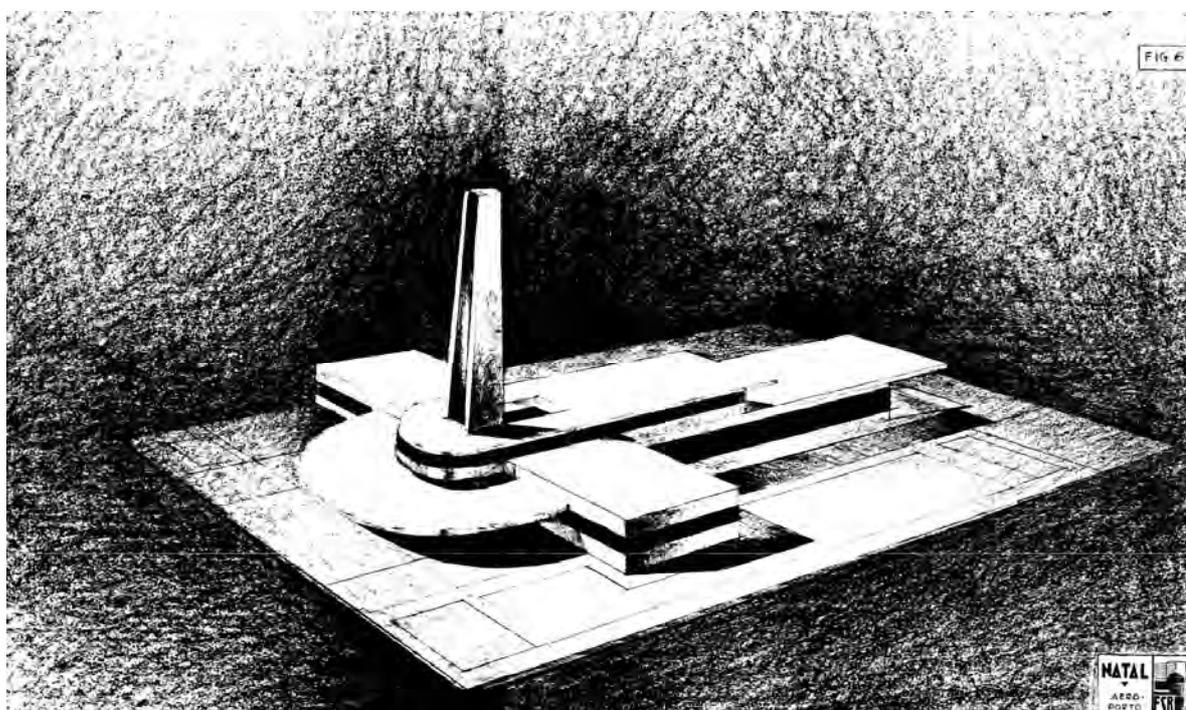
**Figura 13** – Foto do Hospital Miguel Couto (Data da foto: 1955).  
Acervo Jaeci Emerenciano.

Fonte: <<http://www.flickr.com/photos/memoriaviva/171350308/in/set-72157594171973894/>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

A reivindicação das elites locais para a construção de um hotel foi atendida e esta obra era justificada pela necessidade da cidade em dispor de um edifício voltado para as atividades hoteleiras. Para a imprensa local, a cidade possuía um potencial turístico que precisava ser assimilado pelo setor econômico e esta opinião baseava-se na percepção de que este poderia ser explorado a partir da paisagem natural da cidade, do seu entorno e das praias. Até o final da década de 30 do século XX, alguns visitantes que chegavam à cidade, estivessem em visita oficial ou a passeio, eram recebidos pelo Governo do Estado e, em geral, eram tratados como convidados oficiais. Para estes, as acomodações oferecidas

(apartamentos mobiliados) estavam localizados no último pavimento do Hospital Miguel Couto, no bairro de Petrópolis.

O Escritório Saturnino de Brito, sensível aos interesses políticos e econômicos das elites locais, contextualizou a solicitação do equipamento hoteleiro numa proposta ampla que, além do edifício, previa a construção de um aeroporto, de bairros residenciais e da Avenida Atlântica. Porém, para os dirigentes locais, o Grande Hotel continuou sendo tratado como um equipamento isolado que, por si só, aceleraria o desenvolvimento que acreditavam estar por vir em algum futuro próximo do período em que viviam (DANTAS, 2003).



**Figura 14** – Foto do anteprojeto do Aeroporto e estação de passageiros.  
Fonte: Ferreira et.al. (2003).

Posteriormente à inauguração do Grande Hotel, houve uma grande mudança na conjuntura econômica nacional, a qual foi desencadeada pelo início da Segunda Guerra Mundial na Europa. Diante do que estava acontecendo no país e no mundo, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte teve que deparar com o fato de não mais possuir recursos para equipar o hotel e este ficou fechado por vários meses. Com a impossibilidade de abrir o Hotel com seus próprios recursos, o Governo decidiu arrendá-lo, porém não apareceram pretendentes que se dispusesse a correr o risco de fazer tal investimento.

Já se dizia que não era ele para a nossa terra, tão pequena ainda, para tão grande e luxuoso palácio. Falava-se até em estranhas propostas de altos personagens que exploravam o gênero nas famosas estações de águas de São Paulo e Minas. O certo, porém, era que o governo oferecia todas as vantagens. Mas o vulto do grande prédio continuava isolado e escuro, com as suas vidraças cerradas, o seu elevador parado, as suas instalações sem atividade (FRANÇA, 1939f, p.12)<sup>119</sup>.

O Grande Hotel quase se tornou um “luxuoso palácio” e maior do que a própria cidade. A solução encontrada pelo Governo do Estado foi oferecer facilidades aos pretendentes, que iam desde empréstimos até a isenção total de impostos, e o contrato, ao final, foi firmado com Teodorico Bezerra<sup>120</sup>, empresário norte-rio-grandense e proprietário de jazidas de minério no interior, recentemente enriquecido com sua extração. Assumida a posse do edifício, este equipou suas dependências – apartamentos, cozinha, restaurante, bar, barbearia, entre outros serviços (GRANDE..., 1939)<sup>121</sup> – e o Hotel foi inaugurado logo depois da declaração do início da Guerra na Europa, quando as movimentações militares em Natal já se iniciavam. Com isso, o hotel tornou-se rapidamente um centro de atividades muito movimentado e com intensa vida social e política na cidade.

O Grande Hotel era o único estabelecimento hoteleiro da cidade, que hospedava representantes e técnicos brasileiros e estrangeiros que chegavam a Natal em missões militares e, posteriormente, tornou-se o lugar onde se realizavam os encontros e as reuniões mais importantes da cidade<sup>122</sup>.

---

<sup>119</sup> FRANÇA, Aderbal .O Grande Hotel. **A República**, Natal, p. 12, 14 out. 1939f.

<sup>120</sup> Teodorico Bezerra era filho de uma família tradicional do interior do Estado, com participação econômica e política na região do Trairi. Após o período em que arrendou o Grande Hotel tornou-se um dos homens públicos mais influentes e poderosos econômica e politicamente no Rio Grande do Norte, inclusive elegendo-se diversas vezes como Deputado Estadual, possuindo jornais e rádios, fazendas de algodão e indústria de beneficiamento. Tradicionalmente era conhecido como Coronel Teodorico Bezerra. In: CARDOSO, Rejane (Coord.). Op. Cit.

<sup>121</sup> GRANDE Hotel de Natal. **A República**, Natal, 12 set. 1939.

<sup>122</sup> Durante algum tempo, o Grande Hotel tornou-se o local onde aconteciam as principais atividades burocráticas das Forças Armadas brasileiras e norte-americanas.

### 3.1.3 Tirol e Petrópolis: área de expansão residencial e dos novos espaços de lazer das elites políticas

As mudanças físicas ocorridas no espaço da cidade eram representadas nos discursos dominantes e publicados no jornal *A República* como se as obras estivessem construindo outra cidade. Os representantes das elites locais informavam a surpresa das elites, o que estas sentiam ao trafegar ou ao cruzar avenidas e ruas, quando se deparavam com a recente ocupação nas áreas que estavam se expandindo, particularmente, nos bairros suburbanos em que viviam ou nas áreas vazias do centro da cidade.

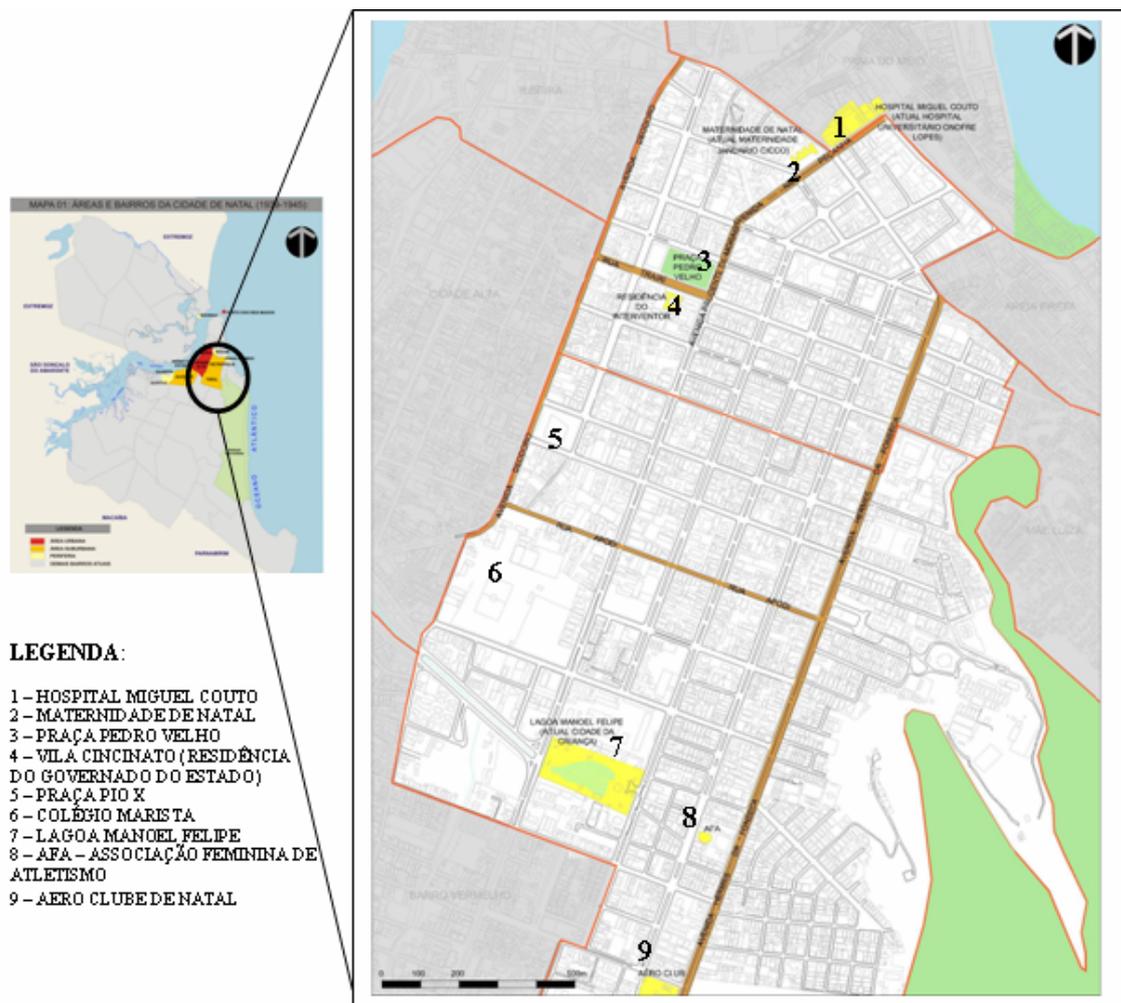
Nesses lugares, estavam sendo construídas “casas de estilo moderno” (FRANÇA, 1939d, p.12)<sup>123</sup>. A cidade apesar de diferente, continuava sendo reconhecida a partir dos bairros em que as elites residiam, trabalhavam, estudavam e circulavam, que eram os bairros centrais, Cidade Alta e Ribeira, e os “novos bairros”, Tirol e Petrópolis (localizados à leste, na área contígua ao centro da cidade).

Em 1939, antes mesmo do início da Segunda Guerra Mundial, os administradores anunciavam que os recursos públicos eram insuficientes para toda a cidade. Os principais investimentos foram aplicados no centro e uma parcela deles destinaram-se à área suburbana, especialmente aos bairros de Tirol e Petrópolis. Em todos os bairros da capital, no entanto, existiam problemas comuns, entre eles a precariedade do sistema dos transportes urbanos, que ainda se baseava nos bondes elétricos, instalados na primeira década do século XX. Segundo a administração da cidade, a deterioração do sistema deveu-se ao alto custo de sua manutenção. Este havia ficado quase sem investimentos durante muitos anos e, em 1938, contava com apenas “quinze carros para o tráfego de passageiros” (FRANÇA, 1938c, p.12)<sup>124</sup>. Os carros eram antigos e mal conservados e, para os jornalistas do *Jornal A República*, apesar de tudo, os bairros mais sacrificados eram Tirol e Petrópolis, onde havia uma parcela significativa de seus moradores dependendo do transporte público.

---

<sup>123</sup>FRANÇA, Aderbal. Coisas da cidade.... **A República**, Natal, p. 12, 25 jul. 1939d.

<sup>124</sup>FRANÇA, Aderbal. Boa esperança. **A República**, Natal, 5 mar. 1938c.



**Figura 15** – Mapa dos Bairros Tirol e Petrópolis – Pontos de referências do ano 1939.

Fonte: SEMURB/PMN.

Nota: Elaboração do autor sobre base atual da cidade

O crescimento da ocupação desses bairros tendia a torná-los dependentes do centro da cidade. Segundo Cascudo (1999)<sup>1</sup>, desde sua origem, Tirol e Petrópolis estavam envolvidos pela Cidade Alta, como se fossem uma extensão da sua área residencial. Em 1939, ainda possuíam pouca infra-estrutura, da qual se destacavam os clubes esportivos – Aero Clube e Associação Feminina de Atletismo (AFA) –, o parque infantil e as quadras esportivas na Praça Pedro Velho.

<sup>1</sup> CASCUDO, Luís da C. **História da Cidade do Natal**: Prefeitura do Município de Natal, 1947. 3. ed. Natal: RN Econômico, 1999.

No bairro de Petrópolis, ainda estavam localizados a Maternidade de Natal, o Hospital Miguel Couto, a Casa de Câmara e Cadeia e o Dispensário Sinfrônio Barreto - estes últimos foram removidos nos primeiros anos da década de 1940 para áreas fora da cidade.

Desde o início do século XX, em 1901, que as administrações da cidade apostavam nessa região como uma promessa. Entre os diversos investimentos, foi proposta a construção de um bairro, a Cidade Nova<sup>126</sup>, cujo traçado foi desenhado com largas avenidas de trinta metros de largura, lotes amplos e a previsão de recuos de cinco metros entre as edificações. Para além desse desenho, as administrações que se sucederam investiram em reformas que, para eles, promoveriam o embelezamento dos espaços públicos, independente da descaracterização de seus aspectos coloniais. As obras e a ornamentação tornaram-se os critérios norteadores das ações com as quais pretendiam construir a cidade que se queriam e, muitas vezes, suas iniciativas estiveram além da capacidade de absorção da cidade<sup>127</sup>. O bairro da Cidade Nova, por exemplo, permaneceu com uma ocupação rarefeita e somente no período iniciado em 1939, acelerou sua ocupação. No entanto, esse processo deu-se de modo acelerado à revelia da ação do poder público e foi motivado por circunstâncias independente do desenvolvimento alcançado pela cidade.

Com a implantação do Plano Geral de Obras nos bairros centrais, os proprietários de lotes nos bairros de Tirol e Petrópolis iniciaram a transferência de suas residências. As obras do Plano, de certa forma, haviam prejudicado as condições de moradia com as escavações e com as diversas intervenções promovidas nos espaços públicos. Estas inviabilizaram, inclusive, as atividades sociais e culturais, tornando o centro uma “cidade morta” (FRANÇA, 1936d, p.8)<sup>128</sup>.

---

<sup>126</sup> Criado pela Resolução n.º 55, publicada no Jornal A República em 03 de janeiro de 1901. Posteriormente essa área foi nomeada como Petrópolis e Tirol.

<sup>127</sup> Essa idéia foi desenvolvida anteriormente no estudo sobre as transformações urbanas ocorridas na Cidade do Natal, no período que abarcou os primeiros vinte e cinco anos de República no Brasil. Naquela ocasião, percebeu-se que as elites dirigentes já se antecipavam às condições estruturais que a cidade possuía com o objetivo de acelerar o seu desenvolvimento. As ações se calcavam na aplicação de propostas que utilizavam a repetição deste “novo” com a intenção de modernizar o espaço, mesmo que isso significasse negar o passado e mesmo que a cidade não correspondesse ao que se esperava com essas intervenções (OLIVEIRA, Giovana Paiva de. **De cidade a cidade: o processo de modernização de Natal – 1889/1913**. Natal/RN: EDUFRN, 2000)

<sup>128</sup> FRANÇA, Aderbal. Sobre as nossas retretas. **A República**, Natal, 7 ago. 1936d.



**Figura 16** – Vista aérea do bairro de Petrópolis.  
Acervo: Diário de Natal

A falta de espaços públicos para as atividades de lazer na Cidade Alta possibilitou, inclusive, a revitalização do Aero Clube. Este existia desde o final da década de 20 e estava localizado às margens da Avenida Hermes da Fonseca, na extremidade leste do bairro do Tirol. Sua fundação fora estimulada pelo início das atividades aeronáuticas na cidade, quando abrigou a escola de pilotos, que foi fechada logo após a Revolução de 30. Durante quase toda a década de 1930, o edifício ficou esquecido e, nesse período, voltou ao centro da vida social das elites políticas da cidade como um clube esportivo e de lazer.

Em 1939, o Aero Clube era um lugar de acesso restrito a poucos freqüentadores e estava sob a presidência do Prefeito Gentil Ferreira. Suas instalações haviam sido reformadas e os caminhos que lhe davam acesso haviam sido adaptados aos automóveis que, naquele período, transportavam um público em torno de seiscentas pessoas a cada festa. Seus freqüentadores, estimulados pelo clima de modernização por que a cidade passava, envolviam-se na adoção da

sofisticação e da elegância de um novo estilo de vida. Para França (1936e, p.12)<sup>129</sup>, as elites locais imaginavam estar adotando um modelo que se aproximava da “aristocracia européia”, e o Aero Clube era o centro dessa atividade.



**Figura 17** – Foto do Aero Clube do Rio Grande do Norte.  
Acervo: Jaeci Emerenciano.  
Fonte: DVD Álbum Fotos Natal de Ontem.

### 3.2 OS SUBÚRBIOS, OS POVOADOS DISPERSOS E ISOLADOS: o lugar dos pobres e dos migrantes

Para compor todo o cenário em que se desenrolou esta narrativa, ainda resta ser referida a área periférica da Cidade do Natal, a qual era quase totalmente desconsiderada pela imprensa local.

Para Cascudo (1999, p.245)<sup>130</sup>, toda a área que existia fora do centro tradicional da cidade, fossem bairros, povoados ou pequenas aglomerações, era

<sup>129</sup> FRANÇA, Aderbal .O baile do Aero-Club. **A República**, Natal, 11 ago. 1936e.

considerada “bairros exteriores”. Estes constituíam uma “aglutinação marginal, fixada no cinturão da cidade”, uma “zona pobre, produtora, lar de trabalhadores, em constante evolução”.

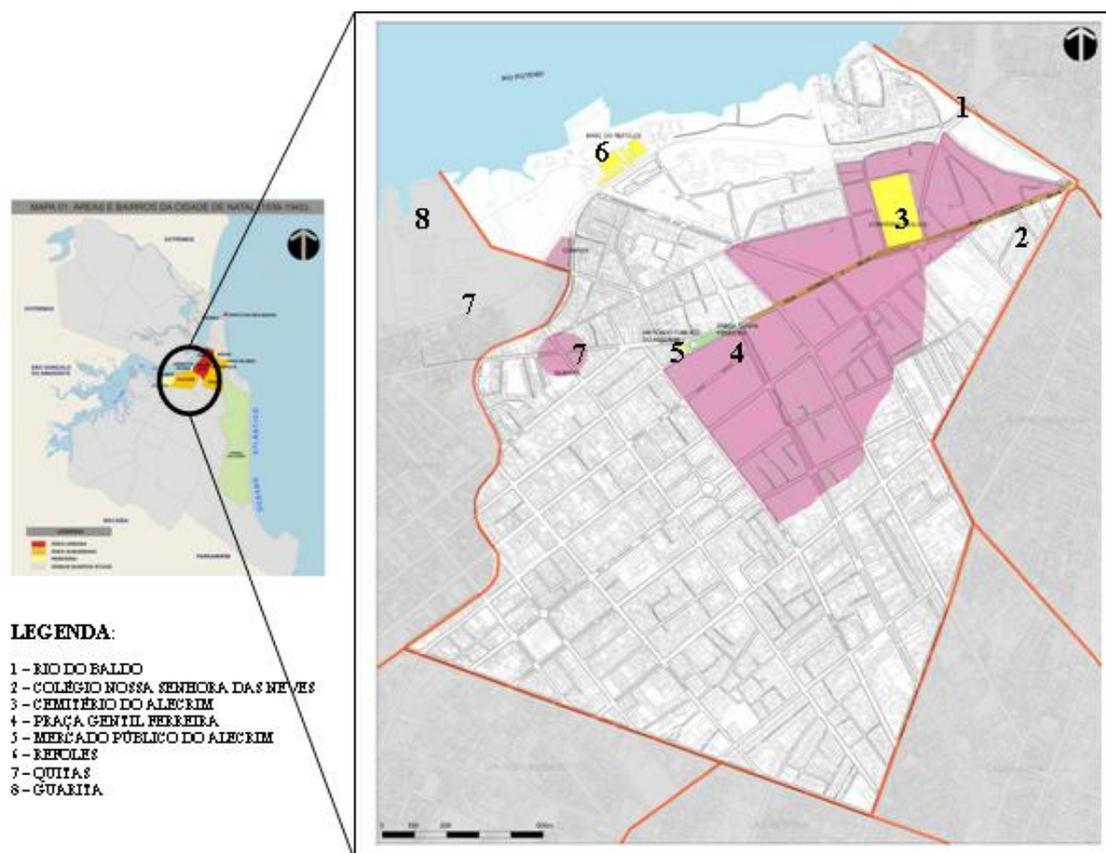
Os bairros do Alecrim e Rocas, e as demais ocupações que existiam fora da área central da cidade – Refoles, Guarita, Passo da Pátria, Baldo, Quintas, Barro Vermelho, Guarapes – eram chamados de “bairros exteriores”. Estes foram se constituindo isolados e espontaneamente, sempre segregados do centro e com pouco investimento dos governos. Em grande parte, o assentamento dessa população fora da área central foi estimulado e definido por ações das administrações que se sucederam, as quais, desde o início do século XX, editavam uma legislação restritiva que tinha por objetivo “limpar o centro” e impedir legalmente que a população pobre se instalasse nas suas proximidades.

### **3.2.1 O Alecrim:** bairro operário que nasceu sem ser semeado

Dentre os “bairros exteriores”, o Alecrim mereceu maior atenção da imprensa local pela importância que conquistou no final da década de 30 do século XX. Localizado na direção oeste em relação ao centro da cidade, o Alecrim era tratado como um bairro operário, onde a população de baixa renda podia dispor de lotes e terrenos vazios para construir ruas e casas e estabelecer seu próprio comércio.

---

<sup>130</sup> CASCUDO, Luís da C. **História da Cidade do Natal**: Prefeitura do Município de Natal, 1947. 3. ed. Natal: RN Econômico, 1999.



**Figura 18** – Mapa do Bairro do Alecrim – Pontos de referências do ano 1939.  
 Fonte: SEMURB/PMN.  
 Nota: Elaboração do autor sobre base atual da cidade

No entanto, ao longo dos anos, a demanda crescente exigiu que o poder público instalasse uma infra-estrutura básica, como a construção de escolas, centros de saúde e outros edifícios públicos. Coincidentemente, essa periferia ficou localizada no caminho que ligava o centro da cidade aos municípios e aos Estados vizinhos. Por ela foi construída a primeira estrada de rodagem que interligou a Capital ao interior do Estado, conhecida como “Estrada de Macaíba”. O bairro do Alecrim foi reconhecido oficialmente em 1911 e tornou-se passagem para quem saía da capital por via terrestre. Ao longo das primeiras décadas do século XX, continuou isolado do centro, segregado e sem a assistência do poder público, porém cresceu à sua revelia e, desde o ano de 1938, um ano antes do período de que trata este trabalho, o jornal A República já o reconhecia como uma área importante e que precisava ser considerada pela administração da cidade.

[O Alecrim possui] uma densidade de população à prova de que a cidade já passou muito dos 50 mil habitantes. A extensão domiciliária, atingindo quilômetros que há menos de um quinquênio eram lugares isolados, longínquos do limite das casas, mostra-se hoje de uma amplitude de desenvolvimento que surpreende. Ao mesmo tempo em que o bairro toma um aspecto de independência. População escolar elevada – dois grupos escolares e duas escolas reunidas têm os seus salões cheios em vários turnos, afora inúmeras escolas isoladas. O Colégio Nossa Senhora das Neves está lá com o seu prédio novo e a freqüência magnífica. O comércio toma vulto em suas várias modalidades. A feira livre abrange a confluência de quatro avenidas. Ótimo cinema, diversas clínicas, outros aspectos determinantes da superioridade econômica e social do bairro (FRANÇA, 1938a, p.12)<sup>131</sup>.

O bairro quase não era freqüentado pelas elites locais, a não ser nas ocasiões em que compareciam ao Cemitério Público da cidade. Este tinha uma dinâmica própria que se desenvolveu independente da área central da cidade, As notícias nas páginas do Jornal A República quase não davam repercussão ao que acontecia no bairro. Os investimentos públicos eram tratados como concessões e não como uma demanda necessária, exigida pelo próprio crescimento do bairro. A imprensa local sequer considerava a existência de pressões políticas ou reivindicações. O que se sabe, efetivamente, é que poucas obras do Plano Geral foram executadas no bairro do Alecrim e que este recebeu alguns investimentos mais significativos somente no ano de 1939, quando foram construídos o Mercado Público e a Praça Gentil Ferreira, assim como pavimentadas ruas e instalados serviços de infra-estrutura, como energia elétrica em determinadas regiões mais densamente habitadas:

---

<sup>131</sup> FRANÇA, Aderbal.. Uma relação de progresso. **A República**, Natal, 29 jan. 1938a.

Trata-se de um acontecimento de grande significação para a vida daquele populoso e adiantado subúrbio natalense, que é, sem dúvida, dos pontos afastados da cidade, o que mais se tem desenvolvido, não apenas quanto ao coeficiente de casas e de habitantes, mas também no que diz respeito ao comércio e ao movimento social. Esse desenvolvimento, que é em grande parte fruto da iniciativa particular, encontrou no poder público um dos seus mais fortes impulsionadores, do qual recebeu benefícios de vulto do Mercado que ali se vê (INAUGURADOS..., 1939, p.3)<sup>132</sup>.

O Alecrim, enfim, foi um bairro que cresceu com pouco investimento público e, apesar de sua “fisionomia pobre”, parecia ter se tornado “rico e independente” (FRANÇA, 1938d, p.12)<sup>133</sup>. O novo posicionamento do bairro diante da administração da cidade deveu-se a fatores diversos, no entanto um aspecto se destacou: a existência da atividade industrial. Essa característica foi divulgada pelo Jornal A República em outubro de 1939, quando o Governo do Estado realizou a Exposição de Produtos Agrícolas e Industriais do Rio Grande do Norte, quando se constatou que a maioria das pequenas indústrias locais estava instalada naquele bairro. Entre elas estavam funcionando a Escola Profissional do Alecrim (oficinas de produção de objetos e móveis em madeira); a Fábrica Ipiranga (massas alimentícias); as Fábricas São Pedro, Vitória e Potiguar (bebidas artesanais) e o Curtume São Francisco (beneficiamento de peles).

Além do Cemitério Público de Natal, o bairro do Alecrim, desde o século XIX, também abrigava o Leprosário São Francisco de Assis, o Hospital dos Alienados<sup>134</sup>, o Hospital da Misericórdia, o Sanatório Getúlio Vargas e, posteriormente, durante a Segunda Guerra Mundial, foram construídos o Abrigo Juvino Barreto, para mendigos; e o Abrigo Melo Matos, para proteção e defesa social aos meninos.

---

<sup>132</sup> INAUGURADOS os melhoramentos do bairro do Alecrim. **A República**, Natal, 24 jun. 1939.

<sup>133</sup> FRANÇA, Aderbal. Uma tarde dos turistas. **A República**, Natal, 28 jul. 1938d.

<sup>134</sup> Em 1921, o antigo Lazareto da Piedade passou a se chamar Hospital dos Alienados e estava localizado numa longínqua casa velha localizada na periferia do Alecrim. Sua história está ligada ao surto de Varíola ocorrido em meados do século XIX. Em 19/07/1939, quando Danilo escreveu a crônica “Entre os loucos”, informa que o havia visitado recente e calcula que existiam quase 200 internos.

Somente em 1946, posterior à Segunda Guerra Mundial, Cascudo (1999, p.357)<sup>135</sup> um dos principais representantes intelectuais das elites locais, reconheceu que o bairro já se encontrava “com todos os elementos sociais que caracterizam uma cidade, já se espalha e derrama sua população por quilômetros e quilômetros, num avanço dominador e tentacular”, criando novos caminhos e ligando-se à área urbana.

### **3.2.2 O bairro das Rocas e as outras localidades**

Os registros existentes na imprensa oficial pouco informaram sobre a periferia da cidade. O bairro das Rocas era o “mais antigo dos bairros exteriores” (CASCUDO, 1999, p.231)<sup>136</sup> e ficava numa colina de areia onde originalmente trabalhadores do porto e pescadores pobres foram construindo suas residências. De acordo com este autor (CASCUDO, 1999, p.247), no final dos anos 1930, as Rocas encontrava-se como na “fase inicial do Alecrim, embora sem as possibilidades de ascensão”. Seu povoamento iniciava-se no alagadiço onde terminava o bairro da Ribeira, nas proximidades dos estaleiros da construção naval. Mais adiante, na direção norte da cidade e no sentido do Forte dos Reis Magos, havia também “um bloco de ruas e travessas que se encontravam diante da Rua Silva Jardim” (CASCUDO, 1999, p.246). O pequeno povoado não possuía ruas calçadas, energia elétrica ou abastecimento de água, embora fosse o lugar onde ainda podiam ser encontrados os resquícios mais evidentes da tradição popular, de festas religiosas e folclóricas, que raramente eram referidas como uma atividade costumeira na área central da cidade.

---

<sup>135</sup> CASCUDO, Luís da C. Op. Cit., 1999.

<sup>136</sup> Idem.



**Figura 19** – Mapa dos Povoados e localidades Periféricas em 1939.

Fonte: SEMURB/PMN.

Nota: Elaboração do autor sobre base atual da cidade

Os moradores das Rocas, assim como os do Alecrim, continuavam promovendo as festas populares e cultivando os costumes tradicionais, como as festas juninas, com suas fogueiras e lanternas, reuniões noturnas nas portas das casas e conversas nas ruas de areia.

Noite de São João andei pela cidade, Olhei das esquinas, a extensão das ruas. Povoei a imaginação de uma imensidade de coisas que a memória me concedeu. De uma para a outra passei desolado. Que mal faz hoje a gente recordar, no dia de São João, o pitoresco do povo em torno de uma fogueira, de tóros ou de barris, sob as linhas das bandeirolas e as folhas de mamoeiros! [...] As lanternas deram ao Alecrim e às Rocas a expressão tradicional de São João, expressão de humildade e de amor a um passado, que vive na memória dos que o amaram (FRANÇA, 1939e, p.12)<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> FRANÇA, Aderbal. Noite de São João. **A República**, Natal, 27 jun. 1939e.

A principal festa do bairro era a dos Reis Magos, no dia 6 de janeiro. Nessa ocasião, os moradores dos demais bairros e localidades da cidade se deslocavam para participar e esta podia ser uma das poucas oportunidades em que tinham alguma motivação para se dirigirem às Rocas (FRANÇA, 1936g; 1937a)<sup>138</sup>.

Além deste bairro, existia na outra extremidade da cidade, a oeste do bairro do Alecrim, os povoamentos das Quintas e da Guarita.

A região das Quintas era muito próxima do bairro do Alecrim e ficava nas proximidades de um rio que desaguava no Potengi, onde os habitantes plantavam hortaliças e frutas (CASCUDO, 1999, p.255)<sup>139</sup>. A Guarita estava localizada entre as Quintas e o Rio Potengi, onde existia um posto de fiscalização da Central do Brasil, na saída da cidade em direção ao interior e a outros Estados. Ainda segundo Cascudo (Idem, p.250), a Guarita “era uma longa rua acompanhando a estrada de ferro”. A partir de 1939, quando o bairro do Alecrim começou a se adensar, a Guarita já era uma localidade movimentada, tinha um número significativo de moradores, trabalhadores do comércio e domésticas e um pequeno comércio que atendia à sua população. “A Guarita foi aumentando, foi se desenvolvendo, e por lá chegou também a esperança do conforto relativo” (FRANÇA, 1938f, p.12)<sup>140</sup>.

A Guarita era mais um povoado isolado que existiu apenas porque os trens vindos de Pernambuco, da Paraíba e do interior do Rio Grande do Norte precisavam parar em um posto da Central do Brasil, onde existia uma bifurcação da estrada de ferro e os funcionários faziam o controle do trânsito. Enfim, foi em torno desta estação que a população construiu casas e uma pequena igreja, onde também possuíam uma pequena produção agrícola e algum comércio. Naturalmente, com o crescimento do bairro do Alecrim, as Quintas e a Guarita passaram a ser procuradas por trabalhadores desempregados, assalariados e pequenos comerciantes, o que intensificou a sua ocupação. Além desses povoamentos, existiam o Refoles, Passo da Pátria, Baldo e Barro Vermelho, porém todos com poucas residências,

---

<sup>138</sup> FRANÇA, Aderbal. A Capela era no forte. **A República**, Natal, 22 out. 1936g; \_\_\_\_\_. Da Limpa à Montagem. **A República**, Natal, 8 jan. 1937a.

<sup>139</sup> CASCUDO, Luís da C. Op. Cit., 1999.

<sup>140</sup> FRANÇA, Aderbal. A Guarita. **A República**, Natal, 5 nov. 1938f.

predominando sítios dispersos, com pouca relevância para a atividade urbana da Cidade do Natal e, portanto, tendo poucos registros no Jornal A República.

### 3.3 OS INVESTIMENTOS E AS CONSTRUÇÕES NA CIDADE

As obras do Plano Geral acentuaram as diferenças sociais e espaciais entre os bairros da cidade, pois estas foram concentradas nas áreas centrais, onde foi instalado o saneamento e construídos vários edifícios.

A conjuntura que se avizinhava com o início da guerra na Europa desencadeou a necessidade de um rearranjo econômico e político no orçamento nacional do Governo do Estado Novo. Este se viu obrigado a destinar parte significativa dos recursos para a infra-estrutura, obras militares e de apoio às unidades e aos seus contingentes, além do investimento nos seus principais programas sociais e cumprimento das metas de industrialização do país. No Rio Grande do Norte, os recursos estaduais tornaram-se escassos e o Governo não conseguiu manter o mesmo ritmo de investimento, particularmente, as obras de transformação e modernização do espaço da capital.

Em 1939, o crescimento da Cidade do Natal, que fora historicamente lento e previsível, começava a apresentar uma rapidez que surpreendia ao Governo, obrigando-o a tomar iniciativas para se prevenir diante de problemas imprevistos, assim como de dar continuidade a melhoramentos pontuais nos diversos bairros, principalmente onde proliferavam novas residências.

No meio de tantas transformações, o bairro do Alecrim foi o que mais se destacou. Seu crescimento dava-se pelo incremento crescente de migrantes e comerciantes vindos do interior do Rio Grande do Norte e de outros Estados brasileiros, enquanto os bairros de Tirol e Petrópolis desenvolveram-se pela transferência dos antigos moradores das áreas mais centrais da cidade. Eram funcionários públicos, militares, técnicos, intelectuais, políticos e comerciantes que começaram a construir residências e que se sentiam estimulados a saírem do centro da cidade.

No Alecrim, os novos moradores criaram novos espaços públicos e construíram equipamentos urbanos, independente do investimento do poder público.

Eram empreendimentos voltados para o comércio, serviços e lazer (FRANÇA, 1940i)<sup>141</sup>, além das grandes glebas localizadas em sua periferia que foram ocupadas, loteadas e vendidas aos novos moradores. Não havia controle ou gerenciamento por parte dos administradores e, muito menos, manifestações, opiniões ou exigências quanto ao cumprimento de padrões e modelos construtivos. Porém, quando esse modelo de crescimento começou a surgir em Tirol e Petrópolis, o Jornal A República começou a estampar as primeiras manifestações.

Há muito não olhava aqueles sítios tão conhecidos. Não haviam me mentido os amigos. A promessa que era o local tornou-se inopinadamente uma realidade contristadora. Casas pegadas, em grupos numerosos, lá estão se apertando no aproveitamento vital de um terreno pequeno. Repetição de outros núcleos de casas de que a cidade está, infelizmente, cheia. Necessitamos, realmente de vilas, de casas baratas para muita gente pobre que não tem onde morar. Mas aquele trecho não podia, pela natural afinidade com o bairro, ser destinado a esses arranjos de construção (FRANÇA, 1942c, p.8)<sup>142</sup>.

Para a elite, iniciativas dessa natureza podiam ocorrer no bairro operário, não nos bairros das elites, onde as construções de vilas não eram compatíveis e ameaçavam a uniformidade desejada e a modernização historicamente concebida. Nos bairros de Tirol e Petrópolis, só se podia construir edificação de “qualidade” que demonstrasse obediência à “forma moderna”. Esse empreendimento em Petrópolis desencadeou o controle mais efetivo das construções na cidade e a fiscalização para impedir que “estranhos” se apropriassem de terrenos e construíssem “casas baratas, que só têm realmente a finalidade da ambição em detrimento da estética da cidade” (FRANÇA, 1942c, p.8)<sup>143</sup>. A previsão de crescimento da cidade na direção de Petrópolis já estava predefinida e, para as elites “não teria cabimento o tipo de casas de material ordinário e de plantas em atropelo que estão investindo contra os

---

<sup>141</sup> FRANÇA, Aderbal. O bairro do Alecrim prospera. **A República**, Natal, 15 set. 1940i.

<sup>142</sup> FRANÇA, Aderbal. Estão estragando o bairro de Petrópolis. **A República**, Natal, 11 fev. 1942c.

<sup>143</sup> Idem.

foros do bairro" (FRANÇA, 1942c, p. 8)<sup>144</sup>, principalmente no bairro que possuía “créditos de superioridade aristocrática”, onde seus moradores poderiam lhes “garantir foros de nobreza” (FRANÇA, 1946, p.12)<sup>145</sup>.



**Figura 20** – Foto da Praça Pedro Velho (Década de 1950).  
Acervo: Jaeci Emerenciano.  
Fonte: DVD Álbum Fotos Natal de Ontem.

### 3.3.1 Os principais investimentos nos bairros das elites políticas

A partir de 1940, com a escassez de recursos públicos para investimentos na modernização do espaço, observa-se que a prioridade do governo passou a ser os bairros de Petrópolis e Tirol, em detrimento do Alecrim.

---

<sup>144</sup> FRANÇA, Aderbal. Op. Cit, 11 fev. 1942c.

<sup>145</sup> FRANÇA, Aderbal. Petrópolis. **A República**, Natal, 26 jan. 1946.



**Figura 21** – Foto do Parque da Lagoa Manoel Felipe.  
 Fonte: HIDROESB  
 Acervo: HCURB/UFRN.

Algumas das intervenções realizadas eram mesmo questionáveis, tendo em vista a necessidade de infra-estrutura que o restante da cidade demandava. Em Petrópolis, as obras diminuíram a dimensão da Praça Pedro Velho, revitalizaram seus canteiros com um projeto paisagístico, tanques com espelhos de água, cultivo de vitórias-régias, plantas ornamentais e grades de proteção (FRANÇA, 1940e)<sup>146</sup>. No Tirol, foi dada continuidade à urbanização da Lagoa Manoel Felipe, anteriormente iniciada<sup>147</sup>:

O que é hoje a lagoa? [...]. Aquele poético abandono enamorou o espírito criador urbanista. Era, porém, necessário dar ao encanto da paisagem as medidas da moda, os contornos da civilização inquieta,

<sup>146</sup> FRANÇA, Aderbal). Os lagos da Pracinha. **A República**, Natal, 19 Jul. 1940e.

<sup>147</sup> O Plano Geral de Obras propusera transformá-la em um Parque Municipal.

expondo a lagoa, mais bonita e mais elegante aos olhos da cidade (FRANÇA, 1940g, p.8)<sup>148</sup>.

A Lagoa Manoel Felipe, que antes estava perdida e abandonada no meio do bairro do Tirol, nesse momento tornou-se um Parque Municipal, conforme havia sido projetado pelo Plano Geral de Obras. A iniciativa conseguiu o apoio do setor econômico, que contribuiu financeiramente para a plantação de árvores, organização do espaço livre, instalação de equipamentos apropriados a uma área de lazer e transferência de espécies de animais adaptáveis àquele ambiente (FRANÇA, 1940j)<sup>149</sup>.

Por outro lado, o Governo Estadual e a Prefeitura da cidade também reformaram o Mercado Público da Ribeira, calçaram com paralelepípedo a ladeira da Praia do Meio, e revitalizaram a Praça André de Albuquerque e a Praça em frente ao Cais do Porto<sup>150</sup>. No centro da cidade, ainda foi dado seguimento ao calçamento de todas as ruas afetadas pela instalação do saneamento, ao mesmo tempo em que os proprietários de residências foram estimulados a reformar suas edificações, assim como a adaptarem-nas para que se instalassem estabelecimentos comerciais e de lazer (MELHORAMENTOS..., 1941)<sup>151</sup>.

---

<sup>148</sup> FRANÇA, Aderbal. A lagoa escondida. **A República**, Natal, 17 Ago. 1940g.

<sup>149</sup> FRANÇA, Aderbal. No Parque de Manuel Felipe. **A República**, Natal, 22 set. 1940j.

<sup>150</sup> As primeiras instalações do Porto de Natal foram inauguradas em 24 de outubro de 1932, embora seu projeto tenha sido aprovado por Decreto (nº 15.277) em 14 de janeiro 1922. In: <http://www.transportes.gov.br/bit/portos/natal/deponatal.htm>

<sup>151</sup> MELHORAMENTOS públicos. **A República**, Natal, 28 set. 1941.



**Figura 22** – Foto da Avenida Duque de Caxias (Década de 1950).  
Acervo: Jaeci Emerenciano.  
Fonte: DVD Álbum Fotos Natal de Ontem.

Apesar da dificuldade financeira do momento, verificou-se que os dirigentes da cidade ainda apostavam no progresso e alimentavam a esperança de inserir a Cidade do Natal em roteiros turísticos nacionais. Por outro lado, a conjuntura da Guerra na Europa já afetava a economia do país e o Governo Federal apontava para a necessidade de suspensão de qualquer plano para o futuro, pelo menos de curto prazo.

Algumas coisas boas, novas, palpitantes de progresso, índices magníficos de civilização crescente, vemos hoje em nossa capital. Cidade bonita dos poetas e dos turistas, cidade esplêndida (ainda não é maravilhosa) dos brasileiros do sul e dos estrangeiros fartos de clima frio e de população densas. Cidade gostosa dos bairristas, apesar do barulho de meia dúzia de bondes imprestáveis. Muitas são as novidades que enriquecem a nossa capital. Mas ainda estamos longe de certos aspectos de refinamento social. Há muito conforto

doméstico, muita demonstração de atividade geral, aspectos animadores de desenvolvimento urbanístico (FRANÇA, 1941a, p.8)<sup>152</sup>.

Apesar de tudo, para os grupos dirigentes locais, a Cidade do Natal, embora continuasse como outras cidades brasileiras (com os mesmos bondes e longe do refinamento social), já era “esplêndida” e adquirira coisas novas. Para eles, sua população ainda não havia apreendido o estilo, os códigos e os signos da modernização, daí a necessidade de continuar avançando. Essas preocupações com a estética das edificações e com a produção dos espaços públicos ainda refletiam as mesmas reivindicações do início do século XX. Ou seja, a forma arquitetônica e urbanística assumiu o lugar de suporte das mudanças e deixou de ser representada apenas em um edifício isolado. As realizações, por isso, também passaram a fazer parte dos discursos e estavam presentes no debate promovido pelos intelectuais, particularmente no Jornal A República.

### **3.3.2 Divertimentos, encontros, festas e temores na Cidade do Natal**

O Jornal A República também informou que parecia existir uma disposição dos moradores residentes nos bairros centrais por participarem de ocasiões festivas e de locais descontraídos. Porém, essas oportunidades nem sempre estavam disponíveis e, quando estavam, nem sempre eram bem sucedidas. Em verdade, percebe-se que as elites locais pareciam não conseguir afastar a apreensão que envolvia aquele contexto, embora voltasse toda sua energia para abstrair sua realidade.

Os moradores dos bairros da Cidade Alta e da Ribeira freqüentavam sempre os mesmos locais de encontros, confraternizavam e dividiam as mesmas preocupações. Dentre os estabelecimentos de lazer mais procurados e freqüentados estavam o Café Grande Ponto, o Café Cova da Onça e o bar do Grande Hotel, onde

---

<sup>152</sup> FRANÇA, Aderbal. Falta-nos alguma coisa. **A República**, Natal, 9 mar. 1941a.

tradicionalmente políticos, militares, jornalistas, escritores, estudantes e outros profissionais liberais reuniam-se diariamente para conversar, tomar café e sorvete e partilhar conversas.



**Figura 23** – Foto do Café Grande Ponto/Avenida João Pessoa (Década de 1950).

Acervo: Diário de Natal.

No início de 1939, foram observadas várias tentativas de se criar novos estabelecimentos de lazer, especialmente confeitarias e sorveterias, porém os lugares tradicionais permaneciam como os mais freqüentados, ocasionando que os novos tivessem uma curta duração de funcionamento. Apesar disso, o Jornal A República ressalta a existência de uma crescente demanda por ambientes de lazer e diversão.

Todas desaparecem. Surgem com ares superiores, com ótimos reclamos, e, quando menos se espera, ficam vazias de fregueses [...]. Faltam-nos por ventura, noções elementares de sociabilidade, capazes de nos garantirem atrativos de relativo bem estar? Penso que não. Os motivos do desaparecimento das sorveterias e do

desprestígio dos cafés subordinam-se a fatores de outra ordem (FRANÇA, 1940a, p.8)<sup>153</sup>.

Nesse período, uma das grandes novidades na cidade eram os alto-falantes do Indicador da Agência Pernambucana (IAP). Estes foram instalados, inicialmente, nas proximidades do Café Grande Ponto, na Cidade Alta, e do Café Cova da Onça, na Ribeira, e as pessoas recorriam a estes locais para ouvir e acompanhar os noticiários sobre a guerra. O Jornal A República informa que, mesmo quando saíam de suas residências em busca de divertimento, as pessoas queriam estar ligadas nos alto-falantes e, por isso, qualquer estabelecimento que estivesse distante o suficiente para não ouvir o som, após algum tempo de funcionamento, fechavam as portas por falta de fregueses.

Desde as primeiras décadas do século XX que esses Cafés eram os lugares mais freqüentados pelos representantes das elites locais. Suas instalações tinham um uso restrito e voltado a atender a esse grupo. Após a instalação dos alto-falantes, estes passaram a ser procurados por uma quantidade maior de pessoas, no entanto nem todos os que chegavam conseguiam acesso ao interior dos estabelecimentos, por isso mantinham-se nas calçadas e nas suas imediações, onde formavam grandes aglomerações. Essa concentração, no entanto, fazia com que as demais ruas dos dois bairros, durante os horários de transmissões, ficassem vazias e silenciosas.

A sede do IAP (Indicador da Agência Pernambucana) ficava na Avenida Tavares de Lira, no bairro da Ribeira. Tratou-se, inicialmente, de uma estratégia de divulgação despretensiosa da Livraria Agência Pernambucana. O sistema de alto-falante teve os fios estendidos a partir da Ribeira até o Café Grande Ponto – situado na esquina da Avenida Rio Branco com a Rua João Pessoa – apenas com o intuito de divulgar as novidades do empreendimento e atrair novos clientes, moradores dos bairros centrais. Porém, com o início do conflito, a iniciativa foi apropriada e as intenções originais foram desvirtuadas, e o IAP passou a retransmitir os noticiários dos rádios que tratavam da guerra.

---

<sup>153</sup> FRANÇA, Aderbal). Cafés e sorveterias. **A República**, Natal, 4 jan. 1940a.

A partir desse momento, podemos inferir que o cotidiano foi imediatamente afetado e as mudanças refletiram em todas as dimensões da vida dos moradores da cidade. Desde a vida íntima no interior das residências até as tradições festivas e religiosas às quais costumeiramente se envolviam como, por exemplo, as festas juninas e natalinas. Para o Jornal A República, a partir de 1939 e durante todos os anos em que existiu o conflito na Europa, as festividades da cidade perderam o brilho e o encanto, pareciam diferentes e, mesmo, desapareceram das suas páginas. Seus redatores, eventualmente, a cada ano, quando noticiavam alguma informação sobre as festas tradicionais, faziam-no de maneira melancólica, comparando-as com as festividades do passado e, a essa altura, revelavam-nas envoltas pela esperança de um futuro sem guerra:

A noite de Natal deixou uma lembrança agradável para toda a gente que a aguardou com o carinho que ela inspira. Embora afastada daquela tradição que a tornava mais interessante, que a apresentava mais festiva, mais popular, o Natal deste ano também teve os seus festejos e as suas festas íntimas. O espírito cristão que o envolve permaneceu no encanto dos presépios e dos quadros que o tempo não leva e se transmitem de geração a geração: a estrela, os pastores, as adorações, as manjedouras, Maria e José e Jesus, sorrindo para a humanidade que vai redimir (FRANÇA, 1941c, p.8)<sup>154</sup>.

Os festejos natalinos, por exemplo, pareciam ter se transformado numa lembrança. Suas atividades ficaram restritas ao interior das igrejas ou à intimidade das residências e, em geral se faziam acompanhar por uma religiosidade que parecia amparar e revitalizar a esperança da população.

Entre todas as festas tradicionais da cidade, o carnaval foi a que mais se manteve nas páginas do Jornal A República. Mesmo sob impacto, a população continuou participando dos festejos entre os anos de 1939 a 1942. Nesse período, a festa foi referida como se estivesse na normalidade e utilizasse os mesmos espaços

---

<sup>154</sup> FRANÇA, Aderbal. Saudades da noite de Natal. **A República**, Natal, 28 dez. 1941c.

públicos, fosse festejada com a mesma animação nos clubes e vivida com a mesma alegria pelas pessoas que dela participavam. Segundo o jornal, as ruas mantiveram-se iluminadas, cheias de pessoas como se, a cada ano tivesse a mesma normalidade dos anos anteriores.

A Cidade Alta, naquele momento, concentrava o curso do carnaval das elites da cidade, o qual era intensamente movimentado pelos automóveis lotados de grupos familiares. Além desta, os clubes tradicionais eram bastante freqüentados e, a partir de 1939, o carnaval da cidade ganhou mais um espaço festivo: o Grande Hotel.

Eram os capitalistas, os altos comerciantes. A turma do cock-tail fidalgo, do Dry-Martini, do Sweet-Martini, das misturas suaves do Gin Calvert: a turma dos foliões da elite, do Whisky Seagram's, o rei de todos os whiskys. A convivência elegante e cordial, com a música do frevo e o alvoroço sem éter [...]. Depois das dez a estrada do Aero era poeira e corrida de automóveis e um mundo de faróis subindo e descendo. Os grandes bailes, [...] Duas orquestras sem parar, palmas frenéticas dos pares, as fantasias, as ricas fantasias encobrendo sacrifícios... (FRANÇA, 1942f, p.12)<sup>155</sup>.

Em todos, no entanto, predominava a ostentação, e o “glamour” aglutinava as autoridades civis e militares, comerciantes e industriais, sócios e convidados. Em todos os locais, o Jornal A República informa que as pessoas festejavam como se estivessem alheios às tensões do momento histórico em que viviam. No entanto, algumas palavras dissonantes se mostraram nas suas páginas e revelaram que, dentro da própria elite, alguns não reagiam com tanta alegria. Para estes, o que se vivia durante os dias de Momo era uma manifestação incompreensível, especialmente diante da gravidade da situação e da ameaça que se estava vivendo, particularmente pela eminente possibilidade de a cidade sofrer um ataque de tropas militares inimigas.

---

<sup>155</sup> FRANÇA, Aderbal. Eu não compreendi o carnaval. **A República**, Natal, 19 fev. 1942f.

A época não era para tantas brincadeiras... [...]. Ficaram, de justo e merecido, as exclamações de louvor à ordem, ao policiamento da cidade, dirigido com calma e proveito. Policiamento do Exército, da Polícia, da Guarda Civil, da Inspetoria do Trânsito, das guarnições estrangeiras. [...]. Ligeiros e poucos atritos. Nada mais. Dirão que eu não vi bem o carnaval. Que não fui aos clubes, que não brinquei. Que foi diferente, supinamente bom, altamente elegante. E dirão muito bem. Eu é que ainda não compreendi o carnaval... (FRANÇA, 1942f, p12)<sup>156</sup>.

O carnaval da cidade transformou-se numa manifestação descontextualizada e em que se queria acreditar. Uma festa sem qualquer relação com as circunstâncias de perigo que cercavam a vida da população da cidade. O Jornal A República, como um instrumento intrinsecamente ligado ao Governo, pode ter agido como se quisesse ou tivesse a responsabilidade de contribuir com a construção do discurso da normalidade, que não mais existia na cidade (CARNAVAL, 1942)<sup>157</sup>. Diante disso, inferimos que no período de 1939 a 1942, o cotidiano da cidade, antes previsível e corriqueiro, deixou de existir. Em 1942, não era mais possível esconder a realidade do que se vivia e o Jornal começou a mostrar os sinais do que já era experimentado diariamente: a crise, o medo e a falência da infra-estrutura urbana, que demonstrava seu despreparo para enfrentar a nova contingência.

Um passeio, uma volta pelas livrarias, um olhar pelas vitrinas. O mesmo aspecto, as mesmas conversas de café. A fila dos Mercurys na Avenida. Uma recordação do cinema, uma saudade do Aero Clube, uma conclusão da atualidade da guerra. A gente passa, os outros passam por nós, pilhas humanas quase sempre reagindo... Mais tarde, hora do almoço, a tragédia do bonde. A buzina estridente dos automóveis e a campainha arcaica. Petrópolis, Tirol, Alecrim,

---

<sup>156</sup> FRANÇA, Aderbal. Eu não compreendi o carnaval. **A República**, Natal, 19 fev. 1942f.

<sup>157</sup> CARNAVAL. **A República**, Natal, 17 fev. 1942.

Lagoa Seca. Caminhos cruzados como os caminhos da vida. A corrida do pensamento, na luta dos nervos, a massa humana sob a força centrífuga da hora infalível.

À tarde, ponto chic da Dr. Barata, visita dos armarinhos, revista dos últimos sapatos, o sorvete, o dentista. A parada da elegância. O luxo dos relógios caros, das pulseiras finas, dos anéis faiscando sobre o rubi das unhas pontiagudas. O penteado caprichoso e o rouge artístico, a silhueta que passa e volta com a mesma pressa e as mesmas curiosidades. O auge, o declínio, o regresso ao lar.

As estrelas no céu como que invejam as estrelas da terra. Pracinha, cinema, o grande salão do Rex. Um segredo a mais, um romance ou uma dúvida. O tempo andou algumas horas. O coração sentiu mais forte a necessidade da vida. E o corpo vai repousar na penumbra que Deus criou para os desenganos do dia seguinte... (FRANÇA, 1941b, p.8)<sup>158</sup>.

A vida na cidade parecia estar freqüentada por uma saudade do passado, por uma irritação diante do imprevisto, pelas ruas sempre cheias de pessoas e, principalmente, pelo sentimento de desorientação que começava a se expressar entre os moradores. O esplendor parecia estar convivendo paralelamente com a falta de sentido, assim como as pessoas davam a impressão de terem se tornado silhuetas que passavam sem rostos umas pelas outras.

O barulho, os caminhos cruzados, a centrífuga triturando os moradores da cidade que, por sua vez, declinavam diante das dificuldades enfrentadas. O progresso avançava para uma pequena parcela entre as elites, mas para a maioria, independentemente da posição social que ocupava, parecia restar apenas o desengano que a cada dia se renovava. Os moradores apenas esperavam que o tempo continuasse andando para frente.

Ao longo desses primeiros anos, precisamente no início do ano de 1941, o Governo Federal declarou oficialmente que o país estava vivendo uma crise econômica, principalmente nos estados do Norte e Nordeste. Segundo Clementino

---

<sup>158</sup> FRANÇA, Aderbal. Instantâneos do dia... **A República**, Natal, 10 ago. 1941b.

(1995)<sup>159</sup>, as mercadorias produzidas para exportação entulhavam-se nos armazéns dos portos brasileiros e não conseguiam ser escoadas como o faziam anteriormente. As cidades, indistintamente começavam a sentir as conseqüências de não poderem receber os produtos para abastecer seus mercados. Em Natal, estoques de couro e de caroços de algodão ficaram empatados no Porto sem que houvesse previsão de chegada de navios para transportá-los, e a população começava a conviver com a falta de comida (CLEMENTINO, 1995)<sup>160</sup>.

Enfim, estava instalada uma nova conjuntura nacional com mudanças políticas, sociais e econômicas bem diferentes das anteriores e nunca antes vistas ou vividas na Cidade do Natal. Sua população, além destas dificuldades, encontrava-se diante da realidade de ter evidenciado, mais uma vez, a importância de sua posição estratégica e, dessa vez, como um provável alvo de ataques de tropas militares envolvidas na Segunda Guerra Mundial e que se enfrentavam em território europeu.

---

<sup>159</sup> CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **Economia e modernização**: o Rio Grande do Norte nos anos 70. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

<sup>160</sup> Idem.

## 4 A CIDADE CIVIL E A PREPARAÇÃO PARA SUA MILITARIZAÇÃO (1939-1942)

### 4.1 A CIDADE CIVIL E A PREPARAÇÃO PARA UM NOVO TEMPO

Muito antes da deflagração da Segunda Guerra Mundial, o possante Big-Ben da Estação BBC de Londres era uma constante nos rádios receptores de todos os povos livres. O horário para o noticiário no Brasil era ansiosamente aguardado por grupos de pessoas, que, sentadas ou em pé, tinham os ouvidos atentos aos rádios, na expectativa de ouvirem as badaladas ressonantes do grande carrilhão inglês, que precediam as notícias sobre os acontecimentos do mundo, e, de modo particular, a respeito das marchas e contramarchas que findaram com a declaração de guerra total entre os aliados e os nazi-fascistas (AGUIAR, 1991, p.15)<sup>161</sup>.

No primeiro dia de setembro de 1939, a Alemanha invadiu a Polônia e deu início ao conflito da Segunda Guerra Mundial. Antes mesmo de a guerra iniciar no continente europeu, o panorama político e econômico entre as nações européias já apontava para o acirramento do conflito. Nesse período, a população brasileira já se encontrava mobilizada para acompanhar os noticiários e vivia na expectativa de seus desdobramentos, particularmente os que eram veiculados pelas estações de rádios internacionais retransmitidas diariamente pelas rádios brasileiras.

Apesar disso, até 1942, a soberania brasileira não foi atacada ou ameaçada ou, ainda, enfrentou qualquer situação que indicasse que seu território abrigaria operações de guerra. Porém, a economia, a política, a estrutura física e o cotidiano de grande parte de suas cidades brasileiras sofreram, desde o primeiro instante, as repercussões que alteraram definitivamente o que existia até então<sup>162</sup>.

---

<sup>161</sup> AGUIAR, José Nazareno Moreira de. **Cidade em black-out**: crônicas referentes à Segunda Guerra Mundial – 1939-1945. Natal, UFRN. EDUFRN, 1991.

<sup>162</sup> FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira** (Tomo III – O Brasil Republicano, 3º volume – Sociedade e Política 1930-1964). São Paulo: Difel, 1981.

Nesse contexto, encontrava-se o Estado do Rio Grande do Norte e sua capital, a Cidade do Natal – a esquina do continente sul-americano ou a “porta” da América, ou a ponta de terra mais avançada do Brasil na direção do Oceano Atlântico. Era uma unidade periférica dentro da Região do Nordeste brasileiro, com pouca importância econômica dentro do cenário nacional e insignificante na sua dimensão físico-territorial, assim como em número de habitantes. As elites residentes na capital, a Cidade do Natal, que foi fundada em 1599 a partir de uma decisão do governo colonial português, via nessa localização um importante ponto estratégico mundial.

Essa compreensão se baseava na sua formação histórica que carregava a representação de ter sido fundada para garantir a posse da colônia portuguesa, quando foram construídos uma fortificação e um pequeno núcleo urbano. A cidade, ao longo de quase três séculos, foi “cidade apenas no nome” (CASCUDO, 1999, p.37)<sup>163</sup> e sua ocupação foi dificultada pelas distâncias dos centros urbanos mais desenvolvidos, assim como pelo cinturão de dunas que a cercava, isolando-a do processo de povoamento e ocupação do restante da região. Mesmo tendo assumido o papel de centro político do Rio Grande do Norte, seu isolamento dificultou-lhe o exercício como centro econômico diante dos demais municípios (CLEMENTINO, 1995)<sup>164</sup>.

Semelhante a outras cidades brasileiras, porém em menor proporção, a Cidade do Natal cresceu no final do século XIX. Em 1900, com apenas 16.056 habitantes<sup>165</sup>, suas elites políticas já se empenhavam em conquistar seu progresso e investiam na modernização de sua infra-estrutura urbana, confrontando seu atraso em certos aspectos e conquistando vários benefícios urbanos. O final da década de 30 do século XX pode ser tratado como um coroamento desse esforço. Apesar de continuar envolta em pequenos e sucessivos acontecimentos que transformavam sua estrutura física e cultural, manteve-se provinciana e a natureza do desenvolvimento alcançado despertava sentimentos novos, principalmente pelas mudanças que se operavam nos espaços públicos e no cotidiano prestes a viver uma grande ruptura.

---

<sup>163</sup> CASCUDO, Luís da C. Op. Cit., 1999.

<sup>164</sup> CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70**. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

<sup>165</sup> Segundo o censo de 1900

A nova situação deixava os moradores até certo ponto desorientados e surpresos diante do que se sucedia na cidade, porém estes correspondiam às expectativas que suas elites criavam diante da idéia de progresso e assimilavam as novidades com facilidade. A desordem trazida pelo Plano Geral de Obras, por exemplo, parecia contrariar a modernização que se imaginava, porém as transformações pareciam construir a sensação de que as mudanças poderiam não ter limites e, ao mesmo tempo, suscitavam uma nova maneira de pensar aquele presente ou, de certa forma, buscar algum sentido no desconhecido.

A década de 1930 do século XX chegou ao final tendo construído a imagem de que a cidade fora inundada pelo diferente e que seus observadores precisam se acostumar e se apropriar das novas manifestações desconhecidas, múltiplas e disponibilizadas.

A contradição da modernização também se refletia nos discursos e, certamente, era sentida pela população. Em 1942, as elites locais escreviam no Jornal A República revelando também se tornar partícipe do processo e querendo compreender o desenvolvimento que lhes parecia adequado e suficiente. Fosse ele qual fosse, mesmo sendo promovido por uma guerra, interessava e podia ser bem vindo. A cada notícia de ameaças à implementação do projeto de modernização, requeriam novas esperanças e expectativas de que estas nunca se concretizariam. E estas eram acompanhadas diariamente na área mais central da cidade.

No velho prédio então existente na esquina da Avenida Rio Branco com a João Pessoa, onde funcionava o café “Grande Ponto”, [...], que transmitia às vinte e uma horas o noticiário da BBC [...]. O centro da cidade, naquela hora, modificava-se por completo. O tráfego ficava interrompido pela multidão que se postava no meio da rua e nas esquinas confrontantes, pois ali todos se reuniam ansiosos por ouvir o noticiário (AGUIAR, 1991, p.17-18)<sup>166</sup>.

Para os moradores da Cidade do Natal não existia outra experiência anterior que pudesse informar a maneira de viver uma guerra ou, como afirma

---

<sup>166</sup> AGUIAR, José Nazareno Moreira de. Op. Cit.

Arendt (2001)<sup>167</sup>, que disponibilizasse algum significado reconhecível à geração que vivia aquele presente. A apreensão e a curiosidade com que acompanhavam os noticiários do rádio, ou esperavam ouvir o som das badaladas da BBC, refletiam a iminência da criação de algo desestabilizador que fazia parte daquele tempo, embora sem sentido. Segundo Elias (1994, p.16),

Para termos uma idéia da experiência de seres humanos sem acesso a um patrimônio qualquer de saber, é preciso imaginarmos que eles estariam premidos, em larguíssima escala, pela necessidade imperativa de atender a suas carências elementares do momento. Seu potencial de síntese e sua capacidade de aprender a ligar os acontecimentos estariam colocados quase que exclusivamente a serviço dessas necessidades. (ELIAS, 1994, p.16)

A população daquela cidade, naturalmente, enfrentou dificuldades para entender o que estava se passando na cidade, no entanto, mesmo que fosse uma experiência desconhecida, esta deve ter promovido a construção de alguma síntese mnemônica que não se pretende explicar neste trabalho. A Segunda Guerra Mundial precipitou um tempo diferente e provocou a confrontação de um “novo” que não era desejado, porém sua população, que perdeu ou transformou seu cotidiano a partir de uma experiência imprevista, pode ter compreendido que sua herança já se encontrava ameaçada. A perspectiva que restou foi a de confrontar o desalento com um projeto destruído ou assumi-lo como se apresentava.

#### **4.1.1 A cidade do Natal e as negociações do Governo Brasileiro**

Se por um lado a iminência da Segunda Guerra Mundial provocava o temor pelo destino que a cidade poderia ter, por outro também criava muitas

---

<sup>167</sup> ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

expectativas novas e alentadas pelas elites locais. Ainda no início de 1939, foi publicado um artigo no jornal A República informando à população que

Os Estados Unidos da América do Norte, possuindo uma força aérea das mais fortes do mundo e aviões de bombardeio que não encontram paridade, [...], vão gastar somas formidáveis na construção de bases aéreas em toda a costa do Atlântico e nas ilhas da América Central, a fim de garantir-lhe contra um possível ataque de uma potência européia. Maior, muito maior é o perigo que corre o Brasil, [...]. O seu ponto mais vulnerável, como já disse, é o Nordeste e a base de defesa mais importante é Natal, donde os aviões poderão exercer um patrulhamento eficiente contra qualquer tentativa de ataque não só ao Brasil, como mesmo a toda a América do Sul (LAMARTINE<sup>168</sup>, 1939, p.10)<sup>169</sup>.

Os investimentos estadunidenses para a sua defesa, de fato, já havia se iniciado em vários países da América e, em meados de 1939, davam sinais de que, entre outros aspectos, iriam acelerar a construção de bases militares no continente americano. Por meio do Jornal A República, os intelectuais locais tentavam traduzir o que aquela realidade poderia influir e definir para o futuro próximo da cidade, uma vez que sua compreensão

Qualquer ataque que sofrer o Brasil, por uma das nações fortes e imperialistas da Europa, só pode ser feito por via aérea ou marítima

---

<sup>168</sup> Juvenal Lamartine de Faria Nascimento nasceu no município de Serra Negra do Norte, interior do Rio Grande do Norte, em 09/08/1874, foi Governador do Estado entre 1928 e 1930, investiu e contribuiu para atrair a aviação comercial mundial para o Estado. Além disso, interiorizou a aviação que se tornou o principal meio de transporte das elites estaduais no final da década de 20 do século XX; fundou o Aero Clube, a escola de pilotagem e construiu cerca de vinte e cinco campos de pouso no Estado. Na Revolução de 30 foi cassado e em 1933, quando anistiado, voltou à vida política estadual, atuando como jornalista e escritor, tornando-se um membro fundador da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras In: CARDOSO, Rejane (Coord.). **Quatrocentos nomes de Natal**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2000.

<sup>169</sup> LAMARTINE, Juvenal. Natal a mais importante base de defesa aérea do Brasil. **A República**, Natal, 10 fev. 1939.

visando precisamente o norte desprotegido de qualquer elemento de defesa [...]. Estou convencido de que os poderes públicos concededores da importância estratégica de Natal, mandarão construir aqui a base de defesa da nossa costa setentrional. Daqui é possível não só repelir qualquer tentativa de ataque por aviões que projetem atravessar o atlântico, como estabelecer linhas de defesa para os Estados do Sul e do Norte do Brasil (LAMARTINE, 1939, p.10)<sup>170</sup>.

Fosse qual fosse a decisão do governo brasileiro ou estadunidense, necessariamente teria que considerar a posição estratégica da Cidade do Natal. Para as elites locais, a defesa da América dependia da defesa de Natal e, nesse sentido - inferimos - acreditavam que novos investimentos poderiam abrir perspectivas para a conquista de novos espaços políticos, principalmente, de ganhos econômicos para a cidade e, conseqüentemente, para as próprias.

No momento em que a guerra foi declarada na Europa, o governo brasileiro proclamou sua neutralidade e montou uma estratégia para enfrentar um outro tipo de guerra: a diplomática. Isso contrariou a expectativa e os interesses das elites locais. Segundo Sola (1977)<sup>171</sup>, a estratégia Getúlio Vargas caracterizou-se por idas e vindas e por técnicas de protelamento. O Presidente da República e seus colaboradores militares traçaram um plano que lhes permitiria tirar proveito do desequilíbrio em que se encontravam as forças militares das nações em conflito para fortalecer o “Estado Nacional” e sua infra-estrutura. [...]. A importância da situação geográfica e política do país dava ao governo a oportunidade de jogar com Roosevelt e com Hitler, ao mesmo tempo” (SOLA, 1977, p.274).

Com isso, à medida que as forças alemãs avançavam na direção do norte da África, o poder de barganha de Vargas aumentava e, segundo Tronca (1981)<sup>172</sup>, o presidente acenou que fecharia um acordo com quem atendessem primeiro às reivindicações brasileiras e, em troca, cederia o espaço territorial brasileiro para as

---

<sup>170</sup> LAMARTINE, Juvenal. Op. Cit., 10 fev. 1939.

<sup>171</sup> SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 256-82.

<sup>172</sup> TRONCA, Ítalo (UNICAMP). O Exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942). Capítulo VII. In: FAUSTO, Boris (Org.). Op. Cit.

atividades militares estrangeiras. Ainda segundo este autor, “nessa época, o Brasil valia indiscutivelmente tal preço” (TRONCA, 1981, p.357)<sup>173</sup>. A situação ameaçava o governo estadunidense, pois desde

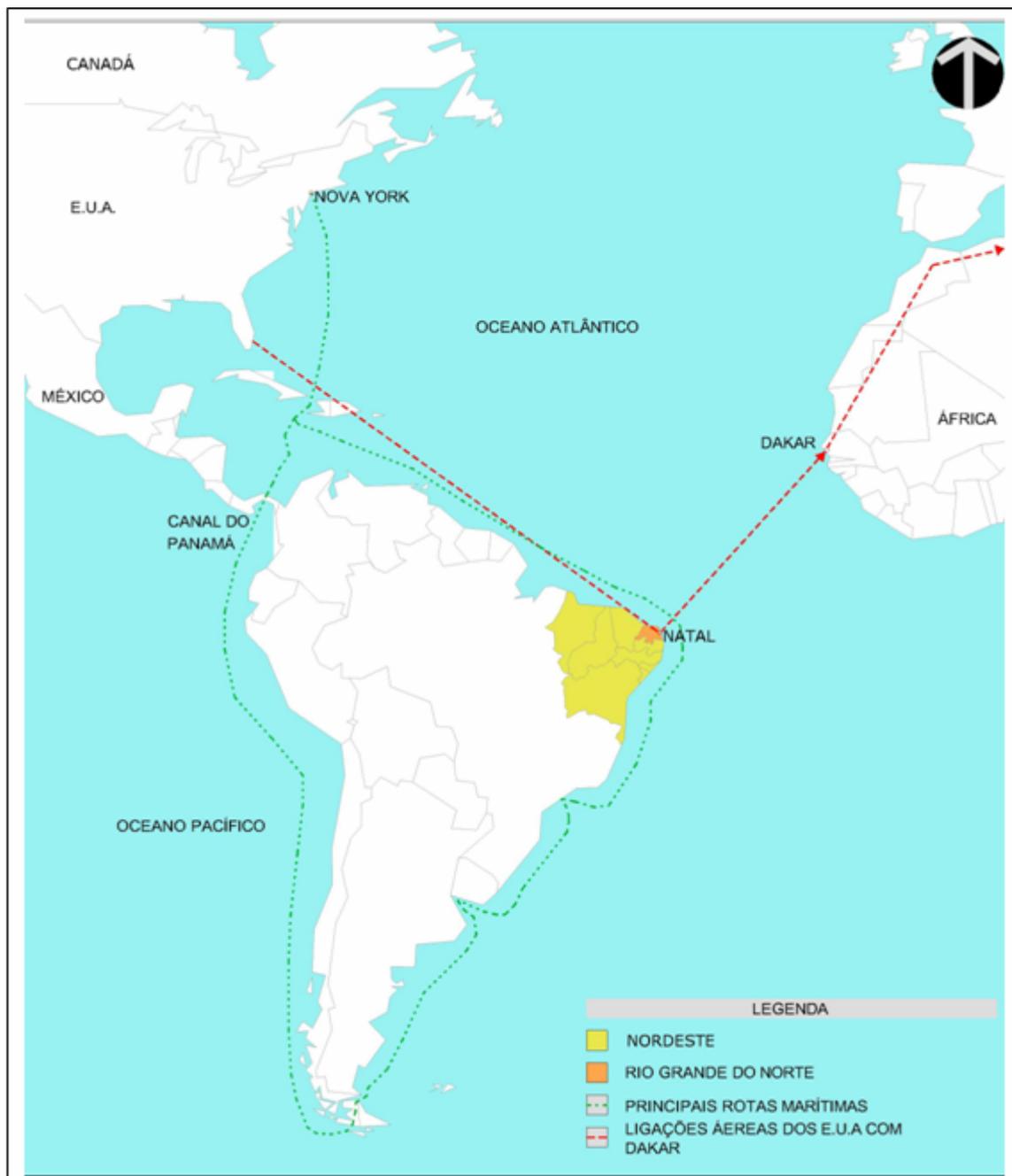
[...] julho de 1941, Roosevelt jogava com a hipótese da existência de um plano alemão de ataque às Américas, primeiramente ocupando Dakar e Cabo Verde, no Atlântico Sul, aí instalando bases aéreas e navais, para, em seguida, lançar-se sobre o hemisfério americano através de Natal, no saliente nordestino (TRONCA, 1981, p.358)<sup>174</sup>.

Do lado estadunidense, o presidente Roosevelt, “movido por interesses político-militares, estava disposto, pessoalmente, a conceder o financiamento para a construção da siderúrgica” (Tronca, 1981, p.356), que era uma das principais reivindicações do governo Vargas, porém enfrentava diversas oposições em seu país. A importância brasileira para o governo dos Estados Unidos, até aquele momento, era porque avaliavam que o litoral nordestino detinha a melhor posição geográfica para construir uma base militar. Porém, aparentemente, essa premente necessidade pareceu durar pouco tempo. A conjuntura mundial modificou-se quando, em dezembro de 1941, ocorreu o ataque japonês à base estadunidense de Pearl Harbour, localizada no Oceano Pacífico e a defesa estadunidense precisou ser reavaliada.

---

<sup>173</sup> TRONCA, Ítalo (UNICAMP). O Exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942). Capítulo VII. In: FAUSTO, Boris (Org.). Op. Cit.

<sup>174</sup> Idem.



**Figura 24** - Mapa Natal – Nordeste – Brasil.  
 Fonte: Clementino (1995, p.200).

Até esse momento, as diversas unidades militares dos Estados Unidos já instaladas operavam apenas como bases de defesas e, oficialmente, aquele país nenhuma ação exercia ativamente no conflito. O ataque à Base de Pearl Harbour, no entanto, determinou sua declaração de guerra contra as Forças do Eixo e sua entrada nas frentes de batalhas. Apesar de os Estados Unidos já virem dando apoio às Forças Aliadas, a partir da sua entrada na Guerra, parece que seu Governo

agregou a sua ação na guerra à necessidade de obter respaldo político junto aos representantes e líderes dos países americanos.



**Figura 25** - Mapa do Saliente do Nordeste - Bases militares brasileiras e estadunidenses.

Fonte: Clementino (1995, p. 200).

Parecia que o posicionamento do Governo brasileiro, por se tratar da maior nação do continente, era imprescindível para as autoridades daquele país. Segundo Tronca (1981, p.359), o acordo com o Brasil, a partir de então, adquiriu uma outra dimensão, o que determinou que os Estados Unidos cedesse às exigências do presidente Vargas e aceitasse a qualquer contrapartida exigida pelo Governo Brasileiro, mesmo que este significasse despende recursos para financiar a construção da indústria siderúrgica.

Enfim, o acordo foi acertado, o Governo Brasileiro rompeu relações diplomáticas com a Alemanha, o Japão e a Itália e declarou seu apoio aos Estados Unidos. Ao meio do período em que se desenrolou o processo de negociação, entre os meses de março e agosto, vários navios mercantes brasileiros foram alvos de sucessivos bombardeamentos, o que, posteriormente, encurralou a neutralidade desejada pelo presidente Vargas e o obrigou a também declarar guerra aos países do Eixo. Ou seja, a partir de 31 de agosto de 1942, o Brasil entrou na guerra ao lado das Forças Aliadas e foi iniciado o Estado de Guerra em todo o território nacional.

Para as elites norte-rio-grandenses e para moradores da Cidade do Natal, apesar da crescente ameaça que imaginavam estar vivendo, esse foi o posicionamento que lhes parecia mais acertado. Segundo Ferrari (s.d.)<sup>175</sup>, quando, em setembro de 1942, foi decretada a mobilização geral em todo o território nacional e foi instalado o Serviço Nacional de Defesa Antiaérea, as bases aérea e de hidroavião estadunidenses já se encontravam quase prontas e estavam aguardando a melhor oportunidade para entrarem em funcionamento, pois haviam sido iniciadas desde meados de 1941.

#### 4.2 NATAL E A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA

Para as elites locais, a conjuntura da Guerra Mundial confirmou a importância estratégica da Cidade do Natal e sua relação com a aviação mundial. Após a assinatura dos acordos de cooperação militar com os Estados Unidos, a notícia de que as Forças Armadas Estadunidenses já estariam operando no litoral nordestino não causaria qualquer surpresa dentro da Cidade do Natal, uma vez que os Estados Unidos já haviam construído

[...] do outro lado da Base Aérea Brasileira, perto da lagoa, Parnamirim Field, o campo que mais ajudou a ganhar a guerra. Não há discurso a mais ou sabotagem a menos capazes de fixar o papel

---

<sup>175</sup> FERRARI, Alceu. Op. Cit.

exato de Parnamirim. Impossível dizer até onde este pouso foi insubstituível, inverossímil, decisivo. Foi a maior mobilização técnica obtida pelos Estados Unidos fora do seu território. Mesmo relativamente ao potencial americano, Parnamirim era imenso e digno de orgulho. Pistas de dois mil metros facilitavam a descida imediata de 250 aviões. Mil e quinhentos edifícios abrigavam 10.000 homens. Todos os serviços modernos, todos os recursos da técnica, possíveis ao gênio e ao dinheiro, estavam abundantemente acumulados em Parnamirim. A gasolina, média de 100.000 litros diários, vem de um pipe line com 20 quilômetros de distância, recebendo-a dos navios tanques, na cidade do Natal. Custara sessenta milhões de cruzeiros e seis mil operários trabalharam dia e noite, sem parar, em mistério. [...]. Articulando Parnamirim a Natal, surgiu uma estrada asfaltada, 20 quilômetros. Pagaram seis milhões de cruzeiros e durou seis semanas sua construção. É Parnamirim Road (CASCUDO, 1999, p.422)<sup>176</sup>.

A construção da estrutura militar foi iniciada muito antes dos acordos e, ao longo de todo o período em que os militares estadunidenses operavam na cidade, suas ações estiveram em segredo. As operações desenvolvidas em Parnamirim, região distante 20 quilômetros do centro da capital, era protegida e quase nunca referida pelo Jornal A República. Tratava-se, a base aérea de Parnamirim Field, de uma construção gigantesca que, naturalmente, movimentou a cidade e envolveu um grande contingente populacional em turnos de trabalho ininterruptos os quais absorveram toda a mão-de-obra disponível na capital e nas suas redondezas.

Apesar disso, as elites locais agiram como se não tivessem qualquer relação com aquela mobilização e, nesse sentido, o Jornal A República deixou de noticiar diversos eventos importantes, os quais revelariam seu comprometimento. Porém, posteriormente, a historiografia brasileira informou que, desde meados de 1941, foram realizadas reuniões no Palácio do Governo do Rio Grande do Norte, inclusive com a presença do Embaixador Estadunidense. Esses acontecimentos, no

---

<sup>176</sup> CASCUDO, Luís da C. Op. Cit., 1999.

entanto, eram de conhecimento do público local e, particularmente, das autoridades que sabiam das diversas missões e conviviam com as atividades militares estadunidenses dentro da cidade do Natal.

[...] o chefe da Missão Militar norte-americana no Brasil, envi[ou] um relatório ao Departamento de Estado, informando que o plano de manobras na área de Natal vinha sendo sabotado pelos militares brasileiros: “autoridades militares brasileiras parecem ter um verdadeiro horror da presença de tropas americanas em seu território”. O embaixador Caffery, contudo, parecia conhecer perfeitamente a razão da má vontade demonstrada pela hierarquia militar para com os planos de cooperação. Informa o Departamento de Estado que “havia somente um meio de convencer as autoridades brasileiras a nos dar permissão para enviar nossos oficiais e tropas à zona de Natal: o pretexto de apreenderem o funcionamento das armas que lhes forneceremos” (TRONCA, 1981, p.359)<sup>177</sup>.

Desde esse período, os Estados Unidos consideravam provável a possibilidade de ataque das forças alemãs à América, através de Dakar e de Natal. O seu Departamento de Estado também sabia da propensão do Presidente Getúlio Vargas e dos principais superiores das Forças Armadas Brasileiras em apoiarem a causa nazista. A apropriação do espaço no litoral brasileiro seria a garantia de sua defesa da América e, nesta ação, os estadunidenses pretendiam estabelecer suas próprias atividades militares como única forma de impedir algum avanço nazista nessa direção. Natal, portanto, era uma das regiões mais consideradas pelas suas Forças Armadas.

A animosidade encontrada entre os militares brasileiros nesta cidade pareceu dimensionar as dificuldades que teriam para efetivar os planos traçados. Estes se mostravam, assim como o Presidente Vargas, irredutíveis em garantir sua barganha de receber armamentos e financiamentos em troca da facilitação e da permissão de uso do território brasileiro. E é por isso, talvez, que o andamento dos

---

<sup>177</sup> TRONCA, Ítalo . Op. Cit.

diálogos era imprescindível para que os Estados Unidos pudessem dar continuidade à sua estratégia de defesa.

Ao final de 1941, porém, quando a expectativa mundial estava voltada para o avanço da guerra sobre o continente africano, as estratégias das forças em guerra tiveram que sofrer uma reviravolta. O ataque japonês à principal base estadunidense no Oceano Pacífico, Pearl Harbour, em dezembro de 1941 deixou, entre outros aspectos, ameaçada a confortável posição do Governo Brasileiro. Até então, não estava sendo considerada a possibilidade de os Estados Unidos desviarem seu foco de atuação para o Oceano Pacífico, o que naquele momento era muito provável que ocorrer.

A contrapartida dos Estados Unidos era a liberação do litoral nordestino para instalarem suas bases, quando já estavam operando na Cidade do Natal. A assinatura do acordo apenas oficializaria sua atuação em andamento e facilitaria a transferência de grandes contingentes de soldados e de armamentos. Até aquele momento, mesmo na ilegalidade, era permitido aos militares estadunidenses participarem de operações militares dirigidas pelas Forças Armadas brasileiras e, na maioria dos treinamentos, atuavam como observadores e fiscais, como, por exemplo, orientando a defesa passiva da população – que se iniciou na primeira quinzena de fevereiro de 1942.

Sua presença dentro da cidade não requeria mais qualquer disfarce. Os militares estrangeiros estavam presentes em todas as ocasiões se assim o desejasse. Seus navios atracavam a toda hora e movimentavam o Porto de Natal. As cargas eram desembarcadas e transportadas em enormes caminhões com dezesseis rodas e com reboque (CASCUDO, 1999)<sup>178</sup>, que atravessavam a cidade na direção de Parnamirim, dando seguimento às obras da base aérea. Parnamirim Field se estruturava e se preparava para entrar em operação a qualquer momento.

A presença militar estadunidense em Natal, no entanto, só foi oficializada em meados de 1942 quando, segundo Cascudo (1999, p.423), a Cidade Natal já convivia com a Base de Parnamirim Field e com “todas as manifestações da vida norte-americana”, entre elas uma estação de rádio, uma programação permanente de shows, cassinos, supermercado e periódico semanal, publicado em inglês. Ou seja, quando o Brasil declarou sua entrada na Segunda Guerra Mundial, a Cidade

---

<sup>178</sup> CASCUDO, Luís da C. Op. Cit., 1999.

do Natal já possuía uma base aérea estrangeira em operação que era considerada uma “casa de guerra, sonora e ordenada como uma máquina perfeita” (CASCUSDO, 1999, p.423)<sup>179</sup>.

#### 4.2.1 A cidade e a aviação

Como foi dito anteriormente, desde meados de 1941 os militares estadunidenses aportavam em terras natalenses e iniciavam uma movimentação intensa nas ruas, no Rio Potengi e no espaço aéreo da cidade. O fim da normalidade do cotidiano em Natal foi registrado pelo frenesi que se fazia acompanhar de novos acontecimentos e por

[...] uma enorme carga de adrenalina. Natal só andava de bonde e de repente, o céu estava cheio de fortalezas voadoras. As pessoas todas se conheciam, sabiam da vida umas das outras e, de repente, tinham que tomar conhecimento de tudo o que se passava no mundo, através do rádio. Quem tinha rádio, juntava um bando de amigos e vizinhos na sala. E vinham aquelas histórias: Mussolini, a frente da África, a Tunísia, Von Rommel. Ninguém se sentava mais nas cadeiras da calçada para conversar. Até mesmo porque esse hábito antigo podia ficar perigoso. De vez em quando, o Comando Brasileiro mandava simular um ataque antiaéreo e corria todo mundo para se abrigar (FURTADO, s.d., apud STUDART, 2006, p.82)<sup>180</sup>.

O movimento de aeronaves no espaço aéreo da cidade era freqüente e maior do que o de costume. A experiência de ouvir o barulho de aviões militares era diferente dos aviões comerciais e esportivos. Estes tinham maior repercussão, tanto pelas suas dimensões como na quantidade de aviões que sobrevoavam a cidade,

---

<sup>179</sup> CASCUSDO, Luís da C. Op. Cit., 1999.

<sup>180</sup> Transcrição do depoimento de Alvamar Furtado In: STUDART, Heloneide. **Luiz, o santo ateu**. Natal: EDUFRN, 2006.

além de sua natureza, uma vez que o barulho trazia a expectativa de ameaça e a sensação de medo.

Esse contato da cidade com a aviação, desde o final da década de 20 do século XX, havia sido quase constante, pois esta foi incluída nas rotas da aviação comercial européias (FERREIRA; DANTAS, 2006)<sup>181</sup>. Em 1922, o campo de pouso Natal tornou-se uma base de apoio obrigatória para as aeronaves que atravessam o Oceano Atlântico (CASCUDO, 1999)<sup>182</sup> e, naquele momento, isso começava a se tornar costumeiro. As elites locais, diante desse fato, sonhavam em torná-la em um centro da aeronáutica mundial (FERREIRA; DANTAS, 2006).

O Governador do Estado Juvenal Lamartine<sup>183</sup>, no final da década de 20 do século XX, investiu na cidade com esse intuito e suas ações eram intencionalmente direcionadas para dar sentido a essa “vocação”, que acreditava estar ligada à cidade e seus objetivos eram ratificados, particularmente, pelas sucessivas manifestações de especialistas da aviação mundial, que afirmavam que a região possuía excelentes condições naturais para essa atividade.

Por outro lado, os representantes ligados aos setores da política e da economia, que constantemente se deslocavam do interior para a Capital, começaram a se utilizar de pequenas aeronaves e a intensidade desse uso popularizou esse meio de transporte. Em abril de 1930, registrou-se a existência de vinte e cinco campos de pouso no Rio Grande do Norte onde operavam regularmente quatro empresas: a CGA (Compaigne Generale Aeropostale), a Nyrba (New York – Rio – Buenos Aires) S. A. do Brasil, o Sindicato Condor Ltda. e a CAB – Companhia Aeronáutica Brasileira (DANTAS, 1998)<sup>184</sup>.

Mesmo antes da segunda Guerra Mundial, essa movimentação de aviões era percebida pelos olhos dos moradores da Cidade do Natal, pois além do Campo de Pouso localizado em Parnamirim, as aeronaves pousavam e decolavam da Hidrobase do Refoles no Alecrim, das oficinas da Montagem na Praia da Limpa (próximas às Rocas) e do atracadouro de hidroaviões no Passo da Pátria, próximo

---

<sup>181</sup> FERREIRA, Angela L.; DANTAS, George (Org.). **Surge et ambula**: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940). Natal: EDUFRN, 2006.

<sup>182</sup> CASCUDO, Luís da C. Op. Cit., 1999.

<sup>183</sup> Presidente do estado entre janeiro de 1928 e outubro de 1930.

<sup>184</sup> DANTAS, George Alexandre Ferreira. Natal, “**Caes da Europa**”: O Plano Geral de Sistematização no contexto de modernização da cidade (1929 – 1930). 1998. Monografia (Curso de Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998.

da Cidade Alta (VIVEIROS, 1974)<sup>185</sup>. A exceção do atracadouro localizado no Passo da Pátria, foram encontrados registros informando que os demais possuíam uma estrutura de apoio, para abastecimento e manutenção. Todos eram regularmente utilizados pelas empresas da aviação comercial e pelos *raids* esportivos que atravessavam o Oceano Atlântico.



**Figura 26** – Mapa dos Campos de Pouso para hidroaviões no entorno da Cidade do Natal existente em 1939.

Nota: Elaboração do autor sobre base atual da cidade

A infra-estrutura física do Campo de Pouso de Parnamirim foi construída ainda no final dos anos 20 e possuía uma pista asfaltada, um hangar, reservatórios de combustíveis e oficinas de manutenção, e estava em funcionamento quando foi

<sup>185</sup> VIVEIROS, Paulo Pinheiro de. **História da aviação no Rio Grande do Norte**: história que se registra 1894 a 1945. Natal: Ed. Universitária, 1974.

deflagrada a Segunda Guerra Mundial. Da mesma maneira, a Hidrobase do Refoles, a qual tinha um funcionamento contínuo e sua estrutura física foi construída com financiamento da Empresa aérea Air France<sup>186</sup>. As condições físicas e estruturais da cidade facilitaram a instalação da estrutura militar requerida pela Guerra, pois

Natal é, com efeito, o ponto extremo da linha reta que nos une, tendo noutra extremidade Dakar, nas terras africanas, ao antigo Continente por sobre as águas do Atlântico Sul. Todos os que estudam e conhecem os problemas universais relacionados com o comércio internacional e, sobretudo, com a defesa do nosso país e do nosso Hemisfério, sabem do valor que, neles tem o porto desta capital. A aviação civil já fizera, por isso, desse ponto no nosso litoral, o seu principal aeroporto para as comunicações aéreas transoceânicas, aqui tendo a “Air France” e a “Latti” suas bases de ligação da Europa com a América do Sul (HIDROBASE..., 1941, p.1)187.

A representação que predominava sobre a imagem da cidade, reforçava a idéia das elites locais de que o seu desenvolvimento podia ser associado à modernização e aos avanços tecnológicos. O barulho de aeronaves embalava o cotidiano e, para Cascudo (1999), essa sintonia iluminaria o progresso e sempre foi festejada pelas suas elites. A proximidade da guerra poderia atrapalhar o andamento do planejamento, porém diante de sua inevitabilidade, poderia ser incorporada ao contexto da cidade. As elites políticas percebiam a gravidade da situação e, de certa maneira, davam sinais de que se preparavam para mudar o curso dos seus investimentos, caso fosse necessário, pois o que interessava era garantir futuro, mesmo que diante de circunstâncias que não pretenderam construir.

---

<sup>186</sup> Posteriormente, quando foi decidida a construção da Base Naval de Natal, em 1941, a Hidrobase do Refoles foi desapropriada e o Governo Brasileiro pagou pelo investimento realizado pela Air France. Esta facilitou a construção da base brasileira, pois as condições instaladas foram aproveitadas e esta entrou rapidamente em operação.

<sup>187</sup> HIDROBASE de Refoles. **A República**, Natal, 18 set. 1941.

### 4.3 O ANÚNCIO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

No início de 1939, com a finalização da primeira etapa do Plano Geral de Obras, os bairros centrais pareciam ter adquirido, sob muitos aspectos, uma imagem renovada para seus moradores. A cidade já convivía com um maior número de automóveis circulando, embora a maioria da população continuasse a se deslocar em bondes sempre lotados (FRANÇA, 1939c)<sup>188</sup>. O momento ainda era avaliado positivamente porque a cidade, apesar de tudo, prometia ficar cada vez mais nova. As inaugurações se sucediam e as atenções dos moradores estavam divididas entre festejá-las e acompanhar o conflito que se acirrava entre as diversas nações na Europa. A iminência de uma nova guerra mundial preocupava a todos, uma vez que o avanço tecnológico militar colocava a possibilidade de atingir a América, pois, desta vez, o Governo dos Estados Unidos também estava envolvido:

O presidente Roosevelt pronunciou anteontem um discurso que encerra advertências bastante claras aos países agressores. Os EEUU estão dispostos a combater com armas econômicas e militares todas as tentativas contra a integridade das Repúblicas Americanas e estenderão seu intervencionismo à própria Europa, desde que se considerem ameaçados por uma guerra (BARBOSA<sup>189</sup>, 1939, p.3)<sup>190</sup>.

Apesar da imprensa escrita, as estações de rádio tornaram-se o principal canal de comunicação no Brasil e transmitiam notícias diariamente sobre a guerra. Embora a maioria dos moradores da Cidade do Natal não tivesse poder aquisitivo para comprar um aparelho de rádio, estes ouviam às retransmissões dos noticiários

---

<sup>188</sup> FRANÇA. Aderbal. Dia de chuva. **A República**, Natal, 18 mar. 1939c.

<sup>189</sup> Edgar Barbosa nasceu no município de Ceará-Mirim em 15/02/1909, foi advogado e jornalista, escritor e ensaísta. Era considerado um dos melhores articulistas das elites políticas no Rio Grande do Norte. Iniciou na carreira de jornalista em 1937 e exerceu os cargos de revisor, redator e diretor do Jornal A República (neste último ficou de 1939 a 1957). Posteriormente dedicou-se à magistratura e à docência. In: CARDOSO, Rejane (Coord.). **Quatrocentos nomes de Natal**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2000.

<sup>190</sup> BARBOSA Edgar. A situação. **A República**, Natal, p.3, 16 abr. 1939.

brasileiros e estrangeiros por meio dos alto-falantes. O Governo do Estado e a Prefeitura da cidade investiram na expansão do Indicador da Agência Pernambucana (IAP) que, até então, funcionava apenas com os alto-falantes do Café Grande Ponto e do Café Cova de Onça. Espalharam os fios para os demais bairros, compraram novos equipamentos e instalaram vários alto-falantes. O serviço ganhou popularidade, ampliou suas atividades e deixou de ser apenas um instrumento de propaganda da Livraria Agência Pernambucana.



**Figura 27** - Rádio Educadora de Natal.  
Fonte: Jornal A República. 23 mar. 1939, p.3.

No início de 1939, foi inaugurada a Rádio Educadora de Natal. Em pouco tempo, seu registro foi aprovado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, e em Natal, um terreno foi cedido pela municipalidade, um anteprojeto arquitetônico do edifício foi apresentado (também de autoria do prefeito Gentil Ferreira) e sua construção foi iniciada. Quando entrou em operação, o IAP passou a retransmitir sua programação diária, além de também cobrir as solenidades realizadas no Palácio do Governo, as apresentações de orquestras e festivais, palestras e discursos das

elites políticas e, posteriormente, as aulas de inglês ministradas por oficiais das Forças Armadas estadunidenses:

Só se pode calcular o benefício que o Indicador da Agência Pernambucana está prestando aos bairros menos ricos da cidade indo ouvir às suas irradiações nesses lugares. [...]. [São] atualmente sete [alto-falantes instalados na] Pracinha, Grande Ponto, Rocas, Associação de Escoteiros, nova Praça do Alecrim, rua Dr. Barata, Avenida Tavares de Lira. O Governo do Estado e a Prefeitura contribuem com muito acerto para esse meio de distração pública. Ela faz arredar o pensamento da carestia da vida e das incertezas da safra. [...]. O Indicador da Agência Pernambucana está, portanto, nos hábitos da nossa população (FRANÇA, 1939b, p.12)<sup>191</sup>.

As dificuldades na cidade se anunciavam e requeriam providências para administrá-las. O IAP e a REN contribuía, em parte, para desviar a atenção da população, porém não resolviam o problema da carestia que se instava. O sistema de comunicação era um sucesso na cidade, e as iniciativas contavam com o apoio do setor econômico local, além do incentivo do Governo Federal. Segundo o Jornal A República, os investimentos para a criação da REN foram partilhados entre o Governo do Estado e as diversas Prefeituras municipais do interior. O rádio era “uma conquista que já se espalhara por quase todo o país” (RÁDIO...,1939, p.3)<sup>192</sup> e, para as elites políticas, era importante o Estado do Rio Grande do Norte possuir sua própria estação, pois acreditavam que traria mais desenvolvimento e facilitaria a organização política da capital e do interior, principalmente diante da conjuntura de guerra na Europa.

Desde sua fundação, a REN tinha por objetivo facilitar a prática política das elites e contribuir para a unidade de sua ação no Estado, uma vez que a percebiam como mais um espaço de poder que precisava ser ocupado.

---

<sup>191</sup> FRANÇA. Aderbal. O indicador da AP e a população. **A República**, Natal, 1 fev. 1939b.

<sup>192</sup> RÁDIO educadora de Natal: o anteprojeto de sua construção. **A República**, Natal, 23 mar. 1939.

Segundo Tota (2000)<sup>193</sup>, a partir desse início de 1939, a influência estadunidense disseminou-se no país por meio das estações de rádio, do cinema, das revistas de entretenimentos e da propaganda. A tecnologia da comunicação brasileira foi apropriada para divulgar os discursos dominantes, influir na cultura e nos destinos dos diversos países latino-americanos. Nesse contexto, o Governo do Estado Novo aderiu ao programa de construção da unidade cultural pan-americana, ganhou em troca a tecnologia e tornou os meios de comunicação brasileiros mais ágeis, permitindo que a informação fosse distribuída com mais rapidez em toda a dimensão do seu território.

#### 4.3.1 A expectativa entre os moradores da cidade

Em todo o país, a população ouvia as notícias simultaneamente e ouvia, inclusive, os discursos do Presidente Getúlio Vargas, que se tornaram recorrentes. Foi através de um desses discursos que o Brasil soube que precisava iniciar sua preparação para viver o conflito mundial. O Presidente brasileiro anunciou seu governo compreendia que o mundo atravessava “uma hora particularmente inquieta, cheia de ameaças e incertezas que impõem às nações a obrigação de preparar-se para enfrentar quaisquer eventualidades” (TRANSCRIÇÃO..., 1939, p.1)<sup>194</sup>. A ordem informava que as Forças Armadas nacionais iriam iniciar suas atividades imediatamente, treinar os soldados e preparar a população. O que estava em jogo era a segurança do País (TRANSCRIÇÃO..., 1939)<sup>195</sup>.

As matérias do Jornal A República antecipavam a expectativa das elites locais, cuja esperança era de que, em pouco tempo, o Governo Federal iniciaria os investimentos para defender a cidade de alguma eventualidade vinda do outro lado

---

<sup>193</sup> TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

<sup>194</sup> TRANSCRIÇÃO do discurso do Presidente Getúlio Vargas por ocasião da sua visita à fábrica de pólvora e explosivos de Piquete, localizada no Estado do Rio de Janeiro. **A República**, Natal, 19 jul. 1939.

<sup>195</sup> Idem

do Atlântico (DEFESA..., 1939)<sup>196</sup>. Avaliavam que suas iniciativas logo chegaria a Natal pois, diante da possibilidade de algum ataque ao Brasil, esta seria o alvo mais provável, uma vez que a consideravam como o “caminho das lutas. Na estrada mais curta e mais usável de dois mundos” (MELO, 2003, P.40)<sup>197</sup>.

A apreensão também se espalhou entre os moradores da cidade. Em 1º de setembro de 1939, quando a Alemanha atacou a Polônia, a população de Natal parecia acreditar que a guerra era uma ameaça concreta e a partir de então, sua administração teve que controlar a ansiedade que se espalhou pela cidade, cujas repercussões eram desautorizadas, porém adquiriram dimensões alarmantes.

São os comentadores autorizados, que podem ajudar os leitores dos jornais e os ouvintes dos rádios na trama que se complica todos os dias, aumentando a tragédia européia. Por isso é sempre proveitosa a palestra com os que sabem esclarecer os fatos da guerra. Intoleráveis, porém, se tornam os comentadores de todos os instantes, que andam em todas as partes, amolando a todo mundo. Souberam que a Dinamarca e a Noruega eram países da Europa. [...]. Aprenderam que a Tchecoslováquia era fronteira com a Alemanha e que a Finlândia não pertencia à África (FRANÇA, 1940d, p.8)<sup>198</sup>.

Os desdobramentos do conflito iniciado na Europa eram comentados em todos os lugares da cidade. Pela primeira vez, os moradores recebiam as informações simultaneamente à suas elites, o que demonstrou ser uma situação incômoda. Os jornalistas do Jornal A República desautorizavam essa autonomia e pareciam sugerir que não se fizessem análises e que os moradores da cidade esperassem pela divulgação de suas avaliações. De qualquer maneira, a situação colocava os diversos sujeitos numa nova posição. Cabia aos administradores da cidade manter o medo sob controle, uma vez que, para as elites, ainda não havia

---

<sup>196</sup> DEFESA anti-aérea do Rio: interessante demonstração para a população carioca. **A República**, Natal, 10 ago.1939.

<sup>197</sup> MELO, João Wilson Mendes. **A cidade e o trampolim**. Natal: Sebo Vermelho, 2003.

<sup>198</sup> FRANÇA. Aderbal. Os entendidos da guerra. **A República**, Natal, 1 maio 1940d.

indício de que suas apreensões se cumpririam, pois a guerra, em 1939, ainda se encontrava no centro do Continente Europeu.

#### 4.4 A MOVIMENTAÇÃO MILITAR NA CIDADE E OUTRAS OCORRÊNCIAS

A vida diária na cidade estava carregada de expectativas e de pessimismo. Desde os primeiros momentos da guerra na Europa, militares estadunidenses começaram a atuar na região de Natal, o que não foi ressaltado pela historiografia brasileira. Segundo Tronca (1981)<sup>199</sup>, somente a partir de 1941m seus soldados movimentavam-se com desenvoltura pelas ruas do centro da cidade, hospedavam-se no Grande Hotel, faziam levantamentos de regiões da cidade e enviavam relatórios ao Departamento de Estado de seu país. Além disso, essa presença não figurou nas páginas do jornal A República até 1942.

No entanto, os militares estadunidenses estavam em Natal desde o primeiro ano da guerra e essa presença foi crescente. Por volta de 4 de fevereiro de 1942, antes da assinatura dos acordos entre os Governos Brasileiros e Estadunidenses, existiam 369 estadunidenses residindo em Natal, trabalhando e preparando as ações no entorno da cidade e fazendo a segurança dos militares e das obras, sem contar com os que permaneciam por pequenos períodos.

Ao longo desse período, o conteúdo publicado no Jornal A República tratava de assuntos referentes à guerra, porém descontextualizados do que acontecia na cidade. Os discursos diziam respeito ao momento que o mundo atravessava, do qual a guerra

[...] que empolga a Europa contaminou o mundo inteiro de seu vírus de inquietação, de terror e de morte e na treva em que se fechou a felicidade humana, ninguém consegue vislumbrar as conseqüências da situação que se prepara [...]. Não podemos fugir ao conflito

---

<sup>199</sup> TRONCA, Ítalo. O Exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942). In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira** (Tomo III – O Brasil Republicano, v. 3 – Sociedade e Política 1930-1964). São Paulo: Difel, 1981. p.359.

dessas forças que se debatem e que cumprem, no teatro mais augusto da civilização, a eterna lei do dualismo universal. A liberdade e a opressão, a brutalidade e o direito, forças do bem e do mal, céu e inferno, homens escravos contra homens livres, todos se combatem numa aflição de náufragos (BARBOSA, 1939, p.1)<sup>200</sup>.

A consciência da irracionalidade e da capacidade humana de praticar a crueldade podem melhor contextualizar o olhar das elites locais e, possivelmente, como percebiam a perspectiva para a vida da pequena Cidade do Natal. Alguns registros, no entanto, podem ser considerados como escamoteadores, por um lado parecendo alheios e, por outro, surpresos. Porém, em quase todos predomina a revelação do medo e do estranhamento que sentiam diante da situação.

As elites políticas, apesar de partícipes do processo e embora imbuídas da responsabilidade que a posição de poder lhes dotava, nunca haviam experimentado uma situação semelhante. Nos seus escritos percebe-se como se desejassem que o tempo passasse mais rápido, que as questões se resolvessem com mais clareza ou, simplesmente, que fosse possível estar alheios para não perceberem o que estava adiante e próximo de suas vidas. Para Danilo, especialmente, os fatos se sucediam rapidamente e a cidade tornava-se surpreendentemente distante de sua normalidade. Para este, o que estava em jogo era a sobrevivência da cidade em que morava.

A ameaça da guerra na cidade estava mais próxima e era verificada na intensa movimentação militar que ocorria nas suas ruas – com transferências de novos contingentes, construções físicas e chegada de equipamentos – e na intensa migração de uma população adventícia que alterava rapidamente sua dinâmica urbana.

---

<sup>200</sup> BARBOSA, Edgar. Mil novecentos e quarenta. **A República**, Natal, p.3, 31 dez. 1939.

#### 4.4.1 A economia natalense

Ao iniciar a guerra, o Jornal A República deixou de informar sobre o que acontecia na cidade e sobre os assuntos nacionais. Os natalenses leitores daquele jornal foram inundados por notícias sobre Berlim, Varsóvia, Londres, Paris e Dantzig; sobre os planos de Hitler, as construções de trincheiras nas diversas cidades européias, os planos de vôos das forças aéreas em guerra, a disposição dos aeroportos nos países europeus e as possíveis estratégias adotadas por cada nação envolvida no conflito.

A omissão da presença estadunidense na cidade e das sucessivas visitas de militares brasileiros à Natal deixou de registrar as inúmeras reuniões reservadas que ocorriam no Palácio do Governo Estadual. Em geral, participavam os representantes do setor econômico estadual, particularmente os produtores do interior e especialmente os proprietários das Minas de Chelita, material muito utilizado pela indústria bélica.

Nesse período, o jornal também ressaltava a sintonia das elites políticas, particularmente da Intendência Estadual, com o Governo Federal e destacava a necessidade de se precaverem, o que pode significar que estavam intranquilos diante daquela conjuntura. Por seu lado, o Governo Federal afirmava que não havia necessidade de pânico, pois “os efeitos da guerra na Europa não chegariam ao território brasileiro e não atrapalhariam o movimento econômico e financeiro do país” (A PERMANÊNCIA... 1939, p.1)<sup>201</sup>. Para este, tudo estava sob controle e o esforço prioritário era o de coordenar as medidas preventivas por meio da mobilização do setor produtivo.

A economia do Rio Grande do Norte dependia essencialmente da produção do interior – algodão, sal, fruticultura e pecuária (CLEMENTINO, 1995)<sup>202</sup>, enquanto a capital continuava inexpressiva economicamente e sobrevivendo por meio do setor terciário. Dentre estes, os produtores de algodão do Estado estavam apreensivos e querendo saber sobre o desempenho da indústria nacional, uma vez

---

<sup>201</sup> A PERMANÊNCIA do Gal. Firmo Freire nesta capital: as visitas realizadas ontem pelo comandante da 7ª Região. **A República**, Natal, 17 set. 1939.

<sup>202</sup> CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **Economia e urbanização**: o Rio Grande do Norte nos anos 70. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

que a maior parte da produção estadual era escoada para o mercado interno, especialmente para o Estado de São Paulo.

Para esse contexto, várias soluções foram pensadas e algumas alternativas foram antecipadas para resolver a possível crise nacional. A situação parecia requerer urgência e, para as elites locais, seu enfrentamento deveria ser imediato, mesmo que a situação que encaminharia a solução pudesse ser absurda. Este foi o caso de uma visita de representantes da indústria japonesa, em missão comercial pela América Latina, que estiveram em Natal em outubro de 1939. O grupo, também composto por jornalistas japoneses<sup>203</sup>, reuniu-se com representantes das elites locais e estabeleceram uma série de acordos, que seriam confirmados posteriormente. O Jornal A República deu grande destaque e ressaltou que as propostas apresentadas poderiam resolver as questões que mais preocupavam o setor produtivo estadual. Para o editorial, “apesar de as indústrias japonesas não terem grande apreço ao algodão nordestino pela falta de uniformidade dos seus tipos” (A PROXIMA...,1939, p.1)<sup>204</sup>, o grupo japonês se comprometeu em conseguir mercado para escoar toda a produção do Estado no seu país.

Porém, posteriormente, não foi encontrado qualquer desdobramento deste acordo. O fato, no entanto, demonstrava o estado de alerta e a mobilização do setor produtivo estadual em busca de alguma alternativa. E, mesmo diante de tanta prevenção, as iniciativas não foram implementadas e não houve meios para evitar a crise que se instalou no Rio Grande do Norte e no Brasil a partir do final de 1939. Nesse período, o Governo Federal admitiu que a guerra afetava a economia brasileira e sua comunicação veio acompanhada de orientações para a implementação de medidas para preparar a população para os tempos difíceis que estavam se iniciando. Este dizia:

Rio 3 – Diante situação criada deflagração guerra Europa evidencia-se necessidade coordenação todos esforços intuito minorar efeitos que, toda probabilidade afetarão economia nacional. Neste sentido governo federal estará empenhado promover medidas necessárias

---

<sup>203</sup> A matéria dizia que estes trabalhavam para os periódicos japoneses Osaka Malnichi e Tóquio Nichinichi.

<sup>204</sup> A PRÓXIMA chegada a esta capital do avião Nippon. **A República**, Natal, 3 out. 1939.

intensificação produção artigos indispensáveis abastecimento mercados internos e suprimento necessário mercados externos, procurando assim conservar ritmo normal nossa vida econômica (PARA..., 1939, p.1)<sup>205</sup>.

O telegrama alertava para a necessidade de coordenação e organização do grave momento, indicava algumas medidas de controle e determinava a criação de Comissões Administrativas para fomentar a produção de gêneros de primeira necessidade, sementes e óleos vegetais; além de controlar a distribuição da produção e abastecer os mercados internos, que já se encontravam sob risco de enfrentar um racionamento (PARA..., 1939)<sup>206</sup>. A ordem era antecipar-se aos prováveis prejuízos que seriam enfrentados a partir do fechamento dos mercados europeus.

Em Natal, foi criada a Comissão de Abastecimento, que ficou sob a presidência do Dr. Dioclécio Duarte<sup>207</sup>, Diretor do Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado que, entre outras providências, iniciou o levantamento dos preços de todos os gêneros e convocou a Associação Comercial de Natal e o Sindicato dos Comerciantes para discutirem e deliberarem sobre o tabelamento de preços. Logo nos seus primeiros dias de funcionamento, a Comissão conseguiu fazer um levantamento dos preços de todos os produtos comercializados, assim como os estoques disponíveis na Capital e no interior do Estado (COMISSÃO...,1939)<sup>208</sup>; coordenar um acordo entre o Governo e os comerciantes sobre o tabelamento dos preços e editar uma legislação que regulamentava a prática dos comerciantes. Esta legislação previa a punição dos infratores como criminosos contra a economia popular (COMISSÃO...,1939)<sup>209</sup>.

---

<sup>205</sup> PARA minorar os efeitos da guerra na economia nacional. **A República**, Natal, 8 out. 1939.

<sup>206</sup> Idem.

<sup>207</sup> Dioclécio Duarte foi um eminente intelectual que atuou na política norte-rio-grandense. Como acadêmico, distinguiu-se como orador, como político elegeu-se Deputado Estadual e Federal, como jornalista foi diretor do Jornal A República e como jurista foi designado pelo Ministério das Relações Exteriores para atuar junto ao Consulado Brasileiro em Bremen, na Alemanha. Além de Diretor do Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado, foi Secretário de Agricultura, Secretário Geral do Estado e Intendente Federal do Rio Grande do Norte. In: CARDOSO, Rejane (Coord.). Op. Cit., 2000.

<sup>208</sup> COMISSÃO de abastecimento de Natal. **A República**, Natal, 8 out. 1939.

<sup>209</sup> COMISSÃO de abastecimento de Natal. **A República**, Natal, 8 out. 1939.

Para referendar este apoio mútuo, os produtores e o Governo do Estado promoveram a Exposição de Produtos Agrícolas e Industriais do Rio Grande do Norte que, inicialmente, pretendia ser uma exposição regional. Os objetivos de seus promotores era, entre outros aspectos, identificar o potencial produtivo e estimular os produtores a se integrarem ao esforço de guerra e ajudar a suprir as demandas e enfrentar as dificuldades futuras. Para França,

[...] na sua generalidade, a Exposição é um notável documento de função econômica e política, que o Governo expõe ao público, para que veja, examine, compare, calcule e creia no quanto existe feito e o quanto ainda pode ser realizado na agricultura, nas indústrias, na criação, no comércio, na ação social (FRANÇA, 1939g, p.12)<sup>210</sup>.

Além disso, a exposição também era um instrumento de força política que, naquele momento, adquiriu o papel de pacificador da intranquilidade que se instalava entre os moradores e entre as elites dos diversos municípios do Estado. Era imprescindível explicitar à população que o Estado possuía capacidade de mobilização para enfrentar qualquer adversidade e que a população não ficaria sem assistência pública. Durante uma semana, a população em geral teve oportunidade de visitar a exposição na Praça Pedro Velho, ver as novidades e os produtos expostos, participar de atividades e assistir palestras, debates e discussões sobre o tema: Guerra Mundial e Economia Norte-Rio-Grandense<sup>211</sup>.

Entre os objetivos pretendidos por esse evento, estava o planejamento e o controle da produção estadual para evitar a carestia e contribuir para que a crise econômica não se alastrasse. Os grupos dirigentes tiveram a oportunidade de organizar suas ações diante da administração do estado e das cidades, para

<sup>210</sup> FRANÇA. Aderbal. Exposição. **A República**, Natal, 25 out. 1939g.

<sup>211</sup> \_\_\_\_\_. Revista da exposição 1. **A República**, Natal, 27 out. 1939h, p.12; \_\_\_\_\_. Revista da exposição 2. **A República**, Natal, 28 out. 1939i, p.12; \_\_\_\_\_. Revista da exposição 3. **A República**, Natal, 29 out. 1939j, p.12; \_\_\_\_\_. Revista da exposição 4 e 5. **A República**, Natal, 1 nov. 1939k, p.12; \_\_\_\_\_. Revista da exposição 6. **A República**, Natal, 4 nov. 1939l, p.12; \_\_\_\_\_. Revista da exposição 7 e 8. **A República**, Natal, 5 nov. 1939m, p.12; \_\_\_\_\_. Revista da exposição 9. **A República**, Natal, 8 nov. 1939n, p.12; \_\_\_\_\_. Revista da exposição 10 e 11. **A República**, Natal, 9 out. 1939o, p.12; \_\_\_\_\_. Revista da exposição 12. **A República**, Natal, 10 nov. 1939p, p.12; \_\_\_\_\_. Revista da exposição 13. **A República**, Natal, 12 nov. 1939q, p.12.

adotarem mecanismos conjuntos que pudesse atender ao que poderia ser exigido pela nova conjuntura. Para os analistas políticos locais, esta exposição foi uma demonstração eficiente que o Governo utilizou para derrotar o desânimo que ameaçava se espalhar. Este mostrou a capacidade organizativa e o controle que as elites detinham sobre o aparelho do Estado

A Exposição, também, conseguiu contagiar os moradores da capital, tranqüilizando-os quanto ao potencial produtivo local e conseguiu mostrar “a atualidade social e econômica que o estado já conquistara” (FRANÇA, 1939g, p.12)<sup>212</sup>.

A crise, porém, foi inevitável. A repercussão da guerra sobre a economia e, particularmente, sobre o comércio da Cidade do Natal foi maior do que as medidas que se antecipou para evitá-la. O Jornal A República, a partir de sua instalação, silenciou e poucas referências foram publicadas sobre as dificuldades enfrentadas pela cidade. Ao contrário, registrou que

[...] a balança comercial não sofreu grandes abalos com o afastamento dos mercados europeus, uma vez que 60% do algodão – a maior fonte de riqueza do Rio Grande do Norte – encontram imediata colocação nos centros consumidores nacionais. Assim, apenas 40% constituem peso morto, o que não chega a afetar seriamente a receita do Estado (O RELATÓRIO...,1942, p.1)<sup>213</sup>.

As informações, no entanto, eram publicadas e apresentadas com superficialidade. A crise econômica e as dificuldades de exportação dos produtos estaduais fizeram com que as receitas do Estado fossem comprometidas em 40%. Para o governo estadual, a perda ainda não levava sua economia à bancarrota tendo que parte dessa receita deveria ser suprida pelo Governo Federal e “graças a esse apoio moral e material é que conseguimos vencer com relativa facilidade as

---

<sup>212</sup> FRANÇA. Aderbal. Exposição. **A República**, Natal, 25 out. 1939g.

<sup>213</sup> O RELATÓRIO do Interventor. **A República**, Natal, 17 jan.1942.

difíceis crises e [...] as conseqüências desastrosas do conflito europeu” (A GUERRA...,1941, p.1)<sup>214</sup>.

No início de 1942, a avaliação que as elites faziam era a de que a ação do Governo havia conseguido evitar maiores prejuízos. Para elas, apesar de complicado, o momento ensejava habilidades especiais e seus dirigentes estavam dando sinais de que as detinha, pois a administração continuava investindo em saúde pública, educação, assistência, segurança, agricultura, pecuária e em outras áreas que eram demandadas pela população (EM FACE...,1941)<sup>215</sup>. Porém, os registros publicados no Jornal A República não deixavam perceber que a vida diária na Cidade do Natal revelava uma outra realidade. O que se tentava encobrir eram as repercussões negativas que o momento provocava e as conseqüências para a vida de seus moradores. Para a maioria

O dinheiro, controlado a tempo, ia atendendo a determinados deveres, esses duros deveres que a classe mediana tem de cumprir todos os dias. Depois, o aumento de tantas despesas, mal grado o aperto de outras necessidades domésticas, determinou o corte das julgadas menos imprescindíveis... [...]. A luta se firmou entre a alimentação, exigência fisiológica que não costuma ceder muito, e os deveres sociais [...]. A caminhada é resoluto e não se sabe quando vai estacionar (FRANÇA, 1942j, p.12)<sup>216</sup>.

A vida na Cidade do Natal começava a se tornar insuportavelmente difícil, particularmente para as camadas médias, que tiveram que se submeter a um rigoroso corte nas despesas domésticas e adaptar seu padrão de vida. Viver na cidade havia se tornado mais cara. Dentre as atividades urbanas, o único beneficiado com a crise talvez tenha sido o setor comercial, particularmente a parte referente à venda de material de construção. No final de 1941, grandes contingentes populacionais chegavam e essa população iniciação a construção de casas para se

---

<sup>214</sup> A GUERRA não afetou o Rio Grande do Norte. **A República**, Natal, 4 maio 1941.

<sup>215</sup> EM FACE do novo ano. **A República**, Natal, 4 maio 1941.

<sup>216</sup> FRANÇA. Aderbal. A outra guerra. **A República**, Natal, 19 mar. 1942j.

abrigar. O material disponível no comércio local não era suficiente para atender à procura, pois além desta demanda, os estabelecimentos ainda estavam fornecendo material para as construções militares (A ALTA...,1942)<sup>217</sup>. A conseqüência mais imediata para a economia foi o processo inflacionário que atingiu todas as áreas da Cidade do Natal e que requereu, por parte do Governo, uma intervenção drástica para barrar os abusos que estavam sendo praticados.

#### 4.4.2 As obras civis: o aeródromo e as estradas estaduais

Os moradores pareciam espremidos pela conjuntura de guerra e ameaçados pelos canhões que a vida lhes apontava. A crise econômica era confusa, apesar do crescimento da demanda e do aumento de dinheiro circulante na cidade<sup>218</sup>. Contraditoriamente, o comércio local ampliava os estoques, reformava as instalações físicas e diversificavam as mercadorias oferecidas. Com o aumento da população, o consumo e a demanda se espalharam pela cidade e para além da Ribeira.

No bairro do Alecrim, instalavam-se novos comerciantes e os lojistas da Ribeira abriam filiais ou transferiam seus estabelecimentos para a Cidade Alta, instalando-se nas Avenidas Rio Branco e Ulisses Caldas (FRANÇA, 1940h)<sup>219</sup>.

O crescimento do comércio e a intensa movimentação na cidade foram motivos para que reaparecessem, nas páginas do Jornal A República, antigas demandas locais. As elites avaliavam a necessidade de investimentos do Governo Federal em obras de infra-estruturais no entorno da cidade, como a recuperação da ponte que ligava as duas margens do Rio Potengi (FRANÇA, 1940c)<sup>220</sup>; a pavimentação da estrada de rodagem que ligava Natal a Recife; a manutenção do

<sup>217</sup> A ALTA de preços de material de construção: a repercussão na imprensa carioca de um decreto do governo deste Estado. **A República**, Natal, 3 jul.1942.

<sup>218</sup> Não foram encontradas informações quanto ao montante de dinheiro que foi acrescido ao comércio da cidade, porém Smith Junior (1992:105) afirma que “o volume de negócios na cantina (PX) da Base chegava a quase US\$ 50.000 em um dia” – A Base a que se refere é a Norte-Americana e este dado foi considerado apenas como referência desse aumento.

<sup>219</sup> O Brasil tinha mais de 10 Lojas Americanas e 18 lojas Brasileiras distribuídas em várias cidades brasileiras. Todas faziam parte da rede mundial do sistema estadunidense Wool Worth. In: DANILO (Aderbal de França). Lojas brasileiras. **A República**, Natal, 22 ago.1940h.

<sup>220</sup> FRANÇA. Aderbal. Outra ponte no Potengi. **A República**, Natal, 15 fev.1940c.

sistema ferroviário estadual; a desobstrução da barra do Rio Potengi e a atualização da aparelhagem do aeroporto civil localizado em Parnamirim.

O sistema de transportes que atendia à Capital do Estado do Rio Grande do Norte refletia sua condição histórica de isolamento e mostrava-se defasado diante da modernização que a cidade já conquistara.

Em meados de 1940, o Governo Brasileiro demonstrou interesse em discutir um plano nacional para intensificar a construção de “aeródromos” e, paralelamente, também anunciou a criação do Ministério da Aeronáutica. Para o aeródromo de Natal foi previsto, inicialmente, a pavimentação da “estrada de rodagem para Parnamirim, passo inicial para a instalação completa do campo ali existente” (PARNAMIRIM,1940, p.4)<sup>221</sup>.

Observa-se que não encontramos referências no Jornal A República que se referisse à transformação do Campo de Pouso de Parnamirim numa área militar. A intenção era dotar a estrutura civil existente com aparelhos aeronáuticos modernos e com uma infra-estrutura viária que facilitasse o acesso ao centro da cidade.

Será um benefício inestimável para a capital do Rio Grande do Norte, ponto em que primeiro tocam as asas vindas do continente europeu. O patrimônio nacional se enriquecerá, passando aquele aeroporto a figurar entre os melhores com que conta o país (PARNAMIRIM,1940, p.4)<sup>222</sup>.

Desde a década de 20 do século XX, existia o Campo de Pouso de Parnamirim, o Hidroporto do Refoles e os demais atracadouros de hidroaviões, que foram citados anteriormente. A estrutura existente em Parnamirim era de propriedade da empresa francesa Latecoère (que, posteriormente, passou a se chamar Air France) e italiana Ala Litoria (L.A.T.I.); e no Hidroporto do Refoles, pertencia à Pan American, empresa estadunidense. Este aeroportos eram áreas de utilização sem controle e que foram construídas com apoio do Governo Estadual,

---

<sup>221</sup> PARNAMIRIM. **A República**, Natal, 11 jul. 1940.

<sup>222</sup> PARNAMIRIM. **A República**, Natal, 11 jul. 1940.

mas este não interferia no seu funcionamento (VIVEIROS, 1974)<sup>223</sup>. Com o início da guerra na Europa, o aeródromo de Parnamirim passou a ser utilizado por militares das Forças Armadas brasileiras, que intensificaram suas visitas à cidade.

Para Viveiros (1974), o investimento do Governo Federal no Campo de Pouso de Parnamirim era justificado pela sua importância para a segurança do país, porém este assunto não foi tratado pelo Jornal A República. Entre julho e outubro de 1940, o jornal não fez qualquer referência a respeito dos desdobramentos da decisão, embora as iniciativas tenham sido tomadas e as obras iniciadas. O Jornal A República não comentou como foi sua execução, quais as transformações que o Campo de Pouso estava passando, ou como estas se deram ou quem as executou.

Esta atitude foi compreendida inicialmente como uma omissão necessária ou uma precaução que resguardaria a segurança da cidade, porém tal atitude suscitou a especulação de que se tratava de uma ação movida por algum interesse, até então, não explicitado. Será que as elites esperavam que a obra do aeródromo em Parnamirim poderia substituir a proposta do Aeroporto feita pelo Escritório Saturnino? Será que não atendia às suas expectativas ou ao projeto de modernização da cidade anteriormente construído? O que estava acontecendo que as elites não revelaram contentamento, como sempre o faziam a cada intervenção modernizadora que a cidade vivia?

Enfim, a única divulgação encontrada no Jornal A República surgiu posteriormente, quando um jornal do Rio de Janeiro, Capital Federal, publicou em detalhes o que já tinha se sucedido no Campo de Pouso de Parnamirim. A matéria do jornal A Manhã foi reproduzida sem qualquer comentário local e, nesta, foram encontrados mais indícios que confirmaram a negligência da imprensa local. O que se descobriu foi que, ao longo de vários meses, havia sido construído naquele local o que foi considerado como

[...] o maior aeroporto da América do Sul e um dos melhores do mundo. É Parnamirim. Neste continente, apenas o de Santiago se aproxima, pelas condições técnicas, ao campo de aviação nacional, distante apenas quatorze quilômetros da capital norte-rio-grandense.

---

<sup>223</sup> VIVEIROS, Paulo Pinheiro de. **História da aviação no Rio Grande do Norte**: história que se registra de 1894 a 1945. Natal: Editoria Universitária, 1974.

Todos os técnicos de aeronáutica elogiam a situação de Parnamirim, cuja importância política e estratégica se acentuou na hora presente. Aliás, o Rio Grande do Norte, sob este ponto de vista, tem privilégio. Para a amarragem de hidroaviões, as águas do Rio Potengi, que banham a cidade do Natal, são universalmente apreciadas. E mais ainda do que o Potengi, na opinião de Mermoz, saudoso e intrépido az da aviação francesa, tragicamente desaparecido ao atravessar o Atlântico, merece ser aproveitada para um porto excelente a belíssima Lagoa do Bonfim, situada entre os municípios de Papari<sup>224</sup> e São José de Mipibú. Ali, o grande aviador, várias vezes, desceu no seu aparelho, repetindo sempre a ótima impressão que lhe causava o pitoresco recanto da terra de Augusto Severo, ilustre precursor do formidável progresso da aeronáutica nacional.

Constrói-se, agora, no referido campo, uma larga estrada, com todas as exigências técnicas. Ela reduzirá a quatorze minutos a viagem para Natal. Em torno de Parnamirim, que há poucos anos não passava de um tabuleiro deserto, sem a menor utilidade, uma forma pitoresca de povoação, movimentadíssima e alegre, coberta constantemente por numerosos aviões procedentes de vários e longínquos pontos do país e do estrangeiro (PARNAMIRIM, 1941, p.3)<sup>225</sup>.

A imprensa nacional falava da existência de um aeroporto que possuía grandes proporções e as condições de uso mais adequadas, e também fazia referência ao Hidroporto do Refoles, destacando as futuras perspectivas para a região. É evidente que as elites locais e os moradores da cidade acompanharam o desenrolar dessas iniciativas, tendo em vista que os serviços requereram e contrataram mão-de-obra da cidade.

---

<sup>224</sup> Atual Município de Nisia Floresta, Estado do Rio Grande do Norte.

<sup>225</sup> PARNAMIRIM. **A República**, Natal, 2 out. 1941.

#### 4.4.3 As construções militares: o Quartel do Exército, a Base Naval e a Base Aérea de Natal

Segundo Clementino (1995) apesar do que foi referido no item anterior, até o final de 1941, o Governo Brasileiro continuava investindo poucos recursos defensivos no Nordeste. As Forças Armadas brasileiras não dispunham de material e equipamentos militares para construir suas bases que, em alguns estados, estavam iniciadas. As providências resumiam-se à destinação de “um batalhão de caçadores [para] cada capital de Estado e duas baterias de artilharia, sediadas em Recife e Salvador”, assim como a criação do “Teatro de Operações do Nordeste” (Estado Maior do Exército, 1972 apud CLEMENTINO, 1995, p.202)<sup>226</sup>. Em Natal, entre 1939 e o final de 1941, observou alguma movimentação tanto do Exército, como da Marinha e da Aeronáutica Brasileira.

Em julho de 1939, apesar de não ter sido referido pelo Jornal A República, o Chefe do Serviço de Engenharia da 7ª Região Militar do Brasil esteve em Natal para escolher um terreno, avaliar suas condições da área e apresentar um projeto às autoridades locais para construção de um quartel federal. Esta iniciativa só foi publicada em 15 de setembro, quando o jornal deu cobertura à visita do Comandante da 7ª Região Militar, General Firmo Freire. Este veio visitar a obra do quartel, que já estava em andamento. O edifício abrigaria o 31º Batalhão de Caçadores e seu programa arquitetônico previa a construção de áreas destinadas à “caserna, vila de oficiais, campos de jogos esportivos, parques, salas de comando e armamento, jardins, linhas de tiro, estádio, baias, etc.” (O NOVO..., 1939, p.3)<sup>227</sup>. O terreno em que estava se desenvolvendo a construção ficava à Avenida Hermes da Fonseca, em frente ao Aero Clube, e sua construção havia sido entregue à empresa local M. Martins e Cia.

Passado três meses desde que foi iniciada a construção do quartel, o Jornal A República falou sobre sua “surpreendente” dimensão e sobre “um ritmo intenso” como esta seria executada, a qual contaria com a “contratação imediata de

---

<sup>226</sup> CLEMENTINO, Maria do Livramento M. Op. Cit.

<sup>227</sup> O NOVO quartel federal. **A República**, Natal, 15 jun. 1939.

200 operários” (UMA GRANDE...,1939, p.1)<sup>228</sup>. Porém, na mesma matéria, os engenheiros militares responsáveis ressalvaram que a obra levaria em torno de quatro anos para que estivesse totalmente concluída, pois

O projeto compreende quatro pavilhões para o alojamento das Companhias e mais os seguintes: um, destinado ao comando; um, para o rancho; um, para os oficiais; dois, onde serão colocadas as baias, calculadas para cinqüenta cavalos; uma subestação elétrica; uma caixa d'água subterrânea com capacidade para cem mil litros; outra elevada, de trinta mil litros; um estádio, para diferentes jogos e esportes, além de casas para oficiais e sargentos (UMA GRANDE...,1939, p.1)<sup>229</sup>.

A obra requereu a terraplenagem de 30 mil metros quadrados e que demorou quatro meses para ser executada. Apenas em outubro de 1939, foi iniciada a alvenaria de duas edificações: o Pavilhão da Companhia e o do Rancho, respectivamente, com dois e um pavimentos. Ainda nessa fase inicial, as elites tiveram suas expectativas frustradas. Para estas, as obras “poderiam, todavia, estar mais adiantadas” (UMA GRANDE...,1939, p.1)<sup>230</sup>, revelando suas ansiedades e preocupações com a segurança da cidade, uma vez que considerava, a ameaça de um ataque desde os primeiros momento de guerra. Em parte, suas intranqüilidades foram amenizadas em 14 de outubro com a chegada ao Cais do Porto de Natal do 31º Batalhão de Caçadores (CHEGOU...,1939)<sup>231</sup>.

---

<sup>228</sup> UMA GRANDE obra em construção no Tirol: o que será o futuro quartelamento das forças do exército nesta capital. **A República**, Natal, 10 out. 1939.

<sup>229</sup> Idem.

<sup>230</sup> UMA GRANDE obra em construção no Tirol: o que será o futuro quartelamento das forças do exército nesta capital. **A República**, Natal, 10 out. 1939.

<sup>231</sup> CHEGOU ontem a Natal o 31º Batalhão de Caçadores: valorosa unidade do Exército compõe-se de cerca de 600 homens, obedecendo ao Comando do Tenente Coronel Creso de Barros Monteiro. Milhares de pessoas afluíram ao cais para receber os bravos soldados – os cumprimentos do interventor e das altas autoridades. Somente hoje pela manhã desembarcará a disciplinada tropa. **A República**, Natal, 15 out. 1939.

Seu desembarque foi festivo e contou com discursos, bandas de músicas, formatura de militares estaduais, escoteiros do Alecrim (CHEGOU...,1939)<sup>232</sup>, além da presença de autoridades estaduais e municipais e de uma multidão de populares dos vários bairros da cidade. O efetivo de 600 soldados do Batalhão desembarcou do navio e foi acompanhado em cortejo pelas ruas do bairro da Ribeira até as antigas instalações do Quartel do Exército, localizado na Cidade Alta, onde este batalhão ficaria alojado até a conclusão do Quartel do Tirol.

É certo que as obras deste quartel alteraram a dinâmica e interferiram na paisagem da cidade. O Jornal A República considerava que, apesar de estarem se “arrastando lentamente”, a paisagem do bairro do Tirol, antes tranqüila e deserta, havia sido transformada com a abertura de estradas e a destruição de árvores nas encostas das dunas. Nas suas imediações eram observados em torno de “mil operários [que] passavam seus dias trabalhando”, o que superava em cinco vezes o número inicial de trabalhadores previstos para serem contratados, e que eram auxiliados por duas betoneiras, com motor a gasolina, e uma serra circular, com motor elétrico (UMA GRANDE..., 1939, p.1)<sup>233</sup>.

Porém, o ritmo empreendido era considerado muito lento. Até o final de 1941, várias companhias do Exército Brasileiro foram transferidas, entre elas: o citado 29º Batalhão de Caçadores (cujo novo nome foi mudado para 31º Batalhão de Caçadores), o 16º Regimento de Infantaria, a 1ª Companhia do Batalhão de Engenharia, a 24ª Circunscrição de Recrutamento (unidade administrativa). Naquele momento, o Ministério da Guerra anunciou também a criação da 2ª Brigada de Infantaria, o qual proximamente também se alojaria no Quartel do Tirol.

Por fim, o Quartel foi inaugurado em 26 de fevereiro de 1942 (O QUARTEL...,1942)<sup>234</sup>, com uma estrutura muito inferior ao que foi projetado e sua coordenação foi entregue ao 16º Regimento de Infantaria.

A segunda Força Armada brasileira, a Marinha, também retardou sua chegada à Cidade do Natal. Segundo o Jornal A República, esta chegou oficialmente em 16 de março de 1941, com a visita do Ministro Aristides Guilherme

---

<sup>232</sup> Idem.

<sup>233</sup> UMA GRANDE obra em construção no Tirol: o que será o futuro aquartelamento das forças do exército nesta capital. **A República**, Natal, 10 out. 1939.

<sup>234</sup> O QUARTEL do 16º R.I. será inaugurado hoje: o ato se revistirá de solenidade – A presença do Comandante da 7ª Região Militar – Facultado à visita do público. **A República**, Natal, 26 fev. 1942.

para comunicar ao Intendente Estadual a construção de uma Base Naval em Natal. A previsão era que esta comporia o plano de defesa nacional e seria a única Base Naval no norte do país onde navios de grande porte poderiam ancorar por um período de tempo maior e onde se procederia, caso fosse necessário, manutenção e reparos nos navios de guerra brasileiros. A operação seria composta pela instalação de um “dique seco” (VAI...,1942, p.8)<sup>235</sup>, onde os navios poderiam ser postos fora da água para que se efetuassem reparos na parte externa. Porém, quando o Brasil entrou na guerra, em setembro de 1942, as obras da Base Naval ainda estavam sendo iniciadas no Refoles. A partir desse momento, aquela região tornou-se movimentada com a presença de grande quantidade de trabalhadores e de

Dezenas de oficiais e centos de marinheiros, operários, maquinistas, eletricitas, especializados em construções navais, diques, reparos, casas de força, transformaram a própria paisagem ao redor. A ponte de atracação, raramente vazia, as flotilhas que se revezavam, o ritmo crescente de trabalho sob a supervisão incomparável, determinaram desdobramentos incessantes, novas séries de construções, centros de instrução, uma cidade inteira, resplandecente de atividade e de ordem, surgiu e vive (CASCUDO, 1999, p.249)<sup>236</sup>.

A localização escolhida para a construção da Base Naval ocupava a área anteriormente utilizada pela Hidrobase da Air France<sup>237</sup> e, segundo Cascudo (1999, p.357), a “base estirou na margem do Potengi mais de quilômetro para o sul, uma cidadezinha branca e cheia de movimento”. Além das facilidades hidrográficas apresentadas pelo estuário do Rio Potengi, na localidade já existiam hangares e

---

<sup>235</sup> VAI ser construída uma base naval em Natal: um dique seco medindo 140 metros de comprimento. **A República**, Natal, 25 jun. 1942.

<sup>236</sup> CASCUDO, Luís da C. **História da Cidade do Natal**. Prefeitura do Município de Natal, 1947. 3. ed. Natal: RN Econômico, 1999.

<sup>237</sup> O editorial do Jornal A República que cobriu a visita do Ministro da Marinha, Gal. Aristides Guilherme, informou que o mesmo decreto do Governo Federal que criou a Base Naval de Natal, destinou recursos para indenizar à Air France pelos investimentos anteriores.

uma “estação dos hidroaviões” (CASCUDO, 1999, p.249)<sup>238</sup>, o que facilitou a rápida operacionalização da Base Naval de Natal.

A terceira Força chegou a Natal para construir a Base Aérea de Natal, que posteriormente será referida como “Base Brasileira”. É interessante ressaltar que esta base foi criada pelo Governo Federal em 02 de março de 1942 e seu comando só foi nomeado em agosto do mesmo ano, quando o Brasil estava prestes a declarar-se em guerra com o Eixo. Nesse período, chegaram os primeiros oficiais da Aeronáutica Brasileira e, segundo o Jornal A República, a estrutura da Base Brasileira dispunha de alguns aviões e carros de apoio e poucos equipamentos e armamentos. Segundo Costa (1980)<sup>239</sup>, as instalações iniciais ocupavam os edifícios que pertenciam às Companhias Aéreas Comerciais L.A.T.I. e Air France, nos quais foram feitas algumas reformas para adaptar as instalações físicas.

Em Parnamirim, entre os edifícios que existiam, o antigo hotel da L.A.T.I. foi adaptado para instalar os órgãos administrativos e o Cassino dos Oficiais; o hangar transformado em alojamentos para praças e um agrupamento de caça; os dois prédios da Air France para alojamento, rancho dos sargentos e centro médico; e dois edifícios transformados para instalar as duas estações radiotelegráficas.

A falta de informação e de registros na imprensa oficial da cidade foi uma constante nesse período. A inauguração das instalações da Base Aérea de Natal ocorreu em 7 de agosto de 1942 e suas atividades iniciaram com as operações de patrulhamento dos navios mercantes brasileiros e da costa do Rio Grande do Norte, do Ceará à Paraíba..

Apesar das elites locais considerarem a situação emergencial desde 1939, a operacionalização das instalações das Forças Armadas Brasileira demorou a se efetivarem. Diante da impotência para resolver a questão da segurança da cidade e da lentidão das providências do Governo Federal, pode ser inferido o quão interessadas estiveram as elites locais ao perceberem a movimentação dos militares estadunidenses na cidade. O Jornal A República, além da omissão que perpassou nas suas páginas, podem também ter encoberto o comprometimento de suas elites com aquela invasão.

---

<sup>238</sup> CASCUDO, Luís da C. Op. Cit.

<sup>239</sup> COSTA, Fernando Hippólito da. **História da base aérea de Natal**. Natal: Editora Universitária, 1980.

## 5 A PRESENÇA MILITAR NA CIDADE DO NATAL: OS ESTADUNIDENSES E AS ELITES LOCAIS (1942-1945)

### 5.1 OS EVENTOS E A OMISSÃO DA IMPRENSA

As informações publicadas pelo Jornal A República sobre as operações militares na Cidade do Natal são marcadas pela omissão. Poucas dizem respeito ao que acontecia à cidade e à população. Porém, as notícias dão cobertura às visitas oficiais e militares e, a partir de 1942, passam a se referir às sucessivas festas que passam a ocorrer com muita frequência.

O conhecimento da notícia de que o Governo de Getúlio Vargas havia declarado o país em Estado Nacional de Guerra, em 1º de setembro de 1942, se fez acompanhar em Natal pelas comemorações da Semana da Pátria e de uma grande manifestação de apoio a estado decisão. As festividades públicas contaram com a participação de “todas as entidades esportivas e estabelecimentos de ensino da capital” (AS GRANDES..., 1942, p.1)<sup>240</sup>. Foi montado um palanque na Praça Pedro Velho, onde se realizaram solenidades durante uma semana, com discursos e cortejos e desfiles escolares e militares. Autoridades civis e militares se revezavam a cada dia, manifestando-se nos microfones e assistindo aos desfiles.

Nos primeiros dias do mês de setembro daquele ano, o Comando da Brigada de Infantaria de Natal comunicou, em nota oficial, que a população da cidade passaria a conviver com o escurecimento “de várias ruas e praças, cuja iluminação seria altamente prejudicial à organização da defesa da cidade” (GUARNIÇÃO..., 1942, p.1)<sup>241</sup>. Especificamente nestas áreas, as residências deveriam evitar a saída de luz para o exterior, assim como os automóveis que por elas transitassem deveriam apagar os faróis. Sem maiores explicações, a nota da Guarnição de Natal informava que o cumprimento ficaria sobre a vigilância da Polícia Civil e a desobediência a esta determinação seria punida com a detenção dos

---

<sup>240</sup> AS GRANDES comemorações da semana da Pátria nesta capital: a parada da mocidade e da raça – tomarão parte todas as organizações esportivas e educandários da cidade – as festas do dia 7 – hora da independência. **A República**, Natal, 1 set. 1942.

<sup>241</sup> GUARNIÇÃO de Natal: nota do Comando da 2ª Brigada de Infantaria. **A República**, Natal, 3 set. 1942.

infratores. Percebe-se que algo acontecia na cidade, cuja segurança exigia existência de algumas zonas especiais onde as Forças Armadas operavam de maneira sigilosa.

A varredura das páginas dos exemplares do Jornal A República a partir deste momento até meados de 1943, encontrou poucas informações que, além disso, eram superficiais e não esclarecia o que estava ocorrendo na Cidade do Natal. Poucas referências sobre a Base Aérea Brasileira e a Base Naval de Natal, porém um permanente acompanhamento das obras do Quartel do Exército, localizado no bairro Tirol. Além deste equipamento, a Maternidade de Natal foi transformada em Hospital Militar, o qual estava de prontidão com todas as condições para oferecer em caso de alguma eventualidade.

Outras referências às atividades das Forças Armadas ou sobre suas instalações militares na cidade eram escassas e se restringiam às solenidades, almoços e recepções de autoridades, especialmente no Campo de Parnamirim<sup>242</sup>, que continuava sendo nomeado dessa forma e onde, sabe-se atualmente, já estava instalada e em funcionamento a Base Aérea dos Estados Unidos.

Nessas referências, o Jornal ressaltava a presença de representantes dos Governos Municipais e Estaduais, diretores de instituições, departamentos e comissões públicas; representantes militares das diversas unidades militares brasileiras sediadas em Natal, judiciário, Igreja, comércio, LBA e outras entidades assistenciais que atuavam na cidade. Somente em dezembro de 1942 foi encontrada uma referência à presença de autoridades e militares estadunidenses em Natal. Nessa ocasião, que era a festa de recepção do General Cordeiro de Farias, Comandante da Guarnição de Natal, o Jornal citou o nome do Cônsul Estadunidense Haroldo Sims e, genericamente, de “outros oficiais das forças armadas dos Estados Unidos”; porém, apesar de descrever minuciosamente todo o evento, nenhum detalhe foi possível extrair sobre o grau de aproximação que já se estabelecia entre as elites locais e os estrangeiros (O REGRESSO..., 1942, p.1)<sup>243</sup>.

---

<sup>242</sup> No período de novembro de 1942 a abril de 1943, estiveram em Natal os Generais José Pessoa, Diretor da Arma de Cavalaria do Exército; Fiúza de Castro, Comandante da Artilharia Regional da 7ª Região Militar; Newton Cavalcanti, Comandante da 7ª Região Militar e Presidente da Comissão de Coordenação da Produção Agrícola; e o Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, da Justiça e Negócios Internos.

<sup>243</sup> O REGRESSO ontem, a esta capital, do general Cordeiro de Farias: brilhante recepção no Campo de Parnamirim ao Comandante da Guarnição Federal e a exma. Esposa D. Noemia Brasil Cordeiro

Em geral, as festividades e solenidades que ocorriam nas ruas da cidade, contavam com a presença dos moradores, os quais mereciam destaque na matéria que fazia sua cobertura jornalística. Estas situações eram desfiles militares que tinham como objetivo mobilizar os moradores e sempre eram acompanhadas pelos oficiais militares e autoridades civis. Porém, a primeira descrição que tratava de um evento como esse só foi encontrado em agosto de 1943, o qual comemorou o segundo aniversário de instalação do 16º Regimento de Infantaria. O Jornal A República registrou a organização do desfile de soldados do Batalhão pelas ruas da cidade, divulgou a programação e não fez qualquer referência aos seus desdobramentos (O SEGUNDO..., 1944)<sup>244</sup>.

Posteriormente, em maio de 1944, quando a atividade militar em Natal já perdera totalmente sua importância, também foi encontrada a referência a um desfile dos “Carros de Combate”, que saíram percorrendo as ruas da cidade para comemorar o primeiro ano de aquartelamento do 2º Batalhão de Carros de Combate na Cidade do Natal. Eram tanques de guerra, caminhões e outros carros possantes que percorreram quase todos os bairros (DESFILÉ..., 1944, p.8)<sup>245</sup> e, a essa altura, tal registro suscitou o questionamento sobre sua motivação, porém tamanha demonstração de força que não foi avaliada pelo Jornal A República.

Outros eventos foram noticiados e envolveram a população da cidade. Estes ocorriam, em geral, na Base Naval de Natal, no Alecrim e contavam com grande participação da população mais pobre da cidade. Ao longo desse período, verificou-se a cobertura a várias comemorações, como a festa de criação da 3ª Companhia Regional de Fuzileiros Navais (formada na totalidade por norte-rio-grandenses), em novembro de 1942 (TERCEIRA..., 1942)<sup>246</sup>; o Dia do Reservista, em dezembro de 1942 (FRANÇA, 1942m)<sup>247</sup>; o aniversário da Batalha Naval do Riachuelo e o dia do Marinheiro, respectivamente em junho e dezembro de 1944

---

de Farias – Declarações do ilustre militar à reportagem d’A República. **A República**, Natal, 11 ago. 1942.

<sup>244</sup> O SEGUNDO aniversário da instalação do 16 R.I., em Natal: a data será festivamente comemorada. **A República**, Natal, 23 maio. 1944.

<sup>245</sup> DESFILÉ do 2º Batalhão de Carros de Combate, amanhã, pelas ruas de Natal. **A República**, Natal, 23 maio. 1944.

<sup>246</sup> TERCEIRA Cia. Regional de Fuzileiros Navais: a solenidade de hoje de juramento a bandeira. **A República**, Natal, 28 nov. 1942.

<sup>247</sup> FRANÇA. Aderbal. Na base naval. **A República**, 18 dez. 1942m.

(AS COMEMORAÇÕES..., 1944; TRANSCORRE..., 1944)<sup>248</sup>. Enquanto isso, no outro lado da cidade, no bairro do Tirol, na estrada de Parnamirim e na Base de Parnamirim, as festividades eram freqüentes e envolviam apenas as elites locais e, sobre estas, o jornal apresentava muito menos detalhes ou informações.

Por fim, observou-se também que as notas que informavam sobre estes acontecimentos, em geral, eram pequenas e antecediam aos eventos. Nelas, eram descritos o programa e as atividades previstas, porém depois do acontecido nada mais era divulgado.

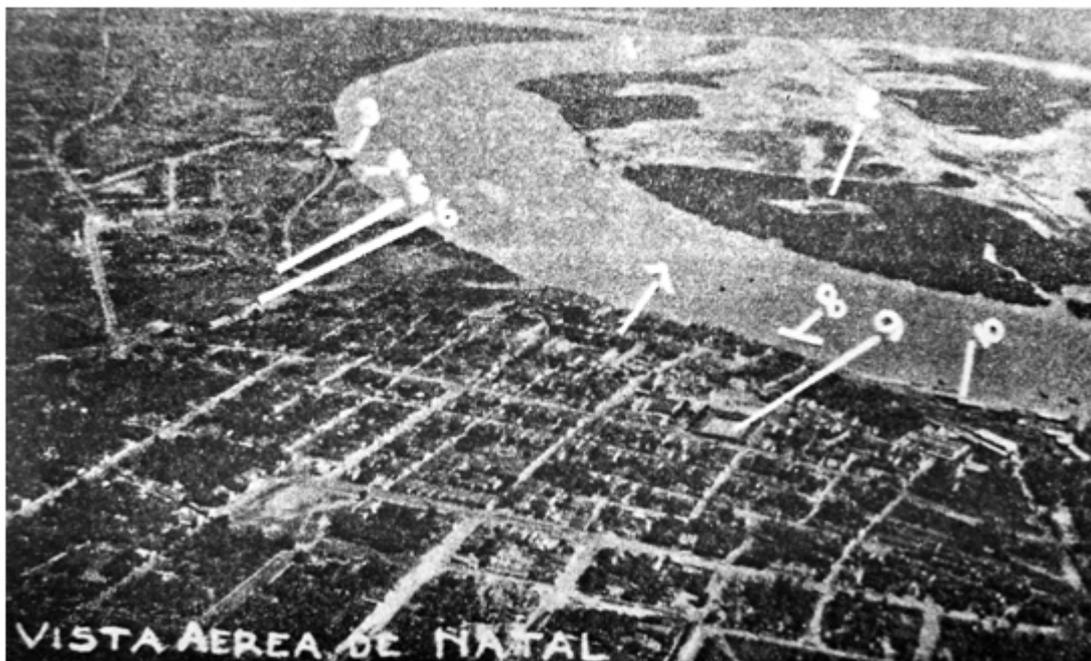
## 5.2 A CHEGADA DOS MILITARES ESTADUNIDENSES A NATAL

As autoridades diplomáticas e militares estadunidenses circulavam pela Cidade do Natal desde 1939. Desde o início do conflito mundial, os Estados Unidos já tinham ciência da importância estratégica da cidade e do Nordeste brasileiro e já demonstravam seu interesse de instalar alguma estrutura militar de suas forças militares nessa região do Brasil. Para Smith Junior (1992, p.23)<sup>249</sup>, estes sabiam que “a única solução prática para o problema da defesa seria a construção e melhoramento dos aeroportos” nordestinos. E, entre agosto e novembro de 1940, enviaram uma missão militar formada por técnicos à Cidade do Natal para realizarem um levantamento exaustivo e elaborarem estudos para a construção de uma base aérea e uma estrada entre Parnamirim e Natal.

---

<sup>248</sup> TRANSCORRE amanhã o Dia do marinheiro: homenagens serão promovidas nesta cidade, pela Base Naval – Missa na Catedral às 7,30 horas e visitação pública à Base – Outras notas. **A República**, Natal, 10 jun. 1944.

<sup>249</sup> Bynum E. Weathers. A study of the methods Employed in the Acquisition of Air Bases in Latin America for the Army Air Force in World War II. Dissertation, U. of Denver, 1971 In: SMITH JUNIOR, Clyde. **Trampolim para a vitória: os americanos em Natal-RN/Brasil durante a Segunda Guerra Mundial**. Natal/UFRN: EDUFRN, 1992.



**NATAL, BRAZIL**

(Military Field Branch, National Archives, Washington, D. C.)

- |                                  |  |
|----------------------------------|--|
| 1. Railroad bridge               | 1. Ponte da estrada de ferro                     |
| 2. Army airfield                 | 2. Campo de aviação do Exército                  |
| 3. Air France seaplane base      | 3. Base de Hidroavião da Air France              |
| 4. Naval Training School         | 4. Escola de Treinamento Naval                   |
| 5. Sewage Disposal Plant         | 5. Estação de Tratamento de Esgotos              |
| 6. Electric Power Plant          | 6. Usina Elétrica                                |
| 7. State Government Building     | 7. Edifício do Governo do Estado                 |
| 8. Air France floating fuel tank | 8. Tanque flutuante de combustível da Air France |
| 9. 29th Battalion Barracks       | 9. Alojamento do 29º Batalhão                    |
| 10. Railroad Terminal            | 10. Terminal Rodoviário                          |

**Figura 28 - Levantamento Estadunidense da Cidade do Natal. Fonte: SMITH. 1992.**

**Figura 28** - Levantamentos das Forças Armadas Estadunidenses na Cidade do Natal.

Fonte: Smith Junior (1992, p.43 e 47).

Desde as primeiras missões estadunidenses à Cidade do Natal que seus integrantes procuraram as autoridades locais e realizaram reuniões secretas, que naturalmente foram omitidas pelo Jornal A República. Para Smith Junior (1992, p.25)<sup>1</sup>, “a população de Natal, evidentemente, sabia o que estava no ar”, pois nas ruas seus soldados e técnicos militares transitavam e se movimentavam sem reservas. É sensato imaginar que os militares estadunidenses não agiriam com tanta

<sup>1</sup> SMITH JUNIOR, Clyde. Op. Cit.

desenvoltura caso não estivessem respaldados pelas autoridades locais. O levantamento detalhado foi concluído, os planos e projetos foram elaborados e estes, por fim, deram início às obras físicas que pretendiam e contrataram a mão-de-obra local. Seu andamento ocorreu sem sobressaltos, particularmente entre os anos de 1940 e 1942 e, o que se sabe ao final, é que os Estados Unidos construíram em Natal a que foi considerada a sua maior base militar fora do seu território e que esta entrou em operação em 7 de julho de 1941 (SILVA, 1998)<sup>251</sup>, um ano antes do Brasil entrar na Segunda Guerra Mundial.

Neste mesmo ano, 6 de novembro, realizaram o asfaltamento da estrada de Parnamirim, a qual passou a ser chamada Parnamirim Road e interligou a Base Aérea ao Porto de Natal. Esta construção também foi acompanhada pela instalação de um oleoduto de 20 quilômetros, que se seguiu à sua margem. A rapidez com que foram executadas revelaram a urgência como os militares estadunidenses viam a necessidade de se instalar Brasil. Para isso, despendiam qualquer esforço como, por exemplo, a construção da estrada e do oleoduto durou apenas vinte e dois dias e contou com a contratação de “aproximadamente 6.000 operários” (SMITH JUNIOR, 1992, p.67)<sup>252</sup>.

Era final do ano de 1941, a apropriação uso não autorizada do território brasileiro por outro país passava à frente do portão principal do Quartel do Exército, localizado à Avenida Hermes da Fonseca, o que evidencia que o Exército Brasileiro tinha conhecimento dos acontecimentos. É possível inferir, inclusive, que estavam se beneficiando com aquelas iniciativas e poderiam receber alguma contrapartida local pela permissão. Além disso, a historiografia nacional informa que, nesse período, a cúpula do Exército Brasileiro recebeu treinamento nos Estados Unidos da América (BANDEIRA, 1978)<sup>253</sup>. Portanto existia um relacionamento próximo entre as duas forças armadas.

---

<sup>251</sup> SILVA, Josimey Costa da. **A palavra sobreposta**: imagens contemporâneas da Segunda Guerra Mundial. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1998.

<sup>252</sup> SMITH JUNIOR, Clyde. Op. Cit.

<sup>253</sup> BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil** (dois séculos de história). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.



**Figura 29** - Soldados Estadunidenses atuando no patrulhamento da Cidade do Natal.

Fonte: Smith Junior (1992, p.139).

Em 11 de dezembro de 1941, quatro dias após o ataque japonês à base estadunidense de Pearl Harbor, nove aeronaves chegaram à cidade para deixar militares estadunidenses que, a partir de então, se estabeleceram na “base no Rio Potengi”<sup>254</sup> (SMITH JUNIOR, 1992, p.29)<sup>255</sup>. Neste local, o contingente do Esquadrão de Patrulhamento da Marinha dos Estados Unidos aproveitou a infraestrutura aeronáutica existente e iniciou as operações de patrulhamento do litoral do

<sup>254</sup> Próximo à rampa construída pela empresa Pan American Airways, local em que, atualmente, funciona o Clube da Rampa, nas Rocas.

<sup>255</sup> SMITH JUNIOR, Clyde. Op. Cit.

Rio Grande do Norte. Em janeiro seguinte, receberam um reforço para expandir suas ações e este passou a “atuar como polícia militar na cidade e vigiar os aviões no Campo de Parnamirim” (SMITH JUNIOR, 1992, p.31)<sup>256</sup>. Em Natal estavam instalados cerca de 200 fuzileiros navais estadunidenses que ficavam sitiados entre a Rampa e os hangares do Campo de Pouso Parnamirim.

As mudanças nos rumos da Guerra Mundial ficaram claras no último mês de 1941. As forças aliadas reagiam nas frentes de batalhas em território africano e europeu e conseguiam barrar o avanço das tropas alemãs. O Japão bombardeou a Base de Pearl Harbor no Oceano Pacífico criou uma nova conjuntura e, com ela, é possível imaginar e entender o porquê da pressa como os Estados Unidos em fazer funcionar sua estratégia de defesa em Natal e no Nordeste Brasileiro. Era necessário organizar a definitivamente a defesa da costa do Atlântico para se dedicarem à defesa do Canal do Panamá. Para isso, precisavam oficializar suas operações no Nordeste brasileiro e iriam fazê-lo independente do Governo Brasileiro. Para Clementino (1995, p.198)<sup>257</sup>, naquele momento, “o perigo mais eminente partia, agora, dos próprios americanos”. Estes estavam com a estrutura física da base aérea concluída na Cidade do Natal e precisavam deslocar seu contingente de soldados que continuavam concentrando numa base improvisada na Guiana Francesa. Para o Governo Vargas, a conjuntura também esgotou seu poder de barganha e, diante disso, era imprescindível agilizar para garantir as melhores condições para a assinatura do acordo.

Os acordos, enfim, foram assinados em março de 1942 e foi dada a autorização para que os Estados Unidos instalassem bases militares no território brasileiro<sup>258</sup>. Com isso, a situação se agravou para a vida dos moradores da Cidade do Natal, pois a nova conjuntura aumentou o temor de sofrer um ataque:

Nossa cidade não teria mais suas ruas tranqüilas, seus ares e mares perturbados apenas por relâmpagos e trovões [...]. Afigurava-se, a quem pensasse mais profundamente daquela noite em diante, que

---

<sup>256</sup> Idem.

<sup>257</sup> CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **Economia e modernização**: o Rio Grande do Norte nos anos 70. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

<sup>258</sup> SMITH JUNIOR, Clyde. Op. Cit.

teríamos que ir à luta, acionados daqui como tantos outros teria que ser ou, o que era pior, recebendo, como cidade beligerante, a destruição que poderia vir pelo mar que banhava ou pelo céu, que era até então, sinônimo apenas de prêmio e de paz (MELO, 2003, p.62)<sup>259</sup>.

Cada notícia era “como golpes na carne e no coração” (MELO, 2003, p.62-63)<sup>260</sup> e aumentava o estado de tensão dos moradores da cidade. Estes sabiam que a cidade era visada pelas forças armadas em guerra, uma vez que estava muito próximo do litoral africano. Com a assinatura dos acordos, o Governo Brasileiro determinou que a coordenação das ações ficassem com o 16º Regimento de Infantaria.

### 5.3 A PREPARAÇÃO DA POPULAÇÃO DA CIDADE PARA A GUERRA

#### O ALARME (crônica)

A guerra estava longe, mas o medo muito próximo. Estava mesmo dentro de cada um. Era noite. Precisavam de escuridão, mas havia luar. As sirenes alarmaram. De todas as casas fecharam-se rápidas as janelas. As poucas luzes que haviam foram apagadas. Expectativa. Todos os santos foram invocados. Os corações bons ou doentes aceleraram os ritmos. Outros órgãos humanos causaram dores e correrias para ambientes privados. Expectativa. O ronco dos motores de um avião, muito alto, sobre os céus da cidade. Medo maior. Mas, nenhum silvo, nenhum estrondo. Os minutos passaram devagar. Timidamente, algumas janelas abriram-se. Olhares para além das nuvens. Holofotes gigantes iluminaram um avião solitário: era dos nossos. Tratava-se, pois, de um exercício de preparação psicológica. Em plena tensão, aos poucos nos lembramos de um

---

<sup>259</sup> MELO, João Wilson Mendes. **A cidade e o trampolim**. Natal: Sebo Vermelho, 2003.

<sup>260</sup> Idem.

célebre poema de Edgar Poe: “Deve ser isto e nada mais”. Realmente, “never more” drama semelhante a cidade sofreria. Depois das janelas, as portas foram se abrindo. Saímos para o Grande Ponto. Bendito blecaute. O luar dominava a cidade. Suavemente fez voltar a calma, a esperança e o bom humor, até que o sol, horas depois, veio mostrar que a cidade era a mesma, salvo algumas ocorrências de urgência hospitalar. Durante muitos dias após, cada habitante de Natal, sobrevivente ao susto, tinha uma história pra contar. Afinal, a guerra continuava distante (MELO, 2003, p.77)<sup>261</sup>.

As operações de guerra na Cidade do Natal começaram efetivamente em fevereiro de 1942. Neste mês, surgiram os primeiros sinais, depois de tantos meses de espera, de que as expectativas das elites políticas e dos moradores se concretizariam. A partir delas, passaram a acompanhar o desenrolar dos acontecimentos na Europa com mais atenção, pois de lá chegava segundo França:

[...] o temor de uma possibilidade nefasta, surge a visão sombria de duros combates, contra a felicidade dos nossos lares e a inocência dos nossos filhos. Brasil, terra de paz e de progresso; norte-rio-grandenses, criaturas sãs de espírito e boas de coração. [...]. É preciso pensar que nada nos acontecerá. Deus protegerá o nosso destino (FRANÇA, 1942d, p.12)<sup>262</sup>.

Desde janeiro de 1942, como o anúncio da ruptura das relações diplomáticas brasileiras com os países do Eixo, os moradores da cidade contavam regressivamente o tempo para escutarem os bombardeios. Os Estados Unidos já estavam com suas forças organizadas na cidade e já operavam na costa brasileira, uma vez que, para estes, “a área de Natal era, realmente, crucial para a defesa dos

---

<sup>261</sup> MELO, João Wilson Mendes. Op. Cit.

<sup>262</sup> FRANÇA. Aderbal. Deus protegerá o nosso destino. **A República**, Natal, 12 fev. 1942d.

Estados Unidos continental e do Canal do Panamá contra forças hostis” (SMITH JUNIOR, 1992, p.23)<sup>263</sup>. Mesmo antes do ataque à “Pearl Harbor, Natal tinha sido considerada um dos três pontos mais prováveis de ataque pelas Forças do Eixo” (SMITH JUNIOR, 1992, p.34)<sup>264</sup>.

Entre outras providências anunciadas em janeiro de 1942, o Governo Federal autorizou que o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) e as Forças Militares Brasileiras iniciassem a preparação dos moradores da cidade das cidades com a aplicação dos Exercícios de Defesa Passiva. O programa de treinamento previa dotar a população brasileira de informações elementares para sua defesa por meio de procedimentos de organização e disciplina. Em Natal, a primeira notícia desses Exercícios foi divulgada antes do carnaval de 1942.

AVISO À POPULAÇÃO - Hoje entre 14:30 e 16:30 horas, serão feitas experiências de funcionamento de sirenes, em vários pontos desta capital. Às 17 horas, haverá uma experiência geral de todas as sirenes instaladas na cidade. Pede-se a quem deixar de ouvir o sinal das 17 horas, a fineza de comunicar-se, na segunda-feira próxima, com o major Domingos Moreira, na construção do quartel do 16º R.I., no Tirol, ou na Chefia de Polícia, indicando o informante o local em que se encontrava naquele momento (AVISO...,1942, p.1)<sup>265</sup>.

O Jornal A República, juntamente os demais órgãos da imprensa, juntamente com os Governos Estadual e Municipal e as forças militares, começaram a organizar a defesa da população da cidade. A notícia do primeiro exercício chegou à população e, no primeiro instante, espalhou-se um grande pânico. Era a confirmação de que a guerra estava mais próxima. Até mesmo alguns representantes das elites intelectuais demonstravam sua estupefação diante da circunstância de medo que se espalhou sobre a cidade, uma vez que esta se baseava na compreensão de que nada e ninguém sobriariam para contar a história.

---

<sup>263</sup> SMITH JUNIOR, Clyde. Op. Cit.

<sup>264</sup> Idem.

<sup>265</sup> AVISO à população. **A República**, Natal, 7 fev. 1942.

Vê-se de súbito a cidade dos Três Reis Magos convertida em praça de guerra, erigida de canhões voltados para o céu e atenta às possíveis advertências das sirenes de alarma. O sonho da paz se desvanece, mas a iminência do perigo restaura a velha atitude da capital lendária que, na hora da provação, se prepara para cumprir a sua missão renovada de atalaia do Brasil e de sentinela avançada do Novo Mundo (NATAL, 1942, p.3)<sup>266</sup>.

A população da cidade passou a ser despertada pelas sirenes dos alarmes e sua esperança desvaneceu. Mesmo tendo acompanhado as construções militares, estes reagiam como se os fatos estivessem acontecendo inesperadamente. Mesmo diante da presença das guarnições e dos seus treinamentos diários, que podiam ver nas praias e nas proximidades da cidade, a nova situação estava apresentando uma realidade que não se sentiam preparados para enfrentar.

A pavimentação da estrada entre Natal e o município de Macaíba<sup>267</sup> já estava concluída, assim como já haviam procedido a limpeza da barra do Rio Potengi; o recobrimento do piso da Ponte sobre o Rio Potengi; a transformação da Maternidade de Natal em Hospital Militar de Natal e o funcionamento parcial do Quartel do Tirol. A infra-estrutura requerida parecia já estar presente, mas a população continuava despreparada. Para as elites, só restava “encarar as coisas, pacatamente, como no modo todo potiguar de aceitar os fatos, agüentando firme e sem ‘estrilos’ “ (CÂMARA<sup>268</sup>, 1942, p.3)<sup>269</sup>. Quanto a estas, tudo parecia acontecer à sua revelia, inclusive as ações modernizadoras, que continuavam se efetivando,

---

<sup>266</sup> NATAL. **A República**, Natal, 25 fev. 1942.

<sup>267</sup> Era uma das principais vias de acesso da capital ao interior do Estado, particularmente em direção à região do Seridó.

<sup>268</sup> Clementino Câmara nasceu no município de Tibau do Sul em 17/01/1988, de origem humilde, autodidata, tornou uma das mais altas expressões do ensino no Rio Grande do Norte. Foi professor do Ateneu Norte-Rio-Grandense e da Escola, além de dar aulas particulares em sua própria escola. Enveredou pelo jornalismo para melhorar sua condição de vida e caracterizou sua atuação na profissão e na política, como alguém que questionava publicamente algumas ações do governo. In: CARDOSO, Rejane (Coord.). Op. Cit.

<sup>269</sup> CÂMARA, Clementino. Telefones automáticos. **A República**, Natal, 28/07/1942.

porém para atender às necessidades da defesa, as quais requeriam condições estruturais adequadas e comunicações ágeis<sup>270</sup>.

Em meados de fevereiro, foi dado seguimento ao treinamento da população com a publicação da segunda instrução do treinamento da população. Esta tratou do controle das luzes e, embora o Interventor Federal e o Comando da Guarnição tenham ressaltado que não existiam indícios de ataque aéreo naquele momento, também insistiam na necessidade da prevenção para enfrentar as eventualidades.

O povo norte-rio-grandense, que tem sabido se manter tão calmo e disciplinado ante o desenrolar dos acontecimentos, deverá conservar essa mesma atitude em qualquer circunstância. A obediência absoluta por parte da população às recomendações das autoridades, será a sua melhor cooperação para a defesa da cidade (CONSELHOS...,1942, p.1)<sup>271</sup>.

Cada família deveria aprender os procedimentos de controle de luzes e adotá-los em suas residências ante a presença de algum avião inimigo sobre o espaço aéreo das cidades. O aprendizado era considerado importante, pois dele dependia a visão dos aviões inimigos e, conseqüentemente, dos seus bombardeios. O Governo se encarregava da iluminação das ruas, edifícios públicos, farol da barra e navios que, por ventura, estivessem atracados no Cais do Porto. Os procedimentos eram divulgados pela imprensa local que, ao mesmo tempo, tentava abrandar o pânico que se instalava entre os moradores da cidade.

Nos dois primeiros procedimentos de defesa, a população aprendeu a atender ao barulho das sirenes e vedar todas as frestas para que as luzes no interior das residências não se espalhassem pelo exterior. Evidentemente, percebia-se uma desolação entre os moradores, uma vez que os discursos que pretendiam orientar

---

<sup>270</sup> O sistema telefônico existente era antiquado e operava com a intermediação de uma telefonista. O que estava sendo instalado era automático e requereu a construção de uma Estação Central na Rua 13 de Maio, onde ficou a central, e foi gerenciada pela Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil. Inicialmente foram instalados quinhentos terminais telefônicos na área urbana cidade e existia a promessa de que seriam duplicados em pouco tempo.

<sup>271</sup> CONSELHOS a população: iluminação. **A República**, Natal, 14 fev. 1942.

desorientavam a todos e a realidade discursiva do treinamento envolvia a sobrevivência de todos.

O medo refletia a observação de que faltavam providências governamentais. A orientação da defesa dizia que, em caso de um ataque, os moradores deveriam procurar os abrigos antiaéreos para que ficassem melhor protegidos e, na Cidade do Natal não existia, até aquele momento, qualquer abrigo. O Jornal A República informava que estes seriam construídos brevemente pela Prefeitura e ressaltava que as famílias poderiam se antecipar e construir seu próprio abrigo residencial. As instruções técnicas para essas iniciativas estavam disponíveis na Guarnição Federal:

O sinal com silvos interrompidos indicará a aproximação dos aviões, e com silvo longo, fim de alarme. Desde que ouça o sinal, a população deverá dirigir-se ao abrigo mais próximo, munido de merenda e água, pois não é possível prever quanto tempo durará o alarme. Ninguém deve permanecer nas ruas enquanto não for dado o sinal de fim do alarme, porque os estilhaços da artilharia antiaérea podem causar vítimas. Os abrigos devem ser ocupados com calma e obediência ao que for determinado pela autoridade que estiver fazendo o policiamento. É proibido fumar e manter conversas alarmantes ou derrotistas, assim como sair antes do sinal de fim de alarme. As pessoas que estiverem em bondes e automóveis devem abandonar os veículos, apagar as luzes e correr para os abrigos. Nas sessões de cinema, teatros ou outro qualquer lugar onde haja aglomerações de pessoas, é preciso conservar absoluta calma, a fim de evitar atropelos que dificultem a saída para procurar os abrigos (CONSELHOS...,1942, p.1)<sup>272</sup>.

Era evidente que as instruções normativas haviam sido copiadas pelas autoridades militares. Estas devem ter sido retiradas de outra realidade que não era a da Cidade do Natal. Por sua vez, os moradores perceberam que não estavam

---

<sup>272</sup> CONSELHOS a população de Natal: abrigos. **A República**, Natal, 15 fev. 1942.

sendo cumpridos os procedimentos mais adequados que lhes garantissem a segurança. As notas não esclareciam em quanto tempo os abrigos seriam construídos, os discursos informavam a proximidade do perigo e que todos se mantivessem “sempre num estado de vigília, a fim de [não serem] surpreendidos pelos propósitos criminosos de quem quer que tente afetar a soberania e a integridade territorial do país” (EM ESTADO...,1942, p.3)<sup>273</sup>. Para as elites políticas e para as Forças Armadas, no entanto, essas exigências era tratadas como uma atitude prudente:

As notas estão sendo divulgadas hoje na mesma forma como poderiam ter sido divulgadas há muito tempo, porque o seu objetivo é exclusivamente o de ensinar ao povo, instruí-lo sobre a eventualidade de um ataque aéreo contra a cidade. As coisas, na nossa época, acontecem de um modo brusco e imprevisto. A guerra de destruição em que o mundo se acha envolvido é a dolorosa característica do momento angustioso em que vivemos. A arma principal dessa guerra é a aviação, em face da qual são ainda, infelizmente, pequenos os nossos recursos de defesa (CONSELHOS...,1942, p. 3)<sup>274</sup>.

As autoridades civis e militares reiteravam a necessidade de a população permanecer prevenida e preparada, e que aprendessem a reagir com rapidez diante de imprevistos. Por outro lado, compreendia-se que a posição geográfica da Cidade do Natal exigia que seus representantes saíssem na frente das demais cidades brasileiras, pois dela dependia a defesa do Continente Americano.

Natal tinha a particularidade de ser um alvo real, porque nela estava um aeroporto cujas condições eram reconhecidas internacionalmente e cuja posição estratégica facilitaria a investida de um provável ataque às Américas.

---

<sup>273</sup> EM ESTADO de alerta. **A República**, Natal, 15 fev. 1942.

<sup>274</sup> CONSELHOS a população de Natal. **A República**, Natal, 19 fev. 1942.

### 5.3.1 A experiência do “black-out”

A última etapa do treinamento agregou todos os procedimentos apreendidos e esta se operacionalizou no exercício do “black-out”. Nesta etapa, os moradores foram informados que teriam que conviver com a eventualidade de serem surpreendidos com a paralisação de todas as atividades na cidade e que precisavam aprender a sobreviver nestas condições.

Em toda a Europa, muito antes ainda das forças agressoras do nazi-fascismo provocarem a guerra, já era o “black-out” conhecido de todas as populações, sendo praticado tanto nas grandes e suntuosas capitais como nos burgos pequeninos e humildes, também da mesma forma ameaçados pelos raids aéreos. Agora a conflagração alastra-se assustadoramente por todos os recantos da terra e as possibilidades mais longínquas devem ser previstas. E nessa situação, Natal é no Brasil a cidade que, em consequência de sua própria posição geográfica, mais reclama medidas preventivas contra os ataques aéreos (MÁXIMO, 1942, p.3)<sup>275</sup>.

As comparações com outras cidades ressaltavam a condição da Cidade do Natal que, semelhante às pequenas cidades européias, poderia ser arrasada repentinamente por um bombardeio das forças inimigas. As elites locais e os demais moradores da cidade precisavam se convencer de que estavam no meio do caminho da entrada da América e, conseqüentemente, não escapariam de enfrentar as batalhas da guerra.

O primeiro “black-out” na cidade ocorreu no dia 1º de março de 1942 e foi planejado pelo Comando da Segunda Brigada de Infantaria sediada em Natal e divulgado através da imprensa da cidade. Este seria um teste no qual a população seria avaliada e, posteriormente, todos as autoridades militares procederiam novas instruções e sas providências necessárias para aperfeiçoar a defesa da cidade.

---

<sup>275</sup> MÁXIMO, Luis. Teremos Black-out. **A República**, Natal, 26 fev. 1942.

À aproximação da esquadrilha as sirenes soarão dando o sinal de alarme. Imediatamente serão apagadas as luzes das ruas e residências e todos os veículos devem estacionar com os faróis igualmente apagados. Ninguém deve permanecer nas ruas e devem ser evitados todos os ruídos desnecessários. É indispensável que não seja vista do exterior nenhuma fresta de luz, partida das casas. Nessa situação se permanecerá até que seja, pelas sirenes, dado o sinal do fim de alarme, quando se reacenderão as luzes e se retornará à vida normal da cidade. NOTA – Não estando ainda construídos os abrigos antiaéreos, todos devem permanecer em suas casas. Aqueles que, por qualquer circunstância se acharem nas ruas, deverão procurar manter-se parados e próximos às paredes ou muros das casas; e os que se encontrarem nas estradas, deverão deixá-las livres, mantendo-se nas suas orlas (EXERCÍCIOS...,1942, p.1)<sup>276</sup>.

Depois de cada etapa do treinamento, a ordem era voltar à “vida normal da cidade”. Porém, como recuperar a normalidade depois de viver a experiência de sentir aviões de guerra sobrevoando sobre as residências? O treinamento do “black-out” incluiu o sobrevôo de aviões sobre o espaço aéreo da cidade com baixa altitude, rajadas simuladas de tiros de metralhadoras e militares nas ruas aos gritos passando as instruções para corrigir as vedações das luzes que saíam das residências. Este cenário era complementado pelos refletores que iluminavam o céu escuro com fochos de luzes, tentando localizar os aviões que simulavam o ataque. Segundo o Jornal a República, o facho de luz dos refletores foi a “parte dos exercícios de ontem que mais impressionou pela perfeita localização em que se achavam os refletores, circunscrevendo inteiramente a cidade” (O ÊXITO..., 1942, p.3)<sup>277</sup>.

Ao final da primeira noite de “black-out”, o Comando da Guarnição avaliou positivamente o exercício e exaltou a colaboração exemplar da população

---

<sup>276</sup> EXERCÍCIOS de defesa antiaérea: instruções da 2ª Brigada de Infantaria. **A República**, Natal, 27 fev.1942.

<sup>277</sup> O ÊXITO dos exercícios, anteontem, de defesa passiva. **A República**, Natal, 3 mar. 1942.

(FRANÇA, 1942g, p.8)<sup>278</sup>. A segurança da cidade parecia estar caminhando para o êxito do que fora planejado.

Na sequência dos primeiros meses de 1942, a defesa da cidade foi se aperfeiçoando diariamente com exercícios pontuais e sem avisos prévios, o que garantia testar a eficiência do que estava sendo aprendido pela população. Entre os dias 6 a 9 de junho, foi aplicado um “black-out” com maior duração e que se estendeu às cidades vizinhas (Macaíba, São José de Mipibú e Papari). A intenção dos militares era submeter a população a um regime de restrição e de atenção permanente, “como se estivessem na expectativa de sofrer ataques aéreos, diurnos e noturnos, tão comuns na guerra moderna (DEFESA..., 1942, p.1)<sup>279</sup>. O objetivo também era fazer uma aproximação com a realidade por meio das simulações de ataques.

Nesses dias, enfim, os ataques ocorreram sem aviso, as sirenes soaram intermitentes, a qualquer hora do dia e da noite, e a população foi constantemente pressionada a atender aos sinais sonoros. Os militares das Forças Armadas brasileiras e estadunidenses e a Polícia Civil da cidade ficaram nas ruas vigiando o cumprimento dos procedimentos. Ao final, foi previsto que os intervalos entre as simulações deveriam ser alternados e ocorreram até mais de uma vez a cada turno. O Coordenador da operação, General Cordeiro de Farias, novamente avaliou positivamente em entrevista ao Jornal A República, porém apontou a necessidade de adaptações e correções:

A população precisa controlar-se. No caso real, a primeira coisa a fazer é correr para o abrigo. Poderão me perguntar onde estão eles. É assunto que escapa à minha alçada. Eles são de absoluta e urgente necessidade. Simples valas de 60 centímetros de largura por um metro e sessenta centímetros de profundidade e comprimento que se arbitrar são de um resultado extraordinário. Está provado que elas diminuem o perigo de cerca de 40 %. Sei que há muitas

---

<sup>278</sup> No dia anterior à realização do primeiro “black-out” foi inaugurado o primeiro abrigo antiaéreo da cidade. As instalações subterrâneas foram construídas na residência do Sr. Amaro Mesquita que era um importante comerciante da cidade e cuja iniciativa foi festejada pelas elites, que esperavam que fosse seguido por outros “capitalistas e proprietários de recursos” In: FRANÇA. Aderbal . O primeiro abrigo. **A República**, Natal, 03 mar. 1942g.

<sup>279</sup> DEFESA passiva antiaérea. **A República**, Natal, 2 jun. 1942.

pessoas que não acreditam neste gênero de abrigos. Mas estou certo também que na hora crítica, correrão para eles. [...]. É uma imprudência enorme, correr para a rua sem destino. É preciso controle e convicção de que aquele que corre para a rua, arrisca-se a ser morto [...].

Houve casos de caminhões transitarem com famílias que alarmadas abandonaram seus lares. São fatos que não admitem comentários, tal imprudência e perigo revelam. No momento do alarme em algumas casas, seus habitantes, alarmados, acenderam as luzes e saíram apressadamente, deixando as portas abertas e iluminadas, outras abriram imprudentemente as janelas, lançando jorros de luz, verdadeiros faróis guias para a aviação inimiga.

Esta população por mim tão estimada que tão bem aceita os meus conselhos, [...] deve atender a mais este pedido: DOMÍNIO SOBRE SI MESMA PARA EVITAR UM MAL MAIOR (A MARGEM..., 1942, p.7)280.

Não foi objetivo deste estudo avaliar as conseqüências psicológicas que podem ter sido desencadeadas nos moradores, porém há que se inferir que podem ter sido desastrosas. De qualquer maneira, percebeu-se que a população da cidade foi treinada para viver a guerra e sofreu com esta experiência. Experimentavam uma simulação de guerra, enquanto acompanhavam a devastação que a guerra real promovia nas frentes de batalhas. O acompanhamento lhes era possível porque os noticiários dos rádios descreviam minuciosamente as conseqüências trágicas, os requintes de crueldades que a cada dia se aperfeiçoavam. Por outro lado, era-lhes exigido que mantivesse o controle do medo e de seu despreparo, uma vez que estavam recebendo o treinamento necessário para enfrentá-los.

Percebeu-se também, o descaso das autoridades civis e militares brasileiras, bem como dos militares estadunidenses, para com a sobrevivência da população natalense. Na cidade, priorizou-se a construção de obras infra-estruturais sofisticadas, utilizando-se a tecnologia moderna para o serviço da guerra, porém, a

---

<sup>280</sup> A MARGEM do último exercício de escurecimento e disciplina de luzes de Natal. Fala a República o General Cordeiro de Farias – O que nos disse o ilustre militar – Mais um apelo à população: domínio sobre si mesma. **A República**, Natal, 11 jun. 1942.

construção de abrigos antiaéreos, que poderia não requerer grandes recursos, não ocorreu. Parece até que as vidas humanas norte-rio-grandenses eram irrelevantes ou sem grande importância.

O que as elites locais já haviam conquistado por meio de seus esforços havia garantido, no passado recente, que acreditassem que a antiga e provinciana Cidade do Natal tivesse se tornado numa “miniatura de grande cidade moderna” (MARANHÃO, 1942, p.4)<sup>281</sup>. Estas acreditaram no futuro, quando transformaria a capital num empório cosmopolita. Agora, ainda tinham a chance de acreditar que se tornaria a base mais movimentada das Américas. Enfim, em meados de 1942, percebe-se que o plano das elites políticas era unir para sobreviver, esperar o pesadelo passar ou se contentar com a chegada de outro futuro nunca antes esperado.

### 5.3.2 A liga de defesa passiva de Natal

Em setembro de 1942, quando o Governo do Brasil declarou oficialmente sua entrada na guerra e iniciou a arregimentação dos militares para enviá-los para as batalhas na Europa, a Cidade do Natal poderia ser considerada como preparada para enfrentar uma guerra. As Forças Armadas haviam montado uma estratégia para manter os moradores em permanente estado de alerta. Em pouco tempo, todos poderiam deixar de ser pacíficos observadores e passar a ser “francos elementos de beligerância” (FILGUEIRA FILHO, 1942, p.7)<sup>282</sup>. Foi fundada a Liga de Defesa Passiva de Natal que pretendia ajudar a “preparação psicológica e material” da população, a fim de que pudesse “suportar as dolorosas contingências da guerra a que estamos sujeitos” (FUNDADA..., 1942, p.8)<sup>283</sup>.

Mesmo com a notícia de que a guerra estava recuando sobre os territórios conquistados da África, o Jornal A República informava que as Forças Armadas e as elites locais ainda consideravam a possibilidade de um ataque a Natal.

---

<sup>281</sup> MARANHÃO, Petracha. Natal. **A República**, Natal, 31 maio 1942.

<sup>282</sup> FILGUEIRA FILHO. Black-Out. **A República**, Natal, 18 nov. 1942.

<sup>283</sup> FUNDADA ontem a Liga de Defesa Passiva de Natal. **A República**, Natal, 6 set. 1942.

A Liga de Defesa Passiva de Natal era a responsável pela manutenção da atenção e controle da tensão que se espalhava entre os moradores, pois “o êxito na luta depend[ia] fundamentalmente do estado psicológico da população civil, pois ela representa também uma linha de combate” (FUNDADA..., 1942, p.8)<sup>284</sup>. Uma das primeiras iniciativas do Governo Federal foi cumprir a portaria 271 do Ministério da Educação e Saúde que, entre outras, determinava a organização de cursos de defesa para professores das escolas públicas. Em Natal, os cursos foram ministrados no Teatro Carlos Gomes por militares do Exército e intelectuais norte-riograndenses, entre eles Luis da Câmara Cascudo, e seu objetivo era formar “Alertadores” da Defesa do País.

O primeiro grupo de “Alertadores” foi formado por “senhoras e senhoritas da sociedade local” que tinham por missão ajudar “junto aos lares, às pessoas de suas relações, estabelecer uma verdadeira rede de fiscalização relativos ao escurecimento, abrigos, incêndios, educação moral em face do perigo” (AS ALERTADORAS..., 1942, p.4)<sup>285</sup>, além de agir como socorristas, na remoção de feridos, assim como de outros procedimentos emergenciais caso a cidade sofresse algum ataque.

Outra formação que estes cursos fizeram foi a de bombeiros voluntários. Sua ação deveria se dar juntas das “alertadoras” e ambos seriam imprescindíveis no momento do ataque inimigo. Para as elites políticas, as defesas gerais e particulares precisavam ser organizadas porque os alemães poderiam utilizar bombas incendiárias,

Pesando de dois a cinco quilos apenas, as bombas incendiárias são atiradas aos milhares sobre o objetivo. São extremamente perigosas pela quantidade e amplidão das áreas que se transformam em fogueiras crepitantes. Se, ao ataque incendiário, alia-se o pavor, então este age sem obstáculo, semeando a destruição que desorganiza a vida normal da população. O essencial é esperar o

---

<sup>284</sup> Idem.

<sup>285</sup> AS ALERTADORAS do serviço de defesa passiva. **A República**, Natal, 8 nov. 1942.

assalto e antecipar a preparação da defesa, anulando o golpe dos nossos implacáveis inimigos (PARA..., 1942, p.3)<sup>286</sup>.

As notícias sobre as bombas eram publicadas cheias de detalhes minuciosos. Eram citadas as bombas incendiárias, fabricadas com substâncias betuminosas, que se projetariam depois da explosão; as carregadas com fósforo, que provocariam chamas esverdeadas; e as com líquidos inflamáveis que poderiam ser apagadas com extintores de incêndio. No entanto, eram as de “Termite” (óxido de ferro e alumínio) e as de “Electron” (alumínio e magnésio) que mais causavam preocupações, pois produziriam um calor fortíssimo e deveriam ser combatidas com máscaras. Dentre as orientações, era sugerido aos moradores que conservassem “alguns caixotes com areia, terra solta, pás, uma picareta” em suas casas e estivessem dispostos “a uma luta sem trégua, com as armas da inteligência, da calma e do sangue-frio, fatores que são decisivos para essas batalhas” (PARA..., 1942, p.3)<sup>287</sup>.

A cidade foi submetida a esse estado de tensão durante todo o ano de 1942, porém os moradores davam sinais de que estavam tornando aquela situação numa rotina, na qual tratavam os procedimentos de defesa com displicência. Mesmo que sua obediência continuasse sendo exigida, estes davam sinais de exaustão e relaxamento na disciplina. Mesmo alguns jornalistas d’A República davam sinais de impaciência com a demora do Estado de assumir sua responsabilidade de, por exemplo, construir os abrigos antiaéreos.

Sei que você desejou perguntar-me: “Onde estão os abrigos?” Não lhe falta razão para isso. Porque você, como todos nós, procura os abrigos com os olhos e não com o instinto. E sobretudo porque não temos ainda abrigos. Nem para as nossas vidas, nem para os nossos ideais e as nossas convicções. Ainda não compreendemos que há valores muito mais importantes do que a vida. [...]. Os abrigos estão em nós, em nossos nervos, na força dos nossos instintos, em nossa

---

<sup>286</sup> PARA combater o incêndio. **A República**, Natal, 10 nov. 1942.

<sup>287</sup> Idem.

vontade de vencer, na calma com que nos conduzirmos. Mas, eles devem estar também nas ruas, nas oficinas, em toda parte, em forma concreta. É muito mais difícil vencer a guerra do que fazer abrigos para proteger os exércitos da segunda frente. Nós, o povo, teremos de fazê-los (PINHEIRO, 1942a, p.3)<sup>288</sup>.

Embora as elites locais continuassem afirmando que os abrigos antiaéreos seriam construídos, até meados de 1942, o Governo Federal não autorizou a liberação dos recursos. No Jornal A República foram observadas manifestações dos que não aceitavam as desculpas que eram repetidas. A apreensão se espalhava principalmente entre os setores das classes médias e comerciantes. Estes últimos começaram a construir seus próprios abrigos nas suas residências, enquanto a maioria da população cidade continuou vulnerável, sem proteção e dependendo de iniciativas individuais.

Era certo que precisavam de abrigos e que estes deveriam ser construídos antes que as bombas comesçassem a cair. “Não duvidamos que algum dia os teremos. Desejamos apenas que não cheguem tarde demais” (PINHEIRO, 1942a, p.3)<sup>289</sup>. O governo estadual, juntamente com o Comando da Guarnição Federal, diante da pressão, tomou algumas iniciativas e construiu valas (ou fossos) em diversas ruas da cidade.

Em Natal, o abrigo-fôssos, aparentemente primitivo e desprotegido, é o mais aconselhado pela técnica, provado pela observação de militares e resultados em Londres, Chung-King, Malta, etc. [...]. Estamos em guerra! A conservação, higiene e segurança dos abrigos públicos é uma condição de vitória, um elemento de vida ou de morte. Defenda o Abrigo Público! Talvez esteja defendendo um lugar humilde que o livrará da mutilação ou da morte! (DEFENDA..., 1942, p.3)<sup>290</sup>.

---

<sup>288</sup> PINHEIRO, Rivaldo. Abrigos. **A República**, Natal, 9 set. 1942a.

<sup>289</sup> PINHEIRO, Rivaldo. Op. Cit. 1942a.

<sup>290</sup> DEFENDA o abrigo público. **A República**, Natal, 6 nov. 1942.

As valas eram buracos estreitos e rasos com sessenta centímetros de largura, onde podia deitar-se uma pessoa. A iniciativa do Governo foi considerada uma afronta e foi imediatamente rejeitada pelos moradores. Os protestos se manifestavam na depredação ou destruição dos buracos. Esta repercutiu no surgimento uma alternativa que encontrou boa recepção, inclusive, nas páginas do Jornal A República. Eram adaptações do modelo apresentado pelo Comando da Guarnição que utilizavam materiais de construções baratos e, embora se tratasse de uma alternativa, eram considerados tão seguro quanto os que foram construídos em concreto armado e aço: nas residências dos comerciantes locais.

A minha simpatia partiu irresistivelmente para a benemérita iniciativa do Sr. Carlos Serrano, presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio Grande do Norte, fazendo expor na sede dessa instituição, onde poderá ser observada por todos os interessados, a planta de um daqueles modestos abrigos. Não preciso muito recurso para construir um deles, e há até pessoas que os construíram dotados de comodidades surpreendentes, com uma despesa relativamente ínfima. Eles servirão da mesma forma para dar uma agradável sensação de segurança, certamente igual a que oferece o sólido abrigo de aço construído em sua residência pelo Sr. Ismael Pereira, e que tive ontem a ocasião de visitar.

Este é uma bela construção de concreto armado, revestida por dentro com uma grossa placa de aço, dotada de grande conforto, provida de todos os requisitos urgentemente solicitados no lar, de iluminação elétrica e de um sistema de ventilação natural. Felizmente tudo parece indicar que o Sr. Ismael Pereira, que dessa forma dá um exemplo digno de ser imitado, não terá necessidade de refugiar-se no seu abrigo com o pensamento dolorosamente preso à destruição e à miséria que se propagam lá fora (PINHEIRO, 1942b, p.11)<sup>291</sup>.

A proposta podia significar que os moradores da cidade tomaram para si a responsabilidade de se protegerem contra os bombardeios aéreos. As

---

<sup>291</sup> PINHEIRO, Rivaldo. Ainda em torno dos abrigos. **A República**, Natal, 19 nov. 1942b.

construções, a partir de meados de 1942, parece que foram adotadas por muitos setores da sociedade, fossem empresários, trabalhadores, sindicatos classistas ou escolas particulares (FRANÇA, 1943c)<sup>292</sup>. Nesse meio tempo, as instruções e normas de defesas continuavam sendo divulgadas e exigidas seu cumprimento diariamente. Era uma realidade que mais parecia uma ficção, que deve ter deixado marcas profundas e precisariam ser mais bem investigadas posteriormente por outros trabalhos.

#### 5.4 A CIDADE TRANSFORMADA NUMA PRAÇA DE GUERRA

A Cidade do Natal era considerada pelo Jornal A República como a “principal trincheira do Atlântico”, por se encontrar numa encruzilhada entre os dois mundos e, por isso era preparada diariamente para guerrear ou para enfrentar qualquer eventualidade ou surpresa.

Apesar disso, a cidade continuava desprotegida e, nesse sentido, percebe-se um ressentimento nas palavras escritas pelas elites locais. Estas esperavam que o Governo tivesse agido com maior presteza, ou não tivesse medido esforços para proteger e aparelhar a cidade da melhor maneira possível ou ainda, que lhes tivesse dado condições para enfrentar aquela situação (NATAL..., 1942)<sup>293</sup>. Além das improvisações, restava a expressão do medo e da apreensão entre ricos e pobres, que procuravam alento diante do inexplicável.

Encerrando as últimas preces, seguindo os últimos cânticos, que elevam o espírito sobre os mistérios da vida, surgiu o fervor da hora presente, de apreensões e sacrifícios; da hora que chama todos os brasileiros; o hino nacional, envolto na sonoridade mística da igreja,

---

<sup>292</sup> O Colégio Imaculada da Conceição, uma instituição de ensino para mulheres, ligada às Irmãs Dorotéias, congregação religiosa da Igreja Católica, construiu seu próprio abrigo para proteger as suas alunas In: FRANÇA. Aderbal. O Colégio da Conceição. **A República**, Natal, 9 mar. 1943c.

<sup>293</sup> NATAL e a realidade da guerra: palpitante entrevista com o General Gustavo Cordeiro de Faria – Educados na verdadeira da guerra – O triângulo da defesa do importante porto, grande trincheira do Atlântico sul. DIÁRIO DA NOITE *apud* **A República**, Natal, 17 nov. 1942.

unindo o homem à Deus e à Pátria. Ele reteve no fim da missa, numa genuflexão, que era surpresa e orgulho, todos os devotos, que tinham na alma a doçura da liturgia e sentiam, também, o segredo do amor à terra e à família (FRANÇA, 1942I, p.7)<sup>294</sup>.

Indistintamente, os moradores da cidade podiam depositar suas esperanças na fé, talvez creditando a esta a solução para impedir que sofressem com as batalhas, ou aliando-se aos militares estadunidenses.

Diante do pânico que se instalou, os comandantes brasileiros tentavam garantir aos moradores a tranqüilidade para que acreditassem que, apesar de tudo, estavam seguros e esclarecidos da gravidade e, principalmente, que saberiam como agir diante de algum imprevisto. Os militares davam sinais de que estavam cientes de suas responsabilidades e conclamavam a todos para que se tornassem partícipes e contribuíssem para transformar a cidade numa “autêntica praça de guerra”. O sucesso só se tornaria possível com a colaboração dos moradores, além do apoio dos poderes civis e militares.

O ambiente inaugurado em Natal é o da guerra vista em todas as suas brutalidades; da guerra tal qual ela é, com todo o seu rosário de cruzezas, desesperos e atrocidades. Como chegar-se a esse ponto? Eis o que me competiria provar. Experimentei os meus homens em inúmeras provas. A satisfação foi completa. A mentalidade do momento perigoso em que vivemos, sem chegar, é lógico, aos extremos, é a de que estamos, em realidade, dentro da guerra (NATAL..., 1942, p.9)<sup>295</sup>.

A cidade estava, literalmente, na guerra. Aos moradores restava acreditar que, mesmo sem abrigos, estavam protegidos por modernos equipamentos de

---

<sup>294</sup> FRANÇA. Aderbal. A missa. **A República**, Natal, 4 nov. 1942I.

<sup>295</sup> NATAL e a realidade da guerra: palpitante entrevista com o General Gustavo Cordeiro de Faria – Educados na verdadeira da guerra – O triângulo da defesa do importante porto, grande trincheira do Atlântico sul. DIÁRIO DA NOITE *apud* **A República**, Natal: 17 nov. 1942.

prevenção contra ataques aéreos e pelos treinamentos diários a que eram submetidos. Para as elites, Natal transformou-se definitivamente na “porta do Brasil”, onde se armaram “os trampolins da vitória transatlântica” (AS PORTAS..., 1942, p.1)<sup>296</sup> e, a partir dela, seria impulsionado o reforço que as forças aliadas estavam necessitando no outro lado do oceano.

A essa altura, as elites locais já haviam incorporado os discursos dos militares e disseminava-os e representava-os nas palavras escritas no Jornal A República. Sem dúvidas, o ano de 1942 foi o mais difícil, “um ano de terríveis provações”, quando a população de Natal se viu diante de uma “situação de uma guerra cruel” e esperando enfrentar “inimigos que a cada dia atesta[va]m sua inaudita covardia” (FILGUEIRA FILHO, 1943a, p.7)<sup>297</sup>. Por outro lado, também foi o ano em que sua importância para o cenário de guerra mundial foi reconhecida, pois sua existência como uma base militar estadunidense deixou de ser segredo. Segundo o Jornal A República (PORTA...,1943)<sup>298</sup>, a imprensa estadunidense se referia à Natal como uma cidade que deveria ser observada, que representava mais do que um país e que o Continente Americano estava dependendo de sua defesa. De repente, esta parecia representar internacionalmente mais do que seus próprios moradores podiam saber a respeito dela.

Porém, o ano de 1942 chegou ao fim e a contra-ofensiva aliada já avançava no norte da África. As batalhas retrocediam e os moradores da Cidade do Natal iniciavam mais ano com melhores perspectivas, avaliando que o perigo de ataque não precisava mais ser considerado e que a possibilidade de invasão do território brasileiro era coisa do passado.

## 5.5 OS ESTADUNIDENSES, A BASE DE PARNAMIRIM FIELD, A BASE DE HIDROAVIÕES DE NATAL E A CIDADE

Quanto às Bases Estadunidenses no Nordeste Brasileiro, tudo indica que, ainda em meados de 1943, o Governo Brasileiro continuava tratando-as como se

<sup>296</sup> AS PORTAS do Brasil, JORNAL O GLOBO *apud* **A República**. Natal, 4 dez. 1942.

<sup>297</sup> FILGUEIRA FILHO. Quarenta e três. **A República**, Natal, 1 jan. 1943.

<sup>298</sup> PORTA do mundo futuro. **A República**, Natal, 9 jan. 1943a.

não existissem. A imprensa nacional referia-se às bases militares estadunidenses instaladas em Natal desde julho de 1941 como de propriedade duvidosa, insinuando que estas não eram brasileiras. O Governo Federal, por sua vez, esclarecia que todas as bases no Nordeste eram brasileiras e que as Forças Armadas dos Estados Unidos estavam utilizando-se destas instalações. O secretário do Itamaraty procurava esclarecer que o Governo do Estado Novo procedera com responsabilidade e que a condução de sua política internacional não permitia que a soberania do Estado fosse atingida por qualquer ameaça:

Posso assegurar – foram ainda palavras suas – que não existem entre o Brasil e os Estados Unidos outras bases de cooperação, que não sejam as de ordem puramente moral, decorrentes de suas afinidades e objetivos comuns nesta guerra [...]... [...] os Estados Unidos não têm e nunca tiveram intenção de ocupar permanentemente nenhuma base que afete o território de qualquer república americana (BASES..., 1943, p.4)<sup>299</sup>.

No entanto, desde 1941 que, em Natal, as Forças Armadas Estadunidenses haviam montado um escritório no centro da cidade, onde contratavam os empregados, compravam o material de construção para suas bases, abasteciam e supriam as necessidades de gêneros para seus soldados. O escritório era tido como da Panair do Brasil, porém todos pareciam saber que era onde operava a “US Army/Air Force”. Em determinados momentos, o escritório fazia “todo tipo de pagamento, [...] de pessoas, variando entre 8 a 12 mil homens, [...] de todo material adquirido na praça local para atender as obras de construção da Base de Parnamirim e da Rampa” (CÂMARA, s.d., apud MELO, 1993, p.89)<sup>300</sup>.

As Forças Armadas estadunidenses instalaram duas bases em Natal, a que foi utilizada pelo seu Exército e outra, pela Marinha. Ambas operavam com atividades aéreas: aviões de guerra de grande porte e com pequenos hidroaviões e

---

<sup>299</sup> BASES brasileiras para a defesa da América. A MANHÃ *apud* **A República**, Natal, 13 set. 1942.

<sup>300</sup> Depoimento de Rui Garcia Câmara, funcionário aposentado da Base Aérea. In: MELO, Protásio Pinheiro. **Contribuição norte-americana à vida natalense**. Brasília: Senado da República, 1993.

navios. A Base Aérea do Exército Estadunidense, denominada Parnamirim Field, desenvolvia suas atividades dividindo a mesma pista com a Base Aérea brasileira, porém, suas instalações eram separadas e suas administrações independentes. Do mesmo modo, a Base de Hidroaviões da Marinha, que ficou conhecida como “Rampa”, ficava localizada nas proximidades da Foz do Rio Potengi, no bairro das Rocas (COSTA, 1980, p.68)<sup>301</sup>, e seu uso era exclusivos de seus militares.



**Figura 30** - Parnamirim Field (Base Aérea de Parnamirim).  
Fonte: Smith Junior (1992, p.127).

Para Smith Junior (1992, p.201)<sup>302</sup>, Parnamirim Field foi “a maior base aérea do Brasil e algumas vezes a de maior movimento no mundo”. O seu plano inicial previa a construção de alojamentos para 500 militares, o que se mostrou

---

<sup>301</sup> Idem.

<sup>302</sup> SMITH JUNIOR, Clyde. Op. Cit.

insuficiente logo no início de seu funcionamento. Quando esta dificuldade foi constatada, “um novo plano foi proposto, no qual constava um projeto para a construção de alojamentos para 2.500 pessoas” (SMITH JUNIOR, 1992, p.80). De qualquer maneira, a demanda foi aumentando progressivamente e foram sendo construídos mais “barracos” à medida que o contingente ia chegando. Em verdade, as instalações construídas pelos estadunidenses em Parnamirim eram improvisadas (COSTA, 1980)<sup>303</sup>.

Para Melo (1993), a construção da base foi iniciada em setembro de 1941, quando o material e os primeiros militares estadunidenses chegaram à cidade e estes se fixaram como moradores. Embora só tenha tido condições de funcionamento como Base Aérea em 22 de agosto de 1942, foi a partir de sua existência e da natureza de suas operações dentro da guerra, que foram criadas as condições para que os Estados Unidos instalassem o Quartel-General do Atlântico Sul em Parnamirim.

Quando a Base de Parnamirim Field entrou em operações, existia “cerca de 700 barracos e outras obras menores” (COSTA, 1980, p.68)<sup>304</sup>, onde se previa abrigar 2.700 soldados, além dos alojamentos fixos para 1.800 oficiais e 178 leitos do Hospital de Base. Porém, no auge do seu funcionamento, que pode ter sido em novembro de 1942, a Base hospedava cerca de “cinco vezes mais o total previsto”. As informações a este respeito são imprecisas, no entanto, em determinadas ocasiões, a Base de Parnamirim Field pode ter alojado em torno de 15 a 20 mil soldados estadunidenses e, nestas ocasiões, eram “armadas barracas de campanha em toda a área disponível, cada uma abrigando cerca de 10 homens” (COSTA, 1980, p.78)<sup>305</sup>.

---

<sup>303</sup> COSTA, Fernando Hippólito da. **História da base aérea de Natal**. Natal: Editora Universitária, 1980.

<sup>304</sup> Algumas informações a respeito da Base Aérea Norte-Americana parecem imprecisas, talvez em função dos segredos que a cercavam ou da inexatidão como os dados eram registrados. Na historiografia, determinados aspectos são citados de maneira a se contradizerem. Por exemplo, o registro no número de edificação, para Smith Junior (1992, p.106) eram “243 edificações de várias formas e tamanhos”.

<sup>305</sup> COSTA, Fernando Hippólito da. Op. Cit.



**Figura 31** - Quartel-General Estadunidense do Atlântico Sul, localizado em Parnamirim.

Fonte: Smith Junior (1992, p.215).

Por sua vez, a Base de Hidroaviões de Natal, a “Hidrobases da Rampa” também dispunha de uma infra-estrutura significativa. Em parte, os edifícios da base foram adaptados a partir do que existia anteriormente.. Era conhecida popularmente como “Rampa” porque as empresas comerciais que ali operavam, haviam construído uma rampa para que os seus hidroaviões tivessem acesso ao hangar, onde ficavam estacionados (CASCUDO, 1999, p.421)<sup>306</sup>. Em data não identificada pela pesquisa, esta área foi desapropriada pelo Governo Brasileiro e cedida à Marinha dos Estados Unidos que, entre 1941 e 1942, ampliou suas instalações, particularmente as rampas e os hangares, e dotou o local de uma “capacidade para operações

---

<sup>306</sup> CASCUDO, Luís da C. **História da Cidade do Natal**. Prefeitura do Município de Natal, 1947. 3. ed. Natal: RN Econômico, 1999.

ilimitadas de bombardeios médios de patrulha, tipo anfíbio, ou outras aeronaves anfíbias de peso bruto equivalente” (COSTA, 1980, p.85)<sup>307</sup>.

O Governo dos Estados Unidos financiou todas as ampliações da Rampa, que eram: um terminal de passageiros; paiol de munições; estacionamento pavimentado – com cerca de 45 mil metros quadrados –; depósitos de suprimentos; lavanderia; frigorífico; posto de correio; supermercado ou PX; usina “diesel-elétrica”; além do cais flutuante para ancoragem das aeronaves e alojamentos (MELO, 1993, p.93)<sup>308</sup>.

A população da cidade, naturalmente, envolveu-se com o que acontecia com os militares estadunidenses. Esta era dia-a-dia seduzida pelas novidades que estes colocavam, inclusive, à disposição nos supermercados das suas bases. Entre tantos acontecimentos, em janeiro de 1943, a população da cidade também foi surpreendida pela visita dos presidentes Franklin Roosevelt e Getúlio Vargas, cujo encontro ganhou repercussão nacional e, posteriormente, na historiografia brasileira sobre a Segunda Guerra Mundial.

O encontro de Getúlio com Roosevelt que voltava de Casablanca. Bom, a cidade, então, tomou conhecimento de que havia qualquer coisa de anormal, qualquer coisa de extraordinário. Os dois presidentes passavam pelas ruas de Natal naquele jipão enorme. E na volta, já depois da Conferência, o presidente Roosevelt voou para os Estados Unidos, de avião. Ele usou o hidroavião para a travessia do Atlântico, mas aqui ele ia voando em aviões. Talvez lhe fosse mais conveniente. E Getúlio, também de lá, tomou o avião e voltou para o Rio de Janeiro (LIRA, 1998, p.29-30)<sup>309</sup>.

---

<sup>307</sup> COSTA, Fernando Hippólito da. Op. Cit.

<sup>308</sup> MELO, Protásio Pinheiro. Op. Cit., 1993.

<sup>309</sup> LIRA, Carlos (Coord.). **Memória viva de Américo de Oliveira Costa**. Natal: EDUFRRN, 1998. Memória Viva



**Figura 32** - Presidentes dos Estados Unidos e do Brasil.  
Fonte: Smith Junior (1992, p.95).

Após a reunião entre os dois presidentes, que ocorreu em 29 de janeiro de 1943, estes saíram pelas ruas da cidade, juntamente com suas comitivas e acompanhados pelo Interventor Federal Fernandes Dantas, Almirante Ary Parreiras e General Cordeiro de Farias, ocasião em que visitaram as bases da região, especialmente a Base Aérea estadunidense. É importante destacar que, neste período, transitava em Parnamirim Field “uma média de 800 aviões por dia” (SMITH JUNIOR, 1992, p.209)<sup>310</sup> e nas suas instalações ficavam armazenados centenas de aparelhos e equipamentos de guerra, que aguardavam o momento para serem embarcados para as frentes de batalhas na Europa (HÁ UMA GRANDE...,1943, p.1)<sup>311</sup>.

---

<sup>310</sup> SMITH JUNIOR, Clyde. Op. Cit.

<sup>311</sup> HÁ UMA GRANDE unidade de vista e pensamento entre as forças armadas e o povo de Natal: o interventor Rafael Fernandes fala à imprensa, no Rio. **A República**, Natal, 4 mar. 1943.

Em que pese toda a divulgação desse encontro, o Jornal A República (TIVEMOS..., 1943, p.1)<sup>312</sup> deu destaque ao fato de que o Presidente estadunidense declarou que o seu país não considerava mais a possibilidade de ataque nazista às Américas. Porém, posteriormente, o Presidente Vargas, em entrevista dada na cidade do Rio de Janeiro, voltou a enfatizar o fato de que os países aliados ainda continuavam empenhados “para uma guerra longa, não querendo manter assim demasiado otimismo, pois na guerra há imprevistos” (POSSO...,1943, p.1)<sup>313</sup>. A partir de então, inferiu-se ter sido esta a razão porque os analistas locais, apesar do alívio que deixavam transparecer nas páginas do Jornal local, voltaram a escrever sobre a necessidade de a população da cidade continuar em estado permanente de alerta.

## 5.6 A ESTRATÉGIA MILITAR PARA O ENTRETENIMENTO

A partir de então, o comando das forças militares brasileiras em Natal demonstrou que pretendia continuar o estado de guerra e de alerta máximo para a população, assim como davam a impressão de que passava a ser uma necessidade ocupar o tempo livre dos soldados militares sitiados na cidade. Para Coogan (AS IMPRESSÕES..., 1943, p.3)<sup>314</sup>, este aspecto estava “sendo um dos principais problemas a resolver [tendo] em vista da localização do aeródromo”. Em Parnamirim, o contingente aquartelado já dispunha de

---

<sup>312</sup> TIVEMOS ocasião de estudar a segurança das Américas: os assuntos abordados na Conferência de Natal – Os problemas da Guerra – o esforço bélico conjunto do Brasil e dos Estados Unidos – Declarações aos eminentes chefes de estado. **A República**, Natal, 30 jan. 1943.

<sup>313</sup> POSSO asseverar que foi completo o nosso acordo: presidente Getúlio Vargas transmite aos jornalistas a impressão geral da sua conferência com o presidente Roosevelt em Natal – Ressaltado por S. Excia. O espírito de cooperação entre brasileiros e americanos. **A República**, Natal, 31 jan. 1943.

<sup>314</sup> James Alan Coogan, diretor da United Press no Brasil, deu uma entrevista falando sobre uma viagem jornalística que fez ao aeródromo de Parnamirim, cuja divulgação foi feita pela Agência Nacional. In AS IMPRESSÕES do Diretor da United Press: o espírito de camaradagem no aeródromo de Parnamirim. **A República**, 25 fev. 1943.

[...] rádio de ondas curtas, jogos de cartas, cinema, no posto, ou a cidade de Natal, além de partidas esportivas entre equipes do corpo aéreo e da armada. O aeródromo agora oferece um aspecto inteiramente diverso do grande areal com pistas improvisadas que os norte-americanos encontraram em junho passado (AS IMPRESSÕES..., 1943, p.3)<sup>315</sup>.

A guerra já saíra da África e as missões militares a partir de Natal perderam importância. A tensão que ocupava o tempo dos soldados em Parnamirim, havia deixado de existir e as ocupações disponíveis na base pareciam ter se tornado insuficientes para distrair o contingente que ficava esperando embarcar para a guerra ou voltar para seu país. Os militares estadunidenses, por isso, começaram a participar mais ativamente da vida da cidade e a freqüentar as páginas do Jornal A República, principalmente nos eventos de caráter cívico que o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda organizava. Entre as festividades, a população da Cidade do Natal passou a compartilhar datas comemorativas importantes e alusivas à cultura daquele país:

As comemorações [do Dia Panamericano] serão revestidas de grande brilhantismo, sendo de ressaltar que as de hoje têm uma significação ainda mais alta pelo momento que atravessamos, empenhados que nos vemos numa guerra na qual participa outras Repúblicas irmãs. Em Natal, muito especialmente temos motivos para o realce dessas festividades, dada a importante posição em que nos encontramos em face do conflito internacional, hospedando em nosso meio as forças diretamente ligadas à grande luta contra os inimigos da civilização (COMEMORA-SE..., 1943, p.1)<sup>316</sup>.

---

<sup>315</sup> James Alan Coogan, Op. Cit., 25 fev. 1943.

<sup>316</sup> COMEMORA-SE hoje o dia panamericano: as festas nesta capital: um programa especial na Rádio Educadora de Natal: falarão as altas autoridades do Estado. **A República**, Natal, 14 abr. 1943.

O Dia Panamericano de 1943 mobilizou a estrutura administrativa do Governo do Estado do Rio Grande do Norte e a cerimônia previu, inclusive o hasteamento das bandeiras brasileira e estadunidense, assim como a execução dos dois hinos nacionais. Segundo o exemplar do Jornal A República, as escolas públicas da cidade adaptaram seus currículos para que seus alunos entendessem o significado desse momento e a Rádio Educadora de Natal (REN) preparou uma programação especial que incluía a participação de cantores estadunidenses.

Esse momento também inaugurou o predomínio das transmissões das musicais estadunidenses na emissora local, assim como palestras e discursos de suas autoridades civis e militares residentes na Cidade do Natal (COMEMORA-SE..., 1943)<sup>317</sup>. Nos anos que se seguiram, a Cidade do Natal ainda comemorou o “Independence Day”, dia da emancipação política dos Estados Unidos, cuja organização contava com a intensa colaboração do gabinete do Interventor Federal e parte dos festejos ocorria nas ruas da cidade (COMO..., 1944, p.12)<sup>318</sup>.

A adesão do Governo do Estado foi completa e podemos inferir que a partir de meados de 1943, os membros das elites da Cidade do Natal foram chamados a contribuir com o entretenimento dos soldados estadunidenses. Para Branco (1944, p.4)<sup>319</sup>, “um dos aspectos marcantes dessa contingência que domina os cidadãos que vestem o uniforme das forças armadas é a dificuldade de suas relações com o mundo civil”, por isso era imperioso criar distrações para suas horas de folga e para facilitar o contato dos oficiais com os civis da cidade.

### 5.6.1 A proximidade das elites com os militares estadunidenses

Dentro da política de proximidade que se estabeleceu entre a oficialidade estadunidense e as elites locais, predominou atividades que privilegiavam a amabilidade, recepções e homenagens. Os Estados Unidos, assim, começavam a

---

<sup>317</sup> Idem.

<sup>318</sup> COMO será comemorado, nesta capital, o independence day: solenidade promovida pela Coordenação de Assuntos Inter-Americanos: a adesão da ZYB-5: um cocktail no Consulado dos Estados Unidos da América: outras notas. **A República**, Natal, 3 jul. 1944.

<sup>319</sup> BRANCO, Tenente Lourenço. Círculo Militar de Natal. **A República**, Natal, 2 abr. 1944.

implementar uma política de relacionamento que pretendia tratar bem aos moradores e que, conseqüentemente, poderia interferir na cultura local. Por meio do Cônsul Harold Sims, o Governo dos Estados Unidos, inicialmente, anunciou a criação do Comitê Regional da Coordenação dos Negócios Interamericanos e, dentre sua programação, a primeira atividade mais popular, foram as projeções de filmes. Estes mostravam imagens da guerra que estava transcorrendo na Europa e encontravam grande repercussão entre os moradores de Natal e a mostrava em detalhes.

A obra destruidora dos tanques e dos canhões, dos torpedos saindo das bocas de fogo, a perseguição ao inimigo. Trípoli, a cidade que era um sonho dourado de Mussolini; Tunísia que era um apoio invencível de Hitler; Stalingrado, que tornou uma epopéia russa. Não é só a terra fumegante, o mar explodindo, o tanque vencendo, [...]. É o soldado na ação de investida, são os heróis na travessia dos desertos, são os quadros da fatalidade da guerra, onde há vencidos e vencedores, onde a vida se confunde com a morte (FRANÇA, 1943h, p.6)<sup>320</sup>.

Tratava-se de pequenas películas que condensavam imagens filmadas em diversos momentos da guerra e a projeção iniciou pela residência do Interventor Federal, localizada na Praça Pedro velho, quando estiveram presentes autoridades dos dois países para assistirem na parte externa, ao ar livre. As imagens eram projetadas por um projetor portátil numa tela branca e, posteriormente, estes equipamentos passaram a percorrer os bairros da cidade. Os filmes puderam ser assistidos nas praças e concentravam uma multidão, assim como nas unidades militares brasileiras.

A partir da segunda sessão de filmes do Comitê, ficou acordado que a primeira exibição deveria se realizada para as autoridades do DEIP e alguns convidados da imprensa local. Em seguida, poderia ser levada aos locais públicos

---

<sup>320</sup> FRANÇA. Aderbal. O cinema e a guerra. **A República**, Natal, 18 jul. 1943h.

(COMITÊ...,1944)<sup>321</sup>. Segundo o Jornal A República, a programação chegou a concentrar cerca de duas mil e quinhentas pessoas somente na Praça Pedro Velho.

O Comitê ainda promoveu um curso de inglês, que foi transmitido pela Rádio Educadora de Natal (REN)<sup>322</sup> e era chamado “Vamos aprender inglês”. O professor do tal curso chamava-se Claude L. Hulet e era um soldado estadunidense que tinha conhecimento da língua portuguesa e que fora especialmente convocado para servir na Base de Parnamirim. As aulas também tiveram grande repercussão entre os moradores e eram transmitidas todas as terças e quintas-feiras durante quinze minutos.

Nunca o conhecimento da língua inglesa foi tão imperioso entre nós do que nestes últimos tempos. Passou de simples interesse comercial ou motivo de vaidade, para uma necessidade social. As razões desse imperativo são claras. Vieram com a presença dos nossos amigos norte-americanos em serviço de guerra, tornando a cidade um centro comum de convivência entre norte-americanos e brasileiros. Apesar das dificuldades da diferença de línguas nativas já existe forte corrente de relações pessoais e muita gente que se entende no esforço de aprender (FRANÇA, 1944a, p.6)<sup>323</sup>.

Indistintamente, a população da cidade podia assistir às aulas e revelavam interesse em aprender o idioma. O método visava ensinar a quem não tinha qualquer noção e foi bem aceito por todos. As elites o considerava um avanço para o “conhecimento cultural” dos moradores da cidade e este atributo passou a ser utilizado para justificar as aproximações com os militares estadunidenses que, segundo Melo (1993)<sup>324</sup>, se firmavam em festas e recepções sociais, em visitas à Base de Parnamirim e suas instalações, assim como na permissão para freqüentar os clubes de oficiais e o PX (supermercado).

---

<sup>321</sup> COMITÊ de Coordenação em Natal: filmes exibidos em acampamentos de soldados brasileiros: sábado uma sessão especial para a imprensa e o rádio. **A República**, Natal, 24 mar. 1944.

<sup>322</sup> A Rádio Educadora de Natal, a partir deste momento, também passou a se chamar ZYB-5.

<sup>323</sup> FRANÇA. Aderbal. Estamos aprendendo inglês. **A República**, Natal, 1 jan. 1944a.

<sup>324</sup> MELO, Protásio Pinheiro. Op. Cit.

Um dos pontos prediletos dos visitantes era justamente a cantina, o PX, onde se vendia quase tudo: perfumes, cigarros, doces, biscoitos, chocolates, cremes para barbear, sabonetes, giletes, cosméticos, pulseiras, relógios, além de manterem secções para lanches rápidos, bares, barbearia. Os ianques também costumavam convidar os amigos para jantar ou almoçar em seus restaurantes, completando, assim, o programa de recepção (AGUIAR, 1991, p.28-29)<sup>325</sup>.

Os soldados e os oficiais dos Estados Unidos, por sua vez, também freqüentavam a Cidade do Natal e a vida das elites, particularmente nos clubes sociais e nas residências. Na Cidade Alta e na Ribeira, “os cafés e bares enchiam-se da alegre juventude que, nos intervalos de trabalho, vinham aumentar os lucros dos comerciantes e proporcionar, com suas presenças, uma nova feição à pacata cidade dos Reis Magos” (MELO, 1993, p.23-24). Enfim, a partir de 1943, os militares estadunidenses organizaram uma estrutura própria dentro da cidade para entreter seus soldados, que oferecia uma programação cultural e social permanente, que se chamavam USO's – Organização dos Serviços Unidos. Os Estados Unidos instalaram os clubes nas cidades que abrigavam suas bases na América e na África, a qual foi “idealizada e preparada material e tecnicamente, para dar assistência aos soldados do Tio Sam, que se encontram a serviço da Pátria longe de seu país” (A INAUGURAÇÃO..., 1943, p.8)<sup>326</sup>.

Em Natal, foram instalados o USO da Avenida Getúlio Vargas, no bairro de Petrópolis, inaugurado em 1º de março de 1943, destinado à oficialidade, e o USO Town Club, localizado na Praça Augusto Severo, no bairro da Ribeira, e voltado à recreação de soldados e marinheiros. Não foram encontradas referências no Jornal A República quanto ao início das atividades do USO da Getúlio Vargas. Suas instalações eram tidas como requintadas e as atividades eram reservadas. Era freqüentado apenas por autoridades estadunidenses residentes ou de passagem

---

<sup>325</sup> AGUIAR, José Nazareno Moreira de. **Cidade em black-out: crônicas referentes à Segunda Guerra Mundial – 1939-1945**. Natal, UFRN. EDUFRN, 1991.

<sup>326</sup> A INAUGURAÇÃO hoje do USO – Town Club. **A República**, Natal, 24 mar. 1944.



[...] oferecer distrações úteis a marinheiros e soldados norte-americanos. Serviço de natureza evidentemente louvável. Camaradagem sem a presença de hábitos maléficis. Ambiente instrutivo, onde há leitura e palestra agradáveis. Onde paira um espírito de comunicabilidade necessário ao esforço de guerra (FRANÇA, 1943j, p.6)<sup>328</sup>.

A programação do USO Town Club, em geral, iniciava-se entre 18:30 e 20 horas e se estendia até a meia-noite. Alguns funcionários das forças armadas estadunidenses foram destacados para trabalhar nos clubes e vieram para Natal para organizar as recepções e festas, que eram preparadas com musicais e jantares. Alguns eventos recebiam as autoridades locais como convidados, particularmente políticos, comerciantes, jornalistas e intelectuais da cidade. O USO também promovia campanhas assistenciais e no período natalino de 1943 realizou a campanha “Natal das crianças pobres”, que pretendeu oferecer “aos soldados americanos, longe de sua pátria, a oportunidade de presentear as crianças brasileiras, como se assim estivessem praticando com seus próprios filhos” (AS CRIANÇAS..., 1943, p.3)<sup>329</sup>. O entusiasmo entusiasmava as elites locais e aos jornalistas do Jornal A República, que justificavam aquela sintonia porque a “maioria dos soldados que freqüentam o clube [...] são convocados e pertencem às melhores famílias dos Estados Unidos” (FRANÇA, 1944b, p.7)<sup>330</sup>.

Por outro lado, as elites tentavam mediar o relacionamento da população da cidade com os soldados, tentando amenizar os conflitos que eram observados na sua convivência diária. Segundo Pinto (1971)<sup>331</sup> e Melo (1993)<sup>332</sup>, houve muitos confrontos físicos entre brasileiros e estadunidenses nos bares da cidade e, para Smith Junior (1992, p.149)<sup>333</sup>, os militares estadunidenses sentiam que os natalenses “não gostavam dos americanos e se ressentiam da atitude destes com

---

<sup>328</sup> FRANÇA. (Aderbal.USO em Natal. **A República**, Natal, 16 set. 1943j.

<sup>329</sup> AS CRIANÇAS pobres, o USO e as forças armadas americanas. **A República**, Natal, 24 dez. 1943.

<sup>330</sup> FRANÇA. Aderbal. Função social na guerra. **A República**, Natal, 27 jun. 1944b.

<sup>331</sup> PINTO, Lauro. **Natal que eu vi**. Natal: Imprensa Universitária, 1971.

<sup>332</sup> MELO, Protásio Pinheiro. Op. Cit.

<sup>333</sup> Idem.

relação à população local”. Ainda para Melo (1993)<sup>334</sup>, as reações se expressavam nos espaços públicos da cidade, onde os soldados estadunidenses se portavam com desrespeito, uma vez que

Sem nenhuma perspectiva de resistência ao invasor, a cidade era um maná para os marines. Compravam tudo com as suas maravilhosas cédulas verdes e, para variar quebravam o pau por qualquer razão. Treinados para matar com golpes de mão, claro que sempre levavam vantagem nos entreveros com os caboclos (CASTRO, s.d., apud MELO, 1993, p.86)<sup>335</sup>.

Na vida noturna da cidade, até às 21 horas, “os americanos eram donos dos bares e senhores absolutos do terreno, como também dos restaurantes, pensões de mulheres e bebidas, tudo enfim, à custa dos ricos e inesgotáveis dólares” (MELO, 1993, p.82)<sup>336</sup> e, nesses lugares, quando esse horário limite se aproximava, montava-se uma “praça de guerra” que explodia por motivos insignificantes e pela intolerância que existia entre ambos, revelando um lado da convivência que a imprensa e a historiografia oficial não registraram e deixaram poucos indícios para o presente.

Em meados de 1943, as Forças Armadas Brasileiras também passaram a promover atividades culturais com as mesmas características dos shows organizados pelos clubes estadunidenses. Estes eram patrocinados por empresários brasileiros e excursionavam pelas bases nordestinas. Eram shows itinerantes que foram considerados como mais um “serviço de guerra a ser oferecido aos soldados americanos e brasileiros” (FRANÇA, 1943g, p.6)<sup>337</sup>. Dentre estes, o primeiro chamou-se “Show da Vitória”, foi organizado pelos Diários Associados e reuniu artistas da Rádio Tupi e do Cassino da Urca.

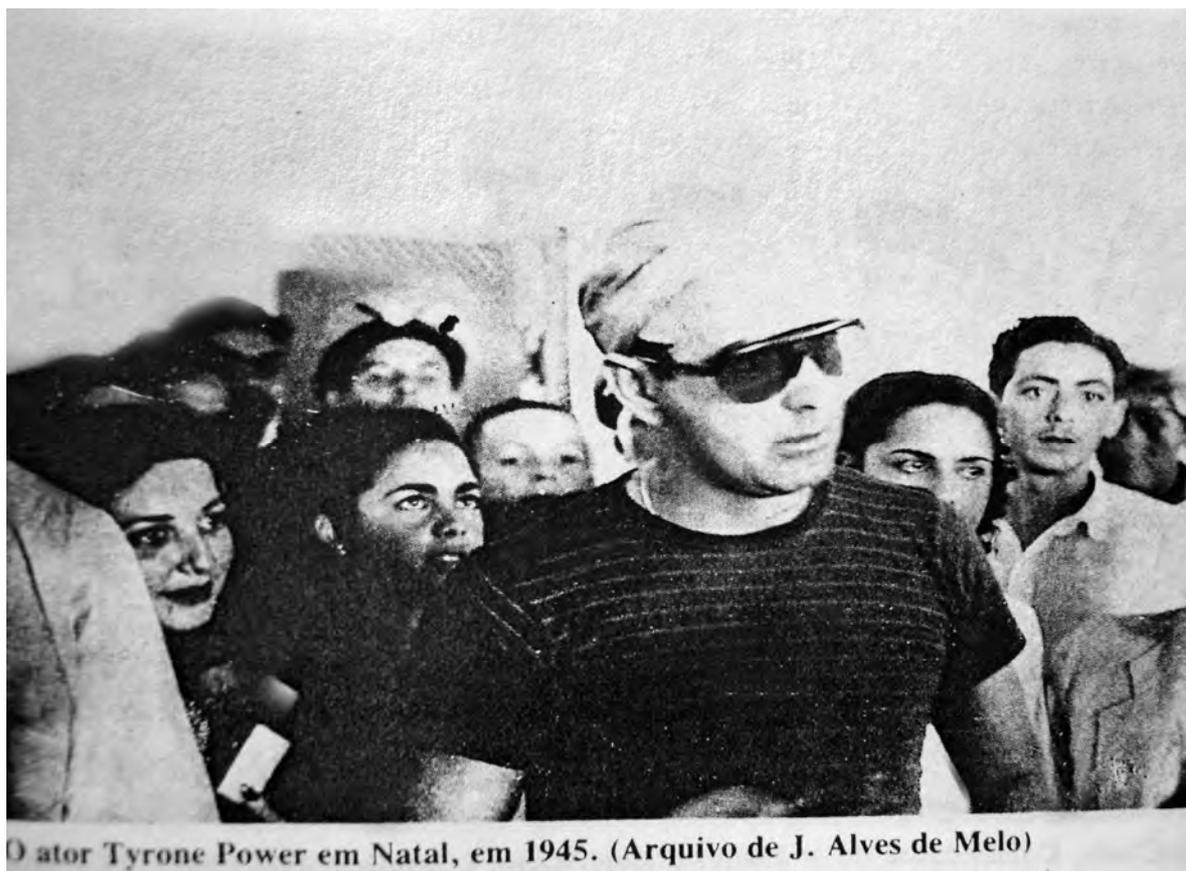
---

<sup>334</sup> MELO, Protásio Pinheiro. Op. Cit.

<sup>335</sup> Depoimento de Nei Leandro de Castro, jornalista e poeta In: MELO, Protásio Pinheiro. Op. Cit.

<sup>336</sup> Depoimento de Nei Leandro de Castro, jornalista e poeta In: MELO, Protásio Pinheiro. Op. Cit.

<sup>337</sup> FRANÇA. Aderbal. Urca-Tupi em Natal. **A República**, Natal, 2 jul. 1943g.



**Figura 34** - Ator Tyrone Power em Natal.  
Acervo J. Alves de Melo.  
Fonte: Diário de Natal.

A programação de shows intensificou na cidade e acontecia tanto nos clubes locais como nos estadunidenses. A cidade passou a ser freqüentada por artistas famosos, que se exibiam prioritariamente na Base de Parnamirim Field e nos USO's, porém, eventualmente, se apresentavam nas unidades militares brasileiras (EM NATAL..., 1944)<sup>338</sup>. Posteriormente, a partir de junho de 1944 (NOVA..., 1944)<sup>339</sup>, a direção dos clubes também começou a contratar artistas brasileiros e locais para seus espetáculos.

Ao longo de 1944, os USO's trouxeram para Natal artistas do cinema e do rádio, como Tyrone Power, Humphrey Bogart, Nelson Eddy, Jack Benny, Larry

<sup>338</sup> Os primeiros grupos brasileiros contratados foram os Cassinos da Urca e Icaraí do Rio de Janeiro In: EM NATAL, artistas dos cassinos da Urca e Icaraí: exibições para os soldados de terra, mar e ar sediados nesta capital. **A República**, Natal, 31 out. 1944.

<sup>339</sup> NOVA fase de realizações para os USO Clubs: para um melhor entendimento – Programas de intercâmbio brasileiro-americano – O apoio da Rádio Educadora – Fala-nos Miss Gertrude Dondero, alta funcionária dessa organização, em Nova York. **A República**, Natal, 4 jun. 1944.

Adams, Ann Lee, Winnie Shaw, Marlene Dietrich, Tommy Dorsey e a Orquestra de Glenn Miller. Nestes casos, os shows eram exibidos no Teatro da Base Aérea Estadunidense, no “Wing Headquarters Squadron”, e, em geral, o Jornal A República apenas fazia a divulgação do espetáculo. Em todos eles, no entanto, eram convidadas as “autoridades civis e militares e grande número de pessoas da sociedade” (A FESTA..., 1943, p.8)<sup>340</sup>, quando eram distribuídos convites e disponibilizados transportes a partir “da sede da Cruz Vermelha Brasileira, junto ao Rex”, na Avenida Rio Branco, Cidade Alta (A FESTA..., 1943, p.8)<sup>341</sup>.

Na cidade, além dos tradicionais Aero Clube e Teatro Carlos Gomes, surgiram o Cassino Natal, o Círculo Militar, o Clube Hípico de Natal. Todos integravam uma “cadeia de promoções” e ofereciam sucessivas festas e bailes. O Cassino Natal, que foi inaugurado a 20 de outubro de 1943, estava localizado vizinho ao Grande Hotel e promovia reuniões sociais e shows. Era tido como um espaço luxuoso, onde as pessoas freqüentavam vestidas a rigor. O Circulo Militar era o clube das Forças Armadas Nacionais, que fora organizado pelas diversas Guarnições Militares do país e tinha como objetivo “criar e manter um ambiente social, promovendo reuniões familiares e festividades”, assim como contribuir com “o espírito de cordialidade entre os oficiais das várias armas e suas famílias” (FRANÇA, 1944c, p.7)<sup>342</sup>. Suas atividades eram basicamente bailes que ocorriam no Aero Clube.

E, por último, o Clube Hípico de Natal, que estava localizado na Estrada de Parnamirim e foi criado para promover provas hípicas e congregar as elites da cidade e a oficialidade das forças armadas brasileiras e estadunidenses. Foi inaugurado apenas com as instalações do salão de festas, mas previa a construção de um parque esportivo com quadras (tênis e voleibol) e piscinas. Para Danilo (1944d, p.7)<sup>343</sup>, tratava-se de uma “porta de um novo progresso” que poderia atrair “impressões diferentes para os turistas que passa[ss]em pela estrada do Tirol em busca de sensações”. Na festa de inauguração, a programação foi organizada pelo USO Town Club. Nesta foi organizada uma demonstração da “Caça à Raposa”, uma atividade esportiva que, posteriormente, passou a ser “praticada pelas elites,

---

<sup>340</sup> A FESTA de hoje em Parnamirim. **A República**, Natal, 22 dez. 1943.

<sup>341</sup> Idem.

<sup>342</sup> DANILO (Aderbal de França). Círculo militar. **A República**, Natal, 31 mar. 1944c.

<sup>343</sup> DANILO (Aderbal de França). O hipismo em Natal. **A República**, Natal, 23 mar. 1944d.

particularmente nas confraternizações com as tropas americanas” (CONFÚCIO, 1944, p.7)<sup>344</sup>.

Segundo Smith Junior (1992, p.183)<sup>345</sup>, no início de 1945, o USO também montou uma casa de praia em Ponta Negra com uma cantina que oferecia aos banhistas, militares e membros das elites locais, equipamentos de praia, jogos, material para leitura e escrita.

A Cidade do Natal virou uma cidade de festa e suas elites se desdobravam para estar presentes nas inúmeras atividades dos clubes da Ribeira, Petrópolis, Tirol e Parnamirim.

---

<sup>344</sup> CONFÚCIO. Club Hípico de Natal. **A República**, Natal, 5 abr. 1944.

<sup>345</sup> SMITH JUNIOR, Clyde. Op. Cit.

## 6 A CIDADE SOB OS EFEITOS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

No final de 1944, consolidou-se o declínio da importância da Cidade do Natal no cenário mundial de guerra. Segundo Smith Junior (1992, p.158)<sup>346</sup>, nesse momento, a preocupação do Governo Estadunidense era “ajudar Natal a não sofrer um colapso econômico depois da retirada das forças americanas”. Uma das possibilidades levantadas era acordar com as empresas de aviação civil estadunidenses duas rotas permanentes com escalas no aeroporto de Parnamirim (Natal-Paris e Natal-Cidade do Cabo), além das rotas da América do Sul.

Também a conjuntura política brasileira apresentava-se confusa. Era evidente o esgotamento da Era Vargas e do Estado Novo. A falência da ditadura desdobrou-se no ressurgimento das articulações nacionais que apontavam para o retorno à democracia com a reorganização de partidos políticos (UDN e PSD) e com o lançamento de candidatos à Presidência da República, cujas eleições ocorreram em abril de 1945.

Em Natal, apesar da aparente boa relação que havia sido estabelecida entre as elites locais e os oficiais estadunidenses, estes últimos demonstravam suas insatisfações com as autoridades locais em relatórios internos. A principal queixa era dirigida ao Interventor Federal do Rio Grande do Norte, General Antônio Fernandes Dantas<sup>347</sup>, que, segundo Smith Junior (1992)<sup>348</sup>, era questionado pelo enriquecimento que tivera às custas do Estado, sua sociedade no Cassino Natal e a retirada de renda que fazia no arrendamento do Grande Hotel, assim como as contratações familiares realizadas por seu Governo.

Este era o cenário que se vivia no final da Segunda Guerra Mundial, que, posteriormente, se desdobraria em mudanças e rearranjos entre os membros das elites da cidade, na retirada das forças militares, nas transformações que se

---

<sup>346</sup> SMITH JUNIOR, Clyde. **Trampolim para a vitória**: os americanos em Natal-RN/Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Natal/UFRN: EDUFRN, 1992.

<sup>347</sup> O Governo do Estado Novo costumava nomear interventores oriundos de outros estados para representá-los nas diversas unidades federativas do Brasil. No entanto, o Estado do Rio Grande do Norte, após a saída do General Rafael Fernandes de Gurjão em julho de 1943, manteve sua direção sob a responsabilidade de outro norte-riograndense. Este era o General Antônio Fernandes de Gurjão, nascido na cidade de Caicó e cujo governo ocorreu de julho de 1943 a agosto de 1945.

<sup>348</sup> O primeiro ato oficial do Interventor General Antônio Fernandes Dantas “foi aumentar seus próprios vencimentos de U\$ 200 para U\$ 500 por mês, equivalente à moeda corrente americana”. In SMITH JUNIOR, Clyde. Op. Cit.

operaram na cidade, nas dificuldades, conflitos e conseqüências que precisariam ser mais bem avaliadas posteriormente. O que a cidade viveu por razões externas, alterou sua dinâmica urbana e provocou grande impacto na vida das elites e dos moradores. O período da Segunda Guerra Mundial havia promovido, pela primeira vez, um rápido crescimento da cidade, porém este se manifestou em contradições e em crises. A administração da cidade, sobressaltada pela surpresa, teve que enfrentá-las.

A partir de 1942, a vida na Cidade do Natal, para além das novidades e festividades, foi marcada também pela carestia e inflação, colapso do sistema de transporte e abastecimento de água, crise de abastecimento de gêneros alimentícios e racionamento de combustíveis, falta de habitação para atender à demanda instalada e, conseqüentemente, pela especulação imobiliária.

## 6.1 O CRESCIMENTO POPULACIONAL DA CIDADE

### 6.1.1 Crise habitacional e especulação imobiliária

Além dos militares e do novo pessoal administrativo e burocrático que se instalaram na Cidade do Natal, milhares de outros interessados chegaram para residir e buscar melhores condições de vida.

De uma maneira geral, as cidades brasileiras passavam por transformações intensas, principalmente como conseqüência do processo de industrialização que o país vivia na década de 30 do século XX. Diante desse crescimento, o Governo Federal instituiu uma política habitacional para atender, especialmente, aos funcionários públicos e trabalhadores da indústria emergente, estabelecendo linhas de créditos para entidades representativas, que se organizavam naquele momento. A migração instalou uma crise habitacional nos diversos centros urbanos e o Presidente da República editou vários decretos-leis regulamentando o mercado imobiliário – especialmente a lei do inquilinato – Decreto-Lei 4.598/1942.

O Governo do Estado Novo pretendia resolver questões como alimentação, habitação e educação (RIBEIRO, 1996)<sup>349</sup> e, naquele momento, diante de suas iniciativas, os jornalistas do Jornal A República discutiu a solução para o problema local à luz do caso da Capital Federal, que era a situação que lhes parecia mais grave. Nesse aspecto, observavam o funcionamento do mercado imobiliário e as várias estratégias para enfrentar à crise. Os agentes imobiliários agiam com “voracidade” para obter mais lucros e estavam sempre por adotar “esse ou aquele ardil para burlar essa nova lei do inquilinato” (AINDA..., 1943, p.8)<sup>350</sup>. Na compreensão das elites locais, o caso de Natal era diferente, pois eram elas próprias, cúmplices e pertencentes ao Governo que teria que apresentar soluções para a falta de habitação da cidade.

Embora não admitissem as semelhanças entre as atitudes dos proprietários de imóveis locais, o jornal destacou que os grandes comerciantes locais começavam a investir na construção de casas para alugar e que estas proliferavam em todos os bairros:

Todos os bairros natalenses tem renovado as suas fisionomias. Os velhos corredores e as avenidas desertas, os becos tradicionais, os sítios imensos e as chácaras sombrias – tudo se modifica. Petrópolis deixou para a história os “picnics” [...], Tirol ressurgiu dos grandes quarteirões e das suas areias esfalfantes, Alecrim transpôs os degraus do avanço rápido. Por toda parte casas luxuosas, modernas, confortáveis se ergueram, avenidas se abriram, calçamentos enfrentaram as extensões do tráfego (FRANÇA, 1943I, p.6)<sup>351</sup>.

As novas construções proliferavam nos terrenos vazios das áreas suburbanas e periferia e estruturavam novas avenidas. As iniciativas individuais eram festejadas pelo Governo, pois este não dispunha de recursos para investir em habitação. A questão da habitação, nos anos de 1940, era problema novo, que

---

<sup>349</sup> RIBEIRO, Luiz César de Q; PECHMAN, Robert (Orgs.). **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

<sup>350</sup> AINDA o aumento de aluguéis. **A República**, Natal, 20 jan. 1943.

<sup>351</sup> FRANÇA. Aderbal. Casas novas da cidade. **A República**, Natal, 23 set. 1943I.

demandava tempo para ser compreendido e ainda não se tornara uma obrigação do Estado.

A imprensa local acompanhava o crescimento desenfreado da cidade e estimava que a Cidade do Natal já contava, em 1942, com aproximadamente 54 mil habitantes (FRANÇA, 1942a)<sup>352</sup>. A velocidade como afluía a nova população a deixava, em certos aspectos, apreensiva, pois entre 1942 e 1944 a estimativa aumentou para “nada menos de 70 mil almas, podendo calcular mesmo em 80 mil a sua população” (NATAL..., 1944, p.5)<sup>353</sup>. As reações das elites eram naturalmente de surpresa diante de incremento populacional de 60% em tão pouco tempo. Porém, esse fato também era festejado, pois nunca haviam observado esse crescimento na cidade.

O editorial do Jornal A República confirmou a compreensão de que a cidade havia se tornara definitivamente “a mais importante encruzilhada do mundo”, uma “escala indispensável nas rotas aéreas internacionais”, que em cinco anos deixou de ser provinciana e se expandiu “despreocupadamente”:

No ano próximo findo verificou-se um “record” na construção de casas residenciais e outros edifícios em Natal. O último “record” cabia ao ano anterior, que sobrepujara o de 1941. Isso, todavia, não representa nada. É quase natural que assim aconteça em uma cidade em plena fase de desenvolvimento. O importante, porém, é que o número de construções em 1943 foi superior ao duplo daquele verificado em 1942, que por sua vez, superou em quase isso ao de 1941. [...]. Em dezembro de 1943 foi concluído um número de casas superior ao total das construções em 1933 ou 1934. E esse ritmo continua progressivo. Por aí se conclui facilmente de como aumentaram as necessidades, nesse particular, em Natal. Porém há uma coisa ainda. Já há dois anos que uma das coisas mais difíceis, senão a mais difícil na cidade, é obter-se uma casa para alugar, onde quer que seja. O meio mais certo é comprar o terreno e construir, o que não é possível a qualquer um porque dentro de três ou quatro meses necessários para isso não é absolutamente provável que se

---

<sup>352</sup> FRANÇA. Aderbal. Quantos habitantes tem Natal? **A República**, Natal, 13 jan. 1942a.

<sup>353</sup> NATAL, encruzilhada do mundo. **A República**, Natal, 19 abr. 1944.

obtenha uma outra. Os hotéis e pensões vivem superlotados (NATAL..., 1944, p.5)<sup>354</sup>.

Em poucos anos, havia duplicado o número de habitações e, mesmo assim, não atendia à demanda existente que aumentava progressivamente. Os aluguéis foram inflacionados e cobrava-se pela pouca disponibilidade de unidades no mercado local. O Governo também perdeu o controle sobre os visitantes. Até aquele momento, tratava como convidados a maioria dos que chegavam à cidade, porém com o seu desmedido aumento, esse tratamento tornou-se inviável. Não existia disponibilidade de vagas nos hotéis, mesmo considerando que o Grande Hotel estava funcionando, pois este “cedo se tornou pequeno [...]. Multiplicaram-se as pensões e ainda são poucas. A população aumentou mais do que se esperava” (FRANÇA, 1943a, p.7)<sup>355</sup>.

As hospedarias se multiplicavam e eram consideradas inadequadas. Seus proprietários, além da péssima qualidade que ofereciam, ainda especulavam indevidamente, tornando o negócio uma fonte de enriquecimento rápido (FRANÇA, 1943e)<sup>356</sup>.

A desorganização que se vivia na cidade era atribuída ao estado de guerra: os valores cobrados, a tendência inflacionária e demais dificuldades de abastecimento, conforme se percebe na crônica abaixo:

Antigas casas da cidade, muitas vezes consertadas, [...], sem conforto, que custaram ao cidadão bem intencionado apenas uma oportunidade de comprar barato ou construir sem grande despesa, subiram da condição inferior em que se achavam para serem cotadas como concorrentes na corrida dos preços de aluguel de casas de luxo ou de feição moderna. De oitenta ou cem mil réis por mês, subiram a quinhentos ou oitocentos ou mil cruzeiros. Nem necessitou mudar de inquilino, porque a vítima se submeteu para não

---

<sup>354</sup> NATAL, encruzilhada do mundo. **A República**, Natal, 19 abr. 1944.

<sup>355</sup> FRANÇA. Aderbal. Peça licença... **A República**, Natal, 23 jan. 1943a.

<sup>356</sup> FRANÇA. Aderbal. O Hotel Central. **A República**, Natal, 03 abr. 1943e.

perder a casa a pagar por fora os tantos mais que lhe foram exigidos...

Surgiu assim, o terrível problema doméstico do aluguel de casa para as classes médias, [...]. Coisas do tempo e das circunstâncias da guerra. O ambicioso faz a sua indústria adaptando em si o caráter que apanhou nos caminhos da má fraternidade. E é assim que proprietários milionários estão valorizando as suas “defesas” burlando a lei do Estado e a lei do sentimento humano... (FRANÇA, 1945a, p.11)<sup>357</sup>.

A parcela mais atingida pela crise foram definitivamente as classes médias que ainda não dispunham de recursos para adquirir sua casa própria. A situação atingia níveis absurdos que alguns oficiais militares que foram “transferidos de longe e que precisavam trazer as famílias viam-se diante de graves problemas de moradia. Natal, cidade pequena, não tinha residências suficientes para a população adventícia” (MELO, 2003, p.76)<sup>358</sup>. Antigos moradores de casas alugadas eram chamados a desocupá-las para que seus proprietários pudessem alugar por preços mais compatíveis com o mercado.

A entrada em circulação da moeda estadunidense também modificou radicalmente as referências locais. Segundo Smith Junior (1992, p. 78-9), “as melhores casas da cidade, geralmente mobiliadas, cobravam o aluguel inicial de quatrocentos mil-réis ou vinte dólares por mês. Posteriormente, o preço pulou para duzentos dólares por uma casa não mobiliada”.

O despreparo da capital potiguar para absorver essa atividade e estes contingentes faz-se de imediato, principalmente nos aspectos ligados ao abastecimento, disponibilidade de moradias, infraestrutura urbana (transportes, hotéis, pensões), custo de vida e defesa civil (CLEMENTINO, 1995, p.215)<sup>359</sup>.

---

<sup>357</sup> FRANÇA, Aderbal. Quanto vale um mocambo. **A República**, Natal, 10 jan. 1945a.

<sup>358</sup> MELO, João Wilson Mendes. **A Cidade e o trampolim**. Natal: Sebo Vermelho, 2003.

<sup>359</sup> CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **Economia e modernização: o Rio Grande do Norte nos anos 70**. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

Para Clementino (1995, p. 221), os efeitos da Segunda Guerra Mundial em Natal definitivamente não podem ser comparados a outras cidades nordestinas, como Recife e Belém, “mesmo que as proporções da ocupação tenham sido maiores naquelas cidades, seu passado histórico e sua funcionalidade na dinâmica regional/estadual são completamente distintas do papel desempenhado por Natal”. Enfim, a Capital do Rio Grande do Norte não estava preparada para viver o que viveu.

### 6.1.2 A chegada dos indigentes (flagelados da seca)

A previsão da grande seca no interior nordestino foi anunciada em abril de 1942. Em anos anteriores, embora não tivesse uma atividade econômica que pudesse absorvê-los, eventualmente a cidade do Natal atraía os retirantes. No início dos anos 1940, as notícias sobre a movimentação da construção civil e a oferta de empregos domésticos motivaram o deslocamento de milhares de flagelados e a situação na capital tornou-se grave e exigiu rápidas providências, particularmente ocupação e assistência social para a população que chegava e se instalava nas suas ruas.

O Governo do Estado criou a Comissão Central de Assistência aos Flagelados, dentro da qual “todos os assuntos seriam tratados em seus detalhes, com a organização das subcomissões e divisão da cidade em setores de atividades” (CAMPANHA..., 1942, p.1)<sup>360</sup>. Em geral, costumava-se esperar por providências externas e, principalmente, depender de recursos federais para investir nas soluções necessárias, principalmente recursos para obras físicas – frentes de trabalhos no interior para desviar a rota de destino dos migrantes, antes que estes chegassem à capital (O GOVERNO..., 1942)<sup>361</sup>:

---

<sup>360</sup> CAMPANHA de Assistência aos Flagelados: como decorreu a reunião de ontem no Palácio do Governo – importantes medidas para socorro às vítimas da seca – um telegrama do interventor do Rio Grande do Norte ao Dr. Aldo Fernandes – reúne-se hoje, às 14 horas, a Comissão Central. **A República**. Natal, 14 abr. 1942.

<sup>361</sup> O GOVERNO e as populações flageladas. **A República**. Natal, 19 abr. 1942.

Natal está efetivamente cheia de famintos, estendidos nas calçadas ou perambulando pelas ruas, extremamente rotos e sujos, numa demonstração pungente e viva da miséria a que estão reduzidos. Entretanto, essa situação será reprimida. Já estão sendo tomadas providências enérgicas neste sentido. Todos os flagelados vindos do interior que chegarem a Natal serão localizados em campos onde receberão o alimento necessário e onde prestarão trabalho (MEDIDAS..., 1942, p.3)<sup>362</sup>.

A intendência Estadual precisava se municiar para enfrentar outra guerra: a guerra contra a fome e contra as restrições. Não interessava aos grupos dirigentes da cidade que homens, mulheres e crianças desnudados expusessem suas misérias na capital, que se espalhassem pelas ruas e batessem às suas portas, assim como não mostrassem a miséria social aos militares estadunidenses. Para isso, tratou de construir abrigos, determinou que a polícia impedisse a entrada dos que chegavam e os recolhessem a lugares improvisados. Estes eram barracões, construídos na periferia distante da capital, lugares isolados onde os flagelados eram retidos e forçados a se manterem afastados da área urbana:

A concentração das vítimas da seca evitará que se repitam os abusos até ontem verificados, e nesse sentido a Polícia tomará enérgicas medidas de repressão, não consentindo que continue o espetáculo constrangedor de que vínhamos sendo testemunhas. [...]. Com estas providências o problema encontrou a sua solução mais lógica e eficiente (AVISOS..., 1942, p.1)<sup>363</sup>.

O abrigo dos flagelados fica num descampado longínquo da cidade, no imenso areal do Alecrim. [...]. É um longo empalhado de emergência, uma morada de caráter absolutamente provisório. Nas suas divisões internas passaram a respirar os emigrantes do sertão, acossados pela falta de culturas, de trabalho, de esperanças, de

---

<sup>362</sup> MEDIDAS necessárias. **A República**. Natal, 24 abr. 1942.

<sup>363</sup> AVISOS à população. Construídos os abrigos para os flagelados: apelo à população. **A República**. Natal, 07 maio. 1942.

chuvas. Não é tão grande a capacidade do abrigo (FRANÇA, 1942e, p.8)<sup>364</sup>.

O espetáculo que os pobres, mendigos e famintos promoviam ao encherem as ruas pedindo esmolas assustava as elites. Estas sentiam-se constrangidas de expor aquele quadro social diante dos militares estrangeiros. A multidão, formada por pessoas estranhas, espalhava-se indiscriminadamente por todos os bairros em busca de emprego e de comida. Para França (1942e, p.8)<sup>365</sup>, era importante que o Governo livrasse a população residente da cena “ridícula” e “escandalosa”, mesmo que se utilizasse de soluções improvisadas, mesmo que os abrigos tivessem aspectos de campos de concentração. Os primeiros ficavam no meio de um areal e dispunham de comida suficiente para satisfazer a fome de famintos, além de atendimento médico e assistência social. Ao seu redor, a polícia os guardaria, impedindo que voltassem às ruas da capital. Sua estrutura, no entanto, logo se mostrou insuficiente e parte dos abrigados voltou a freqüentar as ruas.

Apesar das dificuldades, o Governo do Estado continuou a improvisar mais abrigos e a reforçar a segurança ao redor da cidade, enquanto iniciava a construção definitiva dos abrigos nas proximidades do bairro do Alecrim.

Enquanto ainda não havia se tornado uma multidão, os indigentes foram absorvidos nas construções militares e civis como empregados temporários, particularmente na construção da estrada Parnamirim Road, cuja mão-de-obra não necessitava de grandes qualificações. E mesmo nesse início, já se observou algumas manifestações no Jornal A República que revelavam a preocupação das elites com a divisão dos gêneros alimentícios, pois estes começavam a escassear nos mercados da cidade (FRANÇA, 1942a)<sup>366</sup>. Além da guerra que se desenvolvia na Europa, as notícias também informavam sobre a possibilidade de a cidade conviver com uma convulsão social violenta, a qual já era percebida em algumas cidades do interior do Estado, onde os flagelados deixavam um rastro de vandalismos, assaltos, saques ao comércio e alguns óbitos.

---

<sup>364</sup> FRANÇA. Aderbal, Os quadros da seca. **A República**. Natal, 17 maio. 1942e.

<sup>365</sup> FRANÇA. Aderbal. Os quadros da seca. **A República**. Natal, 17 maio. 1942e.

<sup>366</sup> FRANÇA. Aderbal. Op. Cit, 12 jan. 1942a.

## 6.2 AS CRISES ESTRUTURAIS E DE ABASTECIMENTO

### 6.2.1 Racionamento de gêneros alimentícios

A crise de abastecimento na cidade se agravou progressivamente com o passar dos primeiros anos da guerra. Esta havia recebido muitos moradores e a mercadoria disponível no comércio tornou-se insuficiente para atender à demanda existente. Faltava comida, os comerciantes aumentavam abusivamente os preços dos produtos, tirando proveito da escassez de produtos, e previam o racionamento de alimentos.

Onde não chegou o bombardeio, a invasão, o peso da desgraça, está dominando a apreensão, a intranqüilidade, a dúvida da investida [...]. O racionamento doméstico está virtualmente atingindo o corpo na sua própria vitalidade orgânica. E se dentro de casa tudo é medido e contado, a carestia já impôs lá fora, nos locais das feiras, nos balcões das mercearias, o princípio da cautela econômica e das incertezas do dia seguinte. Pois se as rendas não crescem e até diminuem, a moeda é a advertência de todas as horas diante de três fatores da atualidade nordestina: guerra, seca e carestia (FRANÇA, 1942i, p.8)<sup>367</sup>.

Os moradores procuravam se adaptar rapidamente à conjuntura. No país inteiro, a guerra conseguiu afetar a economia, a produção e a circulação de mercadoria e modificou a vida da população. Com a crise especulativa, o Estado Novo editou a Lei da Economia Popular e criou uma estrutura administrativa para ajudar às Intendências Estaduais, como as Comissões de Abastecimento e de Tabelação, além dos órgãos de controle – delegacias policiais e a Delegacia de Ordem Social, e tribunais de segurança – setores e um corpo técnico para fiscalizar

---

<sup>367</sup> FRANÇA. Aderbal. Guerra, seca e carestia. **A República**. Natal, 17 abr. 1942i.

e punir aos infratores (COMISSÃO..., 1942)<sup>368</sup>. O Ministério da Agricultura criou o programa “Batalha da Produção”, que tinha por objetivo orientar e financiar a diversificação e a expansão da produção de gêneros de primeira necessidade. No Rio Grande do Norte, o programa investiu em diversos municípios litorâneos – desde o município de Ceará-Mirim, ao norte da capital, até a fronteira com o Estado da Paraíba, ao sul – e distribuiu sementes e incentivos financeiros para o plantio. Nas proximidades da capital, financiou a desobstrução de rios<sup>369</sup> e estimulou o aproveitamento das terras altas para pastos e criação de animais. Diante das dificuldades, aconselhava:

[...] que a população adote certa parcimônia no gasto de artigos e comestíveis que não produzimos e que irão se tornar escassos. Só poderemos contar ao certo com feijão, farinha, milho, carne, verduras, leite, açúcar, batatas doces, macaxeira, jerimum, o que, afinal, ainda compõem ótimos cardápios (NÃO HÁ..., 1942, p.3)<sup>370</sup>.

A crise impunha uma reeducação alimentar mesmo antes da falta de comida, o que ocorreu na segunda metade de 1942 quando chegaram os maiores contingentes militares estrangeiros. Nesse período, faltavam os produtos e os comerciantes especulavam, visando sempre a obtenção de mais lucros, particularmente quando os clientes eram militares estadunidenses que não tinham referência dos valores locais. E, diante da constância como estes acorriam aos mercados, os preços locais dos produtos foram perdendo sua relação com o valor real e ficaram inflacionados (CONTRA..., 1942)<sup>371</sup>:

---

<sup>368</sup> COMISSÃO Central de Abastecimento. **A República**. Natal, 28 ago.1942.

<sup>369</sup> Nesse período foram desobstruídos os rios Pitimbú e Cajupiranga e drenada as lagoas de Papari (atual Lagoa do Bonfim), do Jiqui e de Extremoz.

<sup>370</sup> NÃO HÁ dúvidas em que o abastecimento de cereais será conseguido nesta capital. **A República**, Natal, 01 set. 1942.

<sup>371</sup> CONTRA a especulação. **A República**, Natal, 17 jul. 1942.

Num confronto dos preços atuais com os de há dois anos, temos uma diferença para mais, verdadeiramente alarmante, principalmente naquilo cuja aquisição não podemos dispensar em obediência às leis fisiológicas. Os gêneros de primeira necessidade sofreram um pulo de elevador. E continuando a maioria das populações com o mesmo padrão de vida, a existência vem sendo um verdadeiro ato de malabarismo... (FILGUEIRA FILHO, 1943b, p.11)<sup>372</sup>.

A Interventoria Estadual passou a impor uma fiscalização para que se cumprisse o tabelamento de preços, exigiu o cumprimento da legislação, regulou a venda e o fornecimento de mercadorias, limitou os preços admitidos e, em alguns casos, estabeleceu limites para sua elevação (A ALTA..., 1942, p.3)<sup>373</sup>. Por outro lado, o comércio da cidade não dispunha de armazéns, frigorífico ou depósito apropriado para guardar alimentos não perecíveis ou outros produtos, nos quais pudessem prevenir ou retardar sua falta. A situação exigia ações administrativas firmes, uma vez que o Governo brasileiro precisava garantir o abastecimento das forças armadas aquarteladas na cidade, especialmente para os militares estadunidenses.

Por isso, o abastecimento das bases militares na cidade era prioridade. Segundo o Jornal A República (O ABASTECIMENTO..., 1943)<sup>374</sup>, através da Comissão de Tabelamento e a Delegacia de Ordem Social, e apoiado na legislação nacional, a Intendência Estadual mandou averiguar os estoques existentes e mapear a produção do interior para estimular seu remanejamento para a capital. E, com tudo disso, a população da cidade sentiu as conseqüências da falta de comida:

De manhã, a caminho das minhas ocupações, levo de casa a impressão renovada das dificuldades domésticas. Giram na memória as lembranças da carne verde exposta aos últimos fregueses, as mercearias cheias, os navios descarregando, os preços razoáveis.

---

<sup>372</sup> FILGUEIRA FILHO. Contra a ganância dos aproveitadores. **A República**, Natal, 26 jan. 1943b.

<sup>373</sup> A ALTA de preços de material construção: a repercussão na imprensa carioca de um decreto do governo deste Estado. **A República**, Natal, 03 jul. 1942.

<sup>374</sup> O ABASTECIMENTO do leite. **A República**. Natal, 14 jan. 1943.

No centro dessa gravitação o peso da vida atual, da falta de alimentos, do queixume epidêmico, da insuficiência dos recursos para a obtenção do que se necessita. A cidade, que era pequena, cresceu e cresceu muito, é um novo mundo. Novidades de toda sorte, e sobre todas as novidades, a mais impressionante delas – a da falta de gêneros (FRANÇA, 1943b, p.7)<sup>375</sup>.

Nos mercados desapareceram: carne verde, carne de charque, leite, pão, manteiga, feijão, arroz, farinha de trigo (O ABASTECIMENTO..., 1943)<sup>376</sup> e não havia previsão a curto prazo para abastecê-los. A Comissão Brasileiro-Americana de Gêneros Alimentícios, que foi criada para garantir o abastecimento e a subsistência das Forças Armadas Aliadas sediadas em solo brasileiro, considerou que a situação do Estado do Rio Grande do Norte era uma das mais graves no Brasil<sup>377</sup>.

Além de haver sido escasso o inverno, vários outros fatores atuaram para o decréscimo da produção, tais como: o desvio de trabalhadores em grande número para a exploração de minérios, estando cerca de dez mil homens a exercer suas atividades nesse rendoso setor; os trabalhos militares ocupando, por necessidades impreteríveis, outro número de braços que não é necessário revelar (QUASE..., 1943, p.1)<sup>378</sup>.

---

<sup>375</sup> FRANÇA. Aderbal. Entre a ventura e o desengano. **A República**. Natal, 18 fev. 1943b.

<sup>376</sup> O ABASTECIMENTO de carne verde à capital: o Prefeito Mário E. Lira, presidente da Comissão Municipal de Preços é encarregado pelo Interventor Federal de requisitar gado de corte necessário para o consumo, dá A República informações sobre a sua atuação – Nova reunião da Comissão Municipal – A situação em outras capitais segundo está informado o Prefeito interino.. **A República**. Natal, 19 fev.1943.

<sup>377</sup> A Comissão Brasileiro-Americana de Gêneros Alimentícios era a responsável por garantir o abastecimento alimentar das bases militares através de programas de incremento à agricultura, à pecuária, à horticultura e demais setores da produção de gêneros de primeira necessidade, e era formada por técnicos brasileiros e estadunidenses. Sua formação deu-se através de um convênio de cooperação internacional. In PRODUÇÃO. **A República**. Natal, 15 ago. 1943.

<sup>378</sup> QUASE 200 mil mudas de bananeiras já foram plantadas no Rio Grande do Norte. *I A República*. Natal, 13 jun. 1943.

A mão-de-obra da região, que poderia estar trabalhando na agricultura desenvolvida nas regiões úmidas, estava sendo absorvida pelas construções militares<sup>379</sup>, e diante desta constatação, a Comissão decidiu investir na cidade por meio da construção de aviários e pocilgas, e nas suas redondezas financiando a plantação extensiva de frutas nos vales úmidos dos rios e a instalação de grandes hortas planejadas (QUASE..., 1943)<sup>380</sup>. Uma das alternativas planejadas foi a implantação de hortas residenciais, no entanto esta foi descartada porque a Cidade do Natal também começava a enfrentar dificuldades no abastecimento de água. De qualquer maneira, iniciativas individuais de hortas tiveram êxito na própria capital, particularmente nas proximidades da Lagoa Seca:

Sob árvores antigas, descemos até a lagoa que muita gente desconhece. As lavadeiras estendiam nas suas margens as peças batidas no afã cotidiano. Enquanto subia por todos os lados o panorama verde, num quadro em que a natureza pródiga caprichou. [...]. Plena produção, ao lado de exuberantes sementeiras, folhas e frutos se confundiam, cada espécie nos longos limites dos seus terrenos (FRANÇA, 1943i, p.6)<sup>381</sup>.

A Lagoa Seca era uma pequena lagoa situada na periferia do bairro do Alecrim. As terras foram preparadas sem alardes e quando sua produção se tornou conhecida<sup>382</sup> resolveu momentaneamente a carestia da cidade. Apesar da existência dos transportes ferroviários que interligavam o Rio Grande do Norte aos Estados de Pernambuco e da Paraíba, sua capital dependia fundamentalmente de navios e da produção do centro-sul do Brasil. Porém, com o bloqueio ao qual o Brasil estava submetido, o transporte de cabotagem estava suspenso.

---

<sup>379</sup> Na região do Seridó do Rio Grande do Norte, os estadunidenses estavam estimulando a exploração da chelita, minério utilizado pela indústria de armamentos.

<sup>380</sup> QUASE... Op. Cit, 13 jun. 1943.

<sup>381</sup> FRANÇA. Aderbal. Cultivando o solo. **A República**. Natal, 20 ago. 1943i.

<sup>382</sup> O proprietário não foi identificado pela matéria.

Ainda agora o Interventor Fernandes Dantas telegrafou à Comissão de Marinha Mercante, solicitando que esse órgão tomasse as devidas providências a fim de que um dos nossos navios de cabotagem conduzisse gêneros que já não existem no mercado do Rio Grande do Norte (O TRANSPORTE..., 1943, p.8)<sup>383</sup>.

O atendimento a esta demanda não teve regularidade. O comércio local dispunha de produtos por pequenos períodos e, além disso, mantinham os preços dos produtos cada vez mais altos. Em meados de 1943, os primeiros investimentos da Batalha da Produção começaram a ser colhidos e distribuídos. Destes, os primeiros que surgiram vieram da horta cultivada na Lagoa do Jiquí, dos aviários instalados na Lagoa Manoel Felipe e da pocilga construída em Parnamirim, próximo às Bases Aéreas. Suas produções foram destinadas prioritariamente para as bases militares e seu excedente distribuído nos mercados da capital. Apesar de insuficiente, o pouco que foi distribuído nos mercados supriu parcialmente as necessidades alimentares de parte da população (INAUGURAÇÃO..., 1944, p.3; INAUGURADA..., 1944, p.3; FRANÇA, 1943f)<sup>384</sup>.

Esse quadro de carestia só foi sanado no final de 1944, quando o transporte marítimo retomou a normalidade e os navios de cabotagem reiniciaram a abastecer o comércio da Cidade do Natal. Seu comércio foi sendo paulatinamente abastecido, porém os preços não retrocederam aos patamares anteriores.

## 6.2.2 Os transportes urbanos e o racionamento de combustível

Em 1942, a multidão de novos moradores que se instalou subitamente na Cidade do Natal era visível nas ruas. Os moradores antigos eram espremidos pela

---

<sup>383</sup> O TRANSPORTE de gêneros alimentícios para Natal: comentários do “Diário de Notícias” ao telegrama do Interventor Fernandes Dantas ao Presidente da Marinha Mercante. Agência Nacional *apud A República*. Natal, 27 out. 1943.

<sup>384</sup> INAUGURAÇÃO de melhoramentos em Jiqui. *A República*. Natal, 29 abr. 1944; INAUGURADA as instalações do Aviário do Jiqui: o ato teve a presença do Interventor Fernandes Dantas – Também inaugurada a pocilga – As solenidades. *Jornal A República*. Natal, 03 maio. 1944; FRANÇA. Aderbal. Nunca mais voltaram. *A República*. Natal, 27 jun. 1943f.

nova realidade e ficavam esperando que as providências fossem tomadas para amenizar seu incômodo. Para estes, parece ter se tornado difícil compreender a nova dinâmica. Anteriormente, foram informados que a cidade conquistaria o desenvolvimento, porém viam que esta havia se transformado em um caos, numa interrogação ou em uma cidade que não correspondia ao que havia sido planejado pelo Plano Geral de Obras. O crescimento da Cidade do Natal parecia estar sem controle e sem destino.

Além da situação de crise social que estavam convivendo, os antigos moradores da cidade sentiam as dificuldades de se locomoverem diante da precariedade do sistema de transporte existente, que se dava por meio dos bondes. O trânsito estava caótico e, diante dele, as elites avaliavam a necessidade de investimentos e de disciplinamento. O número de automóveis aumentou significativamente e, com isso, uma das primeiras iniciativas do Governo do Estado foi contratar a Expansão Jornalística Nacional<sup>385</sup> para promover a primeira Semana do Trânsito de Natal e ensinar aos moradores da cidade a se comportarem nas ruas.

Segundo o Jornal A República, no início de 1942, os desastres que envolviam os automóveis e os transeuntes se sucediam diariamente e, para a elite, suas causas podiam ser atribuídas desconhecimento generalizado a respeito dos procedimentos técnicos necessários à vida urbana (FRANÇA, 1942b)<sup>386</sup>. O cotidiano anterior não requeria regras ou conhecimento de condutas e sinais de trânsito, porém diante da “modernidade que conquistara”, os antigos hábitos utilizados nos espaços públicos haviam se tornado perigosos. A transformação da cidade foi processada bruscamente, “quase da noite para o dia”, e não permitiu, em tempo, compreensões e adaptações (OS VEÍCULOS..., 1942, p.3)<sup>387</sup>.

Enfim, o treinamento da Expansão Jornalística Nacional pretendeu ensinar as regras de trânsito. Para o Jornal A República, a velocidade da cidade parecia dificultar o aprendizado ou existiam sempre novos moradores que precisavam daquele aprendizado, por isso o problema tendia a se agravar. Além da chegada de várias unidades militares, brasileiras e estadunidenses, muitos operários e técnicos militares da construção civil e especialistas em diversos ramos

---

<sup>385</sup> Na pesquisa não foi encontradas referências ou informações sobre a instituição Expansão Jornalística Nacional.

<sup>386</sup> FRANÇA. Aderbal. Semana do trânsito. **A República**. Natal, 15 jan. 1942b.

<sup>387</sup> OS VEÍCULOS e os pedestres. **A República**. Natal, 13 fev. 1942.

profissionais e comerciantes vieram para fixar residência na cidade, sem considerar os grandes contingentes de desempregados e retirantes que chegavam a cada dia.

Parecia que os moradores da cidade viviam sob impacto de perceber que o desenvolvimento não estava se efetivando como suas elites haviam planejado. Para estas, fazia pouco tempo que festejavam o desenvolvimento com a conquista do saneamento das áreas centrais da cidade e com a construção do Grande Hotel. Uma parcela da população consumia os lançamentos mundial da indústria automobilística e contribuía para o aumento da frota local de carros de passeio e de alugueis. O automóvel tornou-se um dos objetos mais consumidos pelas elites locais e estes eram vendidos em lojas de propriedade de comerciantes da cidade.

Porém, logo após essa euforia, os consumidores desse meio de transporte foram surpreendidos pela notícia do racionamento de combustível que o Governo Federal decretou em meados de 1942.

O Brasil, que dependia do combustível produzido pelos Estados Unidos, teve que se adaptar à sua política de racionamento e seu anúncio repercutiu em todo o país. Imediatamente, o Governo Federal proibiu a circulação dos automóveis particulares e dos carros oficiais para economizar o gasto de combustíveis e controlar os estoques brasileiros. Além desse cumprimento, em Natal, o Governo do Estado criou a Comissão de Racionamento de Combustíveis para administrar o consumo de gasolina e querosene. Nesta cidade também, enquanto se esperava a diminuição do fluxo de automóveis nas ruas, inaugurou-se um período em que a circulação de veículos tornou-se mais intensa. Além dos bondes, dos primeiros ônibus que circulavam e da frota de carros de aluguel, a população passou a conviver com muitos automóveis das forças armadas.

Observou-se que o Jornal A República passou a noticiar o fluxo dos automóveis, o movimento nas ruas, o aumento da velocidade, assim como os sucessivos desastres automobilísticos, que ocorriam quase todos os dias com graves conseqüências. Nos meses de junho e julho de 1942 foram registradas mais de dez mortes por atropelamento e as causas eram atribuídas ao excesso de velocidade. “A estrada de Parnamirim, por exemplo, é uma verdadeira pista de corridas” e as ruas centrais “que se canalizam com aquela estrada, as disparadas são o normal dos automóveis e caminhões” (DESASTRES, 1943, p.3)<sup>388</sup>:

---

<sup>388</sup> DESASTRES. **A República**. Natal, 21 jul. 1943.

Dois pontos existem na cidade, em que tal abuso de permanência nas ruas se vem notando e fazendo sentir com maior freqüência e que exigem, por isso mesmo, uma melhor educação e um maior cuidado com a própria segurança individual. No cruzamento da Avenida Rio Branco com a rua João Pessoa e, ultimamente, no bairro do Alecrim, no cruzamento da Avenida Amaro Barreto com a rua Presidente Bandeira (VEÍCULOS..., 1944, p.1)<sup>389</sup>.

Os locais citados como mais críticos eram o centro da Cidade Alta e o centro do Alecrim e, em meados de 1944, para tentar resolver as dificuldades, o Chefe de Polícia Coronel Alexandre Moss dos Reis expediu oficialmente ao Comando Militar da Base Americana “solicitando providências para um melhor controle sobre os motoristas, com o fim de diminuir ou evitar o número de desastres” (RECOMENDAÇÕES..., 1944, p.3)<sup>390</sup>.

### 6.2.3 A falta de água

A Intendência Estadual e a Prefeitura da cidade também enfrentaram dificuldades com o aumento do consumo de água. Este começou a afetar o abastecimento do sistema construído pelo Escritório Saturnino de Brito que havia sido inaugurado em 1939 e previa a necessidade de expansão em dez anos de funcionamento. No início de 1943, apresentou os primeiros sinais de que não daria conta do consumo da cidade, caso esta continuasse crescendo no ritmo que adquiriu nos primeiros anos de guerra.

O crescimento populacional extrapolou todas as previsões do projeto inicial do Escritório, assim como antecipou a necessidade do Governo de promover a ampliação do sistema. O projeto indicou a localização dos terrenos que deveriam

---

<sup>389</sup> VEÍCULOS e pedestres. **A República**. Natal, 18 jan. 1944.

<sup>390</sup> RECOMENDAÇÕES sobre trânsito de veículos. **A República**. Natal, 15 abr.1944.

ser desapropriados para futuras perfurações e a estrutura necessária que deveria ser construída. Por sua vez, o governo adquiriu esses terrenos e o Jornal A República afirmou, nesse momento de crise, que os recursos já estavam providenciados para iniciar a perfuração dos poços, mas não dispunha de meios para adquirir os tubos e os equipamentos para sua operacionalização (O PROBLEMA..., 1943, p.4)<sup>391</sup>.

Na construção das obras do Saneamento, foi assentada a instalação de cinco secções de abastecimento de água, o que permitiria fornecer o duplo da quantidade de líquido consumido naquela época. Hoje, porém, aquelas secções que em 1937 seriam capazes de fornecer duas vezes o consumo necessário, tem dificuldade para permitir uma farta distribuição aos consumidores (O PROBLEMA..., 1943, p.4)<sup>392</sup>.

No projeto também estava previsto um limite de captação para os poços e este estava relacionado ao tamanho do consumo e, conseqüentemente, de sua população. Diante do crescimento repentino da cidade, os prazos deixaram de existir. O consumo de água da cidade naquele momento, sem racionamento, já ultrapassava os volumes captados e distribuídos, assim como os de reserva (REPARTIÇÃO..., 1942)<sup>393</sup>. A situação piorou quando, a partir de março de 1942, iniciaram-se os exercícios de “black-out”. Diante da suspensão da distribuição de energia elétrica na cidade, as bombas elétricas utilizadas para a retirada de água dos poços profundos passaram a sofrer uma sobrecarga de uso e se desgastaram pela maneira intermitente como foram obrigados a funcionar. O corte de energia dificultava o bombeamento da água para o consumo diário e, nas horas em que podiam ser

---

<sup>391</sup> O PROBLEMA do abastecimento d'água em Natal: a Repartição de Saneamento está realizando um grande esforço em benefício da coletividade – por que se impõe a economia do precioso líquido – Um encontro com o Dr. Floro Dória. **A República**. Natal, 16 maio 1943.

<sup>392</sup> O PROBLEMA do abastecimento d'água em Natal: a Repartição de Saneamento está realizando um grande esforço em benefício da coletividade – por que se impõe a economia do precioso líquido – Um encontro com o Dr. Floro Dória. **A República**. Natal, 16 maio 1943.

<sup>393</sup> REPARTIÇÃO de Saneamento de Natal: esclarecimentos e advertência à população. **A República**. Natal, 03 set. 1942.

ligadas, estas funcionavam sob esforço para compensar o período em que parava. A medida, no entanto, só foi tomada para que não faltasse água na cidade, porém os técnicos avaliavam que este funcionamento provocaria algum dano nos motores (REPARTIÇÃO..., 1943)<sup>394</sup>. Para o Jornal A República, as bombas trabalhavam no limite da exaustão e os técnicos administravam o sistema temendo uma pane que suspendesse a captação de água e, conseqüente, o abastecimento da cidade.

Nos anos da guerra, o sistema de abastecimento de água de Natal trabalhou sem reparos ou peças de reserva, correndo riscos de quebra das máquinas a qualquer momento. Os dirigentes da cidade foram advertidos da situação emergencial e, diante da possibilidade de falta de água, decidiu determinar medidas para barrar o desperdício, sugerindo uma série de procedimentos de racionamento. Ao menos tempo, contava que os moradores colaborariam diminuindo o consumo, evitando desperdícios para o que esperava que mantivessem “todos os reservatórios da cidade cheios dia e noite, para qualquer emergência”. Como as medidas iniciais não se resolveram o desperdício, foi anunciada a suspensão do abastecimento durante o turno da noite, porém o consumo na cidade aumentou e exigiu uma intervenção mais drástica.

Em outubro de 1942, enfim, foi decretado o racionamento de água e uma série de regulamentos de emergência para que a cidade pudesse continuar recebendo água para o consumo diário (REPARTIÇÃO..., 1942)<sup>395</sup>. Foram estabelecidos horários diários para distribuição de água pelo sistema, assim como quotas para cada tipo de consumidor, além da determinação das lavagem de roupa e acuação dos jardins. O Governo também exigia que os proprietários de residências precedessem a revisões periódicas das tubulações para evitar vazamentos.

Os jardins estão aí num desamparo forçado. Falta-lhes água. As raízes dadivosas secaram na quentura do solo. As roseiras murcharam. Tão bonitos que eram na sistematização da cidade moderna, ao lado dos palacetes e das casas novas. Mas não somente esse conforto residencial era assim alegre. A policromia da

---

<sup>394</sup> REPARTIÇÃO de Saneamento de Natal: Aviso 11/1944. **A República**. Natal, 23 nov. 1944.

<sup>395</sup> REPARTIÇÃO de Saneamento de Natal: aviso à população. **A República**. Natal, 03 set. 1942.

cultura andava também pelos bairros pobres, pelas ruas antigas, fontes de seiva vaidosa, de onde os hotéis e as pensões ornamentavam suas mesas. Agora só o jasmim resiste à tortura da terra e só as trepadeiras enfeitam os portões residenciais. Não há mais rosas [...]. As torrentes de água fugiram, Os tempos mudaram também para o cultivo das flores (FRANÇA, 1943d, p.7)<sup>396</sup>.

Quase todos os aspectos da vida diária dos moradores da cidade foram afetados. No início de 1943, a cidade possuía 3.772 casas ligadas à rede e, devido ao desperdício, a quantidade de água consumida diariamente inviabilizaria o sistema em pouco tempo (O PROBLEMA..., 1943)<sup>397</sup>. A principal preocupação das autoridades locais era evitar que o racionamento chegasse aos militares aquartelados (ECONOMIA..., 1943)<sup>398</sup>.

Posteriormente, em meados de 1944, o Jornal A República continuou constatando que os moradores dos bairros centrais continuavam desobedecendo às orientações do racionamento e o consumo de suas residências mantinha-me elevado (ECONOMIZAR..., 1944)<sup>399</sup>. Enfim, a tensão que envolveu o abastecimento de água da cidade perdurou até o final do conflito, tendo a Repartição do Saneamento emitido notas na imprensa avisando sobre o progressivo agravamento das condições de funcionamento do sistema e da possibilidade concreta de suspender o abastecimento de água, porém este nunca se efetivou.

---

<sup>396</sup> FRANÇA. Aderbal. Até as flores sofrem. **A República**. Natal, 18 mar. 1943d.

<sup>397</sup> O PROBLEMA do abastecimento d'água em Natal: a Repartição de Saneamento está realizando um grande esforço em benefício da coletividade – Por que impõe a economia do precioso líquido – Um encontro com o Dr. Floro Dória. **A República**. Natal, 16 maio. 1943.

<sup>398</sup> ECONOMIA d'água. **A República**. Natal, 13 fev. 1944.

<sup>399</sup> ECONOMIZAR água é dever de todos. **A República**. Natal, 19 fev. 1944.

### 6.3 O BALANÇO DAS PERDAS E DOS SONHOS: A CIDADE MARCADA POR EPÔNIMOS

No início de 1945, o Departamento da Fazenda Estadual publicou ter arrecadado em 1944 quase 38% a mais do que em 1943 e, embora os números fossem animadores, estes parecia não ter se revertido nos resultados que suas elites esperavam. Isso porque, a medida que observavam o processo de industrialização que se encaminhava nos estados do centro sul do país, observavam que o Estado do Rio Grande do Norte e sua capital não estavam sendo incluídos.

O nosso Estado encontra-se ainda, incontestavelmente, num lamentável atraso econômico, que bem se expressa na ausência da indústria manufatureira. [...]. No mundo moderno, a grandeza e o progresso dos povos residem justamente, na sua maior industrialização. Todavia, mesmo sem a presença desses fatores determinantes do progresso, temos conseguido uma melhoria sensível para o fortalecimento de nossa vida financeira. Proporcionando ao Governo Estadual uma elevada arrecadação orçamentária (FINANÇAS..., 1945, p.3)<sup>400</sup>.

A Indústria Siderúrgica de Volta Redonda, fruto dos acordos com os Estados Unidos, estava em construção e as indústrias estrangeiras começavam a se instalar nos estados da Região Sudeste do Brasil. Os estados nordestinos, provavelmente, seriam aproveitados como fornecedores de matérias-primas. As elites locais, compreendendo a necessidade de ocuparem algum espaço neste cenário, promoveram, na segunda metade de 1945, a Feira Nacional de Matérias-Primas que, segundo o Jornal A República (FEIRA..., 1945)<sup>401</sup>, pretendiam que se tornasse uma exposição permanente. A proposta contava com o apoio dos Estados da Bahia, Pernambuco e Paraíba e pretendia criar oportunidades para projetar esses

---

<sup>400</sup> FINANÇAS estaduais. **A República**. Natal, 12 jul. 1945.

<sup>401</sup> FEIRA de Matérias Primas. **A República**. Natal, 14 set. 1945.

estados e suas “riquezas no plano internacional, o que se reveste de importância fundamental nesta hora em que numerosas empresas de outros países se preparam para a inversão de grandes capitais no Brasil” (FEIRA..., 1945, p.2)<sup>402</sup>.

Apesar da crise econômica que o país vivia no período da Segunda Guerra Mundial, na Cidade do Natal o comércio cresceu de maneira vertiginosa e se refletiu na expansão dos estabelecimentos bancários e de crédito cooperativo, assim como no enriquecimento de muitos comerciantes. E, por isso, a arrecadação estadual foi crescente, porém

Deu-se, neste particular, um fenômeno curioso, pois, ao contrário do que seria de imaginar, não foi grande o número de casas abertas em consequência da guerra. Afora certo número de casas de jóias e relógios inauguradas por comerciantes do sul para atender à sede de relógios dos americanos, o comércio local bastou para atender a onda de clientes surgida tão bruscamente. [...]. O tom geral dos estabelecimentos comerciais é ainda o mesmo de antes, simples e provinciano. Parece que, não obstante os notórios lucros auferidos receiam os comerciantes inverter capital em instalações luxuosas ou mesmo confortáveis; preocupam-se sobretudo em ganhar agora sem grandes despesas (NATAL..., 1943, p.8)<sup>403</sup>.

Muitos comerciantes de outros estados se instalaram na cidade e dividiram a nova demanda. Embora os objetivos fossem os mesmos e surgisse todo tipo de comerciante que queriam obter lucros rápidos com seu negócio, alguns novos comerciantes se diferenciavam pela maneira como tratavam seus estabelecimentos. Estes, em geral, investiam na aparência das lojas, ampliavam os estoques, diversificavam as mercadorias e ofereciam produtos de melhor qualidade. Em contrapartida, os comerciantes tradicionais da cidade mantinham seus pequenos estabelecimentos e se preocupavam mais em investir no promissor setor imobiliário:

---

<sup>402</sup> Idem.

<sup>403</sup> NATAL, cidade em Guerra. Diário da Noite *apud* **A República**. Natal, 28 set. 1943.

Os dólares não só exercitavam a cobiça dos gananciosos de Natal, mas atraía toda sorte de aventureiros. Comerciantes desonestos, velhas prostitutas e judeus sabidos vieram a Natal e, a exemplo das cidades fantasmas do oeste americano, no tempo do ouro, das diligências e expansão em direção ao pacífico, aqui se instalaram com suas tendas, sem ser de lona, para ajudar a explorar os G.I. (soldados) como eram conhecidos os soldados do Tio Sam nos quatro cantos do mundo (MELO, 1993: p. 43-44)<sup>404</sup>.

Foram produzidas grandes fortunas em Natal, principalmente entre comerciantes e especuladores imobiliários, porém este enriquecimento não se reverteu para a modernização do comércio e da cidade, confirmando a idéia de Lopes Junior (2000, p.34)<sup>405</sup> que afirma que Natal está marcada pela “cultura do funcionalismo público”. Além deste, alguns aspectos vividos pela Cidade do Natal mereceriam maior aprofundamento, entre eles destaca-se a relação que se estabeleceu entre a população da cidade e os soldados estadunidenses. Os estudos deveriam considerar particularmente a rapidez e a intensidade como as atividades militares estadunidenses chegaram e estiveram presentes na cidade. Por um lado, sua presença pode ser entendida como uma invasão, tanto em razão da maneira como controlaram determinadas áreas da cidade, como pelas características do relacionamento que se estabeleceu com sua população, o qual revelou, inclusive, intensões e tentativas de interferir na vida política e cultural. Ao final, a Cidade do Natal perdeu com o término da guerra, mas as Forças Armadas Brasileiras ganharam com a infra-estrutura da Base Aérea Parnamirim Field, embora o Governo Brasileiro tenha tido que pagar por grande parte dos investimentos e equipamentos que foram deixaram em Parnamirim Field.

Em meio às frustrações e ao desnorreamento em que a população da cidade ficou após a saída das tropas estadunidenses, as elites locais ainda

---

<sup>404</sup> MELO, Protásio Pinheiro. **Contribuição norte-americana à vida natalense**. Brasília: Senado da República, 1993.

<sup>405</sup> Para alguns estudiosos, essa falta de iniciativa empresarial é marca identitária da Cidade do Natal, a qual chamam de “cultura do funcionalismo público” In: LOPES JUNIOR, Edmilson. **A construção social da cidade do prazer**: Natal. Natal: EDUFRN, 2000.

manifestaram interesses de elaborar planos que direcionassem para a construção de uma nova perspectiva de futuro da cidade. Entre estas possibilidades, foi considerada a idéia de incorporar o potencial turístico descoberto à sua importância histórica como referência estratégico-militar. A manutenção da imagem do “Corredor da Vitória”, por onde milhares de aviões, armas e equipamentos passaram na direção das frentes de batalha, poderia significar a marcação do “seu lugar na história desta guerra de libertação da humanidade” (NATAL..., 1943, p.3)<sup>406</sup>, e conseqüentemente, na história do futuro.

Para além de todo o mistério que a Base de “Parnamirim Field” foi mantida, seu papel dentro da guerra foi fundamental para a reação das Forças Aliadas. Entre outros aspectos, durante a Segunda Guerra Mundial, a Cidade do Natal tornou-se um centro do serviço intercontinental de entrega de suprimentos, desde motores de aeronaves até bombas, os quais eram guardados nos grandes armazéns existentes em Parnamirim; assim como ocupou o lugar de entreposto para o trânsito de autoridades, políticos e artistas da música e do cinema estadunidenses para outras bases e países europeus. A Cidade do Natal fazia parte da rota mais segura do Oceano Atlântico e, por isso, era o “posto avançado do Brasil na Guerra” (POSTO..., 1943, p.8)<sup>407</sup>.

Embora, desde o final de 1943, as autoridades tenham descartado a possibilidade de ataque ao Brasil, a ameaça das batalhas e a guerra continuaram fazendo parte do dia-a-dia da população residente e provocando profundas alterações na vida e no espaço da Cidade do Natal. Para as elites locais, o lugar de “encruzilhada de todos os caminhos do mundo” (NATAL..., 1943, p.7)<sup>408</sup> a que fora promovida, dava aos dirigentes desta cidade o direito de se aproveitarem da situação para contribuir para o seu desenvolvimento.

Três grandes caminhos aéreos convergem para Natal: do Norte procedente do Amazonas e dos Estados Unidos; do leste, procedente da África, da Europa e do Médio e do Extremo Oriente; e

---

<sup>406</sup> NATAL, “corredor da vitória”. **A República**. Natal, 24 ago. 1943.

<sup>407</sup> POSTO avançado do Brasil na Guerra: em estado de combater a força naval que opera nos mares do Nordeste – ação contra os submarinos. Diário da Noite *apud* **A República**. Natal, 29 set. 1943.

<sup>408</sup> NATAL – A encruzilhada de todos os caminhos do mundo. **A República**. Natal, 12 set. 1943.

do Sul, procedente do Rio, das Repúblicas platinas e outras Repúblicas sulamericanas. Sob esse aspecto, Natal é, talvez, atualmente, a mais importante encruzilhada do mundo. [...]. Viajantes de todas as categorias e de todos os pontos do mundo chegam diariamente a Natal, há muito tempo. Aqui estiveram o presidente Getúlio Vargas, o presidente Roosevelt, o primeiro ministro Churchill, o Sr. Wendell Wilkie, a Sra. Chiang-Kai-Shek, a Sra. Eleanor Roosevelt. Por aqui tem passado embaixadores e representantes diplomáticos de quase todos os países: turcos, mulçumanos, suíços, espanhóis, ingleses, americanos, franceses, chineses, russos, australianos. Muitos deles são jornalistas ou escritores, que andam anotando, comentando e comprando, e que mais tarde desejarão prestar depoimento sobre essas viagens – o que eles dirão do Brasil? É esta a nossa primeira preocupação. Muitas vezes eles não viram senão esta pequena e risonha cidade do Natal (NATAL..., 1944, p.5)<sup>409</sup>.

Começaram a considerar a possibilidade de torná-la um dos centros do mundo. Segundo o Jornal A República, as pessoas do mundo inteiro, particularmente os intelectuais, passavam frequentemente pela pequena cidade e precisavam ter boas impressões. Avaliavam ser necessário providenciar a retirada de todos os resquícios que pudesse dar “uma impressão deturpada do Brasil pelas coisas feias ou más que possam ver em Natal” (NATAL..., 1944, p.5)<sup>410</sup>, pois a cidade nunca mais seria a mesma por muito tempo, uma vez que

é a cidade que se renova com maior rapidez. Cada semana há uma transformação. Como ninguém se lembrou de fixar pela fotografia a paisagem da velha Cidade que se tornou menina moderna, será impossível, de futuro, uma reconstituição em sua fisionomia de outrora. Quem, aí em 1999, acreditará no que era em 1944 o Alecrim? E as nossas ruas ainda com arzinho colonial, como as

---

<sup>409</sup> NATAL, encruzilhada do mundo. **A República**. Natal, 19 abr. 1944.

<sup>410</sup> NATAL, encruzilhada do mundo. **A República**. Natal, 19 abr. 1944.

paralelas à Praça André de Albuquerque? No Alecrim com o taboleiro retangular das avenidas abertas e amplas, nascerá a outra cidade do Natal, quando a Ribeira for indústria e a Cidade Alta, comércio (CASCUDO, 1944, p.6)<sup>411</sup>.

Queriam transformar as áreas mais visitadas e apagar as marcas do passado e, para isso, era necessário voltar a ter pressa, retomar as obras para “civilizá-la”, promover seu crescimento ordenadamente, juntamente com a indústria e o comércio. Acreditavam que o planejamento dos investimentos deviam considerar que a Cidade do Natal ficaria com a herança da “maior Base aérea do mundo durante a Segunda Guerra Mundial” (MÁXIMO, 1945, p.9)<sup>412</sup>, o que a tornaria uma atração a ser explorada pelo turismo do futuro.

A guerra na Europa, enfim, findou em maio de 1945, com a “queda de Berlim”. As elites locais organizaram manifestações e comemoraram com os moradores nas ruas (REALIZOU-SE..., 1945, p.12)<sup>413</sup>. A expectativa era que a normalidade se instalaria novamente, que o cotidiano voltaria e que as elites conduziram a retomada do desenvolvimento da cidade (FRANÇA, 1945b)<sup>414</sup>. Em 15 de agosto de 1945, foi revogado o Estado de Guerra no Brasil e, em Natal, o Jornal A República registrava que o mundo estava iniciando um tempo duradouro de paz. A cidade precisava de paz e é o que parece viver nas festividades natalinas naquele final de ano. A tranqüilidade que voltou a reinar deu “um forte sentido de confiança no futuro, de esperança em um mundo melhor e de melhores dias para toda a humanidade” (CONFIANÇA..., 1945, p.3)<sup>415</sup>.

---

<sup>411</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Natal para o ano 2000. **A República**. Natal, 21 jan. 1944.

<sup>412</sup> MÁXIMO, Luis. Natal e seu progresso. **A República**. Natal, 08 abr. 1945.

<sup>413</sup> REALIZOU-SE ontem o comício da liga de defesa nacional: grande entusiasmo pela próxima queda de Berlim. **A República**. Natal, 24 abr. 1945.

<sup>414</sup> FRANÇA. Aderbal. A volta dos navios. **A República**. Natal, 03 ago. 1945b.

<sup>415</sup> CONFIANÇA no futuro. **A República**. Natal, 27 dez. 1945.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a Segunda Guerra Mundial, as transformações urbanas promovidas pelas elites da Cidade do Natal – sejam elas políticas, econômicas ou intelectuais – certamente modificaram as operações intelectuais dos seus moradores e lhes permitiu ver e pensar o mundo de maneira diferente.

As condições históricas vividas pelo Brasil, que eram movidas pelo início do processo de industrialização, desencadearam a urbanização dos principais centros urbanos. As cidades brasileiras cresceram em número de habitantes, concomitantemente o país mudou a base econômica, priorizando a indústria em detrimento da agricultura. As elites dirigentes promoveram transformações no espaço das cidades e o faziam impregnadas de modelos pré-estabelecidos e por seus próprios interesses políticos e econômicos e implantavam aquilo que acreditavam ser o ideário moderno, o qual era perseguido desde o início do século XX.

Nesse contexto, as questões iniciais deste trabalho foram fundamentais para nortear a investigação sobre o período da Segunda Guerra Mundial na Cidade do Natal e puderam ser respondidas durante a construção da Tese. Os registros consubstanciaram o processo de mudança vivido pelo país e pela cidade, assim como sua particularidade de ter tido seu espaço militarizado e transformado inesperadamente e que, apesar disso, foram assimiladas pelas elites para justificar suas ações sobre o espaço.

É importante ressaltar que a posição estratégica e geográfica da cidade acompanhou sua formação desde a fundação em 1499. O Governo Colonialista Português a criou por meio de um decreto com o objetivo de garantir a defesa da colônia e esta motivação associou-se a uma imagem de facilitadora da defesa do país. Para os discursos das elites locais, o Brasil sempre dependeu de Natal para se defender de ameaças externas, inicialmente contra as invasões do capital comercial em expansão e, na Segunda Guerra Mundial, contra o avanço das Forças do Eixo.

Ainda na década de 20 do século XX, essa importância estratégica foi acrescida de outra referência que a fazia mais relevante diante do mundo. A cidade tornou-se uma encruzilhada pelo fato de que os primeiros vôos aeronáuticos, que ligavam a América ao continente europeu, necessitavam pousar para reabastecer o

combustível, uma vez que as aeronaves não possuíam autonomia para grandes distâncias. A cidade, enfim, tornou-se uma passagem para a aviação mundial, para empresas comerciais e para a aviação desportiva. A travessia do Oceano Atlântico, passando por Natal, era o caminho mais fácil e seguro. O pouso de todas as aeronaves facilitou a convivência dos moradores e das elites da cidade com outras culturas, aproximou e facilitou as comunicações com outros centros avançados e, conseqüentemente, com a novidade, as idéias novas e o conhecimento moderno então produzido.

As elites locais, portanto, já estavam impregnadas da relevância estratégica e de defesa que a cidade carregava, já percebiam o que podia representar sua localização e, por isso mesmo, já pressentiam que se tornaria vulnerável diante do contexto da Segunda Guerra Mundial. Para elas, era indispensável agilizar as condições materiais para defender o país e apostavam na instalação de uma infra-estrutura militar para proteger a cidade. Compreendiam que havia se transformado na “porta da América”, por onde as tropas alemãs atacariam o Brasil e, conseqüentemente, o Continente Americano. E, por fim, acreditavam que a cidade seria o primeiro alvo quando os nazistas avançassem sobre o Brasil.

Quando a guerra foi iniciada no Continente Europeu, as elites locais já consideravam que o Governo Federal estava atrasado em providenciar a instalação de alguma infra-estrutura que garantisse sua defesa. Posteriormente, quando o conflito avançou na direção da África, essa expectativa tornou-se ansiosa, porém continuaram esperando até a segunda metade de 1941, quando o Governo Brasileiro iniciou seus investimentos no Nordeste brasileiro. Os recursos eram insuficientes e a morosidade era inaceitável, o que motivou aos dirigentes locais a tomar iniciativas, antecipar intenções e participar de definições que impuseram a militarização do espaço e a instalação de bases estadunidenses no Brasil.

A opinião do Governo Estadunidense, no entanto, coincidia com a preocupação das elites locais. Este mandou seus representantes à cidade ainda em 1939, que procederam a estudos e levantamentos, constataram as condições locais e começaram a construir suas instalações. O plano elaborado foi compilado no Projeto de Natal que, a partir de sua implantação, disponibilizou o espaço da Cidade do Natal para suas operações no Brasil. Ainda em 1939, em contato com as elites locais, o Governo dos Estados Unidos acordou a autorização de uso do espaço em troca da proteção da cidade. Do seu lado, as elites, ao não receberem a

contrapartida do Governo Federal brasileiro, negociaram diretamente com o Embaixador daquele país no Brasil, em reuniões realizadas no Palácio do Governo do Estado com a presença do Interventor Estadual e de seus assessores diretos.

Esta pode ser uma das razões para a negligência observada na cobertura jornalística do Jornal A República. Ao omitir informações, procedimentos e operações, as elites procuravam se resguardar de serem responsabilizadas por qualquer dificuldade que porventura o Governo Federal pudesse enfrentar nas negociações que estava mantendo com os Estados Unidos, para conseguir financiar a indústria siderúrgica brasileira e a compra de armamentos para as Forças Armadas.

O sigilo das operações das Forças Armadas dos Estados Unidos em Natal também foi facilitado pelo isolamento da cidade e pela pouca relevância que esta tinha no cenário regional e nacional. As obras das bases militares em Natal foram tratadas em algumas ocasiões como se fossem da Empresa Pan American Airways. Talvez para salvaguardar as autoridades locais, a Empresa intermediava a contratação da mão-de-obra, seus funcionários compravam parte do material no comércio local e faziam todas as operações administrativas das obras, inclusive pagamentos de funcionários a partir de um escritório da empresa, instalado no centro da cidade.

Outra particularidade considerada, dentre as condições históricas em que o objeto de estudo está inserido, foi a dimensão espacial da Cidade do Natal diante do contexto da Segunda Guerra Mundial. Este certamente interferiu na relação de suas elites com o espaço, no impacto que viveu com seus desdobramentos e na relevância que assumiu diante da conjuntura mundial. É fato que a Cidade do Natal não difere das demais quando é observada sob a ótica da sua modernização, porém as mudanças que se operaram nesse período certamente adquiriram proporções bem diferentes da maioria das cidades brasileiras. Desde o início do século XX, a cidade vinha tendo um ritmo de crescimento lento que determinou que chegasse ao início da década de 40 com uma população em torno de 50 mil habitantes. No período da Segunda Guerra Mundial essa dinâmica foi alterada e a cidade recebeu um grande contingente populacional. De maneira súbita e repentina, cresceu e conviveu com dificuldades e problemas urbanos próprios de uma cidade desenvolvida.

Foi possível perceber também as repercussões sobre a vida da população e constatar que a mesma foi treinada para viver a guerra e que a cidade se transformou numa “praça de guerra”. A militarização envolveu procedimentos de defesa que aterrorizaram os moradores, mudaram suas rotinas e modificaram a estrutura física da cidade, particularmente a partir da construção das bases militares e dos abrigos antiaéreos. Por outro lado, a preparação psicológica ficou em descompasso com a proteção oferecida. As Forças Armadas treinaram os moradores para uma guerra, enquanto os Governos não disponibilizaram as condições para protegê-los. Além do medo, os moradores tiveram que enfrentar uma série de restrições, como a falta de alimento, transporte, água e combustível.

Por outro lado, as elites não viveram as mesmas dificuldades. Apesar de o Jornal A República demonstrar suas preocupações com os sentimentos de perda e desorientação, particularmente os vividos pelos moradores, estas revelavam uma atitude que pode ser compreendida como uma estratégia para manter o controle e o poder sobre a cidade, e não um sentimento que se referia à sua experiência.

O contexto possibilitou compreender que, durante a Segunda Guerra Mundial, as elites locais, pela primeira vez na história republicana, assumiram um lugar diferente e passaram a desempenhar um papel coadjuvante na condução da própria cidade. Sua ação não podia mais contar com recursos, planos, objetivos e sua meta de modernizar o espaço da cidade para conquistar a civilidade do mundo moderno necessariamente teve que ser suspensa. Esse papel, provavelmente, teve suas compensações. Entre tantas mudanças, é possível inferir que as elites locais não viveram as mesmas privações que a maioria dos moradores viveu. A proibição do uso dos transportes de passeios, por exemplo, apesar do impacto inicial que sentiram e que foi manifesto pelo Jornal A República, tratou-se de uma dificuldade rapidamente superada. Passada a surpresa, as elites começaram a usufruir da livre circulação dos automóveis militares e sua locomoção, ao contrário, foi facilitada. A proibição sobre a circulação de automóveis estranhamente provocou o aumento do número de veículos nas suas ruas. Além desse aspecto, também é de conhecimento que o Governo Brasileiro havia se comprometido em garantir o abastecimento dos contingentes militares aquartelados. Para estes, todas as providências foram tomadas e, ao longo da pesquisa, não foram encontrados registros que informassem sobre a falta de alimentos nas bases militares. Paralelamente, observou-se que as elites pareciam ter certa facilidade em adquirir os gêneros alimentícios escasseados

nos mercados públicos e se referiam à carestia como um assunto exterior ao seu dia-a-dia, próprio dos moradores.

Por último, o período da Segunda Guerra Mundial provocou o deslocamento do eixo de crescimento da cidade, além de confirmar sua tendência segregacionista. Contrariamente à vontade das elites, a cidade havia crescido na direção do Alecrim, porém com a construção da Estrada Parnamirim Road, da Base de Parnamirim Field, da Hidrobase da Rampa e as demais instalações militares, houve um surto de ocupação dos bairros de Petrópolis e Tirol. Para estes foi estabelecido um rígido controle e barreiras legais que provocaram uma seleção dos moradores e não deixaram que outros o ocupassem a não ser os que pertenciam às elites ou aqueles que estas permitiam.

Enfim, pelos objetivos propostos, assim como pela ação das fontes que conduziram esta pesquisa, pode-se concluir que o trabalho contribui para a história da Cidade do Natal como mais um olhar sobre esta e abre perspectivas para outros estudos e pesquisas. Como todo trabalho de história urbana, embora aponte perspectivas, também deixa muitas lacunas e, de certa maneira, expressa parcialmente uma visão da história de um objeto que, neste caso, trata-se de uma cidade dentro de um contexto histórico de guerra.

Ao longo do período estudado foi possível observar o processo de transformações urbanas que a Segunda Guerra Mundial desencadeou na Cidade do Natal. Tratou-se de um conjunto de intervenções que mantiveram o elo das elites locais com o projeto de modernização anteriormente planejado, que se materializou em edifícios com características estéticas elaboradas, em mudanças de uso nos bairros, na convivência diária com as novidades, novos hábitos que, vez por outra, continuaram sendo associados ao futuro que ainda se planejava. O futuro mostrou-se cada vez mais identificado com a ligação da cidade com o turismo, tanto pela sua relação com a aviação, como pelas condições de sua posição geográfica. Nesse sentido, evoca-se o escrito do ex-Governador Juvenal Lamartine que, em 1945, reafirma as intenções do grupo ao qual pertencia em um artigo publicado no Jornal A República:

Quero fazer uma predição que minha idade não permitirá ver realizada. Natal há de ser a Sagres brasileira. Daqui partirão ondas

de avião aqui mesmo construídos para todos os pontos do universo, por céus nunca antes navegados, não para conquistar povos, mas para estreitar as relações comerciais, sociais e culturais entre as nações livres (LAMARTINE, 1945, p.1)<sup>416</sup>.

Entre tantas conquistas, o Grande Hotel, o Clube Hípico e a maior Base Aérea Estadunidense nas Américas tornavam-se elementos facilitadores que transformariam esse caminho para o futuro. As idéias que os conectava apareciam como relâmpagos no meio de uma tempestade, em um momento em que conseqüências ainda não podiam ser avaliadas. A presença dos militares estadunidenses em Natal e as mudanças decorrentes da conjuntura da Segunda Guerra mundial, apesar de imprecisas, haviam acelerado crescimento e promovido uma urbanização desorganizada, que, posteriormente, resultou no surgimento de inúmeros problemas sociais, inclusive manifestações de vandalismos sociais e sintomas psicológicos graves (O ROUBO..., 1944, p.3; SERVIÇO..., 1946)<sup>417</sup>.

Segundo Veyne (1971)<sup>418</sup>, o processo histórico é feito de imprevisíveis, daí inferimos que o progresso promovido pela militarização da cidade e pela convivência com os militares pode ser relacionado também à capacidade de sobrevivência dos moradores diante das dificuldades de viver na cidade, assim como a capacidade das elites políticas de adaptarem seus interesses a uma conjuntura adversa e de perigo, embora ambos tenham demonstrado ser possível continuar interferindo e dirigindo seus destinos.

Por fim, a cidade trampolim, que serviu de teatro para o medo e para as ilusões, também tornou palco de cenas contrastantes. Por um lado pelo descaso diante das privações dos moradores e por outro pela conviência diante da adoção de um modo de vida estranho à tradição. Em 1945, o cenário não era mais o mesmo que existia em 1939. A Cidade Alta, a Ribeira, o Alecrim, as Rocas, Tirol e Petrópolis não eram mais os mesmos bairros... A Cidade do Natal não era mais a mesma de antes... O diferencial estava no vazio que tendia a se instalar, nos conflitos sociais

---

<sup>416</sup> LAMARTINE, Juvenal. Natal – Centro brasileiro de aviação. **A República**. Natal, 01 jan. 1945.

<sup>417</sup> O ROUBO nas Joalherias Farache e “V”: prosseguem as diligências. **A República**. Natal, 22 set. 1944; SERVIÇO de Assistência aos Psicopatas. **A República**. Natal 02. mar. 1946.

<sup>418</sup> VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1971.

que surgiam, na condição de vida de dificuldades e no alto padrão social que se consolidaria. De fato a cidade nunca mais seria a mesma...

## REFERÊNCIAS

A ALTA de preços de material de construção: a repercussão na imprensa carioca de um decreto do governo deste Estado. **A República**, Natal, p. 1, 3 jul.1942.

A ARBORIZAÇÃO de Natal. **A República**, Natal, p. 3, 31 mar. 1939.

A FESTA de hoje em Parnamirim. **A República**, Natal, p. 8, 22 dez. 1943.

A GUERRA não afetou o Rio Grande do Norte. **A República**, Natal, p. 1, 4 maio 1941.

A INAUGURAÇÃO hoje do U.S.O. – Town Club. **A República**, Natal, p. 8, 24 mar. 1944.

A MARGEM do último exercício de escurecimento e disciplina de luzes de Natal. Fala a República o General Cordeiro de Farias – O que nos disse o ilustre militar – Mais um apelo à população: domínio sobre si mesma. **A República**, Natal, p. 7, 11 jun. 1942.

A PERMANÊNCIA do Gal. Firmo Freire nesta capital: as visitas realizadas ontem pelo comandante da 7ª Região. **A República**, Natal, p. 1, 17 set. 1939.

A PRÓXIMA chegada a esta capital do avião Nippon. **A República**, Natal, p. 1, 3 out. 1939.

ACORDOS Yankee-brasileiros. **A República**, Natal, p. 3, 5 mar. 1942.

AGUIAR, José Nazareno Moreira de. **Cidade em black-out**: crônicas referentes à Segunda Guerra Mundial – 1939-1945. Natal: EDUFRN, 1991.

AINDA o aumento de aluguéis. **A República**, Natal, p. 8, 20 jan. 1943.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ARQUIDIOCESE DE NATAL. A Ordem. Disponível em: <<http://www.arquidiocesedenatal.org.br/AOrdem%20historia.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2003.

AS ALERTADORAS do serviço de defesa passiva. **A República**, Natal, p. 4, 8 nov. 1942.

AS CRIANÇAS pobres, o U.S.O. e as forças armadas americanas. **A República**, Natal, p. 3, 24 dez. 1943.

AS GRANDES comemorações da semana da Pátria nesta capital: a parada da mocidade e da raça – tomarão parte todas as organizações esportivas e educandários da cidade – as festas do dia 7 – hora da independência. **A República**, Natal, p. 1, 1 set. 1942.

AS PORTAS do Brasil. **A República**, Natal, p. 9,4 dez. 1942. (Jornal o Globo).

AVISO à população. **A República**, Natal, p. 1, 7 fev. 1942.

AVISOS à população. Construídos os abrigos para os flagelados: apelo à população. **A República**, Natal, p. 1, 7 maio. 1942.

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**: dois séculos de história, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARBOSA Edgar. A situação. **A República**, Natal, p. 3, 16 abr. 1939.

\_\_\_\_\_. Mil novecentos e quarenta. **A República**, Natal, 31 dez. 1939, p.3.

BARNABÉ, Israel Roberto. Elite, classe social e poder local. **Revista Eletrônica de Estudos de Sociologia**, v. 4, n. 7, jul./dez. 1999.

BASE aérea em Natal. **A República**, Natal, p. 3, 4 mar. 1942.

BASES brasileiras para a defesa da América. **A República**, p. 4, Natal, 13 set. 1942. (A Manhã).

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Série Obras Escolhidas).

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BOBBIO, Norberto. et al. **Dicionário de política**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994. v. 1.

BOTTOMORE, T.B. **As classes na sociedade moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

BRANCO, Tenente Lourenço. Circulo militar de Natal. **A República**, Natal, p. 4, 2 abr. 1944.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CÂMARA, Clementino. Telefones automáticos. **A República**, Natal, p. 3, 28 jul.1942.

CAMPANHA de Assistência aos Flagelados: como decorreu a reunião de ontem no Palácio do Governo – importantes medidas para socorro às vítimas da seca – um telegrama do interventor do Rio Grande do Norte ao Dr. Aldo Fernandes – reúne-se hoje, às 14 horas, a Comissão Central. **A República**, Natal, p. 1, 14 abr. 1942.

CARDOSO, Rejane (Coord.). **Quatrocentos nomes de Natal**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2000.

CARNAVAL. **A República**, Natal, p. 1, 17 fev. 1942.

CASCUDO, Luís da C. **História da Cidade do Natal**: Prefeitura do Município de Natal, 1947. 3. ed. Natal: RN Econômico, 1999.

\_\_\_\_\_. Natal para o ano 2000. **A República**, Natal, p. 6, 21 jan. 1944.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.

CHEGOU ontem a Natal o 31º Batalhão de Caçadores: valorosa unidade do Exército compõe-se de cerca de 600 homens, obedecendo ao Comando do Tenente Coronel Creso de Barros Monteiro. Milhares de pessoas afluíram ao cais para receber os bravos soldados – os cumprimentos do interventor e das altas autoridades. Somente hoje pela manhã desembarcará a disciplinada tropa. **A República**, Natal, p. 1, 15 out. 1939.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **Economia e modernização**: o Rio Grande do Norte nos anos 70. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

COELHO, Teixeira. **Moderno pós moderno**. São Paulo: Iluminuras, 1995.

COMEMORA-SE hoje o dia panamericano: as festas nesta capital: um programa especial na Rádio Educadora de Natal: falarão as altas autoridades do Estado. **A República**, Natal, p. 1, 14 abr. 1943.

COMISSÃO Central de Abastecimento. **A República**, Natal, p. 7, 28 ago.1942.

COMISSÃO de abastecimento de Natal. **A República**, Natal, p. 1, 8 out. 1939.

COMITÊ de Coordenação em Natal: filmes exibidos em acampamentos de soldados brasileiros: sábado uma sessão especial para a imprensa e o rádio. **A República**, Natal, p. 7, 24 mar. 1944.

COMO será comemorado, nesta capital, o independence day: solenidade promovida pela Coordenação de Assuntos Inter-Americanos: a adesão da ZYB-5: um cocktail no Consulado dos Estados Unidos da América: outras notas. **A República**, Natal, p. 12, 3 jul. 1944.

CONFIANÇA no futuro. **A República**, Natal, p. 3, 27 dez. 1945.

CONFÚCIO. Club Hípico de Natal. **A República**, Natal, p. 7, 5 abr. 1944.

CONSELHOS a população de Natal. **A República**, Natal, 19 fev. 1942, p.3.

CONSELHOS a população de Natal: abrigos. **A República**, Natal, p. 1, 15 fev. 1942.

CONSELHOS a população: iluminação. **A República**, Natal, p. 1, 14 fev. 1942.

CONTRA a especulação. **A República**, Natal, p. 3, 17 jul. 1942.

COSTA, Fernando Hippólyto da. **História da base aérea de Natal**. Natal: Universitária, 1980.

DANTAS, Ana Caroline de C. L. **O plano geral de obras**: O ideário de Saturnino de Brito na Natal dos anos 30. Natal: DARQ/UFRN, 2000. Monografia (Curso de Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2000.

\_\_\_\_\_. **Sanitarismo e planejamento urbano**: a trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1935 e 1969. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)– Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

DANTAS, George Alexandre Ferreira. **Natal, “Caes da Europa”**: O Plano Geral de Sistematização no contexto de modernização da cidade (1929 – 1930). 1998. Monografia (Curso de Arquitetura e Urbanismo)– Departamento de Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998.

DEFENDA o abrigo público. **A República**, Natal, p. 3, 6 nov. 1942.

DEFESA anti-aérea do Rio: interessante demonstração para a população carioca. **A República**, Natal, p. 1, 10 ago.1939.

DEFESA passiva antiaérea. **A República**, Natal, p. 1, 2 jun. 1942.

DESASTRES. **A República**, Natal, p. 3, 21 jul. 1943.

DESFILE do 2º Batalhão de Carros de Combate, amanhã, pelas ruas de Natal. **A República**, Natal, p. 8, 23 maio. 1944.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classes. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1981. (Tomo III – O Brasil Republicano, 3º volume – Sociedade e Política 1930-1964).

DUARTE, Dioclécio. A transformação de Natal. **A República**, Natal, p. 3, 3 jan. 1939.

ECONOMIA dágua. **A República**, Natal, p. 4, 13 fev. 1944.

ECONOMIZAR água é dever de todos. **A República**, Natal, p. 8, 19 fev. 1944.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

EM ESTADO de alerta. **A República**, Natal, p. 3, 15 fev. 1942.

EM FACE do novo ano. **A República**, Natal, p. 3, 4 maio 1941.

EM NATAL, artistas dos cassinos da Urca e Icaraí: exposições para os soldados de terra, mar e ar sediados nesta capital. **A República**, Natal, p. 4, 31 out. 1944.

ESCOLAS de Serviço Social e Técnica de Enfermagem: instalação hoje – presidirá a cerimônia o Revmo. D. José de Medeiros Delgado. **A República**, p. 8, 02 jun. 1945.

EXERCÍCIOS de defesa antiaérea: instruções da 2ª Brigada de Infantaria. **A República**, Natal, p. 1, 27 fev. 1942.

FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1981. p. 337-360. (Tomo III – O Brasil Republicano, 3º volume – Sociedade e Política 1930-1964).

FEIRA de Matérias Primas. **A República**, Natal, p. 2, 14 set. 1945.

FERRARI, Alceu. **Igreja e desenvolvimento**: o movimento de Natal, Fundação José Augusto, 1967.

FERREIRA, Angela L. **De la producción del espacio urbano a la creación de territorios en la ciudad**: un estudio sobre la constitución de lo urbano en Natal, Brasil. 1996. Tese (Doutorado em Geografia Humana)– Universidad de Barcelona, Barcelona, Espanha, 1996.

\_\_\_\_\_, EDUARDO, Anna Rachel B.; DANTAS, Ana Caroline de C. L.; DANTAS, George Alexandre F. **Uma cidade sã e bela**: a trajetória do Saneamento de Natal entre 1850 e 1969. Natal: CAERN, 2003.

\_\_\_\_\_.; DANTAS, George (Org.). **Surge et ambula**: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940). Natal: EDUFRN, 2006.

FILGUEIRA FILHO. Black-Out. **A República**, Natal, p. 7, 18 nov. 1942.

\_\_\_\_\_. Contra a ganância dos aproveitadores. **A República**, Natal, p. 11, 26 jan. 1943b.

\_\_\_\_\_. Quarenta e três. **A República**, Natal, p. 7, 1 jan. 1943a.

FINANÇAS estaduais. **A República**, Natal, p. 3, 12 jul. 1945.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FRACASSO, Liliana. Planificación comunitaria y participación en los procesos de decisión: categorías de análisis y argumentos. **Biblio 3W**: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona, n, 216, 8 mar. 2000. Disponible em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-216.htm>>. Acesso em: 2 dez. 2007.

FRANÇA, Aderbal. A nossa Rua do Ouvidor. **A República**, Natal, p. 16, 5 fev. 1936a.

\_\_\_\_\_. Imposto de sacrifício. **A República**, Natal, p. 8, 29 abr. 1936b.

\_\_\_\_\_. O progresso da cidade. **A República**, Natal, p. 8, 30 maio 1936c.

\_\_\_\_\_. Sobre as nossas retretas. **A República**, Natal, p. 8, 7 ago. 1936d.

\_\_\_\_\_. O baile do Aero-Club. **A República**, Natal, p. 12, 11 ago. 1936e.

- \_\_\_\_\_. Uma sorveteria apenas. **A República**, Natal, p. 8, 29 ago. 1936.
- \_\_\_\_\_. A Capela era no forte. **A República**, Natal, p. 12, 22 out. 1936g.
- \_\_\_\_\_. Sociedade. **A República**, Natal, p. 8, 02 dez. 1936h.
- \_\_\_\_\_. Da Limpa à Montagem. **A República**, Natal, p. 8, 8 jan. 1937a.
- \_\_\_\_\_. Voltando ao assunto. **A República**, Natal, p. 8, 4 jun. 1937b.
- \_\_\_\_\_. Uma relação de progresso. **A República**, Natal, p. 12, 29 jan. 1938a.
- \_\_\_\_\_. Um apelo. **A República**, Natal, p. 12, 15 fev. 1938b.
- \_\_\_\_\_. Boa esperança. **A República**, Natal, p. 12, 5 mar. 1938c.
- \_\_\_\_\_. Uma tarde dos turistas. **A República**, Natal, p. 12, 28 jul. 1938d.
- \_\_\_\_\_. O peso dos homens e a idade das mulheres. **A República**, Natal, p. 12, 24 set. 1938e.
- \_\_\_\_\_. A Guarita. **A República**, Natal, p. 12, 5 nov. 1938f.
- \_\_\_\_\_. Dia que passou... **A República**, Natal, p. 12, 11 dez. 1938g.
- \_\_\_\_\_. O Edifício Campelo. **A República**, Natal, p. 12, 17 dez. 1938h.
- \_\_\_\_\_. Novo aspecto. **A República**, Natal, p. 12, 17 jan. 1939a.
- \_\_\_\_\_. O indicador da AP e a população. **A República**, Natal, p. 12, 1 fev. 1939b.
- \_\_\_\_\_. Dia de chuva. **A República**, Natal, p. 12, 18 mar. 1939c.

- \_\_\_\_\_. Coisas da cidade.... **A República**, Natal, p. 12, 25 jul. 1939d.
- \_\_\_\_\_. Noite de São João. **A República**, Natal, p. 12, 27 jun. 1939e.
- \_\_\_\_\_. O Grande Hotel. **A República**, Natal, p. 12, 14 out. 1939f.
- \_\_\_\_\_. Exposição. **A República**, Natal, p. 12, 25 out. 1939g.
- \_\_\_\_\_. Revista da exposição 1. **A República**, Natal, p. 12, 27 out. 1939h.
- \_\_\_\_\_. Revista da exposição 2. **A República**, Natal, p. 12, 28 out. 1939i.
- \_\_\_\_\_. Revista da exposição 3. **A República**, Natal, p. 12, 29 out. 1939j.
- \_\_\_\_\_. Revista da exposição 4 e 5. **A República**, Natal, p. 12, 1 nov. 1939k.
- \_\_\_\_\_. Revista da exposição 6. **A República**, Natal, p. 12, 4 nov. 1939l.
- \_\_\_\_\_. Revista da exposição 7 e 8. **A República**, Natal, p. 12, 5 nov. 1939m.
- \_\_\_\_\_. Revista da exposição 9. **A República**, Natal, p. 12, 8 nov. 1939n.
- \_\_\_\_\_. Revista da exposição 10 e 11. **A República**, Natal, p. 12, 9 out. 1939<sup>o</sup>.
- \_\_\_\_\_. Revista da exposição 12. **A República**, Natal, p. 12, 10 nov. 1939p.
- \_\_\_\_\_. Revista da exposição 13. **A República**, Natal, p. 12, 12 nov. 1939q.
- \_\_\_\_\_. Cafés e sorveterias. **A República**, Natal, p. 8, 4 jan. 1940a.
- \_\_\_\_\_. O reveillon do Aero. **A República**, Natal, p. 8, 6 jan. 1940b.
- \_\_\_\_\_. Outra ponte no Potengi. **A República**, Natal, p. 8, 15 fev. 1940c.

- \_\_\_\_\_. Os entendidos da guerra. **A República**, Natal, p. 8, 1 maio 1940d.
- \_\_\_\_\_. Os lagos da Pracinha. **A República**, Natal, p. 12, 19 Jul. 1940e.
- \_\_\_\_\_. Alecrim bairro feliz. **A República**, Natal, p. 8, 26 jul. 1940f.
- \_\_\_\_\_. A lagoa escondida. **A República**, Natal, p. 8, 17 Ago. 1940g.
- \_\_\_\_\_. Lojas brasileiras. **A República**, Natal, 22 ago.1940h, p.8.
- \_\_\_\_\_. O bairro do Alecrim prospera. **A República**, Natal, p. 8, 15 set. 1940i.
- \_\_\_\_\_. No Parque de Manuel Felipe. **A República**, Natal, p. 12, 22 set. 1940j.
- \_\_\_\_\_. Falta-nos alguma coisa. **A República**, Natal, p. 8, 9 mar. 1941a.
- \_\_\_\_\_. Instantâneos do dia... **A República**, Natal, p. 8, 10 ago. 1941b.
- \_\_\_\_\_. Saudades da noite de Natal. **A República**, Natal, p. 8, 28 dez. 1941c.
- \_\_\_\_\_. Quantos habitantes tem Natal?. **A República**, Natal, p. 12, 12 jan. 1942a.
- \_\_\_\_\_. Semana do trânsito. **A República**, Natal, p. 12, 15 jan. 1942b.
- \_\_\_\_\_. Estão estragando o bairro de Petrópolis. **A República**, Natal, p. 8, 11 fev. 1942c.
- \_\_\_\_\_. Deus protegerá o nosso destino. **A República**, Natal, p. 8, 12 fev. 1942d.
- \_\_\_\_\_. Os quadros da seca. **A República**, Natal, p. 8, 17 maio. 1942e.
- \_\_\_\_\_. Eu não compreendi o carnaval. **A República**, Natal, p. 12, 19 fev. 1942f, p.12.
- \_\_\_\_\_. O primeiro abrigo. **A República**, Natal, p. 8, 03 mar. 1942g.

\_\_\_\_\_. Cidade de ontem e de hoje. **A República**, Natal, p. 12, 15 mar. 1942h.

\_\_\_\_\_. Guerra, seca e carestia. **A República**, Natal, p. 8, 17 abr. 1942i.

\_\_\_\_\_. A outra guerra. **A República**, Natal, p. 12, 19 mar. 1942j.

\_\_\_\_\_. A missa. **A República**, Natal, 4 nov. 1942l, p.7.

\_\_\_\_\_. Na base naval. **A República**, p. 7, 18 dez. 1942m.

\_\_\_\_\_. Peço licença... **A República**, Natal, p. 7, 23 jan. 1943a.

\_\_\_\_\_. Entre a ventura e o desengano. **A República**, Natal, p. 7, 18 fev. 1943b.

\_\_\_\_\_. O Colégio da Conceição. **A República**, Natal, p. 7, 9 mar. 1943c.

\_\_\_\_\_. Até as flores sofrem. **A República**, Natal, p. 7, 18 mar. 1943d.

\_\_\_\_\_. O Hotel Central. **A República**, Natal, p. 7, 3 abr. 1943e.

\_\_\_\_\_. Nunca mais voltaram. **A República**, Natal, p. 6, 27 jun. 1943f.

\_\_\_\_\_. Urca-Tupi em Natal. **A República**, Natal, p. 6, 2 jul. 1943g.

\_\_\_\_\_. O cinema e a guerra. **A República**, Natal, p. 6, 18 jul. 1943h.

\_\_\_\_\_. Cultivando o solo. **A República**, Natal, p. 6, 20 ago. 1943i.

\_\_\_\_\_. USO em Natal. **A República**, Natal, p. 6, 16 set. 1943j.

\_\_\_\_\_. Casas novas da cidade. **A República**, Natal, p. 6, 23 set. 1943l.

\_\_\_\_\_. Estamos aprendendo inglês. **A República**, Natal, p. 6, 1 jan. 1944a.

\_\_\_\_\_. Função social na guerra. **A República**, Natal, p. 7, 27 jun. 1944b.

\_\_\_\_\_. Circulo militar. **A República**, Natal, p. 7, 31 mar. 1944c.

\_\_\_\_\_. O hipismo em Natal. **A República**, Natal, p. 7, 23 mar. 1944d.

\_\_\_\_\_. Quanto vale um mocambo. **A República**, Natal, p. 11, 10 jan. 1945a.

\_\_\_\_\_. A volta dos navios. **A República**, Natal, p. 2, 03 ago. 1945b.

\_\_\_\_\_. Petrópolis. **A República**, Natal, p. 12, 26 jan. 1946.

FUNDADA ontem a Liga de Defesa Passiva de Natal. **A República**, Natal, p. 8, 6 set. 1942.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GÓES, Moacyr de. **Djalma Maranhão**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/memoria/djalma/textos/apresent.htm>> Acesso em: 16 abr. 2008.

GONZÁLEZ, José Luis Ramírez. La ordenación del territorio como tarea discursiva. Una tesis doctoral de Liliana Fracasso. **Biblio 3W**: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, n. 216, 8 mar. 2000. Disponible em <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-672.htm>>. Acesso em: 2 dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Respuesta a un comentario de un comentario. **Biblio 3W**: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, n. 216, 8 mar. 2000. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-693.htm>> Acesso em: 2 dez. 2007.

GRANDE Hotel de Natal. **A República**, Natal, p. 12, 12 set. 1939.

GRANDE Hotel de Natal: a impressão colhida por nossa reportagem na visita ontem feita ao monumental edifício. **A República**, Natal, p. 3, 1 jan. 1939.

GRYNSZPAN, Mário. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. **BIB 3W**: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, n. 41. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1996.

GUARNIÇÃO de Natal: nota do Comando da 2ª Brigada de Infantaria. **A República**, Natal, p. 1, 3 set. 1942.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

HÁ UMA GRANDE unidade de vista e pensamento entre as forças armadas e o povo de Natal: o interventor Rafael Fernandes fala à imprensa, no Rio. **A República**, Natal, p. 1, 4 mar. 1943.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pósmodernidade**. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HIDROBASE de Refoles. **A República**, Natal, p. 1, 18 set. 1941.

HISTÓRIA do Rio Grande do Norte: cadernos espaciais. **Jornal Tribuna do Norte**, Natal. Disponível em: <[http://tribunadonorte.com.br/especial/histrn/capa\\_histrn.htm](http://tribunadonorte.com.br/especial/histrn/capa_histrn.htm)> Acesso em: 2 fev. 2005.

HOBSBAWN, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INAUGURAÇÃO de melhoramentos em Jiqui. **A República**, Natal, p. 3, 29 abr. 1944.

INAUGURADA as instalações do Aviário do Jiqui: o ato teve a presença do Interventor Fernandes Dantas – Também inaugurada a pocilga – As solenidades. **A República**, Natal, p. 3, 3 maio. 1944.

INAUGURADOS os melhoramentos do bairro do Alecrim. **A República**, Natal, p. 3, 24 jun. 1939.

INAUGURA-SE hoje o novo edifício do Banco do Rio Grande do Norte. **A República**, Natal, p. 12, 14 jan. 1939.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 12 dez. 2007.

JORNAL DIÁRIO DE NATAL. Disponível em: <<http://diariodenatal.dnonline.com.br/site/historico.php>>. Acesso em: 24 jun. 2003.

LAMARTINE, Juvenal. Natal – Centro brasileiro de aviação. **A República**, Natal, p. 4, 1 jan. 1945.

\_\_\_\_\_. Natal a mais importante base de defesa aérea do Brasil. **A República**, Natal, p. 4, 10 fev. 1939.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1996.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.

LIRA, Carlos (Coord.). **Memória viva de Américo de Oliveira Costa**. Natal: EDUFRN, 1998.

\_\_\_\_\_. **Memória viva**: Lauro Pinto. Natal: Sebo vermelho, 2003.

LOPES JUNIOR, Edílson. **A construção social da cidade do prazer**: Natal. Natal: EDUFRN, 2000.

MACHADO, João Batista. Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003). [S.l.: s.n], [2003?].

MARANHÃO, Petrecha. Natal. **A República**, Natal, p. 4, 31 maio. 1942.

MÁXIMO, Luis. Natal e seu progresso. **A República**, Natal, p. 9, 8 abr. 1945.

\_\_\_\_\_. Teremos Black-out. **A República**, Natal, p. 3, 26 fev. 1942.

MEDIDAS necessárias. **A República**, Natal, p. 3, 24 abr. 1942.

MELHORAMENTOS públicos. **A República**, Natal, p. 3, 28 set. 1941.

MELO, João Wilson Mendes. **A cidade e o trampolim**. Natal: Sebo Vermelho, 2003.

MELO, Manoel Rodrigues de. Dicionário da imprensa no Rio Grande do Norte: 1907-1987. São Paulo: Cortez, 1987.

MELO, Protásio Pinheiro. **Contribuição norte-americana à vida natalense**. Brasília: Senado da República, 1993.

MILLS, Charles W. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1962.

\_\_\_\_\_. **A imaginação sociológica**. 6. ed. São Paulo: Jorge Zahar, 1986.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2007.

NÃO HÁ dúvidas em que o abastecimento de cereais será conseguido nesta capital. **A República**, Natal, p. 3, 1 set. 1942.

NATAL – A encruzilhada de todos os caminhos do mundo. **A República**, Natal, p. 7, 12 set. 1943.

NATAL e a realidade da guerra: palpitante entrevista com o General Gustavo Cordeiro de Faria – Educados na verdadeira da guerra – O triângulo da defesa do importante porto, grande trincheira do Atlântico sul. **A República**, Natal, p. 1, 17 nov. 1942. (Diário da Noite)

NATAL, “corredor da vitória”. **A República**, Natal, p. 3, 24 ago. 1943.

NATAL, cidade em Guerra. **A República**, Natal, p. 8, 28 set. 1943. (Diário da Noite)

NATAL, encruzilhada do mundo. **A República**, Natal, p. 5, 19 abr. 1944.

NATAL. **A República**, Natal, p. 3, 25 fev. 1942.

NOTA oficial comunica o comando da 2ª Brigada por intermédio do DEIP. **A República**, Natal, p. 1, 6 jun. 1942.

NOVA fase de realizações para os U.S.O. Clubs: para um melhor entendimento – Programas de intercâmbio brasileiro-americano – O apoio da Rádio Educadora – Fala-nos Miss Gertrude Dondero, alta funcionária dessa organização, em Nova York. **A República**, Natal, p. 8, 4 jun. 1944.

O ABASTECIMENTO de carne verde à capital: o Prefeito Mário E. Lira, presidente da Comissão Municipal de Preços é encarregado pelo Interventor Federal de requisitar gado de corte necessário para o consumo, dá A República informações sobre a sua atuação – Nova reunião da Comissão Municipal – A situação em outras capitais segundo está informado o Prefeito interino. **A República**, Natal, p. 8, 19 fev.1943.

O ABASTECIMENTO do leite. **A República**, Natal, p. 12, 14 jan. 1943.

O D.E.I.P e o carnaval. **A República**, Natal, p. 8, 10 fev. 1943.

O ÊXITO dos exercícios, anteontem, de defesa passiva. **A República**, Natal, p. 3, 3 mar. 1942.

O GOVERNO e as populações flageladas. **A República**, Natal, p. 3, 19 abr. 1942..

O NOVO quartel federal. **A República**, Natal, p. 3, 15 jun. 1939.

O PROBLEMA do abastecimento d'água em Natal: a Repartição de Saneamento está realizando um grande esforço em benefício da coletividade – por que se impõe a economia do precioso líquido – Um encontro com o D. Floro Dória. **A República**, Natal, p. 4, 16 maio 1943.

O QUARTEL do 16º R.I. será inaugurado hoje: o ato se revistirá de solenidade – A presença do Comandante da 7ª Região Militar – Facultado à visita do público. **A República**, Natal, p. 1, 6 fev. 1942.

O REGRESSO ontem, a esta capital, do general Cordeiro de Farias: brilhante recepção no Campo de Parnamirim ao Comandante da Guarnição Federal e a exma. Esposa D. Noemia Brasil Cordeiro de Farias – Declarações do ilustre militar à reportagem d'A República. **A República**, Natal, p. 1, 11 ago. 1942.

O RELATÓRIO do Interventor. **A República**, Natal, p. 1, 17 jan.1942.

O ROUBO nas Joalherias Farache e “V”: prosseguem as diligências. **A República**, Natal, p. 3, 22 set. 1944.

O SEGUNDO aniversário da instalação do 16 R.I., em Natal: a data será festivamente comemorada. **A República**, Natal, p. 8, 23 maio. 1944.

O TRANSPORTE de gêneros alimentícios para Natal: comentários do “Diário de Notícias” ao telegrama do Interventor Fernandes Dantas ao Presidente da Marinha Mercante. **A República**, Natal, p. 8, 27 out. 1943. (Agência Nacional).

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. **A elite política e as transformações no espaço urbano**: Natal – 1889/1913. Natal: EDUFRN, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lipp. et al. (Org). **Estado novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

OS VEÍCULOS e os pedestres. **A República**, Natal, p. 3, 13 fev. 1942.

PAIVA, Marlúcia Menezes de. **Igreja e Renovação**: Educação e Sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964). 1992. Tese (Doutorado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

PARA combater o incêndio. **A República**, Natal, p. 4, 10 nov. 1942.

PARA minorar os efeitos da guerra na economia nacional. **A República**, Natal, p. 1, 8 out. 1939.

PARNAMIRIM. **A República**, Natal, p. 3, 2 out. 1941.

PINHEIRO, Rivaldo. Abrigos. **A República**, Natal, p. 3, 9 set. 1942a.

\_\_\_\_\_. Ainda em torno dos abrigos. **A República**, Natal, p. 11, 19 nov. 1942b.

PINTO, Lauro. **Natal que eu vi**. Natal: Imprensa Universitária, 1971.

PORTA do mundo futuro. **A República**, Natal, p. 8, 9 jan. 1943.

POSSO asseverar que foi completo o nosso acordo: presidente Getúlio Vargas transmite aos jornalistas a impressão geral da sua conferência com o presidente Roosevelt em Natal – Ressaltado por S. Excia. O espírito de cooperação entre brasileiros e americanos. **A República**, Natal, p. 1, 31 jan. 1943.

POSTO avançado do Brasil na Guerra: em estado de combater a força naval que opera nos mares do Nordeste – ação contra os submarinos. **A República**, Natal, p. 8, 29 set. 1943. (Diário da Noite)

PRODUÇÃO. **A República**, Natal, p. 3, 15 ago. 1943.

QUASE 200 mil mudas de bananeiras já foram plantadas no Rio Grande do Norte. **A República**, Natal, p. 1, 13 jun. 1943.

RÁDIO educadora de Natal: o anteprojeto de sua construção. **A República**, Natal, p. 3, 23 mar. 1939.

REALIZOU-SE ontem o comício da liga de defesa nacional: grande entusiasmo pela próxima queda de Berlim. **A República**, Natal, p. 12, 24 abr. 1945.

RECOMENDAÇÕES sobre trânsito de veículos. **A República**, Natal, p. 3, 15 abr. 1944.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REPARTIÇÃO de Saneamento de Natal: Aviso 11/1944. **A República**, Natal, p. 7, 23 nov. 1944.

REPARTIÇÃO de Saneamento de Natal: aviso a população. **A República**, Natal, p. 7, 3 set. 1942.

REPARTIÇÃO de Saneamento de Natal: esclarecimentos e advertência à população. **A República**, Natal, p. 7, 3 set. 1942.

RIBEIRO, Luiz César de Q.; PECHMAN, Robert (Org.). **Cidade, Povo e Nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994. Tomo III.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SÁ, Jorge de. **A crônica**. 6.ed. São Paulo: Ática, 2005.

SAES, Décio. Uma contribuição à crítica da teoria das elites. *Revista de sociologia e política*, São Paulo, n. 3, 1994.

SERÃO inaugurados melhoramentos DEIP. **A República**, Natal, p. 1, 29 jul. 1942.

SERVIÇO de Assistência aos Psicopatas. **A República**, Natal, p. 12, 2 mar. 1946.

SILVA, Josimey Costa da. **A palavra sobreposta**: imagens contemporâneas da Segunda Guerra Mundial. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)– Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998.

SMITH JUNIOR, Clyde. **Trampolim para a vitória**: os americanos em Natal - RN/Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Natal/UFRN: EDUFRN, 1992.

SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 256-82.

SPINELLI, José Antônio. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar**: 1930/35. Natal: EDUFRN, 1996.

STUDART, Heloneide. **Luiz, o santo ateu**. Natal: EDUFRN, 2006.

TERCEIRA Cia. Regional de Fuzileiros Navais: a solenidade de hoje de juramento a bandeira. **A República**, Natal, p. 8, 28 nov. 1942.

TIVEMOS ocasião de estudar a segurança das Américas: os assuntos abordados na Conferência de Natal – Os problemas da Guerra – o esforço bélico conjunto do Brasil e dos Estados Unidos – Declarações aos eminentes chefes de estado. **A República**, Natal, p. 1, 30 jan. 1943.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TRANSCORRE amanhã o Dia do marinheiro: homenagens serão promovidas nesta cidade, pela Base Naval – Missa na Catedral às 7,30 horas e visita pública à Base – Outras notas. **A República**, Natal, p. 8, 10 jun. 1944.

TRANSCRIÇÃO do discurso do Presidente Getúlio Vargas por ocasião da sua visita à fábrica de pólvora e explosivos de Piquete, localizada no Estado do Rio de Janeiro. **A República**, Natal, p. 1, 19 jul. 1939.

TRONCA, Ítalo. O Exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942). In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1981. p. 337-360 (Tomo III – O Brasil Republicano, 3º volume – Sociedade e Política 1930-1964, Capítulo VII).

UMA GRANDE obra em construção no Tirol: o que será o futuro aquartelamento das forças do exército nesta capital. **A República**, Natal, p. 1, 10 out. 1939.

VAI ser construída uma base naval em Natal: um dique seco medindo 140 metros de comprimento. **A República**, Natal, p. 8, 25 jun. 1942.

VEÍCULOS e pedestres. **A República**. Natal, p. 1, 18 jan. 1944.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. et al. **Estado novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1971.

VIA Brasil – A rota da vitória no norte da África. **A República**, Natal, p. 3, 20 out. 1943.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sílvia R. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999. p.169-243.

VIRILIO, P. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

VIVEIROS, Paulo Pinheiro de. **História da aviação no Rio Grande do Norte**: história que se registra de 1894 a 1945. Natal: Editora Universitária, 1974.

WANDERLEY, Palmira. Árvores do passado. **A República**, Natal, p. 3, 9 maio. 1939.